Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura **Número: 19**

I Sessão Legislativa **Horta, quinta-feira, 11 de julho de 2024**

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio (substituída no decorrer da sessão pelo Deputado Paulo Silveira) e Deputado Lubélio Mendonça (substituído no decorrer da sessão pela Deputada Isabel Teixeira)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 04 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com o **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, tendo sido apresentados os seguintes votos:

— **Voto de Congratulação pela subida à Primeira Liga Portuguesa de Futebol do Clube Desportivo Santa Clara**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado José Pacheco *(CH)*, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação ao Clube Desportivo Santa Clara pela conquista do título de Campeão Nacional da Segunda Liga**, apresentado pelo Grupo

Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP)*, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação aos campeões nacionais de judo, Tomás França e Guida Pereira, na categoria de juvenis**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Marlene Damião *(PS)* e usado da palavra os Srs. Deputados Paulo Gomes *(PSD)*, Francisco Lima *(CH)* e Pedro Pinto *(CDS-PP)*, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação ao Angra Iate Clube pela conquista do 1º lugar de Clubes no Campeonato Regional de Esperanças de Mar dos Açores**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP)* e usado da palavra os Srs. Deputados Paulo Gomes *(PSD)* e José Toste *(PS)*, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação pelo 145.º aniversário da primeira visita do Príncipe Alberto I do Mónaco aos Açores**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado João Mendonça *(PPM)* e usado da palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa *(PS)* e a Sra. Deputada Salomé Matos *(PSD)*, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação a João Pereira pela conquista do Campeonato Nacional "Karate ProRanking"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP)* e usado da palavra os Srs. Deputados José Toste *(PS)* e Paulo Gomes *(PSD)*, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação pelo 150.º aniversário da Irmandade do Império**

do Espírito Santo do Galinho do Porto Judeu, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado José Toste *(PS)* e usado da palavra os Srs. Deputados José Pacheco *(CH)* e Paulo Chaves *(PSD)*, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação à atleta Natacha Candé pelo recorde nacional de salto em altura no escalão Sub-18**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP)* e usado da palavra os Srs. Deputados Russell Sousa *(PS)* e Joaquim Machado *(PSD)*, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Pesar pelo falecimento de Joana Marques Vidal**, subscrito por todos os Grupos e Representações Parlamentares.

Feita a apresentação pelo Sr. Presidente da Assembleia, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Pesar pelo falecimento de António Augusto de Oliveira Nogueira**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Inês Sá *(PS)* e usado da palavra as Sras. Deputadas Salomé Matos *(PSD)* e Catarina Cabeceiras *(CDS-PP)*, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Pesar pelo falecimento de Durval Carlos Simas Faria**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Sandra Costa Dias *(PS)* e usado da palavra o Sr. Deputado Rúben Cabral *(PSD)*, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

De seguida, o Sr. Deputado Pedro Neves *(PAN)* usou da palavra para fazer uma **declaração política**, na qual intervieram os/as Srs./as Deputados/as José Pacheco *(CH)*, Salomé Matos *(PSD)*, António Lima *(BE)*, José Ávila *(PS)*, Nuno Barata

(IL) e Catarina Cabeceiras *(CDS-PP)*, bem como o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas *(Mário Pinho)*.

A **declaração política** que se seguiu foi proferida pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa *(PSD)*, tendo intervindo os Srs. Deputados Francisco Lima *(CH)*, Carlos Silva *(PS)*, António Lima *(BE)*, Nuno Barata *(IL)*, João Mendonça *(PPM)* e a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP)*, bem como o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão)*.

Findo o período de tratamento de assuntos políticos, deu-se continuidade ao debate da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XIII – "Estabelece o regime jurídico da cooperação técnica e financeira entre a Administração Regional Autónoma e as Freguesias e Associações de Freguesias da Região Autónoma dos Açores"**, apresentado pelo Governo Regional, no qual interveio a Sra. Deputada Sabrina Furtado *(PSD)*.

Em votação final global, o diploma foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Mário Tomé *(PS)*, Francisco Lima *(CH)*, António Lima *(BE)*, Nuno Barata *(IL)*, Pedro Pinto *(CDS-PP)* e a Sra. Deputada Sabrina Furtado *(PSD)*.

Dando seguimento à agenda, foram debatidos em conjunto os seguintes pontos:

— **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XIII, "Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho, Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

— **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XIII, "Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho, Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores"**, apresentado pela Representação Parlamentar da IL;

— **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XIII, "Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho, Estatuto da**

Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores", apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, pela Representação Parlamentar do PPM e pelo Grupo Parlamentar do CH.

Após requerimento oral apresentado pelo Sr. Deputado Nuno Barata *(IL)*, foi retirado o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XIII, tendo sido apresentados os Projetos de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XIII e n.º 12/XIII, respetivamente, pela Sra. Deputada Inês Sá *(PS)* e pelo Sr. Deputado Joaquim Machado *(PSD)*.

Usaram ainda da palavra para participar no debate o Sr. Deputado António Lima *(BE)* e as Sras. Deputadas Olivéria Santos *(CH)*, Andreia Cardoso *(PS)* e Catarina Cabeceiras *(CDS-PP)*, bem como a Sra. Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto *(Sofia Ribeiro)*.

No decurso do debate, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou um requerimento de baixa à comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XIII, o qual foi aprovado por maioria.

Submetido à votação, o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XIII foi rejeitado.

Proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Andreia Cardoso *(PS)* e o Sr. Deputado Joaquim Machado *(PSD)*.

Seguiu-se na ordem de trabalhos a **Proposta de Resolução n.º 3/XIII – "1.º Orçamento suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024"**, iniciativa apresentada pela Mesa da Assembleia, tendo usado da palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso *(CH)*.

Em votação final global, a iniciativa foi aprovada por maioria.

Posteriormente, o Sr. Deputado Russell Sousa *(PS)* apresentou o relatório da **Petição n.º 59/XII – "Criação do programa Açores Jovem Explorer"**, apresentada João Pedro Mendonça na qualidade de primeiro subscritor, tendo intervindo os Srs. Deputados José Sousa *(CH)*, Luís Raposo *(PSD)*, António Lima

(BE), João Mendonça *(PPM)* e a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP)*.

Seguiu-se a apreciação da **Petição n.º 60/XII – "O desenvolvimento turístico desequilibrado e a especulação imobiliária insustentável nos Açores e na ilha do Pico"**, apresentada por Duarte Cordeiro Neves na qualidade de primeiro subscritor.

Após a apresentação do relatório por parte do Sr. Deputado Paulo Silveira *(PSD)*, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Francisco Lima *(CH)*, António Lima *(BE)*, Ana Jorge *(PSD)* e Marlene Damião *(PS)*.

Prosseguiu-se com o **Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Lúcio Manuel da Silva Rodrigues possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 54/24.4T8HRT**, o qual foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 10/XIII – "Recomenda ao Governo Regional que altere as regras de admissão nas creches, dando prioridade a crianças com pais trabalhadores"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH.

A justificação coube à Sra. Deputada Olivéria Santos *(CH)*, tendo intervindo o Sr. Deputado António Lima *(BE)*.

Submetido à votação, o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por maioria.

Consequentemente, deu-se início ao debate do **Projeto de Resolução n.º 10/XIII – "Recomenda ao Governo Regional que altere as regras de admissão nas creches, dando prioridade a crianças com pais trabalhadores"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH.

Feita a apresentação da iniciativa por parte da Sra. Deputada Olivéria Santos *(CH)*, usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Neves *(PAN)*, Nuno Barata *(IL)* e Flávio Pacheco *(PS)*, bem como o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão)* e a Sra. Secretária Regional da

Saúde e Segurança Social *(Mónica Seidi)*.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 33 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 04 minutos.

Vamos então iniciar os nossos trabalhos com a chamada.
Tem a palavra o Sr. Secretário.
Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.
Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Social Democrata (PSD)
Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**
Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**
Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**
Cecília Maria Soares **Estácio**
Délia Maria **Melo**
Flávio da Silva **Soares**
Francisco Manuel Raposo **Gaspar**
Jaime Luís Melo **Vieira**
João Luís **Bruto** Costa Machado **da Costa**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José António Marcos **Soares**
José Manuel Resendes **Leal**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Cota **Soares**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Flávio Miguel da Ponte **Pacheco**

Gualberto Costa **Rita**

Inês Soares de Oliveira e **Sá**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Joana Sousa **Pombo Tavares**

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Miguel de Freitas **Toste**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Luís Miguel Vieira **Leal**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila de **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Sandra Micaela **Costa Dias**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Chega (CH)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo da Cunha **Pacheco**

José Paulo Machado de **Sousa**

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)
Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.
Estão presentes 57 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.
Declaro aberta a sessão.
Pode entrar o público.
Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, estamos com um problema no computador, que está a atualizar. Portanto, vamos aguardar só um bocadinho. É um sistema de atualização, que qualquer um dos nossos computadores costuma fazer.

(Pausa)

Vamos iniciar então este **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, conforme deliberado e organizado pela Conferência de Líderes, com a apresentação e votação de votos.
O primeiro voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Chega pela subida à Primeira Liga Portuguesa de Futebol do Clube Desportivo Santa Clara.
Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.
Deputado José Pacheco *(CH):* Obrigado.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Bom dia a todos.
Declaração de interesse: sou um ferrenho adepto do Santa Clara.

Voto de Congratulação

Subida à Primeira Liga Portuguesa de Futebol do Clube Desportivo Santa Clara

Um ano depois da despromoção da Primeira Liga Portuguesa de Futebol, o Santa Clara volta à ribalta e sagrou-se campeão nacional da Segunda Liga, repetindo o êxito alcançado há 23 anos — na época 2000/2001.

Tal feito permitiu à equipa liderada por Vasco Matos regressar ao escalão maior do futebol nacional, participando na Primeira Liga pela nona vez, tendo sido a equipa com menos golos sofridos nesta época (19 no total), e a equipa que menos jogos perdeu no segundo escalão do futebol nacional.

Este feito é o resultado do esforço conjunto de jogadores, equipa técnica, dirigentes e, claro, dos seus fervorosos adeptos.

O Clube Santa Clara, com uma história rica e um legado de dedicação ao desporto, tem vindo a levar o nome dos Açores aos patamares mais elevados do desporto nacional.

Criado a 31 de janeiro de 1921 para unir a história dos dois "Santa Claras": o Santa Clara Foot-ball Club e o Clube Desportivo Santa Clara. O primeiro troféu surgiu em 1923, a "Boneca", no primeiro campeonato de São Miguel da história do clube. Começava aqui uma era de conquistas gloriosas.

Em 1969, a tão desejada Taça dos Campeões Açorianos surge pela primeira vez. Já em 1979 dá-se a estreia do clube no campeonato nacional de futebol, subindo à Terceira Divisão.

Em 2000, o Santa Clara estreia-se no escalão maior do futebol nacional, a Primeira Liga, que foi um marco histórico para o clube e para os Açores, dando início à afirmação dos "encarnados" de Ponta Delgada no panorama do futebol nacional.

Entre épocas tempestuosas e épocas notáveis, o Santa Clara sobe um novo degrau competitivo, voltando à Primeira Liga de Futebol Português.

Levando o nome dos Açores pelo mundo — principalmente até à diáspora —, esta

nova subida para o principal escalão do futebol nacional inspira também jovens atletas a perseguirem os seus sonhos, de forma a conseguirem alcançar os mais altos patamares do futebol na equipa do seu coração.

Assim sendo, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pela subida à Primeira Liga Portuguesa de Futebol do Clube Desportivo Santa Clara.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Clube Desportivo Santa Clara, à Direção Regional do Desporto e à Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Disse. Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 11 de julho de 2024.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pela subida à Primeira Liga de Portuguesa de Futebol do Clube Desportivo Santa Clara foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também sobre o mesmo tema, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto para a apresentação de um voto de congratulação em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Ao Clube Desportivo Santa Clara pela conquista do título de Campeão Nacional da Segunda Liga

O Clube Desportivo Santa Clara sagrou-se novamente campeão nacional de futebol da Segunda Liga na terminada época de 2023/2024.

Após duas décadas volta a repetir o feito, mas desta vez somando 73 pontos, um resultado extraordinário, apenas possível devido ao esforço e dedicação de todos os intervenientes, desde os atletas, técnicos, dirigentes e adeptos.

Chegados a este ponto, o clube cumpriu com todos os objetivos a que se tinha proposto no início da época, entre os quais o regresso à Primeira Liga, levando, novamente, o nome do futebol açoriano à maior competição de futebol portuguesa.

Regressando à Primeira Liga, os desafios a enfrentar serão ao mais alto nível, e estamos certos de que o Santa Claro nos deixará a todos bem representados e que dignificará o nome dos Açores em todos os confrontos, que estarão sob os olhos de milhões de pessoas.

Esta conquista do clube potencia também a participação dos nossos jovens no desporto, tornando-o mais atrativo e dando-lhes a esperança de um dia, também, conquistarem títulos pelos seus clubes.

Desejamos todo o sucesso ao Clube Desportivo Santa Clara nos desafios que se avizinharão para corresponder às expectativas de milhares de açorianos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação ao Clube Desportivo Santa Clara pela conquista do título de Campeão Nacional da Segunda Liga.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao Conselho de Administração do Santa Clara Açores – Futebol, SAD, à Direção do Clube Desportivo Santa Clara, aos atletas e respetiva equipa técnica, à Federação Portuguesa de Futebol, à Direção

Regional do Desporto, à Associação de Futebol de Ponta Delgada e à Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 11 de julho de 2024.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação ao Clube Desportivo Santa Clara pela conquista do título de Campeão Nacional da Segunda Liga foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista aos campeões nacionais de judo Tomás França e Guida Pereira.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marlene Damião.

Deputada Marlene Damião *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Aos campeões nacionais de judo, Tomás França e Guida Pereira, na categoria de juvenis

No passado dia 22 de junho, os Açores marcaram presença no Campeonato Nacional de Juvenis, organizado pela Federação Portuguesa de Judo, que decorreu

em Angeja, Aveiro.

A Região Autónoma dos Açores esteve representada por 29 atletas de oito clubes naquela que é a competição mais ansiada a nível nacional na modalidade de judo, no escalão que integra atletas de 13 e 14 anos, e que contou com a presença de 312 atletas de todas as regiões do país.

Arrecadando sete medalhas, duas de ouro, uma de prata e quatro de bronze, resultados que muito honram a nossa Região, destacam-se os jovens Tomás França e Guida Pereira que se sagraram campeões nacionais.

O Tomás França, natural da ilha de São Miguel, começou a praticar judo aos 3 anos de idade, influenciado pelo seu pai Bruno França que é também o seu treinador.

Com 14 anos de idade, frequenta a Escola Secundária Domingos Rebelo e é no Clube de Judo da Lagoa (Judolag) que treina arduamente numa perspetiva de alcançar a concretização, nas palavras do próprio, "de mais títulos nacionais e internacionais, e até mesmo chegar aos Jogos Olímpicos".

A judoca terceirense Guida Pereira, aluna da Escola Básica e Integrada de Angra do Heroísmo, tem 13 anos, é atleta do Clube de Judo de Angra do Heroísmo desde 2022 e, nas palavras do seu treinador Luís Rendeiro, "trabalha com uma intensidade sem igual".

Reconhecendo o sentimento de orgulho e de honra pelos resultados obtidos pelos nossos jovens atletas, importa também enaltecer o contributo de todos aqueles que, de forma direta e indireta, ajudam, apoiam e motivam à prática desta modalidade desportiva, nomeadamente os treinadores e restante equipa técnica, a direção dos clubes desportivos, pais, familiares e restantes envolvidos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de julho, a aprovação do voto de congratulação aos atletas Tomás França e Guida Pereira pelas medalhas de ouro

alcançadas no Campeonato Nacional de Juvenis 2024.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos pais do Tomás França e da Guida Pereira, ao Clube de Judo da Lagoa, ao Clube de Judo de Angra de Heroísmo, à Escola Secundária Domingos Rebelo, à Escola Básica e Integrada de Angra do Heroísmo, à Câmara Municipal da Lagoa, à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e à Direção Regional do Desporto.

Horta, Sala das Sessões, 11 de julho de 2024.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Gomes, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para já, referir que o PSD, naturalmente, se associa a este voto de congratulação.

É mais uma jornada de grande sucesso para o desporto açoriano. Atrevo-me a dizer que esta época, em termos de desportos coletivos e desportos individuais, foi provavelmente a época de maior sucesso no desporto açoriano, foram muitas as conquistas individuais e foram muitas as conquistas em desportos coletivos. Portanto, é sinal de que nos Açores temos talento e estamos a trabalhar bem na formação. E, naturalmente, nunca é demais, uma palavra de reconhecimento a todos os dirigentes, que trabalham arduamente para que o desporto açoriano tenha este sucesso.

Além de congratular os atletas Tomás França e Guida Pereira, deixar uma palavra para cinco atletas que venceram nesta prova medalhas de prata e de bronze, o caso de Martim Gonçalves, Frederica Gonçalves, Joana Roque, Henrique Coutinho e

Gonçalo Correia, que não venceram, mas tiveram lugar no pódio. E atendendo a que é uma prova nacional, não deixa de ser um grande mérito.

Obrigado.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Sim senhor, não é costume!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Francisco Lima *(CH):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Chega também se queria associar a esta congratulação.

Deputado José Ávila *(PS):* Queria…

O Orador: Aliás, tinha agendado esse voto, mas, pelas razões que já são públicas, fomos impedidos de o fazer. Isso não retira o mérito aos jovens. E não deixamos de nos associar e votar, naturalmente, favoravelmente.

Muito obrigado.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS associa-se a este voto de congratulação e manda as suas calorosas saudações aos atletas Guida Pereira e Tomás França pela conquista dos títulos de campeão nacional.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos passar então à votação deste voto de congratulação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação aos campeões nacionais de judo, Tomás França e Guida Pereira, na categoria de juvenis foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP ao Angra Iate Clube.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação
Ao Angra Iate Clube pela conquista do 1º lugar de Clubes no Campeonato Regional de Esperanças de Mar dos Açores

No dia 8 de julho decorreu no concelho da Lagoa, na ilha de São Miguel, o Campeonato Regional de Esperanças do Mar dos Açores, onde o 1.º lugar foi conquistado pelo Angra Iate Club.

O clube teve uma participação exímia, garantido a presença de atletas em quase todos os pódios da competição, um resultado que só foi possível devido à dedicação e paixão destes atletas e dos seus técnicos.

Foi também alcançado, pelo mesmo clube, a classificação de 3.º Lugar de Clubes no Campeonato Regional de Canoagem de Mar dos Açores.

Estas conquistas são fruto de muitas horas de treino e sacrifício que, mais uma vez, voltaram a colocar o Angra Iate Clube num lugar de destaque no panorama

regional.

Parabenizamos o clube, os seus jovens atletas e equipas técnicas, fazemos votos para que continuem a remar com a mesma determinação e com rumo a novas conquistas.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação ao Angra Iate Club pela conquista do 1.º lugar de Clubes no Campeonato Regional de Esperanças de Mar dos Açores.

Deste voto deve ser dado conhecimento à Direção do Angra Iate Clube, à Associação Regional de Canoagem dos Açores, à Direção do Clube Náutico de Angra do Heroísmo e à Direção Regional do Desporto.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 11 de julho de 2024.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Gomes, faça favor, tem a palavra.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Está imparável!

(*) Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto apresentado pelo CDS.

O Angra Iate Clube tem sido um clube dinamizador da formação nos desportos náuticos.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Com certeza!

O Orador: Ainda, recentemente, falava com um dirigente deste clube, que me explicava todas as dificuldades que têm e o grande trabalho que têm naquele

clube.

Os Açores vivem rodeados de mar. E é importante a aposta que se faz nesses desportos náuticos.

Portanto, uma saudação também a todos os dirigentes do Angra Iate Clube.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pelo Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado José Toste.

(*) Deputado José Miguel Toste *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação ao Angra Iate Clube pela conquista do primeiro lugar de clubes no Campeonato Regional de Esperanças de Mar dos Açores, com a referência ainda ao terceiro lugar no Campeonato Regional de Canoagem de Mar dos Açores.

O Angra Iate Clube é um clube de desportos náuticos, importante na dinamização da baía de Angra do Heroísmo, bem como na formação de jovens atletas.

Este tipo de clubes são clubes que muito dão à nossa juventude e são merecedores de todo o nosso apoio além da mera congratulação.

Por isso mesmo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, associando-se a este voto, não pode deixar de fazer referência à necessidade de um apoio contínuo a este tipo de clubes ao longo do ano, com pagamentos tempestivos, de modo a que estas conquistas, com que todos nos congratulamos, possam continuar no futuro.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação ao Angra Iate Clube pela conquista do primeiro lugar de clubes no Campeonato Regional de Esperanças de Mar dos Açores foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pela Representação Parlamentar do PPM pelo 145.º aniversário da primeira visita do Príncipe Alberto I do Mónaco aos Açores.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça.

Deputado João Mendonça *(PPM):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação
Pelo 145.º aniversário da primeira visita do Príncipe Alberto I do Mónaco aos Açores

Albert Grimaldi nasceu em Paris, a 13 de novembro de 1848. Desde cedo manifestou um profundo fascínio pelo mar, o que o motivou a seguir uma carreira naval.

A aquisição de uma embarcação, em 1873, marcou o início das suas expedições marítimas, onde começou a explorar o Mediterrâneo e o Atlântico em busca de conhecimento.

Foi em 1879 que o Príncipe Alberto I partiu de Tânger rumo às Ilhas Canárias e Madeira, chegando finalmente aos Açores em meados de março. Durante um mês, explorou o arquipélago, fascinado pela beleza das paisagens e a riqueza da sua vegetação.

Os Açores, em particular a ilha do Corvo, deixaram uma impressão muito marcante na sua mente. Descreveu os corvinos como pessoas de uma bondade

genuína e encontrou na população local uma fonte constante de inspiração, escrevendo o seguinte: "Fui recebido nesta ilhota perdida pelas pessoas mais valentes do mundo, de uma ingenuidade total, apenas igualada pela sua bondade."

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Isso, o Sr. Secretário Paulo Estêvão sabe bem!

O Orador: Desembarcou no Corvo em três ocasiões e desenvolveu uma relação próxima e calorosa com a população corvina. A ilha ocupou um lugar especial no seu coração. Num dos momentos em que partiu, deixou esta reflexão: "Aparelhei o meu navio perguntando-me se voltaria a ver este rochedo cuja solidão desperta uma sensação de repouso nos espíritos que lutam contra uma vida difícil."

Entre 1885 e 1915, o Príncipe liderou 29 campanhas oceanográficas, em 4 navios diferentes, das quais 13 foram dedicadas aos Açores, onde instalou 843 estações, percorrendo todas as ilhas.

As águas açorianas tornaram-se o seu laboratório natural, onde realizou inúmeras descobertas, que beneficiaram a ciência e as comunidades locais. Durante uma das suas expedições em 1896, descobriu o banco Princesa Alice, a sudoeste das ilhas do Faial e do Pico, um importante recurso para a pesca e a navegação.

Após o seu falecimento, a 26 de junho de 1922, os açorianos manifestaram vários testemunhos de reconhecimento.

Durante a visita aos Açores em 2022, que marcou o centenário da morte de Alberto I, o Príncipe Alberto II do Mónaco elogiou os esforços do executivo regional na proteção dos oceanos e garantiu o seu apoio ao projeto Blue Azores. Nesta mesma ocasião, o Presidente José Manuel Bolieiro anunciou que a nova gare marítima na ilha do Corvo será designada Príncipe Alberto I do Mónaco.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

O Orador: O seu espírito visionário e as suas contribuições inestimáveis para o estudo e compreensão do mar dos Açores inspiraram gerações. O Príncipe Alberto I do Mónaco tornou-se como uma figura notável da nossa história, cujas descobertas enalteceram a beleza e a riqueza do nosso arquipélago para sempre.

É, assim, de inteira justiça a aprovação de um voto de reconhecimento pelas suas descobertas e paixão pelos Açores. Que a sua memória continue a ser honrada e que o seu legado continue a inspirar futuras gerações a explorar, proteger e respeitar o vasto e misterioso Atlântico que ele tanto amava.

Assim, nos termos das disposições regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PPM propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária, a aprovação de um voto de congratulação pelo 145.º aniversário da primeira visita do Príncipe Alberto I do Mónaco aos Açores.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Principado do Mónaco.

Horta, Salas das Sessões, 10 de julho de 2024.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado João Vasco Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado João Vasco Costa *(PS):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se a este voto apresentando pelo Partido Popular Monárquico, não por uma questão de monarquia, como é óbvio, mas sim por respeitar e reconhecer o espírito vanguardista e aventureiro do Príncipe Alberto Grimaldi do Mónaco, que já naquele tempo tinha uma visão muito à frente relativamente à utilização dos mares como ligação dos povos e das regiões.

Infelizmente, este Governo não tem esta visão de coesão.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Não apoiado!

O Orador: E, portanto, as ilhas não estão todas ligadas, lamentamos esse facto. Mas associamo-nos, certamente, a este voto, reconhecendo o espírito científico e empreendedor em termos de navegação do Príncipe Alberto do Mónaco. Não podíamos deixar de nos associar, com muita consideração e respeito por este voto apresentado pelo Partido Popular Monárquico.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor.

(*) Deputada Salomé Matos *(PSD):* Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se, naturalmente, ao voto aqui trazido pelo Sr. Deputado João Mendonça.

Relata aquilo que foi um passado histórico que prestigia os Açores. A ligação do Príncipe Alberto I do Mónaco às nossas ilhas e também em particular à ilha do Faial fez-se pela paixão que tinha pelo mar profundo e pelo trabalho ímpar que fez ao comando de variadas campanhas oceanográficas, algumas delas no arquipélago.

Como bem assinala o voto, é um marco digno de registo a descoberta do banco Princesa Alice, aquele que é conhecido por muitos como um dos melhores e mais conhecidos locais de mergulho.

Especificamente, também, na ilha do Faial, o Observatório Meteorológico do Faial deve o seu nome àquele que foi o percurso feito pelo Príncipe Alberto I do

Mónaco.

E, portanto, associamo-nos a este voto, prestando assim mais uma homenagem e um justo reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, principalmente naquilo que foi a sua atividade científica, especificamente na área da oceanografia no arquipélago.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Parecendo não haver mais inscrições, vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelos 145 anos da primeira visita do Príncipe Alberto I do Mónaco aos Açores foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é ao atleta João Pereira, apresentado pelo CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

A João Pereira pela conquista do Campeonato Nacional "Karate ProRanking"

No passado dia 20 de junho decorreu o Campeonato Karate ProRankin da Federação Nacional de Karate – Portugal, no Pavilhão Desportivo Municipal do Entroncamento.

O atleta açoriano João Pereira, do Clube de Karate-do Shotokan de Angra do

Heroísmo, conquistou o primeiro lugar na categoria "júnior -76kg", levando assim o nome do desporto açoriano aos mais altos níveis da competição.

Neste campeonato marcaram presença mais de 350 atletas nacionais, nos escalões de cadetes, juniores e sub21, representando 74 clubes de 35 associações.

A prova realizada serviu de apuramento para o Campeonato do Mundo dos referidos escalões, que terá lugar de 9 a 13 de outubro, em Veneza e onde João Pereira vê a possibilidade de participar, após esta conquista do Campeonato Nacional.

A participação do atleta João Pereira no Campeonato Mundial, a acontecer, tornar-se-á num acontecimento inédito para o Karate Açoriano, tornando-se na primeira participação de um atleta dos açores em campeonatos da Europa ou do mundo.

Ao atleta e ao Clube de Karate-do Shotokan de Angra do Heroísmo desejamos toda a sorte para que possam representar os Açores com toda a dedicação que nos têm mostrado e para que possam levar o nome dos Açores ao mais alto nível da competição.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação a João Pereira pela conquista do Campeonato Nacional "Karate ProRanking", na categoria "júnior -76kg".

Deste voto deve ser dado conhecimento ao atleta João Pereira, ao Clube de Karate-do Shotokan de Angra do Heroísmo, à Federação Nacional de Karate – Portugal e à Direção Regional do Desporto.

Muito obrigado.

Horta, Salas das Sessões, 11 de julho de 2024.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado José Toste, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Miguel Toste** *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao voto de congratulação apresentado a João Pereira pela conquista do Campeonato Nacional "Karate ProRanking", na sua categoria.

Aproveito esta oportunidade para igualmente destacar o bom trabalho desenvolvido pelo Clube de Karate-do Shotokan de Angra do Heroísmo.

Ter um açoriano nos mais altos lugares do pódio de qualquer modalidade é sempre um facto de regozijo, que é ainda maior quando esta conquista garante o apuramento para um campeonato do mundo da modalidade, o que será um marco para o karaté e para o desporto açoriano em geral.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não só se associa ao voto, como aproveita esta oportunidade para desejar a maior sorte ao atleta, de forma a que numa próxima sessão deste Parlamento se possa apresentar um voto por uma conquista num campeonato mundial do atleta João Pereira.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Gomes, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Gomes** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto de congratulação apresentado pelo CDS-PP ao atleta João Pereira, congratulando o atleta pela sua enorme conquista.

Muito já foi dito hoje sobre o desporto. Ainda bem que hoje o desporto está a ser

muito falado aqui nesta Casa, em especial também pelos partidos que se associam aos votos.

Não podia deixar também de transmitir aqui uma mensagem: muitas pessoas, por vezes, acham que o desporto vive à custa do subsídio ou só vive por causa do subsídio, nada mais errado. Atrevo-me a dizer que o desporto dá muito mais à sociedade do que aquilo que recebe.

Deputado José Eduardo *(PS):* O Governo não paga!

O Orador: E também tenho de reconhecer uma situação, e falo à vontade porque já passei por isso: naturalmente, os apoios são muito importantes, mas mais importante é o trabalho que os dirigentes fazem para angariar os fundos para poderem competir.

Deputado Luís Raposo *(PSD):* Muito bem!

Deputado Carlos Silva *(PS):* Se pagar mais cedo, ajuda!

O Orador: E, como disse, estou perfeitamente à vontade porque já passei por um clube e sei o esforço que tivemos para ter dinheiro todos os meses para investir na formação, investir no clube e investir nas infraestruturas.

Portanto, mais uma vez, o reconhecimento e também desejar boa sorte ao atleta João Pereira para o futuro.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação a João Pereira pela conquista do Campeonato Nacional "Karate ProRanking" foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelo 150.º aniversário da Irmandade do Império do Espírito Santo do Galinho do Porto Judeu.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Toste.

Deputado José Miguel Toste *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação
Pelo 150.º aniversário da Irmandade do Império do Espírito Santo do Galinho do Porto Judeu

O Império do Galinho, na Vila Porto Judeu, tendo por referência a data dos seus estatutos, foi criado a 10 de outubro de 1874, tendo correspondido inicialmente a uma estrutura em madeira. O seu atual edifício remonta a 1933.

O Império do Galinho teve um relevante papel para instrução primária na Vila do Porto Judeu, pois, por iniciativa de alguns irmãos, esta instituição comprou e posteriormente cedeu ao município de Angra do Heroísmo o terreno em que foi construída a escola Brianda Pereira, que serviu e educou muitos Terceirenses.

O Império do Galinho celebra as festas do Divino Espírito Santo nos Domingos de Pentecostes e da Trindade, e para os seus irmãos é sempre uma honra organizar uma semana de festa e assim dar continuidade às tradições de anteriores gerações de irmãos, sendo uma semana de partilha, reflexão e de oração, ou seja, um período de louvor ao Espírito Santo.

Como já é tradição, ao longo destes 150 anos, na sexta-feira é feito um pequeno desfile com um bezerro enfeitado, onde é benzido, seguindo os irmãos do bodo e os convidados para o habitual jantar do bezerro que normalmente é servido no

edifício da antiga Escola Brianda Pereira.

No sábado são distribuídas as Irmandades, o pão, a carne o vinho, é entregue em casa de cada irmão, tendo igualmente lugar nesse dia a mais peculiar tradição do Galinho, designado de dia do "molho".

Em caso de haver promessa de Coroação, esta tem lugar logo após a eucaristia dominical, fazendo-se de seguida uma procissão da Igreja até ao Império, onde é distribuído o chamado pão dos pobres, que é entregue a todos os presentes. Após a distribuição, os convidados dirigem-se ao local para o almoço, onde é servida a tradicional sopa do Espírito Santo.

Ao entardecer do domingo, as portas do Império estão abertas a todos e é já no segundo bodo que, após esta confraternização, são apresentadas as contas e nomeados os mordomos para o ano seguinte.

A Irmandade do Império do Espírito Santo do Galinho do Porto Judeu tem resistido às mudanças dos tempos e mantem as suas tradições.

Esta é uma Irmandade que se preza em servir não só os seus irmãos, mas igualmente todos aqueles que necessitam de ajuda.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se pela comemoração do 150.º aniversário da Irmandade do Império do Espírito Santo do Galinho do Porto Judeu, fazendo votos para que esta instituição de enorme relevância para a Vila do Porto Judeu continue de futuro a servir o propósito de louvor ao Espírito Santo.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Irmandade do Império do Espírito Santo do Galinho, assim como à Junta e Assembleia de Freguesia da Vila de Porto Judeu.

Horta, Sala das Sessões, 11 de julho de 2024.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* O Sr. Deputado Paulo Gomes também vai falar sobre o Galinho do Porto Judeu?

(*) Deputado José Pacheco *(CH):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Chega, naturalmente, associa-se a este voto dos 150 anos da Irmandade do Divino Espírito Santo do Galinho, enaltecendo a comunidade do Porto Judeu, mas também relevando aquilo que são 150 anos da cultura popular açoriana.

Enquanto outros só funcionam se os contribuintes lá puserem dinheiro, o bom povo açoriano funciona seja em que circunstâncias for.

Sempre com a bênção do Divino Espírito Santo, a maior tradição dos Açores, a que mais une todas as ilhas, é de enaltecer os 150 anos. E que venham muito mais do que 150.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado Paulo Chaves, faça favor, tem a palavra.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* O Sr. Deputado Paulo Gomes também pode descansar um bocadinho…

(*) Deputado Paulo Chaves *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se, com naturalidade, a este voto pelos 150 anos da Irmandade do Império do Espírito Santo do Galinho do Porto Judeu.

E é bom salientar que 150 anos numa irmandade de um império é algo que não acontece todos os dias. E também referir a importância que os impérios têm na cultura açoriana, neste caso em concreto na freguesia do Porto Judeu.

E eu, enquanto jovem, queria só deixar aqui um desejo: gostaria também que, daqui a uns anos, estivéssemos todos aqui novamente a apresentar um voto sobre este império, sobre esta irmandade, porque seria sinal de que a cultura perduraria no tempo.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sras. e Srs. Deputados, estamos a votar.

Faça favor, Sra. Secretária, para o anúncio da votação.

Secretária: O voto de congratulação pelos 150 anos da Irmandade do Império do Espírito Santo do Galinho do Porto Judeu foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo CDS-PP à atleta Natacha Candé. É apresentado pelo Sr. Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

À atleta Natacha Candé pelo recorde nacional de salto em altura no escalão Sub-18

Decorreu no passado fim de semana, no Complexo Desportivo Fernando

Mamede, em Beja, a 75.ª edição dos Campeonatos Nacionais de Atletismo Sub-18, contando com a participação de mais de 500 atletas de 130 clubes.

Na competição, a jovem atleta Natacha Candé, do Clube Desportivo e Cultural Juventude Ilha Verde, de Ponta Delgada, conquistou o primeiro lugar no salto em altura com 1,80 metros, estabelecendo um novo recorde nacional, superando em um centímetro o recorde anterior de 1,79 metros pertencente à atleta Marisa Anselmo desde 11 de maio de 2002, até agora nunca superado.

Ainda no passado fim de semana, na prova do lançamento do peso, há a assinalar a conquista do ouro pela jovem atleta, que atirou a bola de 3 kgs a 14,82 metros, marca registada no quinto arremesso. Lembremos que, já em 2023, Natacha havia ganho a prova de peso com 13,95 metros.

Refira-se que a participação de Natacha Candé nos Campeonatos Nacionais de Atletismo Sub-18 de 2024, decorridos em Beja, se inseriu na seleção da Associação de Atletismo de São Miguel, constituída por sete atletas.

O percurso da jovem atleta lagoense Natacha Candé, nascida em 25 de janeiro de 2007, merece a nossa maior atenção. Desde os escalões mais baixos, diz quem a acompanha, que evidencia um grande talento para a prática do atletismo, que se tem traduzido numa sucessão de recordes regionais e nacionais.

No ano de 2023, Natacha foi campeã nacional de sub-18 no heptatlo, uma competição de sete provas reconhecida pela elevada exigência. Foi também a campeã portuguesa no lançamento do peso, no salto em altura e nas provas combinadas, sendo quinta classificada no Torneio Ibérico e oitava no heptatlo no European Youth Summer Olympic Festival, em Maribor, na Eslovénia, ambas em representação do nosso País, Portugal.

No mesmo ano, ganhou o Triatlo Jovem Nacional em representação dos Açores, na cidade de Pombal. Foi primeira nas três provas com a melhor marca de sempre, somando 2478 pontos.

Já em 2024, em Ourense, Espanha, a atleta do Clube Desportivo e Cultural

Juventude Ilha Verde conquistou a Taça Ibérica de provas combinadas em pista coberta.

Nos dias 8 e 9 de junho de 2024, participou no Campeonato Regional da Associação de Atletismo de Lisboa, na componente de Provas Combinadas, em representação da Associação de Atletismo de São Miguel. Ali venceu a prova de heptatlo ao ar livre, com 5550 pontos, figurando como a terceira melhor marca europeia do ano. Os resultados obtidos neste campeonato permitiram à jovem atleta garantir a sua qualificação para o Campeonato Europeu de Sub-18, a ter lugar muito em breve em Banska Bystrika, na Eslováquia, entre 18 e 21 de julho.

No seu jovem mas já brilhante percurso desportivo, Natacha Candé conta igualmente com o título de campeã portuguesa de pentatlo em sub-18, tendo-se também destacado na categoria acima, os sub-20, além de outras vitórias e recordes pessoais.

Por este conjunto de sucessos, uma palavra de reconhecimento desta Assembleia é também devida ao seu treinador, José Neves, que muito tem feito em prol da prática do atletismo.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação à atleta Natacha Candé pela obtenção do recorde nacional de salto em altura no escalão sub-18, desejando os maiores sucessos para a sua comparência no Campeonato Europeu de Sub-18 que se avizinha.

Deste voto deve ser dado conhecimento à atleta, ao Clube Desportivo e Cultural Juventude Ilha Verde, à Associação de Atletismo de São Miguel, à Federação Portuguesa de Atletismo e à Direção Regional do Desporto.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 11 de julho de 2024.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Russell Sousa.

(*) **Deputado Russell Sousa** *(PS):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Clube Desportivo e Cultural Juventude Ilha Verde foi fundado em 2012 e já conta com mais de 400 atletas nos seus quadros de formação. Um clube que, ao longo da sua curta história de existência, tem vindo a formar atletas vencedores nas várias modalidades de atletismo.

A Natacha é um claro exemplo de que, com trabalho e dedicação, é possível alcançar o topo na nossa Região. O que a Natacha tem vindo a alcançar é um motivo de orgulho para todos os açorianos que praticam desporto e têm a sua vertente no atletismo.

Ainda aproveitamos este momento para nos associarmos ao voto do CDS e desejar os maiores sucessos à Natacha no Campeonato Europeu de Sub-19 que se irá realizar na próxima semana.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado** *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Naturalmente, o Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto de congratulação aos feitos desportivos da atleta da Juventude Ilha Verde, Natacha Candé.

Associo-me de forma muito particular a este voto, pela circunstância não só de ser Presidente da Assembleia Geral da Federação de Atletismo, mas também por ter sido praticante de salto em altura, por sinal também campeão nacional, mas de

juvenis.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: E este feito da Natacha Candé vem na senda de um conjunto de atletas micaelenses que se têm destacado, sobretudo na especialidade dos saltos, lembrando que ela renova um feito alcançado por Margarida Raposo em 1979, na altura a primeira campeã nacional que os Açores lograram ter na modalidade do atletismo e também no salto em altura.

Nós auguramos um grande futuro a esta atleta. E, seguramente, o país irá notar, dentro de poucos anos, os sucessos, seguramente no heptatlo, porque as aptidões atléticas da Natacha Candé não se ficam pelo salto em altura, verificam-se também noutras disciplinas do atletismo, o que lhe permitirá, seguramente, ter muitos sucessos no heptatlo.

Um destaque também para o trabalho que o professor José Neves, seu treinador, tem vindo a realizar, sobretudo no último ano, que mereceu um trabalho a tempo inteiro, que lhe foi permitido por dispensa do Governo Regional, para trabalho com atletas de grande potencial, como é o caso da Natacha Candé.

Disse.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação à atleta Natacha Candé pelo recorde nacional de salto em altura no escalão sub-18 foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerramos assim os votos de congratulação. Passamos aos votos de pesar. O primeiro deles é pelo falecimento de Joana Marques Vidal, subscrito por todos os Grupos e Representações Parlamentares. Cumpre-me a mim apresentar este voto.

Voto de Pesar
Pelo falecimento de Joana Marques Vidal

A primeira mulher a liderar a Procuradoria-Geral da República Portuguesa faleceu no passado dia 9 de julho, aos 68 anos, no Hospital de São João, no Porto, após várias semanas internada em coma.

Maria Joana Raposo Marques Vidal nasceu a 31 de dezembro de 1955, em Coimbra, filha do juiz jubilado José Marques Vidal e de Maria Ribeiro Raposo.

Licenciada em Direito pela Universidade de Lisboa entre 1973 e 1978, frequentou a Pós-Graduação de Proteção de Menores, Prof. Doutor F. M. Pereira Coelho, da Universidade de Coimbra e o Curso de Pós-Graduação em Jornalismo Judiciário, da Universidade Lusófona de Lisboa.

Magistrada do Ministério Público de carreira, iniciou funções em 1979, tendo estagiado nas comarcas de Coimbra, Lousã e Arganil. Exerceu funções em Vila Viçosa, Seixal e Cascais, como Delegada do Procurador da República, tendo sido a primeira Presidente da então Comissão de Proteção de Menores de Cascais.

Em janeiro de 1994, Joana Marques Vidal foi promovida a Procuradora da República, onde foi colocada no círculo de Lisboa, assumindo as funções do Ministério Público no Tribunal Criminal da Boa-Hora. Posteriormente, assumiu a coordenação dos Tribunais de Família, de Menores, do Tribunal de Execução de Penas e do Tribunal de Pequena Instância Criminal, tendo depois assegurado as funções de Procuradora da República Coordenadora dos Magistrados do Ministério Público do Tribunal de Família e Menores de Lisboa, até 2002.

Entre 2002 e 2004, exerceu funções de Diretora-Adjunta do Centro de Estudos Judiciários, instituição onde foi docente durante três anos, a tempo parcial, na área de Família e Menores.

Seria promovida a Procuradora-Geral Adjunta em 21 de junho de 2004. Neste período, exerceu funções como Auditora Jurídica do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores e, em acumulação, do Ministério Público no Tribunal de Contas, na Secção Regional dos Açores, em Ponta Delgada, assim como Coordenadora do Ministério Público na Jurisdição de Família e Menores da Região Autónoma dos Açores.

Nos Açores, deixou um legado incontornável de compromisso para com a Justiça, com especial relevo à proteção de crianças e jovens e à sua atuação em matéria de crimes nas áreas da Infância, da Juventude e da Violência Doméstica.

Foi vogal do Conselho Superior do Ministério Público, membro da Direção e Presidente da Assembleia Geral do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.

Foi oradora em diversas conferências e cursos de Pós-Graduação e Mestrados em muitas universidades de Portugal Continental e ilhas, nomeadamente na Universidade de Coimbra, na Universidade Nova de Lisboa, na Universidade do Minho, na Universidade dos Açores, entre outras.

Joana Marques Vidal foi a primeira mulher a presidir à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), entre 2007 e 2012, um exemplo evidente do seu compromisso para com a justiça e para com a defesa dos direitos das vítimas de crime, tendo também sido Vice-Presidente da Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família — CrescerSer, até outubro de 2012.

Na mesma altura, assumiu a liderança do Ministério Público para um mandato de seis anos, sendo a primeira mulher a ocupar esta posição, por nomeação do então Presidente da República Aníbal Cavaco Silva.

Deixou a liderança do Ministério Público em outubro de 2018, tendo sido, dias

após o fim do mandato, condecorada pelo Presidente da República com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo, em louvor dos serviços prestados no exercício das suas funções, cuja determinação e compromisso com a Justiça foi inegável.

Com um percurso notável e por todos reconhecido, Joana Marques Vidal enfrentou questões complexas como a corrupção, a criminalidade organizada e o tráfico de droga, implementou um conjunto de reformas e melhorou a eficácia do Ministério Público, com o intuito de promover uma atuação transparente, acessível e responsável.

Posteriormente, assumiu funções como representante na Procuradoria-Geral da República no Ministério Público do Tribunal Constitucional, até 15 de maio de 2021, tendo trabalhado em áreas de constitucionalidade e fiscalização de financiamentos políticos. Era, nesse momento, Procuradora-Geral Adjunta Jubilada.

Foi um exemplo de liderança, equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, e teve uma carreira brilhante no Ministério Público. O seu compromisso cívico e integridade inabalável inspiraram a Justiça em Portugal.

Joana Marques Vidal foi uma líder inovadora. O seu serviço à Justiça Portuguesa, marcado por dedicação incomparável e uma abordagem assertiva e transparente na resolução de problemas institucionais, continuará a influenciar o sistema judicial português e todos os que trabalham na área em Portugal.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe a aprovação deste voto de pesar pelo falecimento de Joana Marques Vidal, honrando a sua memória e apresentando respeitosas condolências à sua família.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família, à Procuradoria-Geral da República, ao Ministério da Justiça, à Procuradoria da República da Comarca dos Açores e ao Representante da República para a Região Autónoma dos Açores.

Horta, 10 de julho de 2024.

(Pausa)

Apresentado o voto, pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.
Secretária: O voto de pesar pelo falecimento de Joana Marques Vidal foi aprovado por unanimidade.
Presidente: O próximo voto de pesar é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelo falecimento de António Augusto de Oliveira Nogueira.
Tem a palavra a Sra. Deputada Inês Sá.
Deputada Inês Sá *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar
Pelo falecimento de António Augusto de Oliveira Nogueira

António Augusto de Oliveira Nogueira faleceu em 8 de julho de 2024, aos 91 anos. Conhecido carinhosamente pelos faialenses como "O Nogueira", nasceu na cidade do Porto e estabeleceu-se na Horta há mais de sessenta anos. Em 1962, casou-se com uma professora da ilha do Pico. Trabalhou como optometrista, tendo aberto e gerido a Óptica Fayalense nas ilhas do Faial e do Pico.
António Nogueira era um empreendedor com visão de futuro, mantendo sempre

seu negócio atualizado e atendendo os faialenses com simpatia e profissionalismo. Continuou a trabalhar mesmo após a idade da reforma, encerrando a Óptica Fayalense apenas após a morte de sua esposa.

Além da sua carreira, teve uma presença marcante na sociedade faialense, com participação ativa em áreas como o desporto, cultura e política. No desporto, foi guarda-redes, treinador de futebol e dirigente do Fayal Sport Club, contribuindo para a construção da sede-ginásio do clube. Também foi jogador e treinador de voleibol, orientando uma equipa do Sporting Club da Horta na década de 1980 que obteve sucesso nas competições locais.

Como Delegado de Desporto da Horta, impulsionou o Futebol Clube dos Flamengos, clube com o qual se envolveu ativamente. Na cultura, realizou o filme sonoro e colorido "O Milhafre a Avezinha", baseado num texto de Amílcar Goulart, com a participação de amadores faialenses.

Na política, apesar de se declarar um socialista convicto, Nogueira candidatou-se à Câmara Municipal da Horta pelo CDS em 1997.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 11 de julho de 2024, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de António Augusto de Oliveira Nogueira, destacando o seu percurso de vida profissional, assim como a sua participação cívica através do desporto, da cultura e da política.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua família, aos órgãos sociais do Fayal Sport Clube, do Futebol Clube dos Flamengos, do Sporting Club da Horta, à Comissão Política da ilha do Faial do CDS/PP e à Câmara Municipal da Horta.

Horta, Sala das Sessões, 11 de julho de 2024.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Salomé Matos, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputada Salomé Matos *(PSD):* Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao voto de pesar aqui lido pela Sra. Deputada Inês Sá, lamentando a perda de um conhecido empresário da ilha do Faial, que com a sua perspicácia conseguiu manter o seu espaço comercial ao longo de várias décadas e ao serviço quer dos faialenses, quer dos picoenses.

Reconhecendo também aquele que foi o seu percurso cívico nas áreas do desporto, da política, da cultura, aqui bem explanadas no voto, endereçamos então as nossas sentidas condolências à família e aos amigos, prestando também a nossa homenagem a este cidadão.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Obrigada, Sr. Presidente.

Naturalmente, o Grupo Parlamentar do CDS associa-se a este voto.

Sem dúvida, uma pessoa que se envolveu em diversas instituições, em diversas causas e sempre participou na sociedade faialense de forma ativa.

E endereçamos as nossas condolências à família.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Creio que não. Vamos então votar este voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar pelo falecimento de António Augusto de Oliveira Nogueira foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar é pelo falecimento do Sr. Durval Carlos

Simas Faria. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Costa Dias.

Deputada Sandra Costa Dias *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento de Durval Carlos Simas Faria

Faleceu, a 27 de maio, na Casa de Saúde de Nossa Senhora da Conceição, em Ponta Delgada, o Sr. Durval Carlos Simas Faria, aos 83 anos, natural do concelho de Lagoa. Era casado com Maria do Santo Cristo de Medeiros Almeida Faria. Pai de Durval Carlos Almeida Faria, casado com Ana Cristina Raposo Gouveia. Avô de Lourenço Gouveia Faria.

Durval Carlos Simas Faria dedicou grande parte da sua vida ao serviço público, mais de 40 anos, demonstrando um compromisso inabalável com o concelho que o viu nascer.

Em 1977 dá início à sua atividade ligada ao Poder Local como vereador e membro da Assembleia Municipal de Lagoa e, posteriormente, como presidente da Junta de Freguesia do Rosário, eleito pelo Partido Socialista. O seu trabalho pautou-se sempre por um grande espírito de entrega e dignidade, dedicou-se com afinco ao desenvolvimento da freguesia do Rosário e ao bem-estar da sua população.

O seu percurso como autarca é por todos valorizado e reconhecido, deixa uma marca indelével na freguesia do Rosário e no concelho da Lagoa, fruto de um trabalho intenso, de uma enorme dedicação que hoje exaltamos e, reconhecidamente, relembramos.

A sua liderança foi sempre guiada por princípios de integridade dedicação. Durval Carlos Simas Faria foi e permanecerá como uma referência, sempre disponível para ouvir as necessidades da população e trabalhar, incansavelmente, para

atendê-las. O seu legado está presente nas obras e projetos que implementou, mas, acima de tudo, na maneira como tocou a vida das pessoas com a sua empatia e humanidade.

Hoje recordamos com gratidão e respeito a vida de Durval Carlos Simas Faria, cientes de que o contributo dado à sua comunidade não será esquecido, e que o mesmo possa inspirar todos os que se dedicam ao serviço público de forma dedicada e altruísta.

Prestamos homenagem à sua memória e manifestamos o nosso profundo pesar à família enlutada, aos seus amigos e a toda a comunidade da freguesia do Rosário.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de julho de 2024, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Durval Carlos Simas Faria.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua família, à Junta de Freguesia do Rosário e à Câmara Municipal de Lagoa.

Horta, Sala das Sessões, 11 de julho de 2024.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Rúben Cabral, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Rúben Cabral *(PSD):* Muito bom dia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para associar a bancada do Partido Social Democrata a este voto de pesar pelo falecimento de um distinto lagoense, o Sr. Durval Faria.

Qualquer falecimento na nossa sociedade merece o nosso pesar, não será diferente o falecimento do Sr. Durval Faria, que dedicou mais de 40 anos da sua vida ao

serviço público, ao serviço da Lagoa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos votar este voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar pelo falecimento de Durval Carlos Simas Faria foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Encerramos assim a apresentação e votação de votos.

Sras. e Srs. Deputados, eu gostava de vos informar que estão a acompanhar os nossos trabalhos um conjunto de jovens de várias ilhas dos Açores, nomeadamente das Flores, de São Miguel, da Terceira e do Faial, que estão cá no âmbito de uma iniciativa de formação cívico-política, de uma estrutura partidária, designadamente a Juventude Social Democrata. Estarão hoje a acompanhar os nossos trabalhos da parte da manhã e da parte da tarde estarão no nosso museu. Eu queria saudá-los em nome desta Assembleia e agradecer a vossa visita. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados e Membros do Governo)

Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo antes de iniciarmos as declarações políticas. Regressamos às 11 horas e 40 minutos.

Eram 11 horas e 15 minutos.

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos com as declarações de políticas.

Eram 11 horas e 43 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para fazer a sua declaração política.

Deputado Pedro Neves *(PAN):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A década que estamos a viver foi declarada pelas Nações Unidas como a década do Oceano, e no passado dia 8 de junho comemorou-se o Dia Mundial dos Oceanos, tema que está mais do que na ordem do dia, especialmente se tivermos em conta o tsunami de notícias que nos invadiu nos últimos tempos, colocando os assuntos do mar dos Açores na prioridade das nossas agendas.

É pacificamente aceite que as matérias respeitantes ao Oceano são um "hot topic", desde logo por ser indissociável das problemáticas da emergência climática.

O Oceano é o nosso maior parceiro no combate à emergência climática e mitigação das alterações climáticas, fruto da sua capacidade, quase heroica, de sumidouro de carbono.

Todavia, o mesmo está em apuros, emitindo frequentes sinais de alerta sobre a redução da sua capacidade de absorver carbono, como é o caso da acidificação, resultado excesso de dióxido de carbono emitido, que é também responsável pelo aquecimento global.

O Oceano acumula, quer o papel de vítima do aquecimento global, quer a função de soldado-chave nesta guerra contra a crise climática. No entanto, apela-se à mudança de paradigma, armando o oceano para a guerra das nossas vidas: a emergência climática.

No fim do mês de maio, foi emitida uma decisão histórica pelo Tribunal Internacional do Direito do Mar. Este, de forma unânime, se pronunciou

estabelecendo um nexo de causalidade entre o clima e a saúde dos oceanos, reforçando as obrigações dos países em proteger e preservar os oceanos dos impactos das alterações climáticas e acidificação. Uma ameaça aos direitos anos, especialmente dos estados costeiros e insulares.

Litigar a emergência climática passa por litigar a saúde do Oceano, mobilizando os cidadãos para enfrentar a crise climática e defesa dos direitos básicos, testando soluções em contrarrelógio. Afinal, estamos no "sprint" final para a meta do ponto de não retorno.

Enquanto região arquipelágica, em que o mar é a nossa paisagem quotidiana e o elemento que socorre a nossa identidade de povo insular, temos o ónus de promover ações que potenciem a heroica capacidade do Oceano no combate à emergência climática.

O objetivo é passar do modelo extractivista para um protecionista, fazendo uma eficiente gestão dos múltiplos fatores de stress oceânico, aumentando a resistência sócio-ecológica, através de políticas que combatam a proliferação do lixo marinho, especialmente de plástico, reduzam a utilização de fertilizantes na agricultura, cujos nutrientes escorrem até ao oceano incitando a proliferação de algas, criando zonas mortas; e que combatam a sobrepesca, pesca ilegal e pesca destrutiva.

Enquanto potência marítima, reza a história que o mar sempre foi o nosso aliado de eleição nos nossos maiores feitos. A nação que fomos e que somos encontra no mar o seu maior parceiro. Por isso, agir localmente tem um impacto global e pode qualificar-nos como guardiões do oceano.

Incentivar o Tratado para o Alto-Mar e liderar, por exemplo, o processo de ampliação das áreas marinhas protegidas, por forma a proteger-se 30 % do Oceano até 2030, devem ser objetivos chave para os Açores visando a salvaguarda do património comum, especialmente se considerada a nossa posição geoestratégica no Atlântico.

Porém, se recuarmos à análise das dotações orçamentais regionais para a economia azul, constata-se que essa importância não está vertida nos documentos, desde logo por ser parco o investimento em literacia oceânica e pelo dececionante papel da Escola do Mar nas políticas marítimas, subsistindo a dúvida quanto à transição de modelos económicos.

O que não se entende, sobretudo quando temos um laboratório natural azul de excelência, singularmente valorizado pela academia açoriana, com uma produção científica que alerta para a necessidade de se adotar uma visão protecionista do nosso capital natural azul.

Contudo, e como se não bastasse o natural desafio climático que nos impele à adoção de políticas azuis protecionistas, foi colocada em crise a nossa legitimidade na defesa do nosso maior ativo: o Mar dos Açores.

A instabilidade da Lei do Mar não só dificulta o robustecimento de qualquer política regional azul, como fere a nossa autonomia, principalmente quando está em causa a nossa legitimidade para gerir e decidir sobre todo e qualquer espaço do nosso território azul, que representa mais de 50 % da Zona Económica Exclusiva (ZEE) portuguesa, sendo a quinta maior da Europa.

Nestes jogos de tronos, estaremos a viver os Descobrimentos 2.0, em que António Costa vendeu o Mar dos Açores à Europa para execução de uma estratégia azul que pretende colonizar o nosso Mar com o desígnio de saquear os recursos vivos e não vivos, como os minerais, colocando a Europa na liderança do mercado mundial de minerais?

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Misericórdia Senhor! Credo!

O Orador: Vamos ter de pagar bilhete à República para mergulhar no nosso charco?

A par das necessidades da emergência climática, em que o nosso Mar é o nosso maior trunfo, somos agora confrontados com a tentativa de esbulho do Mar dos Açores.

O que a história recente nos tem demonstrado é que de São Bento nem bom vento, nem bom casamento.

À cautela, é mais do que tempo de agir de forma prevencionista e definir uma estratégia para combater ameaças externas — climáticas ou políticas —, para não ficarmos à mercê das conservadoras decisões do Ratton e interesses centralistas sujeitos a Bruxelas.

Obrigado.

Deputado Nuno Barata *(IL):* Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está realizada a declaração política. Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado José Pacheco *(CH):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quanto ao nosso mar e apenas vou-me focar na sua expressão "de São Bento nem bom vento, nem bom casamento", muito mais que as alterações climáticas, preocupa-me mesmo esses centralismos, porque são esses que estão a destruir este nosso quintal, esta área imensa que nós temos à nossa frente. Isto é que nos preocupa imenso. Este mar é nosso. A gestão deste mar tem que ser nossa. E nós temos de ter uma palavra a dizer nisto. E daqui não saímos. E daqui não desistimos. Nós não podemos entregar a outros, especialmente a estrangeiros, a gestão do nosso mar ou a exploração do nosso mar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor, tem a palavra

(*) **Deputada Salomé Matos** *(PSD):* Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O tema da declaração política que aqui nos traz o Sr. Deputado Pedro Neves é um tema sempre atual, um tema que, como também ele próprio referiu, tem merecido destaque em vários fóruns, nomeadamente nas recentes comemorações do Dia de Portugal.

A bancada do Grupo Parlamentar do PSD gostaria de abordar este tema, abordando várias dimensões, também elas versadas na declaração política que o PAN nos trouxe.

Este é um tema que efetivamente nos tem unido nesta Casa, em várias tomadas de posições. O Parlamento tem estado maioritariamente unido naquela que é a defesa dos direitos dos açorianos sobre o mar que rodeia as nossas ilhas. E a prova de que este assunto é importante e de que o Parlamento está vigilante é efetivamente a frequência com que este assunto é abordado nesta Casa. Esta é uma certeza, estamos unidos.

Estamos hoje melhor do que no passado. Temos à data de hoje um Governo Regional, nomeadamente na pessoa do Sr. Presidente José Manuel Bolieiro, que tem, reiteradamente, afirmado aquilo que é uma defesa intransigente, não admitindo que a Região Autónoma dos Açores seja de alguma forma eliminada naquilo que é uma gestão partilhada que se pretende para o mar dos Açores, tecendo duras críticas àquilo que foi o acórdão de 2022, que bem conhecemos e que várias forças políticas também censuraram. E, portanto, esta decisão continua

a merecer o nosso repúdio.

Ainda a propósito desta situação, recentemente, um constitucionalista, não há muitos dias, referia que, de facto, poderia haver a necessidade ou idealmente as regiões autónomas deveriam indicar um representante para o Tribunal Constitucional…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: … por forma a evitar aquela que tem sido uma tendência, que é o máximo para o Estado, o mínimo para a Região.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Reforça também a necessidade de uma revisão constitucional, tendo em conta o histórico que temos de vermos o nosso Estatuto Político-Administrativo, grosseiramente, desrespeitado.

Historicamente, no que às revisões constitucionais diz respeito, fomos, ao longo dos anos, assistindo a um crescente aumento naquilo que são as competências da Região Autónoma, mas ainda assim continuamos a ver que, silenciosamente, a Constituição retira ou pretende retirar à Região Autónoma e aos seus protagonistas uma voz ativa.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* A Constituição?!

A Oradora: Temos uma Secretária de Estado Mar que defende uma gestão integrada do mar com a participação ativa das regiões autónomas. Deu voz a essa posição também ainda recentemente, no dia 10 de junho, onde informou que Portugal aderiu à Aliança Internacional de Combate à Acidificação dos Oceanos, também uma preocupação trazida aqui pelo Sr. Deputado Pedro Neves. De facto, esta é uma iniciativa voluntária, que junta governos e vários atores não governamentais com vista ao combate à mitigação da acidificação do oceano, com claros ganhos naquilo que é a preservação da saúde dos oceanos.

Temos um Representante da República, que tem apelado a um diálogo e a uma cultura de diálogo e de consulta entre os órgãos, sejam regionais, sejam nacionais,

também tendo manifestado aquilo que é uma posição intransigente contra quaisquer decisões unilaterais com que a Região se possa confrontar.

Temos um Governo da República, que assumiu recentemente também como prioritária a aprovação do Plano de Situação de Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional e do Espaço Marítimo dos Açores, que é um capítulo também fundamental para os açorianos, que esperou demasiado tempo para ser finalizado, e que o Governo Regional teve a iniciativa e que aguardará, esperemos que para breve, a tão esperada aprovação.

A importância do conhecimento científico para esta leitura e esta posição que temos da importância…

Presidente: Agradeço que termine.

A Oradora: … de proteger os oceanos, de facto, advêm daquilo que é o conhecimento científico.

E, por último, dar nota, também fazendo referência àquelas que foram as comemorações do dia 8 de junho, que a Universidade dos Açores, a Secretaria Regional do Mar e Pescas e a Direção Regional das Políticas Marítimas dinamizaram, onde, de facto, pudemos confrontar com o facto de que os oceanos estão sujeitos a múltiplas ameaças, que importa combater por via da definição de áreas marinhas protegidas.

E, portanto, a minha última palavra era, de facto, uma palavra de congratulação e de reconhecimento àquilo que tem sido o papel da investigação como pilar para todo o conhecimento que hoje detetemos e que nos permite tomar decisões acertadas com vista a um futuro mais promissor.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em boa hora, a Representação Parlamentar do PAN traz uma declaração política relativa às questões ligadas ao mar, seja do ponto de vista ambiental, económico e até, naturalmente, do ponto de vista das competências e da gestão do mesmo.

Ora, nesta intervenção não posso deixar de começar pelo que significa o mar para os Açores do ponto de vista económico, mas também do ponto de vista ambiental e da necessidade, que é absolutamente imperiosa, de compatibilizarmos todas essas questões.

Em primeiro lugar, nós não teremos uma economia ligada ao mar se não tivermos o mar em condições ambientais ótimas. E esse desafio é o desafio atual e mais premente. Criar áreas marinhas protegidas e geri-las bem, não só no papel, porque de nada servem no papel. Fiscalizá-las e geri-las é fundamental.

Deputado Flávio Soares *(PSD):* Esse diploma está em discussão, Sr. Deputado!

O Orador: Mas, ao mesmo tempo que se faz isso e ao mesmo tempo que elas sejam aprovadas e criadas, para além daquelas que já existem, é fundamental que do ponto de vista económico as soluções sejam apresentadas, discutidas e aprovadas, nomeadamente no que isso significa para as atividades extrativas, nomeadamente a pesca, porque não haverá uma luta eficaz pela sustentabilidade do mar se todos os operadores económicos, pescadores, operadores do ponto de vista turístico, do ponto de vista de transportes, não estiverem no mesmo barco. Isso é fundamental que assim seja. Não podemos fazer a proteção do oceano se não tivermos todos de acordo com o caminho a seguir. E isso tem de ser feito.

Não posso deixar de dizer que também é preciso gerir muito bem aquilo que são os *timings* e as expetativas. Eu não posso deixar de dizer que foi o Governo da coligação que anunciou que até 2023 queria 30 % do mar protegido. Nós estamos

em 2024. Essas questões não podem ser tratadas assim. Anunciar para fazer páginas nos jornais e não cumprir não é a forma de governar e não é a forma de gerir as políticas marítimas. Não é.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Foi porque chumbaram o Orçamento, não foi?!

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Bem lembrado!

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Foi por causa do Orçamento!

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Significa que vai aprovar o próximo Orçamento, é isso?

O Orador: É um erro, só prejudica a imagem dos Açores e, acima de tudo, prejudica o caminho que é preciso fazer no que diz respeito às questões ambientais.

Também não posso deixar de dizer que, do ponto de vista da gestão do ordenamento e das competências, temos desafios enormes pela frente. O programa do atual Governo da República, sobre matéria do mar, não tem uma palavra sobre a necessidade de rever nem o quadro constitucional nem sequer a Lei de Bases do Ordenamento do Espaço Marítimo.

Deputado Flávio Soares *(PSD):* O Bloco de Esquerda o que é que fez quando esteve com o Governo de Costa?

O Orador: Fala-se em condições legais para uma gestão integrada do mar, fala-se no ordenamento e na gestão efetiva, no planeamento, mas nada se fala em alterar esse quadro legal. Ora, sem alterar esse quadro legal, os Açores continuam a ser meros espetadores de uma gestão que se fará a partir do Terreiro do Paço. E com isso nós não podemos compactuar.

Mas também é fundamental não ter ilusões sobre o tempo atual e sobre quais são as melhores estratégias para lidar com esta situação. Trabalhou-se numa revisão constitucional na legislatura passada, e muito bem, mas é preciso olhar para as condições políticas no país para qualquer revisão constitucional. E essas condições parecem ser as piores de sempre.

Isso não significa que a Lei de Bases de Gestão e Ordenamento do Espaço Marítimo, a chamada Lei do Mar, esteja gravada na pedra e não se possa trabalhar para alterá-la. E é esse o desafio que temos pela frente. Não podemos ficar à espera de que haja uma possível revisão constitucional, que não se sabe quando, quando há uma lei que tem muito mais possibilidades… Apesar do cariz centralista que o Tribunal Constitucional tem tido na leitura no que diz respeito ao direito marítimo e no que diz respeito às competências da Região, a Região tem de continuar a lutar sobre esta matéria. A esse respeito, há uma comissão criada neste Parlamento relativamente às questões do mar. É altura de essa comissão começar a trabalhar. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila, faça favor.

(*) Deputado José Ávila *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O mar dos Açores é de uma imensidão ainda desconhecida, é muito para além do que a nossa vista alcança. A extensão natural das ilhas representa mais de quatrocentas vezes a sua dimensão terrestre.

A localização estratégica do arquipélago, no cruzamento de três placas continentais, que tantas preocupações nos dá em tempos de crise sísmica, como aquela que está a acontecer agora, também nos dá responsabilidades imensas na sua gestão e também na sua fiscalização.

Há uma grande concentração de biodiversidade de espécies subaquáticas, sendo prova disso mesmo a descoberta de mais de quinze espécies por um grupo de investigação do mar profundo, que concluiu também que os Açores são um habitat privilegiado de corais e esponjas de água fria, que, segundo os cientistas, têm um papel nos ecossistemas semelhante às florestas terrestres.

Outro desafio que está sempre presente nas preocupações dos açorianos e em quem os representa é a sua gestão. É unânime nesta Casa que os Açores têm de

ter um papel na sua gestão, pugnando por uma gestão partilhada, porque esse imenso mar é, neste momento, fundamental para os açorianos em termos económicos, pelas atividades da pesca, do turismo e pela biodiversidade, investigação científica, educação e formação.

Aliás, essa figura de gestão partilhada, que é determinante, está prevista no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, mas até agora não foi possível definir um quadro normativo satisfatório entre a República e as Regiões. De facto, o Tribunal Constitucional declarou inconstitucionais duas normas da Lei do Mar, aprovada em 2020, que defendia esse tipo de gestão, com a consideração de que essa é uma competência exclusiva da República.

Agora, Sras. e Srs. Deputados, que não haja dúvida nenhuma, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista estará sempre do lado certo e sem vacilar estará sempre do lado dos açorianos e dos Açores, seja qual for o Governo da República. Estaremos sempre contra as intenções centralistas. E não se pense que não as há em todos os partidos.

Soube-se agora que o representante da Região Autónoma dos Açores na Comissão do Domínio Público Marítimo não participou na sessão em que foi votado e aprovado o parecer invocado pelo anterior Governo. Este assunto é deveras importante para que a Região estivesse presente, mas não foi isso que aconteceu. Foi por unanimidade que esta comissão se pronunciou sobre o princípio da unidade de estado e de matérias não regionalizáveis, portanto, contra os nossos interesses.

A pergunta que se deixa é se o desfecho seria o mesmo se o Governo se tivesse feito representar e se argumentasse a nosso favor.

Pela resposta a um requerimento, fiquemos a saber que a Região Autónoma dos Açores votaria contra e apresentaria uma declaração de voto. Mas de que serve isso?

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

O Orador: Neste processo houve, de facto, uma falha grave, que prejudica as pretensões dos açorianos.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Teve oportunidade de se pronunciar sobre isso várias vezes!

O Orador: Perante esta situação de impasse, tememos que surjam decisões lesivas para a Região Autónoma dos Açores ou sem qualquer benefício para os açorianos.

A questão da inconstitucionalidade das normas indicadas pelo Tribunal Constitucional, pese embora relevância jurídica, deve ser tratada a nível político, mesmo que seja através do aprofundamento da autonomia na gestão do espaço marítimo. E aí estaremos nós, porque a gestão do mar dos Açores tem de contar com o saber de quem cá vive e trabalha e também aqueles que fazem ciência.

Os novos desafios, como a exploração do mar profundo e a fiscalização da nossa ZEE e das áreas marinhas protegidas, são importantes e exigem de nós alguns cuidados.

Deputado Mário Tomé *(PS):* Muito bem!

O Orador: Manuel Alegre dizia que "não há palavra com tanto mar como a palavra Açores". E é verdade. Mas cabe a nós, açorianos, cuidar dele para o deixar melhor para as gerações futuras.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, saudar o Sr. Deputado Pedro Neves pelo tema que nos trouxe, que também não é novidade, nós já sabíamos desde a sessão plenária do período legislativo passado o que é que o senhor ia tratar, mas dizer duas ou três palavras sobre a importância deste assunto para a Região Autónoma dos Açores e sobre a gestão partilhada do mar.

É sempre bom lembrar que foi Portugal que deu ao mar a dimensão que ele tem hoje. Não fora o nosso empreendimento descobridor, provavelmente ter-se-ia demorado mais alguns séculos a conhecer aquilo que hoje nós conhecemos. E nesse papel os Açores foram também preponderantes, como sabemos.

E é o mar português que Fernando Pessoa também soube cantar, que dá com o contributo especial dos Açores e da Madeira a dimensão euro-atlântica que Portugal tem neste momento.

O mar e a denominada economia azul e tudo aquilo que está à volta do seu desenvolvimento é, de facto, um dos nossos principais ativos. É desde logo um ativo ambiental importantíssimo, mais do que disse o Sr. Deputado José Ávila, até porque não é similar às florestas terrestres, é muito mais poderoso do que as florestas terrestres no que ao combate às alterações climáticas diz respeito, nomeadamente à absorção de carbono. Até há cientistas que defendem que, se tivéssemos um mar permanentemente equilibrado do ponto de vista ambiental, poderíamos dispensar as florestas terrestres para termos o Planeta Terra equilibrado.

Mas, hoje, o Cluster do Mar e a economia do mar são mais uma parangona do que uma efetiva verdade nas nossas vidas.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Não apoiado!

O Orador: Eu já disse algumas vezes, tenho repetido e vou repetir incansavelmente que quem mais tira proveito da economia azul e do mar dos Açores são aqueles que falam dele, são os conferencistas que recebem avultadas verbas para produzir relatórios e falarem do assunto.

Deputado José Pacheco *(CH):* Ora bem!

O Orador: E muito menos aqueles que na náutica de recreio, na pesca, na investigação científica e em outras áreas se dedicam a trabalhar o mar dos Açores, a economia azul e toda a panóplia de atividade económica que se desenvolve à volta do mar.

Mas o mar dos Açores tem também uma importância estratégica mundial. E neste momento ela está ainda mais exacerbada do que já esteve no passado. Com o extremar de posições entre a NATO e a Federação Russa, não tenhamos dúvidas que a posição geográfica dos Açores será transformada rapidamente numa posição geoestratégica fundamental para o desenvolvimento de atividade da Aliança Atlântica. Ainda há dias, ouvi da parte de um alto general dos Estados Unidos precisamente uma intervenção nesse sentido, a importância que tem a proteção do Atlântico para a eventual necessidade dos Estados Unidos terem de acudir a uma guerra na Europa.

Eu também já disse nesta câmara a esse respeito e a outros respeitos que é fundamental nós garantirmos que a comunidade internacional, a comunidade externa aos Açores, olhe para a nossa posição geográfica com esse sentido geoestratégico, porque não somos nós que dizemos que a nossa posição geográfica é geoestratégica, quem precisa da nossa posição geográfica para desenvolver outra atividade é que define essa importância geoestratégica.

Deputado José Pacheco *(CH):* Bem visto!

O Orador: E essa importância geoestratégica e essa riqueza do mar dos Açores também tem não só apetites para aqueles que o pretendem cruzar para efeitos militares, mas também para aqueles que têm apetites de vir cá saquear (o termo é este)…

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Muito bem!

O Orador: … aquilo que nós temos, como é o caso conhecido da pretensão de algumas empresas internacionais de procederem à mineração do mar profundo

nas redondezas dos Açores, para aqui desenvolverem essas atividades.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Ora, é aí que entra a questão da gestão partilhada do mar e o centralismo de Lisboa e o centralismo do Palácio Ratton.

Não podemos deixar, temos de ser firmes, que Lisboa, o Terreiro do Paço, São Bento, seja que entidade for, não deixe aos Açores um papel preponderante nas decisões sobre a utilização do mar dos Açores num futuro próximo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tem a palavra.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Obrigada, Sr. Presidente.

Rapidamente, relativamente a esta matéria que o PAN nos traz, dizer que, da parte do CDS, vamos continuar a defender intransigentemente este nosso ativo, o nosso mar, a nossa autonomia e a vontade de valorizar aquilo que é nosso, o nosso potencial, quer a nível nacional, europeu ou mundial.

Sem dúvida que os Açores têm liderado por exemplo na preservação daquilo que é o nosso mar, tentando articular entre todos os intervenientes, quer seja na manutenção e promoção da biodiversidade, quer seja em termos económicos, para tentar sempre encontrar um equilíbrio entre todos os intervenientes. Sem dúvida que a preservação que temos do nosso mar é exemplo disso.

Da nossa parte, entendemos que esta Assembleia deve continuar a manter-se firme naquilo que é o nosso entendimento sobre esta questão, porque todas as quezílias que possam surgir só irão dispersar-nos naquilo que é o nosso foco relativamente a esta matéria. Devemos liderar este processo.

Da nossa parte, nunca iremos considerar aceitável, seja qual for o Governo da República, a gestão integrada do nosso mar sem incluir uma participação ativa dos Açores. Isso nunca iremos aceitar. É com este desígnio que nos mantemos firmes, neste que foi sempre o nosso entendimento quanto a esta matéria.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Secretário do Mar e Pescas, tem a palavra.

(*) Secretário Regional do Mar e Pescas *(Mário Pinho):* Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, penso que foi muito objetivo no tema que escolheu para trazer aqui, hoje, pela atualidade que o mesmo tem, sobretudo enquadrado no Dia Mundial dos Oceanos.

Eu gostava de fazer esta intervenção, muito rápida, chamando a atenção para dois problemas que foram levantados: o primeiro, para a emergência climática. Era bom que puséssemos na janela da lua e olhássemos para esta área do oceano, para percebermos as diferentes escalas de governação que estamos a falar quando falamos de emergência climática.

É por isso que o Governo Regional tem estado aos diferentes níveis de governança, regional, nacional, europeu e ao nível das Nações Unidas, a trabalhar

de maneira a ter representantes em cada um desses níveis de governança e desenvolver também a sua atividade no âmbito da cooperação institucional a estes diferentes níveis. Problemas como o lixo marinho, problemas como a poluição, problemas como as interações que a Região tem, quer a norte, quer a sul, quer a leste e a oeste, mostram bem pela sua posição geoestratégica o problema em que estamos envolvidos. Mostra também a necessidade de estarmos alinhados com um conjunto de estratégias a esses níveis de governança. E é por isso que estamos a desenvolvê-las.

Fico muito satisfeito também em saber que afinal o Governo tinha razão quando definia a urgência para a definição das áreas marinhas protegidas, não só o problema dos resultados do processo, mas também, sobretudo, o problema da urgência, muito relacionado com estes temas, mas, sobretudo, relacionado com a importância desta interação com a República. Se a RAMPA for aprovada agora, ela será automaticamente incluída como servidão no ordenamento do espaço marítimo. E já foi entregue a semana passada diretamente, pessoalmente, à Sra. Secretária de Estado Mar. Portanto, nós temos aquilo que são os instrumentos básicos de gestão da Região, o ordenamento do espaço marítimo e a rede de áreas marinhas protegidas, praticamente definidos. Haja vontade de os aprovar.

Quero chamar também a atenção, porque falou-se aqui no bom estado ambiental, e o bom estado ambiental tem grandes implicações para os usos e as atividades. Nós temos um terceiro instrumento que tem a ver com a Diretiva-Quadro Estratégia Marinha. Ora, o que é que o Governo está a fazer para isso? A semana passada, o gabinete visitou a Sra. Secretária de Estado Mar, a Sra. Secretária de Estado das Pescas, o Instituto Hidrográfico e também a DGRM, onde passámos um dia inteiro a falar sobre estes temas, sobre os instrumentos de gestão que temos e a forma como os temos praticamente concluídos.

E agora é trabalhar com a República e com a Região Autónoma da Madeira na forma como vamos operacionalizar estes processos. Esse é um tema que está em

curso.

Nós sensibilizámos a República para os nossos problemas, levantámos todos estes problemas que os Srs. Deputados aqui colocaram, mostrámos as nossas divergências de forma clara e objetiva, como nas comissões temos demonstrado, e tivemos do outro lado sensibilidade para alguns destes problemas.

Também chamar a atenção que a República lançou agora um conjunto de sessenta medidas, das quais as últimas são dirigidas para o mar. Uma delas tem a ver exatamente, Sr. Deputado, com o Plano Nacional da Acidificação. Mostrámo-nos disponíveis para participar no Plano Nacional por via da Direção Regional de Políticas Marítimas. E faremos, depois, como estamos a fazer agora com o Plano Nacional do Lixo Marinho, a adaptação da legislação nacional às especificidades da Região.

Chamou a atenção também que o Plano Regional de Lixo Marinho vai ao encontro de tudo aquilo que referiu aqui, não só nas áreas marinhas, nas áreas terra-mar e terra-ar, mas também do que é que se passa em terra e identificar um conjunto de problemas que temos em terra, com um conjunto de metas, um conjunto de objetivos e um conjunto de ações que têm de ser desenvolvidas exatamente para evitar a poluição do oceano.

Relativamente ao orçamento e à literacia do oceano, eu não creio que seja bem verdade, Sr. Deputado, porque este problema da literacia é um problema muito transversal. O Governo tem dado também espaço para que os nossos parceiros possam trabalhar nesta área. A Direção Regional de Políticas Marítimas tem desenvolvido um conjunto de projetos que, em quase todos, tem sempre um *work package* dirigido ao problema da literacia do oceano.

Por último, dizer ao Sr. Deputado António Lima, relativamente às expetativas das áreas marinhas protegidas, eu peço desculpa, mas, quer dizer, a emergência foi definida, o processo está concluído. E, portanto, estamos com poucos meses de atraso relativamente àquilo que tínhamos definido. Sr. Deputado, sinceramente,

eu creio que o senhor tem motivos para, enquanto Deputado da Região Autónoma dos Açores, estar orgulhoso do processo que a Região Autónoma dos Açores desenvolveu.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Eu ouvi esses elogios da República. A República está interessada em aprender connosco, usando o processo participativo que desenvolvemos. E veremos, quer a Região Autónoma da Madeira, quer a subárea do continente, como é que vão resolver este problema relativo aos 30 % de áreas marinha protegidas.

Relativamente ao DPM, Sr. Deputado José Ávila, é mais uma vez um problema da esfera da interação da Região Autónoma com a República. Penso que há uma unanimidade grande na Região Autónoma relativamente a este problema das competências da Região e das divergências que temos com a República.

Por último, dizer o seguinte: falamos do oceano, mas, Sr. Deputado Nuno Barata, eu não concordo consigo. Eu compreendo o ceticismo de V. Exa., porque, em boa verdade, o processo é brutalmente lento, o processo de desenvolvimento da economia.

Quero chamar-lhe a atenção para a diferença entre a economia do mar e a economia azul: a economia do mar é o *business as usual*.

Deputado Nuno Barata *(IL):* As duas.

O Orador: E, portanto, nós chegamos à conclusão que as metodologias tradicionais que utilizamos até hoje não nos são úteis e, portanto, temos de mudar de paradigma.

Eu compreendo o seu ceticismo de como é que vamos mudar esse paradigma, mas, portanto, a minha resposta seria: nós estamos a desenvolver um conjunto de planos, de ações, de infraestruturas, para poder alavancar esse processo. Mas sozinhos não vamos lá. Portanto, nós precisamos do apoio de todos para conseguirmos desenvolver este processo.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Penso que todos já participaram.

Sr. Deputado Pedro Neves, para encerrar a declaração política, faça favor.

(*) Deputado Pedro Neves *(PAN):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou prescindir de dizer mais alguma coisa relativamente à declaração política, porque esta declaração foi de união para com todas as bancadas de todos os partidos aqui deste Parlamento, incluindo também a do Governo. Esses contributos só serviram mesmo para robustecer a declaração, por isso não irei dizer mais nada.

Obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Encerrada que está esta declaração política, avançamos para a próxima, que é do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O desenvolvimento sustentável e harmonioso de uma região como a nossa é concretizado pelo crescimento da economia, e cabe às políticas públicas dar condições para que os vários setores de atividade se fortaleçam e apresentem bons

resultados. É hoje claro e evidente que os Açores apresentam uma economia pujante e em crescimento contínuo. A convergência do PIB per capita dos Açores em relação com o país é a melhor desde 2016. No que se refere à convergência com a União Europeia, é a melhor dos últimos 11 anos. O PIB per capita dos Açores era de 4469 milhões de euros em 2019, passando para 5110 milhões de euros em 2022, um crescimento de 641 milhões de euros, que se traduz num aumento superior a 14 %.

Deputada Délia Melo *(PSD):* Muito bem!

O Orador: O indicador de atividade económica cresce há 34 meses consecutivos. O indicador de consumo privado cresce há 36 meses consecutivos. Estes resultados são fruto do empenho dos trabalhadores e dos empresários açorianos, das medidas do Governo Regional dos Açores, liderado por José Manuel Bolieiro, e do período de estabilidade de políticas públicas que a Região atravessa.

Só com estabilidade política, compromisso e seriedade, apostando e valorizando as pessoas, se consegue verdadeiramente trilhar uma trajetória de crescimento e esperança num futuro de maior progresso e franco desenvolvimento. Este é o novo futuro dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Um futuro que é já presente, de prosperidade e ambição, numa verdadeira aliança com o povo açoriano, que o reconhece no seu dia a dia. Os açorianos reconhecem o resultado de boas políticas públicas que cortaram com um passado de estagnação quando veem o crescimento contínuo da sua remuneração mensal, que cresce há mais de trinta meses consecutivos, como demonstram os dados sobre a remuneração bruta mensal média por trabalhador, divulgados pelo Serviço Regional de Estatística.

Os açorianos reconhecem o resultado de boas políticas que cortaram com um passado de resignação quando veem que a Região regista atualmente o maior número de população ativa da sua história e o desemprego se mantém em níveis residuais com o número mais baixo de desempregados inscritos dos últimos 15 anos. Em comparação com 2019, há hoje nos Açores mais oito mil açorianos empregados, um aumento de 7 %.

Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Bem lembrado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Os açorianos reconhecem o resultado de boas políticas que cortaram com o passado de inércia quando veem que os Açores apresentam o número mais baixo de pessoas em programas ocupacionais dos últimos dez anos e o número mais baixo de beneficiários do RSI dos últimos vinte anos.

Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Bem lembrado!

O Orador: De mais de vinte mil beneficiários em 2018, temos hoje oito mil beneficiários do RSI. Este é o novo futuro dos Açores.

Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Uma Região que atinge recordes que nunca antes se pensava ser possível, que regista um crescimento económico que se consolida e é transversal aos vários setores de atividade, entre os quais se destaca também o turismo.

No passado mês de junho, os Açores registaram mais de 251 mil passageiros desembarcados nos aeroportos da Região, representando um aumento de 11,3 % por comparação com o mesmo mês de junho de 2023. Neste âmbito, houve um aumento de passageiros nos voos interilhas, nos voos nacionais e nos voos internacionais. Estes últimos apresentam um crescimento de 40 %, uma clara evidência de que os Açores são um destino cada vez mais procurado.

Mais, o primeiro semestre deste ano registou um aumento de 25,7 % de passageiros desembarcados por comparação com o primeiro semestre de 2023.
No passado mês de abril, os Açores registaram o maior crescimento de dormidas do país por comparação ao período homologo, segundo informação do Instituto Nacional de Estatística.
E se compararmos com 2019, o melhor ano do tempo da governação socialista, temos em 2023 um acréscimo de mais 23 % de dormidas, mais 20 % de hóspedes e mais 51 % por cento de aumento nos proveitos do turismo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Ainda há poucas semanas, foi notícia que as reservas nos hotéis dos Açores para o verão estão já acima dos 70 %, sendo a média mais alta de todas as regiões turísticas nacionais segundo a Associação de Hotelaria de Portugal. São boas notícias num setor que tem efeitos multiplicadores aos demais setores de atividade, como sejam a restauração, a hotelaria, atividades marítimo-turísticas, mas também os setores primários, o comércio, a indústria e os serviços.
Deputada Délia Melo *(PSD):* Muito bem!
O Orador: Por mais que alguma oposição se remeta a um silêncio envergonhado sempre que é batido mais um recorde, por mais que alguma oposição assuma uma postura de querer desvalorizar o sucesso que os Açores têm alcançado, o turismo é também uma área de atividade cada vez mais importante para a economia da Região. Este é o novo futuro dos Açores, um futuro que se projeta hoje com confiança de que este crescimento económico contínuo proporciona uma melhoria das condições de vida dos açorianos e fortalece a economia local, numa abordagem de desenvolvimento sustentável e criando maior possibilidade de acesso ao elevador social de forma mais democrática e menos elitista.

Um futuro que se desenvolve a partir da aliança do Governo Regional de José Manuel Bolieiro com os açorianos, demonstrado pela mais nobre forma de participação popular, o voto de confiança que os açorianos têm sucessivamente vindo a dar à coligação PSD/CDS/PPM.

Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Bem lembrado!

Deputado José Ávila *(PS):* Não é sucessivamente!

O Orador: Um futuro que se alicerça neste crescimento económico contínuo, assim como no compromisso em valorizar e dignificar o trabalho dos açorianos no público, no privado e no setor social, tendo em vista uma trajetória de progresso e de desenvolvimento sustentável para a nossa Região.

Deputada Délia Melo *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tal como no passado, acreditamos que a autonomia é um veículo de desenvolvimento dos povos insulares e que é pelo livre governo dos Açores pelos açorianos que podemos proporcionar ao nosso povo um futuro que corresponde à excelência que significa viver, trabalhar, crescer e empreender nas nossas nove ilhas, em todas e em cada uma delas.

Hoje, sabemos que é possível dar um verdadeiro salto na direção do progresso e do sucesso coletivo desta nossa Região Autónoma e do seu povo, sem amarras a uma vassalagem centralista e sem medo de uma verdadeira afirmação de como a nossa autonomia é sinónimo de bons resultados a favor das nossas populações.

Hoje, sabemos que é possível consolidar este crescimento económico contínuo dos Açores. E isto só é possível porque o atual Governo, liderado por José Manuel

Bolieiro, nunca desiste de encontrar as melhores políticas públicas que resolvam os problemas que os Açores enfrentam.

Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Isto só é possível, porque, em permanente diálogo político, parlamentar e com os parceiros sociais na busca dos denominadores comuns…

Deputado José Ávila *(PS):* Isso é falso!

O Orador: … que sirvam, acima de qualquer interesse, o interesse dos açorianos, o Governo da coligação, liderado por Bolieiro, é já um bom exemplo do que significa governar para as pessoas, com efetivos resultados e tornando a vida nas nossas ilhas cada vez mais estimulante e atrativa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Hoje, os açorianos sabem que contam com um Governo profundamente humanista, empenhado em apoiar os mais vulneráveis, de que é exemplo o programa "Novos Idosos", dando a devida importância às pessoas.

Deputado Luís Raposo *(PSD):* E bem!

O Orador: Este é um Governo que aposta nas pessoas, que as valoriza e a quem reconhece os seus direitos e não esquece o seu contributo e a sua importância para o nosso desenvolvimento coletivo.

Deputada Délia Melo *(PSD):* É verdade!

O Orador: Hoje, mais do que ontem, temos esperança no futuro e podemos ter esperança no futuro.

Sabemos do muito trabalho que temos pela frente. Sabemos que os desafios são exigentes e quanto nos devemos empenhar para os superar, mas também sabemos do muito que fizemos e do muito que já cumprimos para corresponder aos anseios da nossa população.

E é sempre com crescente ambição e motivação que vamos continuar a trabalhar pelo sucesso dos nossos Açores, porque acreditamos na nossa Região, porque acreditamos na autonomia e porque acreditamos cada vez mais no nosso povo! Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Feita a declaração política, estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Francisco Lima, tem a palavra.

(*) Deputado Francisco Lima *(CH):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu até pensei que estava no Parlamento da Suécia, mas, de facto, estamos aqui no Parlamento Açoriano.

Eu quero referir que há partes aqui que são verdadeiras e há que enaltecer o Governo Regional, mas é preciso também recordar que, porque às vezes a memória é curta, por exemplo, o risco de pobreza nos Açores, em 2022, aumentou 26,1 % e que os Açores continuam a ser a região mais pobre do país.

E é preciso alertar que a burocracia não reduziu em nada, até aumentou, nomeadamente nos novos projetos de investimento, que continuam com burocracia e ainda piorou. Portanto, é claro que piorou.

Deputado Carlos Silva *(PS):* É verdade!

O Orador: É claro que, por exemplo, no apoio à economia, o Banco de Fomento, portanto, foi um fracasso aquele mecanismo. O capital participativo não funciona, não serve absolutamente para nada.

Continuam a ser muito preocupantes os resultados apresentados ainda no primeiro

trimestre deste ano no setor empresarial da Região, que acumula prejuízo atrás de prejuízo. Citando aqui um pequeno exemplo, que parece até que é uma empresa que é muito rentável, o caso da Globaleda, só no primeiro trimestre teve 400 mil euros de prejuízo. Para não falar da SATA e daqueles do costume.

Para não falar na estagnação na habitação devido a excesso de reservas, a uma burocracia atroz, a uma inoperância e a um desnorte completo. Vamos esperar para ver se nos próximos tempos temos mudanças nessa área. Fazemos votos para que assim aconteça.

Em relação ao RSI, a fiscalização não existe.

Naturalmente, pronto, realmente, a economia melhorou, mas em relação à economia e ao crescimento, nós não podemos subtrair daqui o efeito da inflação. Portanto, claro que o Governo Regional e o Governo da República aumentaram muito as suas receitas, o PIB cresceu, mas temos que ver a questão do PIB nominal e do PIB real. Portanto, uma coisa é o PIB nominal, que cresceu em função da inflação; outra coisa é o PIB real, que, neste caso, em relação à dívida regional, a dívida regional está a crescer um ritmo muito maior do que o PIB real. Isso é claro e objetivo.

Em relação à formação profissional, continua a haver falta de mão de obra. E os cursos, como já aqui referi em plenários anteriores, continuam desfasados da realidade e das necessidades das nossas empresas. E basta ver o desespero dos empresários para arranjar mão de obra qualificada, devidamente qualificada. Há uma estagnação. Há uns inquéritos que não são feitos da forma como deveriam ser junto dos empresários, portanto, manda-se os papéis… As coisas têm que ser feitas de acordo com dados objetivos.

Não podemos deixar de ver aqui uma educação que pelos últimos resultados do PISA é desastrosa, é a pior do país, comparando por exemplo com a Região Autónoma da Madeira, que tem resultados de excelência e é a melhor do país. Portanto, temos de fazer uma introspeção e ver a que é que se devem esses

resultados. E, portanto, isto também é um caso para se ver.

A nível da saúde, continuamos com os piores resultados a nível de esperança de vida.

Continuamos com os piores resultados a nível do despovoamento e de população. Portanto, temos, dentro de poucos anos, os Açores como ilhas praticamente desertas.

E dito isso tudo, a máquina do Estado não encolheu absolutamente nada, até aumentou.

E, portanto, concordando em parte com a exposição que foi aqui feita, eu não posso, em abono da memória futura, deixar de chamar a atenção aqui a todos estes problemas, que não são pequenos nem são poucos.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco *(CH):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Silva *(PS):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado João Bruto da Costa trouxe-nos aqui um conjunto de propaganda numa tentativa de desviar as atenções de uma semana que está a ser difícil para o Governo e para os partidos da coligação.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Hem?

O Orador: Obviamente que percebemos a intenção de trazer aqui alguns números. E alguns são positivos, obviamente, e são bons. É bom reconhecer.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Está a ver como a semana está a correr bem?

O Orador: Mas a verdade é que até o seu parceiro do Governo, o Chega, não concorda com a sua abordagem e traçou aqui uma realidade que desmente aquilo que o PSD e o Sr. Deputado João Bruto da Costa referiu.

E neste aspeto é importante referir alguns fatores e algumas áreas que enfrentam graves problemas e que com isso prejudicam o dia a dia dos açorianos. Vivemos um período de enorme instabilidade, instabilidade em várias áreas. Na saúde, pelos acontecimentos do hospital. E, obviamente, essa instabilidade, no limite, coloca em causa aquilo que todos nós desejamos, que é a prestação de cuidados de saúde com dignidade, segurança e em tempo útil. E, infelizmente, isso não está a acontecer, e é factual, enquanto não se repuser a capacidade instalada do hospital.

Também ao nível da educação existe uma enorme instabilidade resultante da falta de docentes, obviamente.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Falta de docentes?!

O Orador: Resultante também de uma alteração da legislação que não acautelou a recuperação do tempo de serviço nas condições ideais. E com isso podemos correr o risco de perder quase trezentos docentes no próximo concurso, na procura de melhores condições. Por isso, iremos debater esse assunto aqui, ainda hoje, provavelmente.

Também é evidente que existe uma falta de assistentes operacionais nas escolas. A utilização abusiva dos bolseiros ocupacionais. Um conjunto de situações que colocam instabilidade também no setor de educação e que, obviamente, condiciona a abertura do próximo ano letivo. E isso afetará, obviamente, os nossos alunos e toda a comunidade escolar.

Também ao nível social, e foi aqui referido pelo Deputado Francisco Lima, os

indicadores sociais não melhoraram, pioraram, obviamente. A Região aumentou a sua taxa de risco de pobreza. É factual, o Sr. Deputado disse, concordamos. Isso traduz bem o insucesso das políticas da coligação.

Deputado José Pacheco *(CH):* Estamos colhendo o que os senhores semearam!

O Orador: Aumentou a taxa de risco de pobreza. Os Açores estão nove pontos acima da média nacional.

Deputado José Pacheco *(CH):* Os senhores deviam ter vergonha! Vergonha! 24 anos!

O Orador: Quanto à taxa de privação material nos Açores, os Açores foram a única região do país em que aumentou, todo o resto desceu.

A taxa de sobrelotação habitacional agravou-se de forma significativa, o que traduz bem a ineficiência e a ineficácia das políticas na área da habitação, que não conseguem dar resposta aos problemas que os açorianos enfrentam no acesso à habitação. E isso é factual.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

O Orador: Apesar de termos o maior volume de fundos comunitários disponíveis, nós não estamos a conseguir aproveitar essas verbas para resolver os problemas, alguns que são estruturais e outros que são conjunturais, como o problema da habitação.

Mas também noutras áreas, ao nível económico, por exemplo, já aqui foram realçados alguns aspetos…

Deputado José Pacheco *(CH):* O que é que os senhores fizeram na habitação?

O Orador: Ó Sr. Deputado José Pacheco, acalme-se!

Deputado José Pacheco *(CH):* É preciso dizer a verdade aos açorianos! Os senhores o que é que construíram?

O Orador: Ó Sr. Deputado José Pacheco, o seu colega, Deputado Francisco Lima, disse em parte aquilo que eu também disse. E, portanto, se o senhor não concorda com aquilo que eu estou a dizer, também não concorda com o seu colega

de bancada. Portanto, entendam-se, organizem-se!

Deputado José Pacheco *(CH):* Fica é feio na vossa boca!

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Feio, o quê?! Tome os comprimidos!

O Orador: Ó Sr. Presidente, eu posso continuar?

Presidente: Ó Sr. Deputado José Pacheco, vamos permitir que o Sr. Deputado Carlos Silva possa fazer a sua intervenção.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: O Sr. Deputado José Pacheco está incomodado com os resultados do Governo que apoia.

Presidente: Sr. Deputado, não entrem em diálogo.

O Orador: Eu percebo o incómodo, mas não se dirija ao Partido Socialista, dirija-se ao Governo e aos partidos que o suportam.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Silva…

Deputado José Pacheco *(CH):* Eu tenho a cara lavada!

O Orador: Ao nível do sistema de incentivos, é mais burocrático, é mais demorado. E ele traduz mais um desincentivo ao investimento do que um próprio incentivo. Isso é um problema que urge resolver. E o Governo continua incapaz de corrigir os erros que cometeu.

Ao nível da agricultura, em pouco mais de 12 meses, o preço do leite diminuiu em 25 %. E sobre isso ninguém diz nada.

Os caminhos agrícolas estão num estado lastimável. E sobre isso o Governo também nega a realidade.

Ao nível das pescas, o volume de pescado diminuiu cerca de 20 % nos últimos 12 meses. O valor comercial do pescado diminuiu cerca de 11 % nos últimos 12 meses. E sobre isso também o Sr. Deputado João Bruto da Costa nada disse.

Ao nível do indicador de atividade económica, Sr. Deputado João Bruto da Costa, está em níveis inferiores ao período de pré-pandemia.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Em relação a quê?

O Orador: Níveis inferiores a 2019. E sobre isso nada disse. Estamos a falar do quinto mês consecutivo em que está a níveis inferiores ao período de pré-pandemia, o indicador de atividade económica. E, portanto, pode consultar os indicadores e verá que tenho razão.

Deputado Nuno Barata *(IL):* A crescer há 36 meses…

O Orador: Mas cresce menos do que crescia em 2019, Sr. Deputado Nuno Barata. E, portanto, convém confirmar os dados.

Ao nível de taxa de desemprego, nós estamos acima da média nacional. E há aqui um paradoxo, que é: nós temos uma taxa de desemprego superior à média nacional, mas as empresas enfrentam uma grave carência de mão de obra qualificada, o que traduz bem a ineficiência das políticas na área da qualificação profissional, em que não conseguimos aproveitar os fundos comunitários ao abrigo do PRR, e também aí há atrasos significativos para alocar essas verbas na requalificação profissional. Este é um problema que urge resolver.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

O Orador: Mais, ao nível das energias renováveis, veja-se só, com tanto dinheiro alocado do PRR ao Solenerge, o que é que está a acontecer? Nós estamos a regredir.

Deputado José Ávila *(PS):* É verdade!

O Orador: Nós estamos com um aumento do combustível fóssil e com a diminuição da taxa de penetração de energias renováveis. Isso é um problema.

Deputado José Pacheco *(CH):* Esse GPS está avariado!

O Orador: Em 2021, as energias renováveis representavam 43 %, entre janeiro e maio; em 2024, entre janeiro e maio, nós estamos com 37 %. Um retrocesso brutal, que devia merecer preocupação do Governo, mas também sobre isso nada é referido.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Terminarei já, Sr. Presidente, com a sua latitude devido à interrupção de que fui alvo.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Não, longitude!

O Orador: Ao nível das finanças, ontem tivemos um bom exemplo da falta de transparência, da falta de respostas do Governo e da negação em que vive, em que omite de dados, em que não destaca aquilo que é o crescimento preocupante da dívida pública, que em apenas três anos cresceu mais de 900 milhões de euros e mais de 37 %. E isto aqui responde ao seu argumento do crescimento do PIB. O PIB cresceu, é verdade, mas a taxa de crescimento da dívida cresceu muito acima do crescimento do PIB.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

O Orador: E isso onera as gerações futuras. Sobre isso o Sr. Deputado também não disse nada.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Isso já foi explicado ontem!

O Orador: Temos atrasos a fornecedores; temos prejuízos nas empresas públicas no primeiro trimestre em quase todas, com exceção da EDA; temos o aumento da subsidiação na SATA para níveis preocupantes e níveis recorde, ao contrário da propaganda do Governo.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* A latitude vai ser longitude para mim!

O Orador: E, portanto, Sr. Presidente, terminarei já.

Aquilo que é factual é que a Região enfrenta hoje grandes dificuldades, grande instabilidade e uma degradação dos indicadores sociais, económicos e financeiros.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Quem devia falar cinco minuto e já falou sete, já consumiu 50 % a mais.

O Orador: Em várias áreas, já aqui destacamos, os problemas são enormes, na área social, na área agrícola, nas pescas, na atividade económica.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: E aquilo que está a acontecer é que os Açores estão a regredir. E quem paga a fatura são os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado José Ávila *(PS):* Os transportes marítimos também cresceram muito!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, faça favor.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é a primeira intervenção que realizo neste plenário, quero começar por felicitar a nova liderança que o Partido Socialista passou a ter. Não é por qualquer solidariedade monárquica, é apenas porque o Governo considera que o funcionamento de todos partidos democráticos deve ser, evidentemente, incentivado e devem ter a maior felicidade possível, fora dos resultados eleitorais.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Ó Pacheco, eu não admitia isso!

O Orador: Excluindo os resultados eleitorais, desejo, com certeza, as maiores felicidades a essa nova liderança.

Nesta hora, também não esqueço o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que deixou a liderança do Partido Socialista, mas que se pode orgulhar, e todos se recordarão sempre, do papel que desempenhou na democracia dos Açores, tendo atingido o lugar que os açorianos mais podem aspirar, que é o de ser Presidente do Governo Regional desta Região.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* O senhor ainda não viu nada! Eu ainda não meti os papéis para a reforma!

O Orador: E eu considero que nunca se deve esquecer essa matéria, porque na hora da despedida ninguém se lembra daqueles que saem, só daqueles que entram.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Qual despedida?

O Orador: E eu, da parte do Governo Regional, quis ter aqui essa referência específica ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Berto Messias *(PS):* E o congresso do PPM Açores, onde é que está?

O Orador: Quero também começar por referenciar que a intervenção do Partido Social Democrata é uma intervenção que fez um conjunto de referências em relação ao crescimento económico da Região, em relação ao crescimento dos indicadores económicos e sociais. E é, com certeza, uma intervenção que faz todo o sentido, porque é necessário em todos os momentos puxar os Açores para cima.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Esse discurso obsessivo de tentar encontrar sempre aquilo que está a correr mal, selecionar apenas aquilo que está a correr menos bem, esse discurso, desculpem a expressão, do bota-abaixo permanente, se essa é a nova política, pois eu digo-vos que isso é a política mais antiga que existe no mundo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* O que o senhor dizia aqui dentro!

Deputado José Ávila *(PS):* O senhor pode dizer isso a quem não se lembra, a mim não!

Deputado Berto Messias *(PS):* É preciso ter lata!

O Orador: E há outro conselho que vos quero deixar, que é o conselho que vos daria nesta matéria George Santayana: "Aqueles que esquecem o passado estão

condenados a repeti-lo."

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Isso é o PPM novo!

O Orador: Por isso, V. Exas. não esqueçam o vosso passado, porque senão podem repetir os erros que cometeram. Façam aquilo que ainda não fizeram, que é uma autocrítica sobre aquilo que não correu bem. Não se pode construir o futuro apagando o passado.

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* O Sr. Secretário não se pode esquecer do passado!

O Orador: Finalmente, dizer-vos o seguinte: recordo aqui que só temos três anos e sete meses de Governo, ou seja, só a partir do próximo mês de novembro é que começam a contar os quatro anos desta legislatura.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Ah, então agora estão de férias! Isso explica muita coisa.

O Orador: Portanto, temos apenas três anos e sete meses. E, em três anos e sete meses, o Partido Socialista vem aqui permanentemente reivindicar que se consiga fazer aquilo que eles não conseguiram fazer em 24 anos.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Não quiseram fazer, o que é diferente!

O Orador: Vejam bem! É possível melhorar os resultados da educação? Claro que é possível melhorar os resultados da educação. Mas os socialistas, quando existia a crítica construtiva que por exemplo eu fazia quando estava sentado noutra bancada, que tinha sempre uma perspetiva construtiva e uma crítica construtiva, o que me diziam era que 24 anos não tinha sido o suficiente.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* O senhor pode dizer isso, mas nós não!

O Orador: E V. Exas. exigem agora uma alteração radical dos indicadores em apenas três anos. Como é que é possível manter esse discurso?

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Fale com o Sr. Deputado Francisco Lima!

O Orador: É evidente que as políticas educativas demoram tempo para, evidentemente, alterar alguns resultados. Mas temos muita coisa para apresentar. Em apenas três anos foram integrados nos quadros das nossas escolas mais de setecentos professores.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Bem lembrado!

O Orador: E vem o Partido Socialista dizer que existe instabilidade?! Instabilidade com mais setecentos professores no quadro?! Nunca a Região Autónoma dos Açores teve tantos professores no quadro! Isto é instabilidade?!

Deputada Délia Melo *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado José Ávila *(PS):* E os alunos?

O Orador: Depois, falam no crescimento económico, nos índices do crescimento económico durante 34 meses. E diz o Partido Socialista: sim, estão a crescer há 34 meses.

Presidente: Sr. Secretário, tem de terminar.

O Orador: Algo que nós na nossa história nunca alcançamos em 24 anos. Nunca na história dos Açores houve um período de crescimento económico durante tanto tempo, como este Governo está a conseguir.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Isso é falso!

O Orador: E conseguimos porque implementamos as políticas corretas, como por exemplo a redução dos impostos, em que a Iniciativa Liberal tem um papel

importantíssimo, que eu não esqueço e gosto de fazer justiça política a quem a tem. A redução dos impostos funcionou. Alguém tem dúvidas que um dos fatores que faz esta Região crescer economicamente tem a ver com a redução dos impostos que nós realizámos? Eu não tenho e o Governo Regional não tem nenhuma dúvida em relação a esta matéria.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Oh, pelo amor de Deus! Ganhe juízo, já que não tem vergonha!

O Orador: E porque é que não estamos a crescer mais? Não estamos a crescer mais porque a Europa está a conhecer o maior conflito bélico desde 1945, desde a Segunda Guerra Mundial.

Agora, todos os que sabem e conhecem um pouco da história vejam o que aconteceu depois da Primeira Guerra Mundial, quando terminou a guerra, vejam o que aconteceu depois de terminar a Segunda Guerra Mundial, foram períodos de grande expansão económica. E é isso que aguarda a Região Autónoma dos Açores. Estamos a criar esse alicerce para esse crescimento económico explosivo, assim que as condições internacionais melhorarem.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Estamos a crescer agora, mas vamos crescer muito mais no futuro quando a situação internacional se alterar.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário Regional, tem de terminar.

O Orador: Tenho de terminar, Sr. Presidente, e é isso que o Governo Regional faz.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Pois faz: termina!

O Orador: Aliás, que eu faço sempre, respeitando, como aquilo que fiz toda a vida neste Parlamento.

Deixe-me apenas dizer uma última… Já vou a Santa Maria, Sr. Deputado, já lá chego, dizendo-lhe que é com grande orgulho que vejo os resultados da política

espacial, que permitirão aos Açores adquirir um papel geoestratégico fundamental nestes novos tempos, inserindo os Açores naquilo que é o futuro.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Já está no espaço sideral!

Deputado José Eduardo *(PS):* Desça à Terra!

O Orador: E aí Santa Maria, Sr. Deputado, terá um futuro muito promissor. Isso sim, Sr. Deputado, é o novo futuro.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, têm de ler o artigo 74.º do nosso Regimento.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa fez uma declaração política, creio que em dez minutos, como prevê o Regimento. E o Sr. Secretário e o Sr. Deputado Carlos Silva fizeram reações à declaração que é quase uma declaração política. Assim não pode ser.

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra para uma interpelação.

(*) Deputado Carlos Silva *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, uma interpelação, porque irei entregar à Mesa…

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Carlos Silva está a fazer uma interpelação à Mesa, e o Presidente da Mesa não está a ouvir.

O Orador: Em primeiro lugar, eu falei menos tempo que o Sr. Deputado Paulo Estevão.

Presidente: Pronto, agora vamos discutir quem é que usou mais um segundo ou menos um segundo.

O Orador: Em relação à interpelação, eu fui interrompido, estava a dizer que irei

entregar uma cópia de uma entrevista do Deputado Paulo Estêvão, em outubro de 2020, em que dizia que a Região vivia uma situação verdadeiramente caótica, com atrasos nos pagamentos a fornecedores, com uma taxa de pobreza enorme...

Presidente: Sr. Deputado, quando a Mesa rececionar os documentos, vai distribuir aos Srs. Deputados.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* E os senhores o que é que fizeram?

Presidente: Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado João Bruto da Costa, do Grupo Parlamentar do PSD, traz uma declaração política que aborda diversas matérias de certa forma transversais a quase todas as áreas, começando um pouco pela economia, pelo crescimento económico e pelo PIB.

Eu não posso deixar, a bem da correção com que se trata esta matéria, de salientar que os últimos números, já fechados, sobre o crescimento do PIB remetem a 2022. Nós passámos por uma fase em que tivemos uma profunda recessão em toda a Europa, em todo o país e não só, devido à crise causada pela covid e, efetivamente, tivemos no país e na Europa um crescimento acentuado PIB, como era efetivamente esperado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Comparei com 2019!

O Orador: E não posso também deixar de citar uma parte do relatório do Orçamento da Região, que acompanhava a proposta do Orçamento da Região, sobre esta matéria, em que diz o seguinte: "Ainda que enfrentando um contexto internacional adverso, sobretudo a partir do terceiro trimestre, estima-se que a economia dos Açores tenha crescido 8,5 % em 2022, 1,7 % acima da média nacional, tendo o PIB real regressado a valores de 2019." Ora, quando se quer comparar PIB nominal de 2022 com de anos anteriores, é preciso ter isso em

conta. Aquilo que diz o Governo é que o PIB em 2022 atingiu apenas o PIB real de 2019. É preciso ter este fator em conta. Não estamos muito mais ricos. Aliás, em 2022, não estávamos mais ricos do que estávamos em 2019, voltámos ao mesmo patamar.

Depois, há outra questão de fundo, e não vou dar o exemplo da galinha, porque, efetivamente, toda a gente sabe do que é que se está a falar: a riqueza criada não é distribuída da mesma forma por todos. Aquilo que se verifica, como já foi aqui referido, é que nesse mesmo ano a pobreza aumentou.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* E a desigualdade também!

O Orador: E a desigualdade aumentou. Os Açores são a região com os índices de desigualdade mais elevados. O Coeficiente de Gini, que é o indicador internacional sobre a matéria, foi de 36 % em 2022, quando a média nacional era de 33,7 %.

Sim, o PIB aumentou. Sim, foi criada riqueza. O que é que aconteceu? Foi criada e distribuída essencialmente por alguns. E isso entronca naquilo que o Sr. Secretário Regional Paulo Estevão disse, o Governo baixou os impostos. Nesse mesmo ano aplicou-se em toda a medida essa política fiscal do Governo. Qual foi a consequência dessa política fiscal? Aumento da pobreza.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Não!

O Orador: Aumento da desigualdade.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Não!

O Orador: Esse é o resultado da política da direita, aprovada pelo Chega, pela Iniciativa Liberal, pelo CDS, pelo PSD e pelo PPM.

Por isso, quando se olha para os números, é preciso ver as consequências sociais na vida das pessoas desses mesmos números.

Eu bem percebo a tentativa, Sr. Deputado João Bruto da Costa, de querer salientar

aspetos positivos. E há aspetos positivos, nós temos níveis de desemprego muito mais baixos do que tínhamos há alguns anos. Ainda bem. Isso é extremamente positivo. Ainda assim é preciso o Governo olhar bem para esses números e não olhar apenas para os números do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), tem de olhar para as estatísticas de emprego.

E não me venham dizer, mais uma vez, como já ouvi o Governo dizer, que é preciso olhar para a forma como o INE faz as estatísticas. Ela serve agora como servia em 2019. Os Açores têm uma taxa de desemprego de 7 % no primeiro trimestre, que é das mais altas a nível nacional. Este aspeto, neste momento, é preciso ter em conta.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Por falta de tempo, naturalmente, não vou a tudo. Há aspetos que não tocou, do ponto de vista da política de habitação. Falou no crescimento do turismo, mas esquece-se da ausência de políticas do Governo para a regulação e mitigação desses impactos em setores como a habitação.

Para além disso, do ponto de vista social, é preciso olhar também para o investimento do Governo em questões sociais importantes.

Os orçamentos da Região e os planos de investimento são escassos em investimentos por exemplo em estruturas residenciais para idosos, numa população que está a envelhecer. E os "Novos Idosos" é um programa que tem vantagens, mas não resolve de modo algum todos os problemas.

O investimento em políticas sociais, por exemplo em creche, não existe. Aliás, ano após ano, é anunciada e nem o concurso chega a bom porto, uma creche em São Miguel.

Ora, Sr. Deputado João Bruto da Costa, há inúmeras questões que importa relevar da sua declaração política.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, Sr. Presidente.

De modo algum são todas positivas. E, neste momento, há uma que, incrivelmente, não toca, quando este é o maior problema que os Açores enfrentam neste momento, que é a saúde. E o HDES como está, é incrível como numa declaração política de política geral a saúde seja ignorada.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado João Bruto da Costa traz-nos uma declaração política sobre os temas da economia regional, esquecendo que, obviamente, há questões transversais à economia que não foram tratadas porque não convém.

Mas vamos, ainda assim, falar, e ainda bem que o Sr. Secretário Regional lembrou, deste crescimento económico sucessivo ao longo dos últimos 36 meses. Ele, obviamente, tem como origem a baixa dos impostos. O senhor mesmo falou no crescimento do consumo privado, que é uma consequência direta da baixa dos impostos e talvez tenha alguma ponderação também com a diminuição da taxa de desemprego, obviamente que mais de gente a trabalhar, mais rendimento, o que leva a um maior consumo, mas esqueceu-se precisamente do aumento da taxa de pobreza e de exclusão social. Mas eu não vou por aí porque já todos falaram disso, não vou entrar nessa discussão.

Quero apenas referir que, de facto, o crescimento da percentagem do Índice de Gini seria muito maior, seria muito pior, se não tivéssemos baixado os impostos na Região Autónoma dos Açores.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Essa parte é que não é verdade! É precisamente ao contrário!

O Orador: Desde logo ao nível do IVA, que foi a baixa de impostos que mais ajudou as famílias mais pobres dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É verdade!

O Orador: Disto ninguém tenha dúvidas. Se fomos acusados aqui de ter baixado o IRS beneficiando quem ganhava mais, e já esta semana se falou disso outra vez, porque parece que quem ganha mais é para abater, como se nessa Região toda a gente ganhasse muito dinheiro…

Deputado José Pacheco *(CH):* É bandido!

O Orador: Não há grandes vencimentos nesta Região. Não há grandes ordenados nesta Região. Não tenham ilusões, porque não há. Não há aqueles ordenados que o Sr. Deputado António Lima ontem falava de quatro, cinco e seis mil euros. Não há. Há dez ou doze pessoas que ganham esse dinheiro, os outros não ganham.

E também essa baixa de impostos foi importante nas famílias de classe média, que estão a ver comprimidos os seus rendimentos há anos.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Um deputado regional, nesta Casa, hoje, ganha o mesmo que ganhava há 25 anos. Qual é a classe profissional que está há 25 anos congelada como nós estamos? Levamos com os cortes da Troika e não foram devolvidos. É preciso nós todos termos em consideração do que é que estamos a falar quando falamos da baixa de impostos e da importância que teve a baixa dos impostos para o crescimento da economia e para a diminuição das desigualdades sociais na Região Autónoma dos Açores.

Outros assuntos existiram que, esses sim, contribuíram para o aumento do Índice de Gini. E eu alertei aqui para alguns.

Outra questão que é importante realçar: eu tenho aquele hábito de marcar território, e quando votámos o Orçamento, que foi chumbado, eu disse ao Sr. Secretário das Finanças que ele ainda ia agradecer governar por duodécimos, porque foi por governar por duodécimos que a economia continuou a crescer e a dívida não cresceu mais. Há um número que os senhores não têm noção ou pelo menos preferem não falar dele, e aí, Sr. Secretário Regional, desculpe, mas é o

Governo que puxa os Açores para baixo: segundo os vossos critérios, de 31 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2022, a dívida da Região Autónoma dos Açores quase duplicou. Em dois anos quase duplicou, percebe? E vai continuar a crescer, com encargos medonhos para as gerações que nos vão seguir. E isto também tem que ser dito quando se fala do crescimento da economia.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: O crescimento da economia não é proporcional à desgraça que nós temos para pagar pela frente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Mendonça, tem a palavra.

Deputado João Mendonça *(PPM):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No âmbito da declaração política do PSD, foram referidas várias medidas que o Governo de coligação implementou no conjunto dos Açores. Os bons resultados alcançados são incontestáveis.

Como deputado eleito pela ilha do Corvo, permitam-me afirmar que esse conjunto de melhorias também chegou ao Corvo.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Antes de elencar algumas dessas medidas, permitam-me que vos lembre, sobretudo a todos aqueles que teimam em andar distraídos, que este Governo de coligação nem esgotou o tempo de uma legislatura.

Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Bem lembrado!

O Orador: A verdade é que, desde que a coligação chegou ao poder, a ilha do Corvo entrou para o mapa dos Açores e agora tem a importância que sempre mereceu.

São várias as medidas que melhoraram a vida dos corvinos e que é justo salientar:

— Transporte marítimo de mercadorias regular, através da contratação do "Thor

B". Acabaram-se os 50 dias consecutivos sem abastecimento na ilha do Corvo;

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

O Orador: — Ligações aéreas diárias no Verão IATA e também aos domingos ao longo de todo o ano;

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Ora bem!

O Orador: — Requalificação do edifício da Unidade de Saúde da Ilha do Corvo;

— Recuperação do edifício multiusos do Corvo;

— Obras no edifício da RIAC e da Segurança Social;

— Construção da Casa da Vegia;

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Isso é um inventário a 11 de julho!

O Orador: — Aquisição da "casa dos professores";

— Construção do parque eólico;

— Construção de um refeitório escolar na Escola Mouzinho da Silveira;

— Criação da casa etnográfica;

— Construção de reservatório de água destinado à agricultura na Casinha Velha e pavimentação do Caminho dos Palheiros;

— Recuperação da embarcação "Ariel".

Muitos mais exemplos poderia dar. Realmente, é inegável que este Governo da coligação é amigo de cada uma das nossas nove ilhas e não deixa nenhuma para trás. E, sim, agora o Corvo já não fica para trás.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado José Ávila *(PS):* Isso não é bem assim!

O Orador: Muito mais há para fazer, não tenho dúvidas disso. O Corvo merece, assim como qualquer uma das outras ilhas.

No entanto, como acabei de explicar, há uma evidente mudança de paradigma. E os corvinos sabem que podem contar com este Governo.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Três minutos são três minutos…

Sra. Deputada Catarina Cabeceiros, faça favor.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD traz-nos aqui uma declaração política relativa àquilo que têm sido os bons indicadores na nossa Região e que, sem dúvida, nos deve motivar para querer mais e melhor, mas também motivar e ambicionar reverter aqueles que são os indicadores menos positivos. E estes indicadores positivos também devem ter esse objetivo de nos motivar para que possamos inverter outros que são menos positivos. Por isso é necessário valorizar a trajetória destes bons indicadores que foram referidos, quer pela atividade económica que tem crescido, os indicadores do consumo privado, também a taxa de desemprego, a maior de sempre, mas também a maior população ativa de sempre, ou então ainda, como foi referido, na área do turismo, quer pelo número de passageiros desembarcados, quer também por aquilo que já tinha sido avançado em abril, em que o maior crescimento de dormidas no país tinha sido registado aqui nos Açores. São indicadores que nos devem motivar a todos.

Mas também destacar a trajetória que tem sido desenvolvida por parte do Governo Regional ao longo destes quatro anos, naquilo que é senda da melhoria da qualidade de vida dos açorianos, quer nas medidas e políticas implementadas a nível das empresas, nas famílias, nas instituições.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: E tem sido esse o percurso, políticas que têm sido essenciais na

melhoria da qualidade de vida dos açorianos, mas que também têm fortalecido a nossa a nossa economia.

Todos estes aspetos positivos que se têm feito neste curto espaço de tempo, em menos de quatro anos, são sem dúvida a motivação para continuar a trabalhar nos exigentes desafios com que nos deparamos.

Para finalizar, daquilo que foram as intervenções que me antecederam, não posso deixar de dizer que não pode o Partido Socialista querer exigir a este Governo com menos de quatro anos aquilo que nunca alcançou em 24 anos. Não é correto fazê-lo.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Outra vez?

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: Para terminar, dizer que, certamente, hoje, projetamos um futuro com confiança, trabalhando diariamente para uns Açores melhores, para que a vida dos açorianos seja melhor, para que possamos fixar mais pessoas na nossa Região. É esse o desígnio deste Governo Regional. É esse o caminho que se tem trilhado, num percurso ainda curto, uma governação de menos de três anos.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Menos de três? Como é menos de três?

A Oradora: Às vezes, tendemos a esquecer e querer fazer parecer que este Governo já há muitos anos está a governar. Isso não é verdade e é preciso lembrar.

Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: E há algo que nos tem motivado também, aos partidos que integram esta coligação, que é, sem dúvida, todos os dias ter uma ambição renovada para que a nossa Região seja cada vez melhor.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para encerrar a declaração política, apelando ao seu sentido de síntese, tem a palavra, Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Com certeza.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta declaração política que o Grupo Parlamentar do PSD trouxe e que eu tive a oportunidade de proferir veio de alguma forma revelar aquilo que nós já sabíamos, mas que quisemos que ficasse perante todos os açorianos, que é este negativismo, este cinzentismo e este puxar para baixo do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda relativamente aos Açores.

Deputado António Lima *(BE):* Oh!

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* O senhor não se recorda?

Deputado Carlos Silva *(PS):* O Chega e o Deputado Nuno Barata também puxaram para baixo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Não obstante reconhecerem os dados positivos que eu elenquei, e mesmo falando sobre eles, tornaram-nos como dados negativos. O PIB nominal cresceu 12 % em 2022. Mais, o maior crescimento desde 1995, Sr. Deputado, o maior crescimento da nossa autonomia, praticamente, desde que os dados são conhecidos.

Depois, o Sr. Deputado Nuno Barata já falou da importância da baixa dos impostos, que eu me abstive de referir, tal como me abstive de referir a Tarifa Açores, tal como me abstive de referir outro fator importantíssimo, que é aquilo que está na base de todo este acontecimento…

Deputado Carlos Silva *(PS):* O "Nascer Mais"!

O Orador: … em termos da positividade dos números que ali mencionei, que é a valorização das pessoas nos Açores, a valorização do nosso capital humano, a regularização de carreiras, o trazer finalmente justiça àqueles açorianos que os senhores do Partido Socialista remeteram para um canto da autonomia, sem reconhecer direitos. E isso é muito importante que não seja esquecido.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Ora aí está!

Deputada Délia Melo *(PSD):* Exatamente! Muito bem!

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Muito bem lembrado!

Deputado José Ávila *(PS):* É preciso é pagar!

O Orador: Sobre os dados que eu disse, como é que é possível falar-se de educação nos Açores depois da estabilidade que trouxemos às nossas escolas? Como é que é possível o Partido Socialista dar uma perspetiva negativa quando, em 31 de maio, no continente, como consequência da vossa governação na República, havia mais de 22 mil alunos sem aulas a pelo menos uma disciplina? Mais de 22 mil alunos, praticamente, no fim do ano, que não tinham aulas pelo menos a uma disciplina.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Inês Sá *(PS):* E aqui? E nos Açores?

O Orador: Em contraste completo com o que se passa nos Açores. É bom que se diga, e o Sr. Secretário já recordou aqui esses dados.

Deputado José Ávila *(PS):* Escolas sem papel higiénico! Pediram aos pais dinheirinho!

O Orador: Eu vou-me abster de comentar sequer o aparte que eu ouvi ali do Sr. Deputado José Ávila, porque é demasiado mau para um deputado nesta Casa não

reconhecer aquele que tem sido o progresso dos Açores e dos açorianos.

Deputada Inês Sá *(PS):* Demasiado mau para ser verdade!

Deputado José Ávila *(PS):* Grande progresso!

O Orador: O mesmo Partido Socialista, quando decidimos a baixa de impostos, dizia que ia ser o maior buraco da autonomia, que íamos para a falência, que íamos falir nos Açores. Eram 400 milhões, não eram? Eram 400 milhões…

Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: A maior população ativa de sempre da nossa autonomia, mais 7 % de açorianos empregados relativamente a 2019. Mais 7 %!

Deputado Carlos Silva *(PS):* A dívida aumentou 900 milhões!

O Orador: Hoje, nos Açores, o problema não é o desemprego, o problema é a falta de mão de obra. Nós precisamos de mais pessoas para trabalhar. Esse é que é o problema nos Açores hoje em dia e não em 2019.

Deputada Délia Melo *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E sejamos sérios, Sr. Deputado Carlos Silva, a taxa de inflação média…

Deputado Carlos Silva *(PS):* Eu não falei de taxa de inflação!

O Orador: Não foi a taxa de inflação. A taxa de desemprego média nacional em 2023 foi mais baixa nos Açores do que no continente. O senhor quer avaliar um trimestre conforme lhe dá jeito. Não é assim que se faz análise económica, Sr.

Deputado.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Depois, não foi a inflação, também para esclarecer o Sr. Deputado, que trouxe mais 51 % de proveitos no turismo de 2019 a 2022.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Pelo amor de Deus! Uma parte, como é óbvio!

O Orador: Mais 51 % de proveitos no turismo não foi certamente por nenhuma causa externa que não aquela da valorização dos Açores, que nós devemos puxar para cima. Devemos todos puxar para cima. Os dados que temos, os dados que têm sido revelados, este crescimento económico e o indicador da atividade económica…

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Sim, explique-nos lá o que ele quer dizer! Isso é um milagre!

O Orador: Há 34 meses, é bom lembrar, desde o primeiro orçamento desta coligação, na legislatura passada, que o indicador de atividade económica tem estado no positivo. Pensem, porque será? Porque será que, desde que esta governação tem um orçamento em vigor, que o indicador de atividade económica cresce e o consumo privado cresce, há 36 meses?

Srs. Deputados do Partido Socialista, o PSD quis trazer, no final desta sessão plenária, esta declaração política…

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Final não, ainda falta muito para acabar!

O Orador: … no período de tratamento de assuntos políticos, antes do verão, porque sabemos que é este ânimo, esta positividade, esta vontade de fazer mais e de ter ambição para mais, que nos vai permitir olhar para os problemas…

Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Muito bem!

Deputado Carlos Silva *(PS):* Ambição renovada!

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Imagina se não tivessem…

O Orador: … que ainda temos na saúde, na educação, ou em qualquer outro setor de atividade na nossa economia e nos nossos Açores, que nos vai permitir andar para a frente e finalmente deixar de ter a resignação, o laxismo que muitas vezes encontrámos no Partido Socialista e a estagnação a que fomos submetidos durante 24 anos.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Muito bem!

O Orador: É com esta positividade que vamos andar para a frente. E é por aqui que vamos certamente fazer mais pelos Açores e pelos açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrada a declaração política.

Regressamos às 15 horas, para dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 13 horas e 20 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 04 minutos.

Encerrámos, ontem, os nossos trabalhos com a votação, na generalidade, da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XIII – "Estabelece o regime jurídico da cooperação técnica e financeira entre a Administração Regional Autónoma e as Freguesias e Associações de Freguesias da Região Autónoma dos Açores"**.

Vamos iniciar o debate e votação na especialidade. Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) Deputada Sabrina Furtado *(PSD):* Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para deixar uma nota, antes de iniciarmos as votações na especialidade, que o Grupo Parlamentar do PSD, assim como todos os outros grupos parlamentares que suportam este Governo têm neste momento de registar: é salutar a forma como todos os outros partidos que fizeram propostas de alteração nesta Casa as apresentaram, como contributos construtivos, para que este diploma fosse ainda mais melhorado. Ele já era quase perfeito, mas desta forma atingimos uma forma mais consensual ainda de nos pormos todos ao serviço dos autarcas de junta de freguesia dos Açores.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Nós é que o tornamos perfeito!

A Oradora: Dizer que foi salutar também o diálogo e a concertação que houve entre os diferentes partidos que apresentaram estas propostas de alteração, tanto da coligação, do Partido Socialista e do próprio Bloco de Esquerda. E quando é assim, ganham todos os açorianos. E neste caso específico ganham as juntas de freguesia dos Açores e os executivos das mesmas. Era só para deixar este registo, que foi um diploma bem consensualizado e que estamos de acordo na

generalidade das matérias apresentadas.

Muito obrigada.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições antes de iniciarmos a votação na especialidade.

(Pausa)

Vamos então avançar. Os primeiros três artigos do diploma não têm propostas de alteração, podemos votá-los em conjunto.

Está à votação o 1.º, 2.º e 3.º artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O 1.º, 2.º e 3.º artigos foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votamos a proposta de alteração à alínea g) do n.º 1 do artigo 4.º apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 4.º, alínea g), foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 4.º com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 4.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Posso votar as duas propostas de alteração em conjunto, proposta de alteração e proposta de aditamento?

Então estão à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista à alínea h) do artigo 5.º e a proposta de aditamento de uma alínea p) ao mesmo artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração e a proposta de aditamento ao artigo 5.º foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 5.º com as propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 5.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Do 6.º ao 11.º não tem propostas de alteração. Posso colocá-los à votação em conjunto? Não? E o 6.º, 7.º, 8.º e 9.º podem ser em conjunto?

Estão à votação os artigos 6.º, 7.º, 8.º e 9.º. do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos 6.º, 7.º, 8.º e 9.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* O artigo 10.º número a número, se faz favor, Sr. Presidente.

Presidente: Está à votação o n.º 1 do artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 10.º, n.º 1, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o n.º 2 do artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 10.º, n.º 2, foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do Chega (5), do CDS-PP (2) e do PPM (1), com o voto contra da IL (1), e com as abstenções do BE (1) e do PAN (1).

Presidente: Está à votação o artigo 10.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 10.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 11.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 11.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma alínea c) ao artigo 12.º apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 12.º, alínea c), foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do Chega (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), do BE (1) e do PAN (1), e com o voto contra da IL (1).

Presidente: Está à votação o artigo 12.º com esta proposta de aditamento que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 12.º foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do Chega (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), do BE (1) e do PAN (1), e com o voto contra da IL (1).

Presidente: Está à votação o artigo 13.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 13.º foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do Chega (5), do CDS-PP (2), do PPM (1) e do BE (1), com o voto contra da IL (1), e com a abstenção do PAN (1).

Presidente: Estão à votação os artigos 14.º, 15.º e 16.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos 14.º, 15.º e 16.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um n.º 2 ao artigo 17.º apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 17.º com esta proposta de aditamento que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 17.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como

estão.

Secretária: O artigo 18.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM ao n.º 2 do artigo 19.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 19.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 19.º com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 19.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 20.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 20.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM ao n.º 2 do artigo 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 21.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 21.º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 21.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao artigo 22.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como

estão.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 22.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 22.º com esta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 22.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao n.º 3 do artigo 23.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 23.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 23.º com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 23.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração apresentadas ao artigo 24.º pela coligação PSD/CDS-PP/PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: As alterações ao artigo 24.º foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 24.º com estas propostas de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 24.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 25.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 25.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um artigo 25.º-A apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento de um artigo 25.º-A foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Faça favor.

(*) Deputada Sabrina Furtado *(PSD):* Com licença, Sr. Presidente.

Há só aqui dois ou três pormenores que vou chamar a atenção. Por favor, em sede de redação final, deve o artigo 25.º-A passar a ser o 24.º-A.

Obrigada.

Presidente: Eu não ouvi, mas espero que a comissão, para redação final, tenha ouvido.

A Oradora: Depois mando e-mail. Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

E é unânime esta referência?

Vamos então votar a proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 26.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 26.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 26.º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 26.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 27.º e 28.º podem ser em conjunto? Estão à votação os

artigos 27.º e 28.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos 27.º e 28.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 29.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 29.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 29.º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 29.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao n.º 2 do artigo 30.º apresentado pelo PSD, CDS-PP e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A alteração ao n.º 2 do artigo 30.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Temos uma proposta de aditamento de um n.º 4 ao artigo 30.º apresentada pelo Partido Socialista. Está à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento de um n.º 4 ao artigo 30.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 30.º com estas duas propostas de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como

estão.

Secretária: O artigo 30.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Podem ser colocados à votação do 31.º ao 42.º? Estão à votação do artigo 31.º ao artigo 42.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Do artigo 31.º ao 42.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao n.º 2 do artigo 43.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 2 do artigo 43.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 43.º com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 43.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 44.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 44.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação do n.º 8 do artigo 45.º apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de eliminação do n.º 8 do artigo 45.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Fica assim prejudicada a proposta de eliminação proposta pelo Partido Socialista.

Está à votação o artigo 45.º com esta proposta de eliminação que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 45.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação do artigo 46.º apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de eliminação ao artigo 46.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Fica assim prejudicada a proposta de eliminação apresentada pelo Partido Socialista.

Esta proposta elimina o artigo 46.º todo, não é? OK.

Portanto, agora vamos para os artigos 47.º e 48.º. Posso colocá-los à votação em conjunto? Estão à votação os artigos 47.º e 48.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos 47.º e 48.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao n.º 1 do artigo 49.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 49.º, n.º 1, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 49.º com esta proposta de alteração que

acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 49.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 50.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 50.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM ao n.º 2 do artigo 51.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A alteração ao artigo 51.º, n.º 2, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Fica assim prejudicada a proposta apresentada pelo PS à alínea a).

Portanto, há uma segunda proposta de alteração apresentada pelo PS, à alínea b) do n.º 2 do artigo 51.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 51.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um n.º 3 ao artigo 51.º apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento de um n.º 3 ao artigo 51.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 51.º com as propostas de alteração que

aprovámos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 51.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM ao artigo 52.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 52.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Colocamos à votação o artigo 52.º com esta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 52.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 53.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 53.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global foi aprovada, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do CDS-PP (2), do PPM (1), do BE (1) e do PAN (1), e com as abstenções do Chega (5) e da IL (1).

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé** *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com diálogo e sentido responsabilidade, o Grupo Parlamentar do PS/Açores apresentou um conjunto de propostas de alteração ao diploma, que teve como objetivo reforçar as seguintes ideias:

1- Alargar a abrangência das áreas e tipologias de apoios em matéria de cooperação;
2- Reforçar a transparência na avaliação das candidaturas, assegurando a publicitação dos critérios;
3- Tornar mais célere o processo de celebração de acordos em 2024, reduzindo o prazo de regulamentação e assegurar a definição de prazos no processo de celebração de contratos de cooperação;
4- Garantir um acompanhamento mais próximo pelo Parlamento, incluindo um representante desta entidade na Comissão de Acompanhamento;
5- Manter o ECO-Freguesias em regulamentação autónoma, conforme entendimento da ANAFRE.

Como nota final, o diploma que sairá hoje deste Parlamento é muito melhor do que aquele que deu entrada. Isto significa que, com um diálogo, com o contributo dos partidos que apresentaram propostas de alteração, hoje demos um passo importante a bem das freguesias dos Açores e das suas populações.

Após a aprovação deste importante diploma, vemos todos a trabalhar na melhoria e atualização da Lei de Financiamento das Autarquias Locais com a mesma responsabilidade que empregámos no tratamento deste diploma.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) Deputada Sabrina Furtado *(PSD):* Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como disse ontem, porque pensei que esta discussão terminasse ontem, mas volto a repetir hoje, nunca é demais, afinal são dois dias históricos para as juntas de freguesia dos Açores com a aprovação deste diploma, este novo regime de cooperação técnica e financeira com as juntas de freguesia dos Açores, uma reivindicação de todos os autarcas de freguesia, de quem os representa através da delegação da ANAFRE nos Açores, que são eles, sim, também os grandes porta-vozes dos executivos de juntas de freguesia.

E hoje, eu já disse isso antes, mas é salutar o consenso que houve sobre esta matéria no Parlamento Regional. Contudo, não posso deixar de referir e porque também foi referido por outros colegas, que o Grupo Parlamentar do PSD, o Grupo Parlamentar do CDS e a Representação Parlamentar do PPM também fizeram propostas de alteração ao diploma do próprio Governo, mostrando que também nós estamos aqui para contribuir…

Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: … para que o diálogo e a concertação sejam efetivamente entre todos. E não é pelo Governo ser da cor política destes três grupos parlamentares que não faremos questão de dizer sempre o que também nós achamos…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* É a democracia! Muito bem!

A Oradora: … e dar os nossos contributos para que efetivamente os diplomas fiquem ainda mais aperfeiçoados.

E concordando com o que já disse o Sr. Deputado Mário Tomé, também nós

fizemos proposta de alteração, para que o programa ECO-Freguesias…

Deputado Carlos Silva *(PS):* É verdade!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* É verdade!

A Oradora: … ficasse de uma forma independente, para que não se confundisse com este diploma e que seguisse o seu caminho com um diploma à parte, com um programa à parte, numa Secretaria com uma tutela também à parte.

Vimos com bons olhos algumas das propostas de alteração. Aliás, as propostas de alteração foram quase todas votadas por unanimidade, por isso, naturalmente, acolhemos sempre com humildade todas as propostas de alteração que vierem sempre por bem e que forem concertadas entre todos, com diálogo e seriedade. E foi esta a lição que demos hoje. E as votações neste diploma plasmaram exatamente isto: quando há seriedade e boa vontade, toda a gente se entende, a bem dos açorianos.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada

Sr. Deputado Francisco Lima, faça favor, para uma declaração de voto.

(*) Deputado Francisco Lima *(CH):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Chega, de facto, optou pela abstenção e acha pertinentes as razões que já invocamos, nomeadamente a questão da utilidade e da oportunidade. Estamos em cima de eleições autárquicas. E temos sérias dúvidas se isso não vai ser mais uma medida eleitoralista e que vai ser politizada.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Mas votaram a favor!

O Orador: E, portanto, nós continuamos preocupados pela boa gestão dos dinheiros públicos. E seremos os primeiros a reconhecer que devíamos ter tido outro tipo de votação caso a realidade prove que estávamos errados.
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.
Sr. Deputado António Lima, faça favor.
(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
O Bloco de Esquerda votou favoravelmente a proposta de decreto legislativo regional por considerar que ela traz um novo enquadramento da relação entre o Governo Regional e as freguesias e por considerar que esse novo enquadramento é positivo.

(Burburinho)

Ó Sr. Presidente, há aqui um ruído que está, de facto, a desconcentrar a minha intervenção.
Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* É melhor começar de novo.
O Orador: Repetindo aquilo que disse, consideramos que a proposta traz um novo enquadramento da relação entre o Governo Regional e as freguesias e que esse enquadramento é positivo.
Como sempre fazemos, analisando as propostas, porquê? Porque, muitas vezes, não temos concordância com elas e votamos em coerência. Desta vez, como em muitas outras, votámos favoravelmente. E também é preciso salientar isso mesmo, porque, por vezes, há quem não reconheça esse posicionamento construtivo, seja

na votação, seja nas propostas de alteração. E esperando que esse diploma seja um novo enquadramento, que tenha efeitos positivos, que seja bem aplicado e que promova melhor articulação entre o poder regional e local, maior transparência e maior equidade. Também foi pela equidade que promovemos e apresentámos uma proposta de alteração que julgo que vem trazer também maior equidade entre as freguesias dos Açores, permitindo às freguesias das ilhas de São Miguel e Terceira também terem acesso a majorações, tendo em conta que há freguesias nestas duas ilhas que também são freguesias com inúmeras dificuldades, seja pela distância, seja também pelas condições geográficas e orográficas do território onde se inserem.

Posto isto, resta-me esperar que deste diploma saiam efetivamente freguesias com mais recursos, com maior capacidade de intervenção e melhore os serviços para os cidadãos, para os residentes na Região Autónoma dos Açores, para os açorianos e açorianas, porque é isso que é efetivamente o mais importante.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal votou favoravelmente, na generalidade, esse diploma, porque ele, de facto, vem trazer um instrumento de gestão e de cooperação técnica entre o Governo Regional dos Açores e as freguesias desta Região, que, de facto, faz falta aos autarcas de freguesia, para que melhor possam prosseguir com os seus intentos.

Não obstante a necessidade da revisão da Lei de Financiamento das Autarquias Locais, que provavelmente obviaria algumas dessas lacunas que têm neste momento as juntas de freguesia, a Região tem também a obrigatoriedade de se chegar à frente, passo a expressão ligeira, e acudir aos autarcas de freguesia.

Votámos contra o n.º 2 do artigo 10.º, porque ele cria uma certa discricionariedade na atribuição do estatuto de interesse regional, criando assim condições e abrindo portões ao amiguismo e ao tratamento diferente de umas freguesias para outras por falta de critérios que definam esse interesse regional.

Votámos contra o artigo 12.º, porque somos contra qualquer tipo de discriminação geográfica. Nós acreditamos no princípio da subsidiariedade, nós acreditamos no princípio da descentralização, mas nós não acreditamos nestes princípios de criação de uns mais pobrinhos do que outros, de uns menos do que outros e de uns que supostamente são melhores do que outros e, portanto, não merecem tanto.

Votámos também contra o artigo 13.º, precisamente pela mesma razão do n.º 2 do artigo 10.º, por abrir portões ao amiguismo.

E, finalmente, o nosso voto de abstenção em votação final global, porque, precisamente, infelizmente, ficaram plasmados neste diploma estes princípios com os quais nós discordamos em absoluto e com os quais não queremos ser responsabilizados no futuro.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, para uma declaração de voto, faça favor.

(*) Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Votámos favoravelmente esta proposta do Governo e apresentámos propostas de alteração para a melhorar, porque estamos convictos que este novo regime jurídico de apoio e cooperação técnica e financeira com a administração local virá acabar com apoios discricionários e limitadores, ampliando assim a capacidade de intervenção de todas as juntas de freguesia sem enviesamentos discriminatórios.

É de salientar que o financiamento anual das freguesias é realizado nos termos da Lei das Finanças Locais e, portanto, está condicionado, quer pela dimensão, quer

pela demografia de cada freguesia, o que significa que as nossas freguesias nos Açores, por serem de pequena dimensão e de baixa densidade populacional, têm anualmente um reduzido financiamento corrente.

E, portanto, com esta proposta do nosso Governo de coligação procurámos, dentro dos limites do possível, melhorar o serviço aos nossos concidadãos, promovendo mais apoio às juntas de freguesia, que a nível local são quem mais rapidamente poderá resolver pequenas situações do dia a dia em cada uma das nossas ilhas.

Se antes os apoios eram limitadores na sua ação, agora passam a ter a possibilidade de intervir noutras áreas que no passado as freguesias não tinham, com critérios de transparência e de objetividade.

Estamos perante um regime ordenado, que possibilitará a criação de critérios de apoio mais amplos. E as freguesias poderão, doravante, candidatar-se, quer individualmente, quer conjuntamente, várias freguesias em conjunto, para projetos que possam envolver áreas comuns, de atuação comum, de várias freguesias e podem também candidatar-se a realizar ações que no passado não podiam, como por exemplo manutenção de trilhos, limpeza e conservação de orlas costeiras, zonas balneares, etc.

Este regime trará maior transparência, uma vez que será entregue um relatório periódico à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente às candidaturas apresentadas. E, portanto, também nessa matéria os poderes deste Parlamento saem reforçados. E a verba para este regime passará a estar contemplada no Orçamento da Região, acabando assim com apoios discricionários. E também passa a ser uma forma de este Parlamento, os vários partidos e todos os deputados poderem fazer uma fiscalização sobre os projetos ou pelo menos o montante global que o Governo planeia utilizar para apoiar as nossas freguesias.

E, por fim, o Governo e o poder local continuam comprometidos com as mesmas populações, mas com a aprovação deste novo regime serão garantidas mais

condições para trabalhar em prol de um interesse comum, com previsibilidade e estabilidade.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

(Pausa)

Não havendo, vamos avançar na nossa agenda. Os próximos três pontos (sete, oito e nove) serão discutidos, conforme deliberou a Conferência de Líderes, em conjunto e, depois, naturalmente, feitas as suas votações. Estamos a falar do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XIII – "Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho – Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores"**, uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Para a apresentar a iniciativa, tem a palavra a Sra. Deputada Inês Sá. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) Deputada Inês Sá *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta do PS, consumada através do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XIII, de alteração ao Estatuto da Carreira Docente em vigor desde 2023, apresentada nesta Casa na última sessão plenária com carácter de urgência, visa corrigir as injustiças que, por via da aplicação deste novo estatuto, gerou no que

à reposição no tempo de serviço dos professores nos Açores diz respeito.

A urgência, aprovada por unanimidade e já amplamente justificada, tanto na apresentação sumária feita no último Plenário, como também na Comissão de Política Geral, de se alterar o artigo 2.º do Estatuto da Carreira Docente dos Açores visa corrigir as regras referentes à reposição do tempo de serviço intercarreiras, uma vez que o diploma tal como está impede a recuperação de todo o tempo de serviço perdido na transição entre carreiras para docentes a exercer funções no Sistema Educativo Público Regional.

Esta lacuna legislativa tem como consequência que alguns docentes tenham uma carreira de 37 anos ao invés dos 34 anos definidos pelo próprio estatuto, ficando por isso em situação de desigualdade face aos restantes colegas. Esta desigualdade criada com entrada em vigor do novo Estatuto da Carreira Docente constitui *per se* um desincentivo à fixação de docentes na Região, bem como um desincentivo para com aqueles que já se encontram a trabalhar nas nossas escolas.

Não fazer esta alteração hoje, aqui e agora, será contribuir para que estes docentes optem por completar as suas carreiras noutros sistemas de ensino, como na Madeira e no continente, por exemplo, em detrimento de desenvolver a sua carreira nas escolas da Região Autónoma dos Açores.

Neste mesmo sentido, em sede de comissão, o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores afirmou: "Nós, neste momento, temos, eventualmente, docentes que concorrem para o continente e que já terão ficado nalguma escola ou vão ficar numa escola do continente. Eles, vendo esta situação resolvida, poderão não se apresentar na escola onde foram colocados a nível nacional e mantêm-se no quadro da escola dos Açores, onde estão neste momento."

Porque o povo nunca se engana, diz-nos a sabedoria popular que "gato escaldado de água fria tem medo". E talvez importa aqui relembrar que, quando este novo estatuto começou a ser negociado, em 2020, a Sra. Secretária Regional da Educação alegou estarmos perante o novo Estatuto da Carreira Docente que previa

"o mecanismo de reposição de até três anos em carreira perdidos com as várias alterações que foram feitas nos últimos 15 anos, que vai permitir que os professores tenham uma carreira equitativa".

Mais uma vez aqui encaixa também bem a sabedoria popular que diz que "mudam-se os tempos, mudam-se as vontades". E em maio de 2024, a Sra. Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto, após reunir com os sindicatos dos professores exatamente sobre esta mesma matéria, afirmava com igual convicção: "O estatuto é claro, nós só podemos recuperar o tempo intercarreiras aos docentes dos Açores que fizeram a recuperação ao abrigo dos dois diplomas anteriores. É isso que estamos a aplicar. Não há qualquer dúvida quanto à legitimidade e à legitimidade do que o Governo está a fazer."

Contrariamente à opinião da Sra. Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, após ter reunido com os sindicatos e ouvido diversos docentes, dúvidas não teve de que esta matéria precisava de ser resolvida com a maior brevidade, tendo apresentado nesta Assembleia Legislativa a proposta de decreto legislativo aqui em causa.

Convém, porventura, realçar que a proposta do Partido Socialista restringe-se apenas à recuperação dos três anos perdidos intercarreiras e é exatamente essa proposta que trazemos a esta Casa, pelo que exortamos todos os partidos aqui presentes a aprovarem a mesma sem entropias de qualquer espécie, pondo um fim a uma injustiça completamente desnecessária e facilmente ultrapassada, até porque, por todos os motivos aqui expostos, estamos certos de que os docentes, que desde a entrada do Estatuto da Carreira Docente em 2023 viram defraudadas as suas legítimas expetativas, não esperam que desta discussão saiam apenas sinais ou intenções, mas sim medidas concretas e consequentes, até porque quanto a sinais e discursos de boas intenções estarão por certo os docentes bem esclarecidos.

Disse.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentada a iniciativa do Partido Socialista.

Passamos à iniciativa da Representação Parlamentar da IL, que é o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XIII**, com o mesmo assunto: Estatuto da Carreira Docente.

Deputado Nuno Barata *(IL):* Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A bem da eficiência dos trabalhos parlamentares, em termos estatutários, venho requerer oralmente a retirada da minha iniciativa, por ser redundante.

Presidente: Muito bem. Está assim retirada a iniciativa da IL.

Passamos à iniciativa do PSD, CDS-PP, Chega e também da Representação Parlamentar do PPM.

Para apresentar a iniciativa, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Não há outra maneira de dizer isto, os partidos da coligação PSD, CDS e PPM, nos seus dois governos que vão em funções, foram os partidos…

Deputado Carlos Silva *(PS):* E o Chega!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* E o Chega!

O Orador: … que mais fizeram pela educação nos últimos trinta anos, indiscutivelmente, desde logo: …

Deputado Flávio Soares *(PSD):* Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Misericórdia!

O Orador: Porque, num curto espaço de tempo, se avançou significativamente na recuperação do tempo de serviço congelado que ainda estava por recuperar na Região;

Porque se avançou para a equiparação do horário letivo dos professores do 1.º ciclo e educadores de infância, que estavam numa situação de injustiça comparativamente com os restantes docentes da Região, desde 2014. Era matéria sobre a qual a Região tem competência. Tanto tinha competência que resolveu este problema no ano passado, mas que foi sucessivamente negado pelos governos do Partido Socialista durante quase dez anos;

Mas também pelas melhorias que introduzimos nos horários de trabalho, com a clarificação daquilo que é a componente letiva e a componente não letiva de um professor;

Ou, por exemplo, com a possibilidade de um docente ter direito às mesmas circunstâncias de qualquer funcionário público relativamente, por exemplo, a faltas por conta do período de férias, coisa que, ao arrepio da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aqui nos Açores, era diferente;

Mas fizemos mais, também mudámos o modelo de formação inicial, regressando aos estágios integrados que o Partido Socialista havia eliminado, com evidente e demonstrado prejuízo para o Sistema Educativo Regional;

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Bem verdade!

O Orador: Mas também fomos mais além, porque, na circunstância da falta de professores, que era previsível há muito, mas que nada teve como resposta do Partido Socialista, que não foi capaz de olhar para uma folha de Excel onde estão todos os docentes, grupos disciplinares, o tempo de serviço, a sua idade e a previsibilidade para o ano de reforma, nada fez para acautelar, por exemplo, de 2020 até ao fim deste ano letivo, a reforma de 319 professores nos Açores. Mas considerando que a formação de um professor demora no mínimo cinco anos, nós

não vimos nada em 2019 nem em 2020 feito pelo Partido Socialista para acautelar essas situações.

E, portanto, é indesmentível que os governos do PSD, do CDS e do PPM, com os apoios parlamentares que também reuniu nesta Assembleia, levou por diante uma reforma estrutural do Sistema Educativo Regional, que tem o seu epílogo na entrada de mais de quinhentos professores para os quadros, que, teimosamente, o Partido Socialista mantinha em sistema de contratação, sem contar com os que entram agora neste ano. Isso resulta também da criação dos quadros de ilha, coisa que o Partido Socialista também sempre recusou.

E aqui chegados, temos ainda mais para fazer a favor do Sistema Educativo Regional, nomeadamente permitir a recuperação do tempo entre carreiras de docentes que ainda não foram abrangidos pela legislação que criámos em 2023. E daí avançarmos com esta proposta, à qual se juntou, e muito bem, o partido Chega também como coautor desta proposta, para resolver esta parte de um número que não sendo significativo no conjunto dos docentes da Região, mas são trabalhadores ao serviço do nosso Sistema Educativo Regional e têm os mesmos direitos, do nosso ponto de vista, que os demais. E tudo temos de fazer para manter a atratividade do nosso Sistema Educativo Regional comparativamente com os sistemas administrativos escolares da Madeira e do continente.

E, portanto, não regatearemos nenhum esforço para que, efetivamente, essa atratividade seja conseguida. E, nessa medida, vamos fazê-lo, mas não ficamos por aí, nós nunca estamos satisfeitos enquanto não resolvermos os problemas todos até ao fim. E avançamos mais, daí que a nossa proposta seja muito mais ampla, muito mais eficaz e muito mais substantiva do que a proposta do Partido Socialista, porque nós não nos limitamos a resolver isto, vamos resolver o tempo perdido entre carreiras dos docentes que ainda não recuperaram, porque, há sensivelmente um ano, aprovámos um novo Estatuto da Carreira Docente que já contemplou a recuperação do tempo de serviço perdido entre carreiras, mas

aqueles que ficaram de fora por não reunirem as condições que estavam determinadas para recuperar tempo de serviço nos Açores vão fazê-lo agora.
E vamos mais longe, aqueles docentes que tendo trabalhado no continente ou na Madeira e, entretanto, ingressaram nos quadros das nossas escolas, também esses vão poder recuperar o tempo congelado que ainda não recuperaram. Na Madeira, num processo que se iniciou em 2019, mas que ainda não está concluído, portanto, também vamos atender a esses casos. E todos aqueles que, no continente, durante estes oito anos de governação do Partido Socialista, não recuperaram um dia dos seis anos, seis meses e vinte três dias que têm para contar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Não podia ser mais simbólico, no dia em que nós também discutimos isto aqui, só hoje o Conselho de Ministros aprovou o decreto-lei que vai, efetivamente, fazer essa recuperação do tempo de serviço. Também para o continente é um Governo do PSD, do CDS e do PPM que devolve aos professores aquilo que lhes tinha sido tirado. E, portanto, a nossa proposta é mais ampla.
Mas tem também mais um pormenor, e eu vou repetir aqui, hoje, o que disse há exatamente um mês, no plenário de junho, quando falámos da urgência da apresentação das três iniciativas legislativas, a nossa, do PSD, CDS, PPM e do Chega, a do Partido Socialista e a da Iniciativa Liberal. Eu disse que esta matéria tinha uma urgência emocional. E continuo a dizer que tinha uma urgência emocional.
Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!
O Orador: O que é que isto quer dizer? Quer dizer o seguinte: a recuperação do tempo perdido entre carreiras ou as outras recuperações que nós propomos na nossa iniciativa só vão ter efeito prático a partir do dia 1 de janeiro de 2025. Aliás,

como acontecia com a proposta da Iniciativa Liberal e como acontece com a proposta do Partido Socialista, que ainda está em discussão. E, portanto, se só tem efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2025, qual era a urgência? A urgência era o Parlamento dos Açores dar um sinal aos professores de que, efetivamente, quer e vai resolver, e bem, este problema que ainda subsistia. Tão só isso. Não há, neste momento, a decorrer nenhum concurso para contratação de professores a nível nacional, na Madeira, nem nos Açores. E, portanto, não há nenhum professor que vai mudar de administração escolar nesta altura do ano. Não há um, a não ser aqueles que vão fazer contratos por tempo determinado.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Afinal já há!

Deputada Inês Sá *(PS):* Alguns.

O Orador: Mas esses não estão abrangidos por recuperação de tempo de serviço nenhum, porque esses são contratados, esses são aqueles que atendem a necessidades específicas e pontuais.

Portanto, é uma falácia vir aqui dizer…

Deputado Carlos Silva *(PS):* Então porque é que apresentou a urgência?

Deputada Inês Sá *(PS):* Exatamente!

O Orador: … que, se nós não aprovarmos hoje, aqui, a recuperação do tempo de serviço entre carreiras, há pessoas que vão sair da Região. Ninguém vai sair da Região, pelo contrário, porque os docentes da Região têm um estatuto com uma atratividade maior do que ainda hoje acontece a nível nacional, com uma nuance que decorre daquilo que, segundo o comunicado do Conselho de Ministros, também vai acontecer a nível nacional, que é: a nível nacional continua a existir quotas para o acesso ao quinto e sétimo escalões. Os docentes que vão recuperar tempo de serviço agora ficam dispensados ou, dizendo de outro modo, não ficam abrangidos por essas quotas de ingresso no quinto e sétimo escalões. Mas nós não temos para ninguém e isso representa uma mais-valia na atratividade do Sistema Educativo Regional.

Portanto, nós queremos captar mais professores, até porque há mais umas centenas que se vão reformar nos próximos anos? Com certeza que sim. Foi por isso também que, sob proposta nossa, do PSD, do CDS e do PPM, nós aqui aprovámos uma bolsa de estudos de mestrados…

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* E qual é o resultado?

O Orador: … para formação de professores, com o sentido de tornar mais atrativa a ida para a carreira.

A Sra. Deputada Andreia Cardoso faz um aparte a dizer: qual foi o resultado?

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Sim!

O Orador: Ó Sra. Deputada, mesmo que tivessem sido dois, eram 200 % mais do que os que o Partido Socialista fez.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Mas não são dois, são muitos, já são dezenas…

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* A questão não é essa!

O Orador: … aqueles que estão a usufruir desta bolsa, que é superior a quinhentos euros por mês.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Não resolve!

O Orador: E que durante dois anos de mestrado recebem dez meses de bolsa, para atrair gente para a profissão. O Sistema Educativo Regional não precisa só dos professores que estão já na carreira, precisa de outros que ingressem na carreira. E é para esses que nós destinamos essa bolsa. E isto tem um efeito, sim, senhora. Nós precisamos de rejuvenescer também um quadro de pessoal docente que é envelhecido, é da natureza humana, de gente que iniciou a carreira há trinta e mais anos, que se encaminha rapidamente para a reforma e que tem de ser substituída. E a substituição não se faz só por aqueles que já estão formados, até

porque o contingente profissional da docência no país é deficitário, são necessários trinta e cinco mil professores até 2030.

E, portanto, nós não podemos ficar, como fez o Partido Socialista, sentados a ver os problemas passar sem encontrar uma solução.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão apresentadas as duas iniciativas. Está aberto o debate.

Sra. Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto, tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto *(Sofia Ribeiro):* Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria aproveitar e começar por agradecer todo o trabalho que foi desenvolvido neste ano escolar, que agora está a chegar ao seu fim.

A condução dos desígnios da educação numa região como a nossa é muito exigente, desde já pela dispersão geográfica, por abranger cerca de 8 mil trabalhadores, 32 mil alunos de uma forma direta, mas, para além disso, porque estamos a corrigir uma série de problemas com que se deparava o Sistema Educativo Regional, a par também de questões a nível nacional.

E ainda há um ano, estávamos aqui nesta Casa a antever um ano de grande exigência, que era o ano em que íamos implementar um novo Estatuto da Carreira Docente, com novos horários, com um regime de educação inclusiva, com uma adaptação ao regime de criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas, em que fui alertada por muitas das Sras. e dos Srs. Deputados para a exigência deste ano que se lhe seguia, que foi este que agora terminou.

Não há situações perfeitas, nós estamos sempre em constante exigência e em acompanhamento dos problemas e das questões que vão sempre surgindo. Mas findo já quase este ano letivo escolar de grande exigência, quero agradecer aos técnicos da Direção Regional de Educação e da Administração Educativa, aos conselhos executivos das nossas escolas e aos órgãos das nossas unidades orgânicas por termos conseguido fazer esta revolução que era necessária e que correu a bom trecho.

Dito isto e relativamente à matéria que aqui nos traz, gostaria também de esclarecer uma confusão que normalmente e regularmente é feita e que é importante termos em consideração: uma coisa é a recuperação do tempo de serviço intercarreiras e outra questão completamente distinta é a recuperação do tempo de serviço congelado.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Sabemos disso também!

A Oradora: A recuperação do tempo de serviço congelado começou numa primeira fase em 2005, na sequência até dos *packs*. Foi uma medida nacional que depois também se aplicou à Região. A Região tinha legitimidade para não fazer aplicar, mas assim não entendeu. É outra questão.

Outra questão diferente é a que diz respeito à recuperação do tempo de serviço intercarreiras. De que é que estamos a falar? Estamos a falar de regimes diferenciados, em que os docentes que já se encontravam no Sistema Educativo Regional…

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Sabemos disso, Sra. Secretária!

A Oradora: … e também nacional, por criação da nova estrutura da carreira, veriam a sua carreira não somente aumentada de 26 para 34 anos, mas a forma específica de reposição no escalão correspondente poderia fazer com que essa carreira não fosse de 34, mas até 37 anos.

A Região teve a possibilidade, e eu tenho a honra de no meu percurso ter estado nestas mesas negociais a fazer essa exigência, na devida altura, a alertar os

governos do Partido Socialista, que, ao criar um estatuto da carreira, a Região tinha na sua posse os mecanismos para não causar esta diferenciação, que nalguns casos é de dias e noutros casos é de até três anos.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Ó Sra. Secretária, a legislação é sua!

A Oradora: Mas falamos de uma situação que é diferente de acordo com a condição individual de cada professor. E, portanto, tecnicamente, é de aferição muito exigente. Temos professores que têm um atraso de alguns dias, no máximo temos outros que têm uma diferença até três anos.

E eu pensava que o Partido Socialista, na apresentação dessa sua proposta, teria feito apenas uma confusão.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Não há confusão nenhuma!

A Oradora: E agora constatei não apenas pelo que está aqui redigido, mas até mesmo pela intervenção da Sra. Deputada Inês Sá, que afirmou que é intencional esta sua recuperação apenas do tempo de serviço intercarreiras. E aqui nós temos de facto um problema, porque, se o nosso objetivo — e assim é ao que parece pelas intervenções das Sras. e dos Srs. Deputados, e é e sempre foi do Governo dos Açores — é o de nós termos uma situação de equiparação entre todos os docentes, no respeito pela lei e para podermos ter a melhor situação por comparação com o resto do território nacional, para não termos futuras fugas de professores ou ter professores a não quererem vir para os Açores, então vamos ficar por uma recuperação que no máximo é de três anos, quando tenho uma recuperação de seis anos para fazer?! Não faz qualquer sentido, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Sim, claro!

A Oradora: E por isso é que é muito importante nós percebermos…

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Já percebi agora!

A Oradora: É mesmo isso, Sra. Deputada Andreia Cardoso, porque um professor

que não tenha uma recuperação de seis anos de serviço, esse, sim, vai pensar duas vezes…

Deputada Inês Sá *(PS):* Claro que vai para lá!

A Oradora: … se vale a pena — o que tem ficou no concurso dos Açores —, já no dia 1 de setembro, vir de facto para os Açores, porque, se ficar nos quadros do Ministério da Educação, vai poder recuperar os seus seis anos.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Não era nada urgente!

Deputada Inês Sá *(PS):* Não era para vir agora!

A Oradora: E, portanto, seria uma irresponsabilidade da nossa parte não equacionarmos a recuperação do tempo de serviço congelado que está a ser feita pelo Ministério da Educação, que hoje foi aprovada em Conselho de Ministros.

Como disse o Sr. Deputado Joaquim Machado, e muito bem, hoje é um dia feliz para os professores em Portugal como um todo, também para os Açores, porque, se tivermos boas condições no nosso país como um todo, nós vamos ter maiores condições de atratividade na carreira e isso tem reflexo na nossa Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E é por isso, para terminar, Sras. e Srs. Deputados, que friso que é muito importante percebermos, na especialidade, qual é o desfecho final da redação final desta recuperação do tempo de serviço a nível do Ministério da Educação, para depois podermos no mínimo apresentar as mesmas condições nos Açores.

Deputada Inês Sá *(PS):* Então retirem a proposta!

A Oradora: E só assim é que teremos garantia que não há nenhum professor nos Açores prejudicado comparativamente com o resto do território nacional.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.
Sra. Deputada Oliveira Santos, faça favor, tem a palavra…

(Burburinho)

Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Deputada Olivéria Santos faça a sua intervenção. Sra. Deputada Inês Sá e Sr. Deputado Flávio Soares, permitam que a Sra. Deputada Olivéria Santos…
(*) Deputada Olivéria Santos *(CH):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:
O Chega já aqui o disse por várias vezes e volta a repetir, a educação é um dos pilares fundamentais da nossa sociedade. E entendemos que sem educação não conseguimos desenvolver os Açores em condições.
Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!
A Oradora: É também com uma boa educação que teremos pessoas bem formadas. Mas para que isso aconteça é preciso não descurarmos as ferramentas necessárias, principalmente para termos mais e bons professores.
Deputado José Pacheco *(CH):* Muito bem!
A Oradora: Por causa de uma lacuna na lei, no novo Estatuto da Carreira Docente, cerca de duzentos professores dos Açores ficariam excluídos do reposicionamento na carreira. Isso poderia colocar em causa a educação na Região Autónoma dos Açores, uma vez que este problema poderia levar a um outro ainda muito maior, que era o risco de podermos ficar sem professores nos Açores e

termos professores a abandonar o arquipélago para ir para o continente, uma vez que a sua carreira deixaria de ser atrativa, porque podiam perder assim três anos de serviço.

O Chega falou com os sindicatos, identificou o problema, percebeu que era fácil resolver e comprometeu-se a trazer a esta Assembleia um diploma que resolvesse precisamente esta situação. Assim foi feito. E estamos hoje, aqui, com esse diploma a cumprir com a nossa palavra.

Deputado José Pacheco *(CH):* Muito bem!

A Oradora: Se queremos uma educação capaz, se queremos bons professores, não podemos colocar entraves e temos o dever de ser também facilitadores. Este diploma vem precisamente responder a um problema destes professores e principalmente repor a justiça que estava em falta.

Esta era uma situação urgente.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Mas é urgente afinal!

Deputada Inês Sá *(PS):* Emocionante!

A Oradora: Continua a ser. É justa. Apesar de só entrar em vigor no próximo ano, mostra a todos os açorianos e principalmente aos professores e aos sindicatos a nossa boa-fé e a vontade em resolver este problema.

Disse.

Deputado José Pacheco *(CH):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Debatemos mais uma vez esta matéria ligada à educação, ligada em particular ao Estatuto da Carreira Docente.

Nós tivemos conhecimento da questão que se levantou e que justifica agora duas propostas que estão em discussão. E, desde logo, manifestámos aos representantes dos docentes a nossa concordância com a alteração do Estatuto da Carreira Docente.

À data dessa mesma primeira reunião que tivemos, já tinham dado entrada propostas de alteração sobre esta mesma iniciativa. Tendo em conta que as propostas iam e vão no sentido de corrigir efetivamente esse mesmo problema que foi identificado, abstemo-nos de apresentar mais uma proposta que diria exatamente o mesmo, conhecendo o teor do que foi apresentado.

Não obstante isso, estamos cá para acompanhar e aprovar as propostas que resolvam efetivamente o problema que foi identificado. E sobre o problema que foi identificado, que é efetivamente a recuperação do tempo de serviço intercarreiras, já foi referido e precisado, para que não restem dúvidas, que nós estamos a falar da recuperação do tempo de serviço congelado, que nos Açores já foi recuperado há vários anos, ou pelo menos descongelado, ainda está em recuperação, já foi reconhecido. E estivemos também a acompanhar esta luta com propostas neste Parlamento à data, e ainda bem que foi.

Na legislatura passada, o Governo apresentou um novo Estatuto da Carreira Docente, que tinha efetivamente como uma das suas grandes vantagens e um dos seus grandes objetivos precisamente a recuperação do tempo intercarreiras.

Ora, não pode deixar de ser com surpresa que tivemos conhecimento de que um dos principais objetivos da alteração ao Estatuto da Carreira Docente, promovida pelo Governo da coligação, não tenha cumprido em pleno esse objetivo. E o Bloco de Esquerda votou favoravelmente essa proposta. E, julgo eu, todos os partidos que estavam aqui aprovaram…

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Não me diga!

O Orador: … e votaram favoravelmente, conscientes de que a proposta resolveria o problema e que não deixaria ninguém para trás. Aquilo que conhecemos agora é que afinal mais de trezentos professores foram deixados para trás. O Parlamento terá as suas responsabilidades, porque ninguém se pode demitir delas.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Exatamente.

O Orador: E todos temos as nossas responsabilidades. Mas há uma entidade que tem a maior responsabilidade, que é o Governo Regional e a Direção Regional da Educação, que tem técnicos extremamente competentes e que conhecem em detalhe a carreira profissional de todos os docentes da Região, o seu percurso, o seu tempo de serviço, a sua graduação profissional. E, não restem dúvidas, é extremamente competente sobre esta matéria. Por isso, algo falhou na proposta que foi feita, que ninguém detetou, mas algo falhou. Não sei quem falhou. Sei que a responsabilidade política primeira é do Governo, que a apresenta. E, naturalmente, também da Assembleia. E reconheço a nossa. Mas não podemos deixar de apontar esta falha neste processo. Reconhecer esta falha é importante. O Bloco reconhece a sua, ter aprovado e não ter levantado o problema, mas, efetivamente, não tínhamos dados para duvidar da proposta que foi apresentada. Agora, era preciso que o Governo explicasse também a que se deveu este problema, porque quem apresentou, quem tem os dados em detalhe de cada docente e que podia ter simulado a aplicação da proposta a cada um dos docentes da Região Autónoma dos Açores era o Governo e era a Direção Regional da Educação.

Posto isto, gostaria também de fazer dois pequenos pedidos de esclarecimento. Não percebi, sinceramente, há aqui uma certa confusão sobre a questão que diz respeito à recuperação do tempo de serviço a nível nacional, que hoje soubemos que foi aprovada em Conselho de Ministros. Não conheço o decreto-lei, não sei

sequer se está publicado, julgo que não. Mas o Sr. Deputado Joaquim Machado já o tinha dito anteriormente, refere que esta era uma urgência emocional, porque a proposta não pode ter aplicação antes de janeiro de 2025, mas, ao mesmo tempo, a Sra. Secretária diz que é preciso ter atenção à redação, porque senão em setembro pode haver professores que não vêm para os Açores.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Não, não!

O Orador: Então, Sr. Deputado, é urgente ou não é urgente? É porque, se é emocional, isso pode ser aprovado em setembro ou outubro ou novembro, não faz diferença. Então aquilo que a Sra. Secretária diz não faz sentido, ou vice-versa. Entendam-se! Eu não percebi, mas espero que nos expliquem.

Gostaria de terminar, alertando para uma questão que é fundamental, que é importante: não podemos perder docentes do quadro, que por uma expetativa que seja gorada abandonem a Região.

Mas também é preciso ter em atenção que há outras questões que têm de ser tidas em conta, não será apenas por aí que todos os problemas se resolverão, como bem sabemos. O problema da educação, do Sistema Educativo Regional e até o problema da questão da falta de docentes não se resume ao estatuto nem a este problema. Eu dou um exemplo que eu acho que é paradigmático sobre o caminho que nós estamos a fazer. E não culpo o Governo por todos esses males, mas tem a sua responsabilidade em algumas matérias, nomeadamente, por exemplo, da não aplicação de incentivos à carreira, da questão da habitação, que já nem sequer é apenas nas ilhas com menos população, onde não há casas, é em São Miguel, é na Terceira, é no Faial. Há problemas. E quem é professor contratado dificilmente vai para uma ilha que não é a sua, para pagar tanto por uma casa como quase o seu ordenado. Isso é evidente. E isso é um problema grave que tem de ser atendido, sob pena de termos crianças nas escolas sem professores ou então com professores sem habilitação.

E o número de concursos que são lançados anualmente na BEPA, que, recordo

para quem não sabe, nem sempre, mas muitas vezes, recrutam professores que não têm habilitação para a docência. Muitas vezes, já acontece e temos relatos disso, recrutam professores que não têm sequer licenciatura. Isso vai degradar a qualidade do ensino a prazo. Já está a degradar. Em 2019/2020, foram lançados 138 contratos na BEPA; em 2020/2021, 303; em 2022/2023, 511; em 2023/2024, 758. Estes números são assustadores! Estamos a falar de cinco vezes mais contratos lançados na BEPA. Não estou a dizer que foram docentes, porque não fiz essa contabilidade. O Governo saberá melhor. Mas o facto de se lançar o concurso é porque há uma necessidade. E esse aspeto é extremamente preocupante, andar com esta velocidade a recrutar docentes, para além da bolsa de recrutamento aberta a professores que não têm habilitação para a docência.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Veja os atestados médicos!

O Orador: Isto é extremamente preocupante. Significa que poderemos ter alunos sem aulas cada vez mais frequentemente e significa que a qualidade do ensino pode degradar-se rapidamente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa, neste momento, não dispõe de inscrições.

(Neste momento, a Deputada Isabel Teixeira substituiu o Deputado Lubélio Mendonça na Mesa)

Sra. Deputada Inês Sá, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Inês Sá *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Primeiramente, gostava de relembrar, porque ouço aqui várias vezes o equívoco relativamente à recuperação do tempo de serviço, que aquilo que legislou esta

recuperação foi o Decreto Legislativo Regional n.º 15/2019/A, assinado pelo Presidente do Partido Socialista, Vasco Cordeiro. E foi esse Decreto Legislativo que iniciou esta recuperação do tempo de serviço. Portanto, foi o Partido Socialista que tomou a dianteira da recuperação do tempo de serviço dos nossos docentes e não a coligação, como querem fazer crer.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

A Oradora: A segunda coisa que gostaria de dizer é que, de facto, nós não nos enganámos, Sra. Secretária, lamentavelmente. Eu até preferia ter-me enganado, sinceramente. E tanto não nos enganamos que, no dia 7 de maio, quando a Sra. Secretária reuniu com os vários sindicatos, o SPRA disse qualquer coisa assim: "A reunião fica marcada pela quebra de compromisso de recuperar todo o tempo de serviço perdido na transição entre carreiras." Se nós nos enganámos, o sindicato também se enganou e não houve aqui lapso nenhum. Então, todos os decretos-lei é tudo um lapso, não vale a pena nós os colocarmos. Isto era uma nota que eu gostaria de deixar.

Outra nota que eu gostaria de deixar, já agora faço o apelo: se a bancada do PSD entende que esta proposta não é urgente e ainda hoje continua a ser emocional, eu não sei porque é que não a retira. Retirem a vossa proposta se ela é emocional. É que a nossa é uma proposta racional, é urgente resolver este problema para os nossos docentes, é completamente racional, não tem emoção absolutamente nenhuma, é urgente, porque, se no dia 1 de setembro, tal como deliberou hoje o Conselho de Ministros, acontecer e forem recuperados os anos de serviço no continente, nós vamos perder docentes. E não vai ser um nem dois, vão ser vários docentes que os Açores vão perder. E nessa altura vamos estar a correr atrás do prejuízo, uma vez mais.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Relativamente ao número não significativo de docentes, o Bloco de Esquerda fez-me o favor de trazer aqui o número não significativo de docentes

contratados, mas mesmo que não fosse significativo serem centenas de docentes, para mim um docente perdido na Região Autónoma dos Açores é um número significativo de docentes.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Presidente, nos termos de regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD requer, e vai entregar um documento com o formalismo regimental previsto, que a iniciativa legislativa que é subscrita por nós, pelo CDS, pelo PPM e pelo Chega baixe a comissão, exatamente pela razão…

Deputada Inês Sá *(PS):* Que novidade!

O Orador: … que nós sempre dissemos: este diploma que nós queremos aprovar, além de recuperar o tempo perdido entre carreiras, vai além disso, vai recuperar o tempo de serviço aos docentes que, tendo trabalhado no continente ou na Região Autónoma da Madeira e, entretanto, transitado para os quadros da Região, não recuperaram tempo de serviço aqui porque não reuniam essas condições.

E, agora, a partir de setembro, quando a nível nacional esse tempo vai ser recuperado, obviamente que eles não podem ficar duas vezes prejudicados. A primeira vez, porque, estando no continente, com a governação socialista, não recuperaram tempo de serviço. E agora, estando nos Açores, ficariam também, porventura, impedidos de recuperar tempo de serviço.

E a legislação que este Parlamento deve produzir está, obviamente, obrigada a contemplar já aquilo que será publicado dentro dos próximos dias, que é o decreto-

lei que hoje foi aprovado em Conselho de Ministros, que corresponde a uma parte do acordo entre o Governo do PSD, CDS e PPM da República …

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Não me diga que não conhece! Que raio de articulação é essa?

O Orador: … com a Federação Nacional de Educação, nomeadamente quanto ao faseamento da recuperação. Mas há um conjunto de outras matérias que nós não sabemos e que, portanto, precisamos de acautelar aqui, para que os docentes, que tendo trabalhado no continente e que agora estão nos Açores, possam recuperar exatamente nas mesmas condições que vai ser determinado no decreto-lei…

Deputada Délia Melo *(PSD):* Muito bem!

O Orador: … que foi aprovado hoje em Conselho de Ministros. É tão simples quanto isso.

Portanto, fazemos esse requerimento, Sr. Presidente. E depois será, naturalmente, decidido, conforme o nosso Regimento determina.

Mas há uma coisa aqui que não pode ficar no equívoco lançado pelo Partido Socialista, quer pelas intervenções da Sra. Deputada que falou em nome da bancada do Partido Socialista, quer até pela nota de imprensa que o Partido Socialista faz.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Somos equivocados, mal preparados, enfim… Isso é um caso sério!

O Orador: Na primeira vez, julguei que tinha sido um erro, que tinha sido um equívoco, que tinha sido um lapso. Na segunda vez, comecei a perceber que era uma coisa mais consistente. E, depois, percebi que afinal…

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Afinal só estamos a discutir uma iniciativa, a original e única!

O Orador: … só pode ser uma de duas: ou é um atrevimento, que não é bom; ou então é incompetência, que também não é bom. E eu explico: o Partido Socialista, na nota de imprensa que produziu quando entregou a sua proposta, diz que…

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Era melhor falar sobre a proposta!

O Orador: … esta injustiça, como a Sra. Deputada Inês Sá, hoje, aqui, voltou a repetir, que é o tempo perdido entre carreiras, é uma injustiça que resulta de uma alteração introduzida no Estatuto da Carreira pelo Governo Regional da coligação, em 2023. A senhora tem ideia do que é que está a dizer?

Deputada Inês Sá *(PS):* Tenho, eu e os sindicatos!

O Orador: A senhora tem ideia?! Mas foi o Governo da coligação do PSD, do CDS e do PPM que fez transições entre carreiras, levando a que os professores tivessem perdido tempo?! A senhora sabe o que é que está a dizer? E a bancada do Partido Socialista deixou-se ir neste erro?!

Deputada Inês Sá *(PS):* Deixou-se enganar! Docentes, sindicatos, enganaram-se todos!

O Orador: Isto vem de 2007! Olhe, eu vou ler a alteração do Estatuto da Carreira que os senhores fizeram em 2007, andavam a brincar, nomeadamente o Sr. Secretário Regional da Educação, Álamo Meneses, que brincava sucessivamente com os estatutos da carreira. Está no relatório da Comissão de Assuntos Sociais, em julho de 2007. O que é que disse o Sindicato dos Professores da Região de Açores (SPRA)? Vou ler o relatório: "O sindicato considerou que a proposta não merece a sua aprovação [proposta do estatuto], salientando o aumento do número de anos de permanência em cada escalão, o prolongamento da duração da carreira e consequentemente o período mínimo de trabalho para acesso ao topo da carreira. Por sua vez, o Sindicato Democrático dos Professores considerou a proposta penalizadora dos docentes, uma vez que alonga a duração da carreira."

Mas foram os governos do Partido Socialista que, tendo uma carreira de dez anos, transformaram-me em oito e depois, novamente, mais tarde, em dez. E é nessa transição que houve professores dos Açores que passaram a ter uma carreira, não de 34, mas de 37 anos.

Deputada Inês Sá *(PS):* E disseram que iam resolver e não resolveram!

O Orador: E a senhora tem o descaramento político de dizer que é uma alteração introduzida no estatuto pelo Governo da coligação?!

Deputada Inês Sá *(PS):* Descaramento?! É uma constatação!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Isto é uma coisa inqualificável, é um duplo insulto aos professores e aos açorianos em geral!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Não é insulto nenhum!

Deputada Inês Sá *(PS):* Não subestime os professores, eles sabem o que é que está em causa!

O Orador: É um insulto, porque mente. E é um insulto, porque tenta pôr na cabeça dos professores aquilo que eles todos sabem, que o autor desta mendicância foi o Partido Socialista.

Mais do que isso, o diploma que nós aprovámos há um ano, nomeadamente o artigo que se reporta à recuperação do tempo entre carreiras… O Sr. Deputado António Lima já fez o seu ato de contrição. Eu também posso fazer o meu. O Partido Socialista há de fazer. O PAN. O Chega também já fez, porque subscreve esta proposta. O CDS idem, aspas. O PPM. Bom, e como eu disse em sede de comissão, também os sindicatos.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Graças a Deus!

O Orador: A redação que o Governo Regional produziu e trouxe à consideração da Assembleia podia ser alterada por nós todos. O Partido Socialista votou favoravelmente. Os sindicatos concordaram.

Deputada Inês Sá *(PS):* Não concordaram nada! Acabei de me sentar com um sindicato, não concordaram!

O Orador: Aliás, os sindicatos só dizem coisas boas do Governo da coligação

em matéria de educação.

Os senhores nunca aceitaram equivaler o horário letivo dos professores do 1.º ciclo e educadores de infância aos demais. Nós resolvemos. Os senhores nunca quiseram integrar nos quadros gente que era sucessivamente contratada. Nós criámos os quadros de ilha.

Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Bem lembrado!

Deputada Inês Sá *(PS):* O assunto não é esse!

O Orador: Sem o concurso deste ano, são mais de quinhentos nos quadros. Os senhores não quiseram. E assim sucessivamente.

Até inventaram uma coisa na componente não letiva que obrigava os professores a estarem mais de trinta horas dentro do estabelecimento de ensino.

Deputada Inês Sá *(PS):* Foi horrível!

O Orador: Isso já para não lembrar aqui aquela triste figura de um Secretário Regional que, no fim do período de interrupção letiva da Páscoa, foi para aeroporto ver quantos professores é que estavam a voltar para a ilha das Flores, porque achava que os professores eram uns malandros e que aproveitavam as férias para ficar mais uns tempos de baixa médica. Ou já nos esquecemos do que fazia o Sr. Professor Doutor Álamo Meneses? Eu não estou esquecido.

Deputada Inês Sá *(PS):* O que é que isso tem a ver com a matéria que está em causa? Não estou a perceber!

O Orador: Aliás, sobre a recuperação do tempo de serviço, a senhora tem razão numa coisa, mas eu nunca disse o contrário, o tempo de serviço nos Açores começou a ser recuperado na governação do Partido Socialista, pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro, mas ninguém esconde isso.

Está a ver o que é que aqui está?

(Neste momento, o orador mostra um documento à câmara)

Eu depois posso entregar na Mesa, para distribuir.

Deputado José Ávila *(PS):* É melhor.

O Orador: É uma manifestação de professores. Eu também estou aqui, porque sou professor.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Ui, não me diga que está a falar em causa própria!

Deputada Inês Sá *(PS):* Já estão habituados a manifestações!

O Orador: E o cartaz diz assim: "Estou em greve, não estou de férias."

Deputado Carlos Silva *(PS):* Está a falar como professor?

O Orador: O que diziam é que nas interrupções letivas nós estávamos de férias. Os professores sabem bem o que foi a governação socialista.

Deputada Inês Sá *(PS):* Pois sabem!

O Orador: Agora, há uma coisa, não permitem esse insulto de dizer que este Governo é que criou o problema entre carreiras, quando ele foi criado em 2007.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa já rececionou o requerimento de baixa à comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XII. E como estipula o nosso artigo 134.º, conjugado com o artigo 87.º, vamos colocar à votação de imediato este requerimento de baixa à comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XIII, que é da autoria do PSD, do CDS-PP, do Chega e da Representação Parlamenta do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o requerimento de baixa à comissão façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O requerimento foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do Chega (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), do BE (1), da IL (1) e do PAN (1), e com as abstenções do PS (23).

Presidente: Portanto, tendo sido aprovado o requerimento, a iniciativa baixará à Comissão de Assuntos Sociais.

Vamos dar continuidade ao debate com a proposta do Partido Socialista, que é o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XIII.

Está inscrita a Sra. Deputada Olivéria Santos. Faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Olivéria Santos *(CH):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Queria só esclarecer umas dúvidas que estão a surgir. Urgente é urgente. E só há uma definição para a palavra urgente, que é resolver rapidamente.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Isso é o que a senhora pensa!

A Oradora: Seja emocional, seja racional, isso já é secundário. Uma urgência é uma urgência. E o assunto é urgente. E vai à comissão, para quê? Porque essa proposta é mais ampla. Ser aprovada hoje ou ser aprovada em setembro, o resultado é o mesmo, só vai entrar em vigor em janeiro por causa da "lei-travão". E os senhores sabem disso.

Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Exatamente!

A Oradora: Este é um compromisso do Chega. O Chega assumiu com os sindicatos e deu a sua palavra em trazer esta proposta e trazer o assunto à Assembleia. Já o trouxe. Estamos a debatê-lo. Vamos fazer uma proposta em condições.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Esta proposta agora baixa à comissão, para fazermos uma proposta que ainda seja mais abrangente do que essa proposta que o Partido Socialista nos traz aqui, hoje. Nós vamos corrigir um problema que foi detetado e identificado e

ainda outros mais, para no futuro não voltarmos a falar em mais lacunas na lei com os professores.

Obrigada.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

Deputado José Pacheco *(CH):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nos dias 28 de maio e 26 de junho, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista reuniu com o SDPA e o SPRA, a primeira por iniciativa do próprio sindicato e a segunda por iniciativa do Grupo Parlamentar do PS. Por essa ocasião, foram expostas preocupações que não se restringiam a esta questão, mais vastas do que esta, mas a principal questão que nos foi colocada pelos sindicatos tinha exatamente a ver com a recuperação do tempo intercarreiras e com aquilo que foi a redação aprovada nesta Assembleia, de um número muito específico de um determinado artigo do Estatuto da Carreira Docente. Nessas reuniões, tivemos a oportunidade de ouvir da parte dos sindicatos que a redação que foi aqui aprovada não correspondia à que foi negociada entre os sindicatos e o Governo Regional.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Não, não!

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Mas o senhor sabe o que é que nós ouvimos?! Hom'essa!

A Oradora: Esta não é uma afirmação nossa, é uma afirmação dos sindicatos e que foi reafirmada nas audições que ocorreram no passado dia 27 de junho.

E vou reler as declarações públicas do SPRA no fim da reunião de 7 de maio com

a Sra. Secretária, que já foram lidas aqui, mas eu vou reler, que dizem o seguinte: "A reunião fica ainda marcada pela quebra do compromisso de recuperar todo o tempo de serviço perdido entre carreiras para todos os docentes a exercer no Sistema Educativo Público Regional."

E agora vou relembrar novamente as declarações da Sra. Secretária aquando da negociação do Estatuto da Carreira Docente. A Sra. Secretária dizia: "A governante acrescentou ainda que a proposta do novo diploma introduz um mecanismo de reposição de três anos de carreira perdidos com as várias alterações que foram feitas nos últimos quinze anos e vai permitir que os professores tenham uma carreira equitativa." A Sra. Secretária volta a repetir no dia 9 de março de 2023: "São objetivos do atual executivo a reposição do tempo de serviço perdido na transição entre carreiras, há muito reclamada pelos docentes, e a contagem de tempo de serviço das educadoras em creche para efeitos de concurso." Duas declarações da Sra. Secretária.

Posso ainda acrescentar também da Sra. Deputada Délia Melo, que faz afirmações exatamente do mesmo teor a propósito do Estatuto da Carreira Docente.

Facto: foi negociada uma determinada redação com determinado propósito. Segundo facto: o que foi aqui aprovado por todos nós não correspondia e não dava resposta a esta legítima ambição de 323 professores. Foi isto que motivou o Partido Socialista a apresentar uma proposta que se restringia a resolver esta questão muito específica. Como aqui já foi dito, a responsabilidade da iniciativa e da negociação foi do Governo, ou seja, foi o Governo que não correspondeu na sua proposta àquilo que tinha negociado com os sindicatos, mas fomos nós todos que aqui nos encontrámos e que votámos a favor daquela proposta, porque esperávamos que ela desse resposta a esta questão. De facto, não deu. E sentimo-nos corresponsáveis pela apresentação de uma proposta que resolvesse esta questão. E foi isso exatamente que fizemos.

Eu gostava de dizer que foi dito e redito pelos dois sindicatos que foram ouvidos

que esta era e é uma questão urgente, por todas as razões que já foram aqui invocadas, pela necessidade evidente de docentes na Região e, sobretudo, para não perdermos aqueles que temos. Este é um aspeto que eu gostava de deixar evidente. Foram estas as nossas motivações. Foi isto que nos conduziu à apresentação, no plenário do mês de junho, de uma proposta com pedido de urgência, para ser apreciada no mês de julho.

Eu gostava ainda de dizer, a propósito daquilo que já aqui foi dito, e eu tenho a certeza de que todos os que aqui estão conhecem por exemplo o caderno reivindicativo do SPRA, que o caderno reivindicativo do SPRA coloca muitas questões. Não é exclusivamente esta questão da recuperação do tempo intercarreiras, há muitas outras. Uma delas já foi aqui falada hoje e tem exatamente a ver com uma questão muito simples: os mestrados. Disse o Sr. Deputado Joaquim Machado que a questão estava resolvida. Não é bem isso que nós conhecemos. À data de 24 de junho, era noticiado na Antena 1 a falta de professores e a não abertura dos mestrados. Foram anunciados como uma solução para a falta de professores na Região, mas os mestrados de ensino protocolados pelo Governo Regional ficaram aquém das expetativas. E foi isso que eu transmiti aqui.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Ah, agora!

A Oradora: E diz aqui que "é necessário reavaliar o protocolo com o Governo Regional e estudar as necessidades da Região". Diz a Sra. Vice-Reitora, não são palavras nossas.

Na nossa perspetiva e na perspetiva do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, apesar das habilidades por todos nós reconhecidas…

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Não sabe o que está a dizer! É outro protocolo!

A Oradora: … e hoje, já, aqui, mais uma vez, demonstradas, não resolvem os problemas dos 323 professores.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Até começo a ficar com saudades do Deputado Rodolfo Franca!

A Oradora: O que resolve o problema dos 323 professores é a alteração legislativa que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe a esta Assembleia. E isto é reconhecido pelos dois sindicatos. Este é um aspeto muito relevante.

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto *(Sofia Ribeiro):* Não é verdade! Esse é que é o vosso problema!

A Oradora: Não é uma urgência para nós que aqui nos encontramos, mas é uma urgência para os professores. E eu já tive a oportunidade de dizer que ambos os sindicatos tiveram a oportunidade de reafirmá-lo por diversas vezes.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Eu vou desmentir a senhora!

A Oradora: Por isso, com sentido de responsabilidade, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou a proposta, consciente de que ela resolvia uma das duas questões, mas uma, aquela que era passível de ser resolvida nesta altura. E é por isso que mantemos a nossa proposta, com uma redação que foi aceite por ambos os sindicatos. Mantemos a nossa proposta, porque entendemos que é importante, porque entendemos que resolve o problema de 323 docentes da nossa Região, que, não vendo esta proposta aprovada, continuarão a ter uma carreira superior a 34 anos de serviço, podendo ir até aos 37, que não é aquilo que vigora para a larga maioria dos professores na nossa Região.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Ouvir isto da boca do Partido Socialista!

A Oradora: A nossa motivação é única, uma só: resolver o problema dos 323 professores que neste momento têm uma carreira mais longa do que aquela que é a da generalidade dos seus colegas. Trazer equidade e justiça ao Estatuto da Carreira Docente é o propósito que nos move e que fez o Partido Socialista apresentar e colocar à consideração desta câmara a iniciativa.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência do que já foi dito até agora sobre esta matéria e sobre aquilo que nos levou a ter hoje este ponto de agenda e apresentado estas urgências, sem dúvida que convergimos com o objetivo de ultrapassar esta situação do diploma que está neste momento em vigor.

Mas, antes disso, queria ir um bocadinho atrás, porque, às vezes, parece que se quer desvalorizar aquilo que tem sido o percurso deste Governo no âmbito da carreira docente, da valorização, da atratividade desta carreira, que, no nosso entender, é indiscutível todo o que trabalho que tem sido feito em menos de quatro anos no sentido de tornar esta carreira cada vez mais atrativa.

O Estatuto da Carreira Docente, aprovado em 2023, a verdade é que trouxe muitas mais-valias aos docentes, desde a equidade que passou a existir com uma igualdade de horário, quer também na introdução de mecanismos de contabilização do tempo de serviço prestado na Região. E foi, sem dúvida, uma mais-valia, um sinal claro do entendimento e da preocupação do Governo Regional quanto a uma matéria muito sensível, que é a questão da falta de professores que temos na Região. Até porque todos nos lembramos do anterior Secretário da Educação que, quando era confrontado com esta matéria, dizia que não havia falta de professores na Região. Isto é um facto inegável e uma marca inegável deste Governo Regional.

Depois, relativamente à questão e do que foi dito até pela Deputada do Partido Socialista, Inês Sá, de que andava o Governo a correr atrás do prejuízo, ó Sra.

Deputada, este Governo não tem feito outra coisa senão andar a correr atrás do prejuízo do que foi o legado do Partido Socialista nesta matéria. Não tem feito outra coisa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Porque, se calhar, se o Governo da altura tivesse identificado como uma preocupação a falta de docentes que a Região já sentia em alguns agrupamentos, que tanta vez foi alertado nesta Casa, se calhar, em algumas matérias não estávamos nesta situação, com a falta de professores e com a carência de professores que nós temos. Isso é a verdade. E este Governo não tem feito outra coisa senão correr atrás do prejuízo.

Deputada Délia Melo *(PSD):* É verdade!

A Oradora: Outra questão que aqui foi levantada quanto à urgência e a situação destes 323 professores, é preciso dizer que a classe docente está ciente da preocupação que todos os partidos tiveram quanto a esta matéria ao votar a urgência relativamente a esta recuperação do tempo intercarreiras que é necessário fazer para que estes 323 professores fiquem com a sua situação ultrapassada. E isso é um sinal claro que este Parlamento e todos os partidos já fizeram.

Depois, relativamente à questão de ser uma urgência, que já não é urgência e que poderá ser uma penalização não aprovar essa proposta de alteração, ou o facto de a coligação e o partido Chega terem feito uma baixa à comissão, sem dúvida que existiu este compromisso por parte do Governo da República, em 1 de setembro. Hoje, em Conselho de Ministros, foi aprovado o DL. Eu falo por mim, não tenho conhecimento desse DL. É avisado, na legislação que produzimos nesta Casa, ter

conhecimento dessa legislação, uma vez que também abordámos a questão da recuperação de tempo congelado, para depois não andarmos, sim, a correr atrás do prejuízo daquilo que saiu na República e do que foi aprovado na Região. É esse o nosso entendimento.

E é preciso dizer, daquilo que foram as audições e a posição dos sindicatos, os próprios sindicatos transmitiram exatamente isso, transmitiram exatamente que seria mais avisado ou mais acautelado deixarmos para setembro.

E quero reler aqui do relatório aquilo que foi a audição ao dirigente sindical, Sr. António Lucas, em que ele próprio menciona isso mesmo quando diz, na página 27, que "era mais avisado, sobre a recuperação do tempo de serviço congelado, esperar pela redação nacional".

Deputada Inês Sá *(PS):* Mas é sobre o vosso artigo!

A Oradora: O próprio dirigente sindical também faz esse alerta.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Mas foi sobre a iniciativa do PSD!

A Oradora: E eu quero crer que o dirigente sindical, se considerasse que existia algum prejuízo para a classe docente, não iria fazer esta declaração.

Parece-me que existe aqui, sem dúvida, uma matéria que é convergente entre os vários partidos. Todos reconhecemos a necessidade de fazer esta recuperação do tempo de serviço intercarreiras, mas consideramos que entre fazê-lo agora ou se formos aprovar legislação em setembro, sem dúvida que será preferível fazê-lo nessa altura, tendo conhecimento daquilo que será a legislação que irá sair certamente nos próximos dias a nível nacional.

Quanto ao que já foi dito de reivindicações de sindicatos, daquilo que foi trazido a esta câmara pelo Partido Socialista, a pergunta que me ocorre nesses momentos em que o fazem… Quando o Partido Socialista era Governo e se sentava à mesa dos sindicatos, certamente que ouvia todas as reivindicações que este Governo ouviu há três anos, quando tomou posse. E a questão é: o que é que o Partido Socialista fez?

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Ora aí está! Essa é que é essa!

A Oradora: Esta é que é a pergunta. Se efetivamente algumas destas questões tivessem sido sanadas… Porque eu não acredito que os sindicatos foram com este rol de reivindicações só quando este Governo tomou posse, já o faziam antes, mas por uma opção política, e legítima, do governo do Partido Socialista não concretizou aquilo que eram as reivindicações dos sindicatos. E isso é um facto.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E, portanto, para finalizar, só dizer que é indiscutível e inegável o trabalho que este Governo tem feito em prol da carreira docente, em prol da atratividade da carreira e quanto à preocupação do grande problema que temos na Região, é certo, de falta de professores.

Deputado José Ávila *(PS):* E os alunos?

A Oradora: E isso é indiscutível, é inegável e são factos que ninguém poderá contestar.

Deputada Délia Melo *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação. Faça favor, Sra. Secretária.

(*) Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto *(Sofia Ribeiro):* Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não resisto a responder à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, porque eu estava

nessas mesas negociais. E a resposta que nós tínhamos dos governos do Partido Socialista, perante as propostas e as contrapropostas das associações sindicais, era: esta não é a proposta do Governo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Mas, entretanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no decorrer deste debate, deu entrada uma proposta de alteração do Partido Socialista à sua proposta inicial, relativamente à qual eu gostaria de solicitar esclarecimentos. A redação inicial com que começámos este debate, no artigo 2.º, dizia: "Os docentes que, na sequência das alterações da estrutura da carreira e da recuperação do tempo de serviço prestado, venham a contabilizar mais de 34 anos." E passamos agora a ter uma outra redação que retira a "recuperação do tempo de serviço prestado".

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Não retira, clarifica!

A Oradora: E, portanto, a vossa redação passa a dizer: "Os docentes que, na sequência das alterações da estrutura da carreira [somente], venham a contabilizar mais de 34 anos."

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Sim, sim.

A Oradora: Eu gostaria de perceber qual a razão de ser desta proposta de alteração.

Muito obrigada.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Ouvindo os sindicatos, eles acharam que a redação era mais clara assim!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por fazer uma sugestão para a nossa futura e possível, espero eu, revisão do Regimento: na questão dos pedidos de urgência, simplesmente uma espécie de triagem de Manchester, que façamos as urgências pouco urgentes, urgentes, muito urgentes, emergentes e, especialmente para o PSD, as emocionais. Assim será muito mais fácil de classificar as urgências, porque, de facto, tenho dificuldade em perceber este ir e vir de urgências relativamente a este assunto.

Deputado Nuno Barata *(IL):* Temos urgência para que baixem à comissão!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* E temos as urgências do Bloco!

O Orador: Mas, de facto, o pedido de baixa à comissão, da coligação, vem facilitar aqui este debate. O intuito inicial, julgo eu, dos sindicatos sobre esta matéria era resolver já a questão da reposição do tempo intercarreiras. Isso pode ser feito agora com a proposta que está em debate. É possível fazê-lo. E é por isso que nós acompanhamos a proposta que está em discussão, como acompanhávamos a da coligação.

A questão da contabilização do tempo dos docentes que prestaram serviço no continente, que agora têm um dado novo que é preciso ter em conta relativamente à recuperação do tempo de serviço e à publicação do decreto-lei, pode ser efetivamente resolvida em setembro. É uma questão totalmente separada, não tem nada a ver, absolutamente nada, com a outra questão. Por isso, há a possibilidade de aprovar e resolver um problema agora e resolver o outro problema em setembro.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* O senhor está sozinho!

O Orador: Eu não percebo o problema que está aqui colocado. E até me parece que baixar à comissão a proposta da coligação resolve a necessidade de escolher entre uma e outra proposta, por isso até votámos favoravelmente o requerimento. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Andreia Cardoso** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária respondeu na sua primeira intervenção à dúvida que coloca agora na segunda. De qualquer forma, o que eu tenho a dizer-lhe é que, no âmbito das duas audições que fizemos aos sindicatos, quer nas reuniões tidas antes da apresentação da proposta, quer depois, no fundo, foi consensual que a redação ficaria melhorada, e nós manifestamos essa disponibilidade, se fosse clarificada…

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Melhor em quê?

A Oradora: … retirando a menção à recuperação do tempo de serviço e, portanto, ficando claro que a nossa proposta se dirige exclusivamente à recuperação de tempo intercarreiras. E a proposta da coligação, para além da questão da recuperação do tempo intercarreiras, contempla, no artigo 3.º, a questão que tem a ver com a recuperação de outro tempo de serviço, como é mencionado na epígrafe.

Eu queria aproveitar esta segunda participação neste debate para dizer e reafirmar até aquilo que foi dito aqui pelo Sr. Deputado António Lima: a proposta apresentada pelo PS em nada conflitua ou em nada depende daquilo que foi decidido hoje de manhã em Conselho de Ministros.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não diga isso!

Deputado Carlos Silva *(PS):* É verdade!

A Oradora: Portanto, nada nos impede, nada impede este Parlamento, nem ao PSD e à coligação, se estiverem efetivamente de boa-fé quanto a esta matéria, de aprovar desde já a proposta apresentada pelo Partido Socialista, garantindo a recuperação do tempo intercarreiras.

Manifestamos desde já total disponibilidade para, quando vier a esta Assembleia a proposta melhorada, revista e novamente apresentada pelo PSD e pela coligação no que diz respeito ao seu artigo 3.º, naturalmente que estamos aqui para apreciar e eventualmente aprovar se daí resultar uma melhoria da carreira e do Estatuto da Carreira Docente para os professores. Acho que isto é que é essencial.

A nossa proposta em nada conflitua com aquilo que foi tratado esta manhã no Conselho de Ministros, são questões completamente autónomas.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Muito bem!

A Oradora: E a nossa proposta pode desde já ser apreciada e aprovada. Volto a repetir, em nada depende daquilo que foi tratado esta manhã no Conselho de Ministros.

Depende, sim, a proposta do PSD, por isso o PSD tomou a iniciativa de requerer a baixa à comissão da sua iniciativa, não pelo artigo 2.º mas pelo artigo 3.º. E o Grupo Parlamentar do PS mostra desde já disponibilidade para, em altura posterior, quando ela vier a ser apreciada por esta Assembleia, naquela versão ou numa versão melhorada, acompanhar a iniciativa do PSD.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Partido Socialista, nesta matéria, tem andado um bocadinho aos ziguezagues,

eu diria que talvez até mais em modo circular, porque anda, anda e não sai do mesmo lugar. E não sai, desde logo porque tem um passado pesado.

Não é admissível e não vamos permitir a expressão usada pela Sra. Deputada Andreia Cardoso: "Se o PSD estiver de boa-fé." Ó Sra. Deputada, aquilo que a senhora quer resolver hoje só vai ter efeito no dia 1 de janeiro de 2025.

Deputado Carlos Silva *(PS):* O senhor está a tentar desviar as atenções!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Não, para os professores tem já!

O Orador: Sr. Presidente, eu penso que há aqui um equívoco, ou o Partido Socialista não entregou as propostas todas de alteração, ou então…

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Na vida dos professores tem já.

O Orador: … a Sra. Deputada está a mentir. E tenho de dizer assim com esta clareza.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Não estou a mentir!

O Orador: A norma transitória, um artigo final da proposta do Partido Socialista, que, aliás, é igual às três iniciativas, diz, para ser rigoroso: "O presente diploma entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2025 e produz efeitos a 31 de março de 2024."

Deputado Carlos Silva *(PS):* Sr. Deputado, não poderia ser de outra forma, iria violar a "lei-travão"!

O Orador: E os três diplomas, as três iniciativas que estiveram aqui e que, entretanto, uma foi retirada e a outra baixou à comissão por deliberação do plenário, dizem todas a mesma coisa.

E, portanto, não vale a pena a Sra. Deputada estar a mentir muitas vezes na expectativa de isso se tornar uma verdade.

A proposta que o Partido Socialista tem, como as demais, só produz efeitos no dia 1 de janeiro de 2025. E, aliás, não poderia ser de forma diferente, porque nós estamos condicionados pela chamada "lei-travão", que impede a realização de propostas que façam crescer a despesa que está orçamentada e que não estava

acautelada para isto.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Então porque é que o senhor apresentou em junho afinal?

O Orador: Apresentámos em junho como a senhora apresentou em junho. Mas é para apresentar. Não apresentámos todos? Ó Sra. Deputada Andreia Cardoso, seja politicamente séria!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Eu?! Que o senhor seja!

O Orador: Apresentámos todos propostas em junho para produzir efeitos em janeiro. É ou não é?

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* É.

O Orador: Então não diga que a sua proposta tem aplicação imediata.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Exatamente!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Eu não disse que tinha aplicação imediata!

O Orador: Não tem nenhum efeito prático!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* O senhor é que está a mentir e a manipular com habilidades!

O Orador: Não tem nenhum efeito prático, nem amanhã, nem depois de amanhã, nem daqui a três meses, apenas no dia 1 de janeiro de 2025.

E, portanto, não venha falar de boa-fé, porque a falta de boa-fé…

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Falo, falo! É o que lhe falta!

O Orador: … leva-nos a uma outra coisa, que é: este é um problema de 2007.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Não, de 2023, lamento!

O Orador: De 2007 a 2020 decorreram 13 anos, e o Partido Socialista nunca resolveu isso. E em 2015, quando negociou com os sindicatos a revisão do Estatuto da Carreira, sabe qual foi a resposta que o Sr. Secretário Regional Avelino Meneses deu aos sindicatos? Está no relatório da comissão, foi-nos dito pelo Sr. Presidente do SPRA, Dr. António Lucas: "Não tenho dinheiro." Foi a resposta que o Partido Socialista deu em 2015.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* E ele também disse que a Sra. Secretária tinha dito o mesmo e que disse a todos! Pelo amor de Deus! Mas que coisa!

O Orador: E, portanto, o problema persistiu até hoje, que é haver professores nos Açores que têm uma carreira três anos mais longa do que os demais. Mas isso foi criado pelo Partido Socialista. Nós queremos resolver. Vamos resolver. Quando é que tem efeitos práticos? No dia 1 de janeiro de 2025. Por isso é que o nosso diploma baixou à comissão, para acomodar não só esse problema, mas também para todos aqueles que tendo trabalhado no continente ou na Região Autónoma da Madeira…

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Não convence, lamento.

O Orador: … e estejam neste momento nos Açores também poderem recuperar nos mesmos termos em que se fará a recuperação na Madeira e no continente. Quando é que isso vai ter efeito? Também no dia 1 de janeiro de 2025.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, tem a palavra.

(*) Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Correndo o risco de incomodar a Sra. Secretária Berta Cabral com o meu tom de voz, mas mesmo assim vou avançar com os argumentos, desmentindo aquilo que foi aqui afirmado pelo Sr. Deputado Joaquim Machado.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Está muito nervosa!

A Oradora: Sr. Deputado Joaquim Machado, eu em momento algum menti ou iludi quem quer que seja, muito menos qualquer um dos sindicatos, sobre a

entrada em vigor ou a aplicação desta iniciativa legislativa! Em momento algum! E o senhor sabe tão bem como eu que não estão iludidos, ao contrário daquilo que foram em momento anterior sobre o âmbito, a entrada em vigor e a aplicação desta iniciativa, os sindicatos estão perfeitamente conscientes. E qualquer um deles disse por várias vezes, e o senhor teve, como eu, a oportunidade de ouvir, que é urgente a entrada em vigor ou a aplicação destas iniciativas legislativas. Este aspeto é relevante e eu devo reforçar.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Era urgente porque era de 2007!

A Oradora: Contudo, eu não ouvi o Sr. Deputado Joaquim Machado responder ao desafio que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista lhe lançou, de aprovação da única proposta que está, hoje, aqui, em discussão. Aliás, desafio lançado ao Grupo Parlamentar do PSD, mas a todos os partidos com assento parlamentar. Estão, ou não, interessados em resolver uma questão de recuperação do tempo intercarreiras a 323 professores, hoje e agora?

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Claro que estamos!

A Oradora: É isto que está aqui em questão. Se é preciso dar sinais claros aos professores, vamos dá-los juntos agora. É isto que é importante. Foi este o desafio que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista lançou. Foi por isso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou esta iniciativa em junho.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É pior do que emocional!

A Oradora: E foi o primeiro Grupo Parlamentar a fazê-lo, na sequência da audição dos sindicatos. Ao Partido Socialista seguiram-se outros partidos. Aliás, a larga maioria de partidos com assento nesta Assembleia, eu diria até todos, reconhecem a importância desta matéria e a urgência na aprovação desta iniciativa, que em nada conflitua com aquilo que foi, que nós ainda não conhecemos o teor, aprovado esta manhã no Conselho de Ministros.

Muito obrigada.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Creio que o debate já vai longo e já todos percebemos…

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Já, já!

O Orador: … o que é que está aqui em causa. Desde 2007 que há professores nos Açores que têm carreiras mais longas e isso nunca foi resolvido. E nós vamos resolver. E isso vai ter efeitos práticos no dia 1 de janeiro de 2025, seja aprovada a proposta do PS, seja aprovada a proposta do PSD, do CDS, do Chega e do PPM. Quanto a isso estamos todos também de acordo.

Que é preciso dar um sinal claro aos professores? Bom, nós não damos sinais claros, nós tomamos medidas que melhoram a vida deles.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Fizemos relativamente aos professores do 1.º ciclo, fizemos relativamente aos educadores de infância, fizemos aos mais de quinhentos que já entraram no quadro, fizemos na clarificação da componente letiva e assim continuaremos a fazer.

Deputada Délia Melo *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Em setembro, estará cá o nosso diploma com a matéria que ainda faltar, para resolver os problemas que resultam inequivocamente da governação socialista.

Disse.

Deputada Délia Melo *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, tem a palavra.

(*) Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta injustiça de tempo de carreiras e de recuperação de tempo intercarreiras é uma questão ou não é uma questão importante a resolver? Dizem os sindicatos e dizem todos os partidos desta Assembleia que é.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* A senhora ainda não disse que foi o Partido Socialista que provocou isso! Eu gostaria de ouvir isso!

Deputado Nuno Barata *(IL):* O senhor sabe que não funciona!

A Oradora: Diz o Sr. Deputado que quer medidas, então aprove esta medida. Mas qual é que é a dificuldade? Seja coerente, Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Não tem nada a ver com isso!

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Diz o Sr. Deputado Joaquim Machado que prefere medidas a sinais. Então vamos a isso, Sr. Deputado. Seja coerente, aceite o nosso desafio…

Deputado José Eduardo *(PS):* Claro!

A Oradora: … e vote a favor da medida que nós lhe propomos de recuperação de tempo intercarreiras.

Muito obrigada.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado** *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Tenho de responder a este desafio da Sra. Deputada Andreia Cardoso, com certeza. O PSD, e creio que seremos acompanhados pelo Chega, pelo CDS e pelo PPM, vamos votar a favor da resolução da recuperação do tempo perdido entre carreiras, que vem desde 2007, seguramente. Os professores sabem que nós não damos só sinais, nós tomamos medidas.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Sem dúvidas! Se tivéssemos sido eleitos para o Governo há mais tempo, isso já estaria aprovado há mais tempo!

O Orador: E vamos votar favoravelmente a proposta que vai levar os professores dos Açores que perderam tempo entre carreiras a terem efetivamente uma carreira só de 34 anos. Isso está garantido.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Andreia Cardoso** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Fica claro que o que interessa é o autor da proposta e não a proposta em si, porque, se o que importasse fosse efetivamente a proposta, V. Exa. teria manifestado de forma clara e inequívoca a concordância com a proposta do Partido Socialista.

Muito obrigada.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.
Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Parecendo que não, vamos passar à votação…

(Pausa)

Não pode ser assim todas as vezes. Todos nós estamos a perceber que o debate está a caminhar para o fim, que o tempo está a esgotar-se, e as Sras. e os Srs. Deputados têm de estar atentos a esses momentos. Não podemos estar em todas votações à espera que os Srs. Deputados…
Vamos então votar na generalidade o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XIII – "Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho – Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores", uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.
As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.
Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XIII foi rejeitado, com os votos contra do PSD (23), do Chega (5), do CDS-PP (2) e do PPM (1), e com os votos a favor do PS (23), do BE (1), da IL (1) e do PAN (1).
Presidente: Sra. Deputada, para uma declaração de voto, tem a palavra, faça favor.
(*) Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
O Grupo Parlamentar do Partido Socialista tomou a iniciativa legislativa

apresentando uma proposta que visava resolver a recuperação do tempo intercarreiras a 323 professores da nossa Região. É uma proposta bem fundamentada juridicamente, com cuja redação concordaram ambos os sindicatos, o SPRA e o SDPA, com caráter de urgência, como era reconhecido por ambas as estruturas sindicais. E era reconhecido pela maioria, eu diria a totalidade dos deputados desta Assembleia, que era um assunto urgente e que implicava uma resolução urgente, dando prova clara de que este Parlamento compreendeu que tinha cometido um erro em 2023, um erro que teve na sua génese uma proposta legislativa do Governo Regional que criava uma situação de injustiça na carreira dos professores.

Apresentamos aqui de boa-fé, com o intuito de resolver o problema destes 323 professores e de criar assim um incentivo adicional a que permaneçam na nossa Região. Não foi esta a vontade desta câmara, que, naturalmente, nós respeitamos. De qualquer forma, não podíamos deixar de sinalizar que a iniciativa legislativa mesmo assim valeu a pena, porque trouxe a esta Assembleia um assunto urgente, um assunto que merece ser resolvido. E depois da nossa iniciativa, outros reconheceram a importância da resolução urgente desta questão.

Lamentamos que, por taticismo político de alguns, esta proposta não tenha avançado. E nada obstava a que isso tivesse acontecido.

Muito obrigada, Sras. e Srs. Deputados, pela atenção que me dispensaram.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Nós não podíamos dar o nosso voto favorável a uma proposta que do ponto de

vista jurídico era inconsistente.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Inconsistente, não!

O Orador: Nos termos em que está redigida não acautela nove anos, quatro meses e três dias que faltam ainda aos professores.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Lembrou-se disso agora!

O Orador: Uma proposta que nada tem de urgente, porque só produz efeitos no dia 1 de janeiro de 2025.

Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Isso é que é preciso ser realçado!

O Orador: Uma proposta que também vai ao arrepio daquilo que foram as posições assumidas pelos sindicatos na Comissão de Política Geral, nomeadamente quando disseram: "Se aprovarmos qualquer documento aqui na nossa Região até ao dia que não seja publicado o decreto-lei no continente, nós podemos, eventualmente, depois, não poder fazer as alterações de alguma nuance que, entretanto, seja introduzida no decreto-lei que vier a ser publicado." Estou a ler as declarações dos sindicatos que constam no relatório da comissão para as três iniciativas que estiveram em discussão.

Um assunto que hoje tinha urgência, para entrar em vigor no dia 1 de janeiro de 2025, mas que vindo de 2007 até 2020 nunca mereceu a atenção do Partido Socialista.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

(Pausa)

Não havendo, vamos avançar na nossa agenda para o ponto dez: **Proposta de Resolução n.º 3/XIII – "1.º Orçamento suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024"**, uma iniciativa apresentada pela Mesa da Assembleia.

Naturalmente, como é habitual, este orçamento foi elaborado pelos serviços, tem o parecer da Mesa. Fui ouvido, na qualidade Presidente da Mesa, na Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que também o relatou.

E, portanto, pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputada Hélia Cardoso *(CH):* Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto à primeira alteração orçamental da Assembleia, o Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, que define o regime jurídico dos códigos de classificação económica das despesas e receitas públicas da administração pública, estabelece, na classificação económica 16 da receita, "saldo da gerência anterior", que se "contabilizam os saldos de gerência que constituem receita dos serviços, devendo ser desagregados de acordo com a sua proveniência".

Esta primeira alteração orçamental da Assembleia ou orçamento suplementar, como é designado, colocou o saldo de gerência na classificação económica 06.04.01, que é onde se contabilizam as transferências do orçamento da Região, o que não está de acordo com o diploma que eu referi há pouco.

O Chega optou por alertar os serviços financeiros desta Assembleia para a classificação inadequada, num espírito construtivo, o qual foi acolhido por aquele serviço, daí termos recebido no nosso correio, na passada terça-feira, um documento alterado.

Demonstrámos assim que o Chega tem uma forma diferente de estar na gestão pública, que passa por trabalhar em conjunto, com quem nos queira acompanhar, para construir soluções em vez de apontar publicamente eventuais falhas alheias para capitalização política.

Contudo, o mapa com as alterações das dotações da receita e da despesa da Assembleia, na minha opinião, deveria vir acompanhado por uma memória justificativa com a descrição do conteúdo dos valores. Essa informação foi prestada em sede de comissão, mas não dispensa, no entanto, em meu entender, essa formalidade, ou seja, essa memória descritiva.

Outro requisito igualmente importante, quanto a mim, é a discriminação do saldo de gerência em verbas de fundos próprios de capital e de exploração ou correntes, como queiram designar. Esta informação é relevante para aferir da adequada aplicação do saldo de gerência de 2023, atendendo a que as receitas de capital só podem ser aplicadas em despesas de investimento. É algo que nós temos de aferir enquanto deputados desta Assembleia.

Deixando esta matéria, por último, para finalizar, saliento a redução da dotação 02.02.13, que são as "deslocações e estadas", de 820 mil para 760 mil, após esta alteração modificativa.

Respondendo ao apelo do Sr. Presidente da Assembleia Regional para a contenção de custos, o Chega tem reduzido as suas deslocações ao essencial, nomeadamente a participação em comissões pelos meios telemáticos.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada, pelos seus contributos.

Naturalmente, relativamente ao primeiro deles, foi feita a alteração. Portanto, agradeço-lhe esse alerta. De facto, a verba do saldo estava inscrita na rúbrica

errada, daí a alteração.

Naturalmente, os serviços também ouviram, a própria Mesa ouviu. A maior parte das descrições estão na nota explicativa e, para maior fundamentação, melhor clareza e transparência, em todas as questões que respondi na comissão.

Creio que os serviços, como elaboram esses documentos, terão ouvido e terão em consideração, com certeza, os seus contributos em próximos documentos desta natureza, tanto da senhora como de qualquer outro deputado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem, Sr. Presidente!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Vamos então votar. Como há uma proposta de alteração, vamos votar na generalidade a proposta de alteração e depois faremos a votação final global.

Votamos na generalidade esta Proposta de Resolução n.º 3/XIII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Resolução n.º 3/XIII foi aprovada, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do CDS-PP (2), do PPM (1), do BE (1), da IL (1) e do PAN (1), e com os votos contra do Chega (5).

Presidente: Vamos votar na especialidade a proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global foi aprovada, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do CDS-PP (2), do PPM (1), do BE (1), da IL (1) e do PAN (1), e com os votos contra do Chega (5).

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Pergunto se há declarações de voto.

(Pausa)

Não havendo, creio que vamos fazer um intervalo. Regressamos às 17 horas e 45 minutos.

Eram 17 horas e 24 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 50 minutos.

Vamos entrar no ponto 11 da nossa agenda: **Petição n.º 59/XII – "Criação do programa Açores Jovem Explorer"**, apresentada João Pedro Mendonça na qualidade de primeiro subscritor.

Esta petição foi tratada pela Comissão de Assuntos Sociais.

Tem a palavra o Sr. Deputado Russell Sousa para a apresentação do relatório.

Deputado Russell Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER

Petição n.º 59/XII
"Criação do programa Açores Jovem Explorer"

INTRODUÇÃO

A 6 de setembro de 2023, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 59/XII, intitulada "Criação do programa Açores Jovem Explorer", cujo primeiro signatário é o cidadão João Pedro Mendonça.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes, as matérias relativas a "*juventude*", onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento, e deliberou admiti-la, por unanimidade, em reunião do dia 27 de setembro de 2023, tendo tal decisão sido comunicada formalmente ao primeiro subscritor.

OBJETO DA PETIÇÃO

O peticionário refere, em sede de exposição de motivos, que *"A Região Autónoma dos Açores é constituída por 9 ilhas que têm muito a oferecer a todos nós. No entanto, cada vez mais, vemos os jovens com menos interesse em explorar o próprio arquipélago, até porque se torna mais apelativo e acessível viajar para o estrangeiro.*

Em Portugal Continental, existe um programa chamado intra_rail que permite aos utilizadores dos 12 aos 30 anos, ter um passe por um valor acessível que possibilita viajar pelo país numa vasta rede de comboios, com alojamento incluído em pousadas da juventude. Além disso, existe um desconto direcionado para os jovens que têm o Cartão Jovem.

A União Europeia, por sua vez, criou o concurso DiscoverEU, que oferece a vários jovens de 18 anos a possibilidade de ter um passe com validade de um mês, e que permite viajar pela Europa.

Seria muito interessante que uma medida semelhante fosse implementada nos Açores. Proponho assim, ao Governo dos Açores, a criação do programa Açores Jovem Explorer, que consolidasse as oportunidades que foram apresentadas anteriormente. É uma proposta importante, pois permite aos jovens açorianos conhecer a sua região e também descentralizar o turismo estrangeiro jovem das ilhas maiores, beneficiando a economia e turismo local.

O Cartão Interjovem traz várias vantagens aos jovens, mas algo desta dimensão ainda não existe, por isso proponho que este seja um aliado a esta proposta.

Consciente que viajar entre ilhas implica outra logística quando comparado com viajar em território continental, seria necessário haver um planeamento da viagem, antes da compra do passe, até porque é necessário garantir que há essa possibilidade juntamente com a Sata, Atlânticoline e empresas de alojamento parceiras. Para agilizar este processo, ter uma plataforma desenvolvida em torno deste programa, facilitaria tudo.

Proponho passes de 10 dias com 5 viagens de avião e 3 de barco, por exemplo, para possibilitar a visita a todas as ilhas. Além disso, sugiro a formação de parcerias com hostels e/ou residências para hospedar os jovens nas ilhas onde não existem pousadas da juventude. Nesta plataforma, o jovem planeava a sua jornada, marcando já as viagens e alojamentos.

Além disso, inspirado no DiscoverEU, o Governo dos Açores poderia oferecer alguns passes, todos os anos, aos jovens que fazem 18 anos como forma de incentivar a participação e o envolvimento da comunidade jovem.

Os signatários desta petição, propõe a criação do programa, Açores Jovem Explorer, nas condições apresentadas ou semelhantes".

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

A Comissão de Assuntos Sociais deliberou proceder à audição do peticionário, o cidadão João Pedro Mendonça, bem como do Governo Regional. Deliberou, ademais, solicitar pareceres escritos à JAUPA - Associação Jovens Açorianos Unidos pelos Açores, à Associação Académica da Universidade dos Açores e ao Conselho Regional de Juventude.

- **Audição do peticionário, o cidadão João Pedro Mendonça, ocorrida a 29 de novembro de 2023:**

O peticionário João Pedro Mendonça começou por agradecer a oportunidade de estar na Comissão de Assuntos Sociais para apresentar uma proposta que, na opinião dos signatários da petição, é de grande valor para a juventude açoriana e para a Região como um todo.
O cidadão João Pedro Mendonça explicou que se trata da criação do programa Azores Jovem Explorer, uma iniciativa destinada a incentivar os jovens açorianos a descobrir e a valorizar a riqueza natural e cultural das nossas nove ilhas. Acrescentou que "vivemos nos Açores, um arquipélago de extraordinária beleza e diversidade cultural", pelo que é enriquecedor para os nossos jovens a busca de experiências fora das suas ilhas, de modo a expandir horizontes e a criar novas perspetivas.
Neste sentido, a proposta apresentada serviria para incentivar os jovens a valorizar tanto as experiências externas quanto as oportunidades de descoberta e aventura disponíveis nos Açores, encorajando-os a serem curiosos e aventureiros.
O peticionário referiu que não se trata de um conceito inédito, uma vez que se assemelha ao que já é feito a nível nacional e europeu, como é o caso do Interrail e o DiscoverEU. Trata-se de programas bem sucedidos que promovem o turismo

interno e o conhecimento cultural entre os jovens.

"Este programa propõe a emissão de passes para jovens, incluindo viagens de avião e barco entre as ilhas e a hospedagem acessível, como em hostels ou residências locais, por exemplo. A ideia é facilitar a exploração do nosso arquipélago pelos jovens, promovendo uma maior compreensão e apreciação da sua região. Para garantir a eficácia do programa, propomos a criação de uma plataforma online para facilitar o planeamento, a reserva de viagens e alojamentos. Além disso, como incentivo, sugerimos que passos gratuitos sejam oferecidos aos jovens açorianos quando completam os 18 anos.", acrescentou o peticionário.

Aberta a primeira ronda de questões, pediu a palavra o deputado Vilson Ponte Gomes, que, após congratular a ação dos peticionários, questionou quais as necessidades sentidas pelos jovens peticionários que os levaram a criar a presente petição e quais as potencialidades do programa.

Em resposta, o peticionário explicou que existe um grande vazio porque os jovens sentiram a necessidade de que este programa fosse criado. Explicou que já existe o cartão Interjovem que dá descontos para fazer uma viagem, mas aquilo que propõem é um conceito que não existe nos Açores, mas existe em Portugal continental e na União Europeia. Para o peticionário, o programa trará a possibilidade de os jovens conhecerem as nove ilhas, as suas culturas e tradições. Existem viagens no âmbito de atividades escolares, mas não têm o mesmo fim.

Seguidamente, a deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) interveio, começando por felicitar o peticionário pela iniciativa e explicou que o cartão Interjovem, que foi melhorado na presente legislatura, prevê descontos nas diversas áreas, quer em termos de viagens, alojamentos, em atividades culturais, desportivas, entre outras. Nesta ótica, questionou se alguma vez os peticionários ponderaram a

reformulação do que já existe.
Em resposta, o peticionário partilhou que quando foi decidido criar a presente petição, foi com o objetivo de se ter um programa e, neste mesmo, ter então o cartão Interjovem com os respetivos descontos.

Em réplica, a deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) quis compreender se o cerne do programa seria ter descontos na mobilidade, quer aérea, quer marítima, sendo o mesmo complementado por aquilo que são os descontos nas outras áreas, através do cartão Interjovem, tendo recebido resposta afirmativa por parte do peticionário.

Por último, o deputado Flávio Soares (PSD) usou da palavra. Deixou uma primeira palavra de saudação aos peticionários e aprofundou a questão colocada na intervenção anterior, referindo que os jovens açorianos têm ao seu dispor um cartão Interjovem que dá resposta às necessidades que sentem, no domínio da mobilidade e a tudo o que a isso está associado. Relembrou que em 2021 foi feita a reformulação do cartão Interjovem, um cartão que vigora desde 2003, e que dá atualmente uma panóplia diversa de descontos, nas mais variadas áreas.
Feito este preâmbulo, questionou qual seria a mais-valia do programa, visto existir um cartão Interjovem que já atribuiu os descontos que os peticionários reclamam.
Em resposta, o peticionário tentou explicar que aquilo que se pretendia era um programa semelhante ao Interrail ou o DiscoverEU, mas a nível regional, em que há descontos para fazer viagens. A ideia é olhar para o programa como um conceito.
Em réplica, o deputado Flávio Soares (PSD) frisou que não compreendia o que traria de novo o programa que pretendiam criar ao já existente cartão Interjovem.

Na segunda ronda de questões, pediu, novamente, a palavra o deputado Vílson

Ponte Gomes (PS) e referiu que compreendia a necessidade e a utilidade também do programa, pelo que não compreendia que pudessem ser criados constrangimentos para que o Governo Regional não potenciasse o seu próprio projeto – o do cartão interjovem -, indo ao encontro daquilo que são as expectativas das dezenas de jovens que subscreveram a petição.

A terminar, o deputado sublinhou que "Percebo que a Região tem os instrumentos ao seu dispor, como o cartão Interjovem, mas a reformulação que foi feita pelo atual Executivo não está, pelos vistos, a dar resposta áquilo que são as necessidades agora apresentadas." A terminar, procurou saber se esta era uma posição corroborada pelo peticionário, tendo o mesmo confirmado que assim era.

Para o jovem João Mendonça, "o cartão Interjovem ainda tem pouco para oferecer aos jovens. Acho que se podia abrir o leque e aprofundar mais aquilo que realmente os jovens precisam, querem e gostavam de ter."

Em réplica, o deputado socialista reforçou a ideia de que "aquilo que foi feito pelo cartão Interjovem foi poucochinho para aquilo que são as necessidades dos jovens açorianos" e deixou o compromisso do Partido Socialista em ajudar na operacionalização do desígnio proposto pelos peticionários.

A intervenção seguinte ficou a cargo do deputado Flávio Soares (PSD) que estranhou as palavras do deputado que o antecedeu, relembrando que antes da reformulação do cartão, levada a cabo pelo Governo de Coligação, sempre que os jovens quisessem usufruir de desconto nas viagens através da SATA Air Azores, teriam de esperar para saber da disponibilidade de lugares no próprio dia, já que não lhes era permitido realizarem a compra com antecedência.

O deputado social-democrata referiu, também, que os descontos do cartão interjovem vão mais além do que os peticionários pedem no novo programa que pretendem ver implementado, e, mais uma vez, solicita um esclarecimento claro sobre o que pretende a petição.

O jovem peticionário João Mendonça explicou que o objetivo do programa não era substituir o cartão Interjovem, mas antes ter o referido cartão como aliado do programa.

Em réplica, o deputado agradeceu as explicações dadas e perguntou objetivamente se, após tudo o que foi já referido, o peticionário considerava que o cartão Interjovem ia mais longe do que a petição, em termos de benefícios para os jovens. A resposta foi dada através de uma pergunta, "Se já existe também o cartão jovem em Portugal continental, qual é o sentido de haver o interrail? Se já existe descontos para jovens, qual é o sentido de haver o DiscoverEU?"

Na terceira e última ronda de perguntas, a deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) perguntou o que é que concretamente estava a falhar no cartão Interjovem, de acordo com os subscritores da petição e se os descontos seriam acumuláveis.

De seguida, a deputada Alexandra Manes (BE) interveio, começando por referir que "quando são os próprios jovens a falarem daquilo que identificam como lacunas e que a nós nos pode passar despercebidos, é bastante importante". A deputada disse compreender o que se pedia com a petição e perguntou se, na ótica dos peticionários, uma das falhas não seria a faltar uma plataforma onde esteja contemplado tudo aquilo que é possível fazer com o cartão, desde o planeamento da própria viagem, com sugestões e custos para que os jovens possam tomar as suas decisões.

Já o deputado Vilson Ponte Gomes (PS) questionou se o intuito seria conjugar os dois instrumentos – o programa e o cartão – para dar uma resposta cabal às necessidades dos jovens.

Por fim, o deputado Flávio Soares (PSD) deixou claro que a proatividade dos jovens é sempre uma mais-valia, pelo que saudava a atitude cívica do peticionário, mas que ainda tinha algumas dúvidas em relação à proposta. Como última questão, perguntou se o programa abrangeria somente jovens açorianos ou se se

estenderia a estrangeiros, uma vez que a petição refere "que este programa permite a jovens açorianos conhecer a sua região, mas também descentralizar o turismo estrangeiro jovens das ilhas maiores, beneficiando a economia e o turismo local", lembrando que os encaminhamentos foram extintos precisamente porque a União Europeia (UE) não permitia encaminhamentos gratuitos para não residentes.

Em resposta a todas as questões formuladas, o peticionário Pedro Mendonça referiu que o cartão Interjovem não é suficiente, mas reconheceu que houve uma evolução positiva. No entanto, nem todas as ilhas beneficiam do mesmo, dando, para sustentar a sua argumentação, o exemplo da ilha do Faial que está deserto em várias áreas. É por esta razão que pretende que o cartão seja um aliado do programa que propõe. O peticionário prosseguiu, referindo que o que pretendiam com o programa foi o que a deputada Alexandra Manes (BE) explicou, acrescentando que teria que haver um preço máximo se o jovem desejasse ir às ilhas todas.

O jovem peticionário disse também concordar com o que foi transmitido pelo deputado Vílson Ponte Gomes (PS), ou seja, que o cartão interjovem deveria ser conjugado com outros instrumentos. Terminou a sua intervenção a responder que o programa daria direito a jovens estrangeiros usufruírem também de descontos. Que teriam uma espécie de preço de base a pagar.

- **Audição da Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, ocorrida a 29 de novembro de 2023:**

A Secretária Regional congratulou a cidadania ativa e empenhada dos jovens, referindo que esta é a atitude que se pretende ver alargada ainda mais aos jovens dos Açores, razão pela qual, está a ser desenvolvido o programa DemocraciAZ, que faz parte do plano regional para a literacia e participação democrática jovem, de 2023 a 2027.

Sobre o objeto da petição, a Secretária Regional referiu a importância que a temática tem no quadro das políticas públicas de Juventude levadas a cabo pelo XIII Governo dos Açores, através da Direção Regional da Juventude, e em relação à qual já foram investidos cerca de 290.000 EUR em três anos.

A governante explicou que "desde que iniciámos funções e nos quatro planos de investimento submetidos à apreciação da Assembleia Legislativa, uma parte significativa do investimento público afeto à Secretaria está canalizado para a promoção da mobilidade juvenil, (…) E é precisamente esse investimento tem sido executado de um modo muito determinante e consequente através, por exemplo, do reforço do apoio nas viagens interilhas no âmbito do programa Bento de Góis".

A Secretária Regional realçou que em 2022 foram introduzidas melhorias no programa, entre os quais o apoio ao valor das viagens aéreas Interilhas para beneficiários do cartão Interjovem, como já acontecia com as viagens marítimas. Para além do referido, houve um aumento do valor para pagamento de despesas de alojamento, alimentação, um desconto de 20% sobre a tarifa Açores, significando que os jovens pagam 48 EUR numa viagem aérea, interilhas, ida e volta, além de serem garantidas as mesmas condições de reserva, como qualquer outro passageiro, não ficando sujeito somente à disponibilidade de lugar no próprio dia, como acontecia no passado. Foi também criado um novo site e uma nova APP para aplicação com a geolocalização dos parceiros do cartão, para que os titulares do cartão possam identificar os parceiros e o ponto geográfico onde se encontram.

Em termos de parcerias, o cartão Interjovem conta com cerca de 120 parcerias em todas as ilhas da região.

A terminar, aproveitou a oportunidade para adiantar que iria ser lançada muito em breve a campanha de Natal o cartão Interjovem, através do qual os titulares do

cartão que adquiram viagens aéreas interilhas entre 4 e 31 de Dezembro pagam apenas 21 EUR em viagens aéreas de ida e volta e apenas 15 EUR em viagens de só ida. Concluiu dando nota que em viagens na Atlânticoline contabilizaram 2483, com o valor de desconto de 21000 EUR e no que respeita à SATA Air Azores, já foram apoiadas 723 viagens aéreas no montante de 4000 EUR (valor até outubro).
Aberta a primeira ronda, interveio a deputada Alexandra Manes (BE) que, após os esclarecimentos prestados pela governante, perguntou se a viagem de ida e volta contemplava paragens noutras ilhas ou se o jovem quisesse ir ao grupo ocidental, visto não haver transporte marítimo de passageiros, teria de pagar outro bilhete.

A deputada foi informada que o modelo existente tem descontos tanto a nível de ligações áreas, como marítimas, entre muitos outros e que o Governo Regional tem dado especial relevância à área da juventude, através da melhoria das condições do cartão Interjovem que possibilita ao jovem açoriano um conjunto de experiências a um preço mais acessível.
Em réplica, a deputada bloquista insistiu, "Então pela sua resposta pode-se depreender, por exemplo, que um jovem das Flores que vai Faial e que depois queira ir a terceira é penalizado, porque tem que voltar às Flores para usufruir dos 20% de desconto sobre a tarifa Açores, é isso?"
A Secretária Regional voltou a relembrar que o Governo de Coligação eliminou a contingência que existia em termos de reserva e que possibilitou outros descontos que não existiam. Reiterou que se iria iniciar uma campanha de Natal que permite um jovem fazer uma viagem de ida e volta a 21 EUR e 15 EUR se for uma viagem num só sentido, pelo que importa pensar no conjunto de medidas que têm sido tomadas.
De seguida, o deputado Flávio Soares (PSD) interveio, dando nota que na audição anterior houve quem tivesse referido que as alterações feitas tinham sido muito

poucas, uma posição com a qual discorda categoricamente, porque, de acordo com o deputado, houve "efetivamente uma adaptação do cartão Interjovem àquelas que são as novas realidades e ambições dos nossos jovens". Reconheceu, porém, que há sempre margem para melhorar os processos já existentes. Feito este preâmbulo, referiu que o peticionário, aquando da sua audição, tinha dado nota que existiam poucos parceiros na ilha do Faial, mas que já tinha sido esclarecido pela governante que, de momento, existiam cerca de 120 parcerias no arquipélago. Face a esta informação, questionou como é que eram feitas as parcerias.

Em resposta, a Secretária Regional reiterou que foram feitas melhorias substanciais ao cartão, voltando a elencá-las, e esclareceu que houve uniformização e adequação de vantagens e descontos nos serviços oferecidos aos jovens e que há, ao longo de todo o ano, um open call, para que as entidades possam apresentar os serviços que pretendem oferecer, havendo um contacto direto da Secretaria com as entidades, após a primeira manifestação de interesse, no sentido de reforçar as parcerias.

Na segunda ronda, pediu a palavra a deputada Alexandra Manes (BE) para questionar se o Governo Regional se encontra disponível para ponderar a possibilidade da criação do programa proposto pelos jovens, não descurando do cartão Interjovem, mas sim aliando-o como mais uma ferramenta disponível.

Em jeito de esclarecimento, a governante deu nota que há sempre disponibilidade para melhorar os programas existentes. Porém, a Secretária Regional chamou a atenção para o facto de já existir um instrumento que funciona bem e uma plataforma com toda a informação disponível, ainda assim, o Governo Regional está disponível para melhorar o que for identificado como necessário.

Na terceira ronda, o deputado Flávio Soares (PSD) pediu a palavra e explicou que num dos parágrafos da petição refere-se que este programa pode ser ou deve ser alargado a não residentes, ou seja, a jovens estrangeiros. Face a esta informação, questionou se efetivamente existia essa possibilidade, tendo sido esclarecido que

não, uma vez que os descontos do cartão Interjovem, nas viagens aéreas, estão associadas à tarifa Açores, uma tarifa apenas para residentes.

Por fim, importa mencionar que a Comissão rececionou os seguintes pareceres escritos, os quais se encontram anexos ao presente relatório:

- Associação Jovens Açorianos Unidos pelos Açores
- Conselho Regional de Juventude

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por um grupo de 305 cidadãos, 303 dos quais com correta identificação, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento;
2. É pretensão dos peticionários que seja criado um programa nos Açores, baseado num conceito que não é inédito, uma vez que se assemelha ao que já é feito a nível nacional e europeu, como é o caso do Interrail e o DiscoverEU.
3. De acordo com o primeiro peticionário, o cartão Interjovem não responde às necessidades dos jovens, pelo que o programa seria uma mais-valia. A intenção seria que o mesmo disponibilizasse uma plataforma em que os jovens conseguissem consultar os descontos a que tinham direito e em que fosse estabelecido um valor máximo para o caso de um jovem querer visitar todas as ilhas. Ademais, o cartão Interjovem seria um aliado do programa, permitindo que os jovens acumulassem descontos. Este seria um programa que não se limitaria aos jovens residentes nos Açores, mas também aos que queiram visitar os Açores.

4. A partir das audições feitas, compreendeu-se que o cartão Interjovem foi melhorado em 2022 - houve um aumento do valor para pagamento de despesas de alojamento, alimentação, um desconto de 20% sobre a tarifa Açores, além de serem garantidas as mesmas condições de reserva, como qualquer outro passageiro, não ficando sujeito somente à disponibilidade de lugar no próprio dia, como acontecia no passado. Foi também criado um novo site e uma nova APP para aplicação com a geolocalização dos parceiros do cartão, para que os titulares do cartão possam identificar os parceiros e o ponto geográfico onde se encontram.
5. O cartão Interjovem conta com cerca de 120 parcerias em todas as ilhas da região, possibilitando ao jovem açoriano um conjunto de experiências a um preço mais acessível.
6. Perante as propostas, a governante responsável pela área da Juventude deu nota que há sempre disponibilidade para melhorar os programas existentes, mas sublinhou o facto de já existir um instrumento que funciona bem e uma plataforma com toda a informação disponível.
7. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

Ponta Delgada, 11 de dezembro de 2023.

A Relatora, *Délia Melo*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Joaquim Machado*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado e Relator da Comissão de Assuntos Sociais.

Vamos agora abrir inscrições para a apreciação da petição. A Mesa já tem uma inscrição. Está inscrito o Sr. Deputado José Paulo Sousa, do Chega, a quem dou

a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado José Sousa** *(CH):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero saudar o cidadão João Pedro Mendonça e os restantes peticionários pela presente iniciativa.

É uma ideia interessante, uma vez que visa incentivar os jovens açorianos a explorar e a conhecer melhor as nossas nove ilhas, promover o turismo interno e fortalecer a nossa identidade regional, oferecendo aos jovens a oportunidade de apreciar imensas belezas naturais e culturais da nossa própria terra.

É necessário, permanentemente, melhorar as ferramentas à nossa disposição, como o Cartão Interjovem, e tentar promover uma mudança nas preferências das viagens dos jovens valorizando o que é nosso.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Russel Sousa, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Russell Sousa** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria, primeiro, de saudar o peticionário, que por sinal é um jovem faialense, por ter usado o direito de petição para fazer chegar a esta Casa um assunto de extrema importância para o nosso conceito da açorianidade e o futuro da nossa coesão territorial.

A Região Autónoma dos Açores apresenta uma demografia de características singulares, sendo necessário proporcionar uma coesão territorial capaz de gerar desenvolvimento territorial. Nas ramificações de todo este processo está a inerência de garantir que as populações dispõem dos mecanismos necessários para

rentabilizar as características intrínsecas da zona onde vivem.

O que esta petição relembra é que somos nove ilhas com especificidades próprias pelo facto de sermos uma região arquipelágica no meio do Oceano Atlântico. É uma realidade que nos marca e orgulha sermos capazes de ter no meio do Atlântico uma região com uma enorme riqueza cultural, com vivências únicas neste mundo.

O conceito de coesão territorial interrelaciona a economia, a coesão social e medidas ecológicas, de forma a gerar um desenvolvimento sustentável de toda a nossa Região. Todas essas premissas assentam nos seguintes tópicos: resolução de problemas de exclusão social, a maioria do acesso à educação, aos cuidados de saúde e às dificuldades que certas ilhas suportam devido à sua geografia específica.

A coesão territorial passa, e muito, pela ação dos jovens. E exemplo disto é o facto de estarmos, aqui, hoje, a debater uma discussão feita por um jovem, relembrando que todos os jovens merecem oportunidade de viver e experienciar o melhor que a nossa Região tem, as nossas gentes, a nossa cultura e a nossa forma de viver.

E, neste sentido, em 2003, o Partido Socialista criou o Cartão Interjovem, com o objetivo de criar condições para os jovens terem descontos e vantagens na mobilidade interilhas, de forma a terem a oportunidade de conhecerem as nove ilhas dos Açores, numa altura em que ainda havia ligações marítimas entre todas as ilhas e nenhuma era deixada para trás.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Muito bem!

O Orador: Os jovens e as famílias açorianas ansiavam pelo verão, a época alta, para começar a percorrer as nove ilhas dos Açores, passando de evento cultural em evento cultural, fazendo férias em família ou em grupo de amigos.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Agora vão de avião.

O Orador: Isto, sim, era o verdadeiro significado de coesão territorial. E não foi este o entendimento deste Governo, que na sua estratégia de coesão optou por

deixar de fora a ilha de Santa Maria e a ilha de São Miguel das ligações marítimas. Sim, foi criada a Tarifa Açores, mas o que eu gostaria de relembrar aqui é que a Tarifa Açores não substitui as vivências, as histórias e as amizades que eram criadas nestas longas horas de viagens marítimas. E tenho a certeza de que muitos de vós aqui tiveram essas memórias feitas nesses barcos. Isto é ser açoriano, usar o mar e o ar como meios de transporte para nos deslocarmos entre ilhas.

O que estes peticionários aqui vieram trazer é que exista de volta esta oportunidade de conhecermos as nove ilhas de barco ou de avião. É uma oportunidade que todos os jovens merecem. E têm o direito de ter essa oportunidade.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Raposo.

(*) Deputado Luís Raposo *(PSD):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria, nesta fase inicial da minha intervenção, de congratular o peticionário e todos os seus subscritores e, de certa forma, também congratulá-lo para cidadania ativa e pela participação democrática, principalmente quando vem de jovens, que é muito importante para a centralidade deste Parlamento.

Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Muito bem!

O Orador: O objeto da petição é a criação do programa Açores Jovem Explorer, fixado mais para a mobilidade e o alojamento para esses mesmos jovens.

Os jovens açorianos têm à sua disposição o Cartão Interjovem, que dá resposta às suas necessidades no que diz respeito ao domínio da mobilidade, do alojamento, entre outros. As vantagens do Cartão Interjovem vão muito mais longe do que

aquilo que pede a petição e do que aquilo que o peticionário expõe no seu objeto de petição.

A petição baseia-se, como já disse, na questão mobilidade e do alojamento, mas o Cartão Interjovem, como também já disse, vai muito mais além, como é a panóplia de descontos e reduções que nele implicam. Refiro-me, naturalmente, às rent-a-car, aos restaurantes, às escolas de condução, saúde bem-estar, à cultura, ao desporto, entre outros como o lazer e também os transportes.

O programa que aqui é proposto não é exequível. O programa que aqui é proposto é colocar a Região a ser uma agência de viagens. A própria Tarifa Açores, que já é uma grande parceira na mobilidade a preços mais em conta, mais reduzidos, aliada com o Cartão Interjovem fica ainda mais em conta para estes jovens açorianos.

Os Governos da coligação colocam, como já disse neste Parlamento, a juventude açoriana no centro das suas decisões.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: E prova disto é o comunicado do Conselho do Governo de hoje com a criação do Pacote Mais Jovem.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Prova disso mesmo foi a reformulação, e bem, do Cartão Interjovem, em 2021, tornando-o mais atualizado e, acima de tudo, ficando a favor das exigências dos seus utilizadores.

E dou um mero exemplo, porque é sempre bom clarificar esta Casa e também os jovens açorianos: com o Partido Socialista, sempre que os jovens quisessem usufruir de descontos nas viagens através da SATA Air Açores, tinham de esperar

pela sua disponibilidade de lugares no próprio dia, já que não lhes era permitido realizarem a compra com antecedência e prepararem a sua viagem.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* A petição não é do PS!

O Orador: Não conseguimos entender o que traria de novo esta petição ou este programa, mas é sempre bom também trazer novos números a esta Casa. À data de hoje, são 472 jovens açorianos que possuem Cartão Interjovem. Desde 2022, foram apoiados em 2240 viagens, só de ida, com um valor de desconto de 13 500 euros. No que diz respeito às viagens marítimas na Atlânticoline, já apoiámos em cerca de 58 mil euros os jovens dos Açores, desde 2022. Arrisco-me a dizer que estamos perante um Governo que aposta na juventude e, acima de tudo, tem por base a juventude nas suas decisões públicas e políticas.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Deputada Délia Melo *(PSD):* Muito bem!

O Orador: O Cartão Interjovem conta com inúmeras parcerias em todas as ilhas da Região.

Congratulamos a iniciativa, mas não conseguimos compreender a sua utilidade, quando já temos mecanismos de resposta às necessidades referidas. E a partir de hoje teremos ainda mais mecanismos para a juventude açoriana.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, esta jovem de vinte anos, tem a palavra.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Já foi…

Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar, como é natural, os peticionários na pessoa do primeiro peticionário e por congratular estes jovens nesta cidadania ativa e empenhada nesta matéria que entenderam apresentar nesta petição.

Relativamente a esta matéria e à preocupação que trazem com esta petição, sem dúvida que a promoção desta mobilidade dos jovens é importante. Tem sido também esse trabalho feito por parte do Governo Regional.

O Cartão Interjovem foi na altura apresentado e criado pelo governo do Partido Socialista. Foi uma boa medida criada pelo anterior governo, promovendo a mobilidade e criando algumas facilidades aos jovens, com vista a essa mobilidade nas mais variadas ilhas.

A preocupação quanto a essa mobilidade por parte dos jovens tem sido uma preocupação deste Governo Regional. A verdade é que tem criado diversas medidas de reforço e de melhorar o próprio Cartão Interjovem. Este foi melhorado na passada legislatura, em 2022, em que se viram reforçados os valores, em que se criaram mais parcerias nas diversas áreas, desde o alojamento, a alimentação, houve um aumento do apoio quanto a essas despesas que eram abrangidas pelo Cartão Interjovem, mas também com a campanha que fizeram no Natal, em que os jovens que adquirissem as suas passagens pagariam apenas 21 euros por uma passagem de ida e volta. Sem dúvida que este é um incentivo importante para a mobilidade destes jovens no nosso território.

Algo que também considero que foi uma melhoria bastante determinante foi, sem dúvida, o facto de os jovens que possuem este Cartão Interjovem não ficarem em lista de espera, como antes acontecia. E os próprios jovens, quando nos abordam, reconhecem essa mais-valia que hoje é não terem de ficar em lista de espera e poderem confirmar a sua viagem.

E tem sido esse o trabalho por parte do Governo Regional. Também a questão de termos uma plataforma dinâmica. Cada vez mais, a Direção Regional da Juventude tem feito uma aposta na era do digital, porque, sem dúvida, é o caminho

para chegar aos nossos jovens. Tem sido feito esse trabalho. E claro que muito ainda há a fazer.

Também queria salientar a questão do reforço que tem existido no programa Bento de Góis, que também promove a mobilidade dos nossos jovens. Tem sido esse o caminho.

E acho, como é natural, que é necessário continuar este trajeto que tem sido opção deste Governo Regional, melhorando aquilo que é possível melhorar, criando novos incentivos à mobilidade e ao conhecimento dos nossos jovens do que é o nosso território. Acho que é fundamental esse caminho, estando certa que hoje em dia os jovens cada vez mais se movimentam na nossa Região, conhecem as nossas ilhas. E isso, sem dúvida, é um fator de extrema importância para o conhecimento do que são os nossos Açores, do que são as nossas realidades nas diferentes ilhas do arquipélago dos Açores.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo por saudar os peticionário da petição "Criação do programa Açores Jovem Explorer", na pessoa do primeiro peticionário, João Mendonça, e saudar a sua intervenção cívica e o facto de terem trazido a este Parlamento, ainda na passada da legislatura, esta petição, que, sem sombra de dúvida, contribui para todos refletirmos sobre as questões ligadas à juventude, à sua mobilidade, ao seu conhecimento das próprias ilhas e o significado em termos também do seu

desenvolvimento pessoal que essas deslocações contribuem, porque, efetivamente, conhecer os Açores e viajar, no geral, é uma forma também de enriquecimento cultural, para não falar, naturalmente, das questões apenas meramente económicas, porque é muito mais do que isso.

Pretendem os peticionários a criação de um novo programa de mobilidade de jovens na Região, a fim de conhecerem melhor a sua Região, de interagirem também com as populações das diversas ilhas, beneficiando a economia local. É certo que existe há muitos anos o Cartão Interjovem, que tem um conjunto de características que vão para além da questão da mobilidade e das viagens, mas o que é certo é que, julgo eu, os peticionários conhecem bem esse mesmo programa. E o facto de trazerem uma proposta que é diferente e que alarga bastante no que diz respeito à mobilidade o Cartão Interjovem, é um claro sinal de que consideram que se deve ir para além disso e que o Cartão Interjovem não responde àquilo que entendem ser um programa de mobilidade jovem na Região.

E, de facto, no que diz respeito a viagens, o Cartão Interjovem promove principalmente os descontos no que diz respeito à mobilidade aérea e marítima. Por isso, seria conveniente e faria todo o sentido que o Governo, uma vez que este programa é regulado por portaria, pudesse alargar o programa Interjovem, procurando ir ao encontro daquilo que estes jovens reivindicam e propõem nesta petição, que me parece efetivamente fazer sentido, porque cria um conjunto muito mais alargado, planeado até e menos casuístico no que diz respeito à mobilidade. Isso faz sentido. Os jovens têm razão em querer alargar, porque efetivamente são os beneficiários do Cartão Interjovem. E se consideram que ele não é suficiente, é porque efetivamente tem limitações.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado João Mendonça, faça favor.

(*) Deputado João Mendonça *(PPM):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, agradeço aos peticionários a apresentação desta petição.

Esta petição sugere ao Governo dos Açores a criação de um programa que ofereça passes acessíveis para viagens entre ilhas e alojamento através de parcerias com empresas, transporte e alojamento.

Os jovens açorianos já possuem o Cartão Interjovem, reformulado em 2022, que oferece uma ampla variedade de descontos em diversas áreas, superando o solicitado na petição. Houve um aumento no valor destinado a despesas de alojamento e alimentação e melhorias com a redução de custos de viagens aéreas interilhas, permitindo que os jovens paguem apenas 48 euros por uma viagem de ida e volta. Agora, já podem fazer reservas, como qualquer outro passageiro, sem a limitação da disponibilidade de lugares no próprio dia.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Concluo reiterando que, para o PPM e restantes partidos da coligação, a proatividade dos jovens é uma valiosa contribuição para a sociedade e deve ser incentivada.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição para a apreciação desta petição.

(Pausa)

Não havendo, damos assim por concluída a apreciação da Petição n.º 59/XII, do jovem João Pedro Mendonça, um jovem que há dois dias completou vinte anos.
Avançamos para o ponto 12 da nossa agenda: **Petição n.º 60/XII – "O desenvolvimento turístico desequilibrado e a especulação imobiliária insustentável nos Açores e na ilha do Pico"**. É uma petição apresentada por Duarte Cordeiro Neves na qualidade de primeiro subscritor.
Foi analisada pela Comissão de Economia. Tem a palavra o Sr. Deputado e Relator da Comissão de Economia, Paulo Silveira, para a apresentação do relatório. Faça favor.
Deputado Paulo Silveira *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER

Petição n.º 60/XII
"O desenvolvimento turístico desequilibrado e a especulação imobiliária insustentável nos Açores e na ilha do Pico"

INTRODUÇÃO

A 2 de outubro de 2023, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a presente petição, à qual foi atribuído o n.º 60/XII, intitulada "O desenvolvimento turístico desequilibrado e a especulação imobiliária insustentável nos Açores e na ilha do Pico", subscrita por 886 cidadãos, dos quais 885 com correta identificação, cujo primeiro signatário é o cidadão Duarte Cordeiro Neves.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, a mesma foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Economia, para relato e emissão de parecer, por se tratar de matéria da competência desta.

Finda a XII Legislatura e considerando que a tramitação processual da petição em análise não se encontrava concluída, a mesma transitou para a XIII Legislatura, conforme dispõe o artigo 25.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual.

Capítulo I
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do anexo da Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, que aprovou a terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Considerando que a matéria da presente petição incide sobre *turismo*, constata-se que a competência para emitir parecer é da Comissão de Economia, nos termos do artigo 5.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes.

Capítulo II
ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais fixados na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual, e com o artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão de Economia procedeu à apreciação da sua admissibilidade nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do Regimento, e deliberou admiti-la, por unanimidade, em reunião ocorrida a 6 de outubro de 2023, tendo tal decisão sido comunicada formalmente ao primeiro subscritor.
De referir que apesar da petição apresentar 886 subscritores, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua atual redação, apenas 885 possuem correta identificação.

Capítulo III
OBJETO DA PETIÇÃO

Os peticionários vêm, através deste instrumento de participação cívica, solicitar «Estando a ser revisto o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores e as linhas orientadoras do Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores, cujo objetivo central é a definição de um conjunto de estratégias que visam a qualificação e o desenvolvimento sustentável do turismo, bem como a preservação do meio ambiente - devendo abranger igualmente questões relativas à nossa paisagem e identidade cultural, queremos chamar a atenção dos nossos governantes para as seguintes situações:

1. Há projetos com fins turísticos em apreciação e/ou em vias de aprovação nas divisões de obras das nossas autarquias que não revelam quaisquer

preocupações relativas à gestão dos recursos naturais da região. Seria importante que as autarquias atuassem com rigor na aprovação de novas construções ou intervenções no edificado existente, concebendo planos de pormenor, de salvaguarda e áreas de reabilitação urbana, com vista à integração harmoniosa dessas construções/ intervenções em unidades paisagísticas consolidadas, visando sempre a sustentabilidade ambiental, tendo em conta os recursos naturais existentes e o meio natural em que se inserem. No caso concreto da Ilha do Pico, há situações em que se considera a aprovação de empreendimentos turísticos em zonas de risco e regimes específicos de proteção. Para além disso, nos espaços agrícolas ou florestais, as limitações à construção de habitação permanente são muito maiores do que aquelas que são aplicadas a empreendimentos turísticos. Este facto demonstra a permeabilidade e desadequação dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) – nomeadamente dos Planos Diretores Municipais (PDM) e do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC).

2. Muitos dos projetos já aprovados ou em análise não integram o envolvimento efetivo da comunidade local, nem refletem qualquer preocupação em preservar a identidade cultural, arquitetónica e paisagística das comunidades locais.
3. A indústria turística e a exploração imobiliária estão a sobrepor-se às comunidades locais, conduzindo ao enfraquecimento da identidade cultural e economia tradicional das mesmas.
4. O aumento da especulação imobiliária causado diretamente pelo abrupto desenvolvimento turístico torna praticamente impossível a aquisição ou arrendamento de imóveis por jovens que se querem fixar na região: a escassez de imóveis para arrendamento de habitação de longa duração reflete a preferência dada ao Alojamento Local (AL), visto que não existem limites à atribuição de registos AL.

   Para além disso, esta especulação tem feito com que se esteja a transferir a

propriedade da Região Autónoma dos Açores (RAA) para as mãos de investidores externos e maioritariamente estrangeiros, que veem nas nossas ilhas uma oportunidade que é única e exclusivamente de negócio.

5. A maioria dos postos de trabalho que têm surgido associados ao turismo são sazonais, não especializados e precários, quando o desenvolvimento socioeconómico requer, ao contrário disso, especialização, qualificação, diversificação, bem como estabilidade laboral e financeira.
6. Em determinadas ilhas, nomeadamente no Pico, o limite máximo de camas para alojamento turístico definido através do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA) e das sucessivas resoluções do Conselho do Governo, está quase a atingir o limite máximo. Na verdade, se os números de camas do Alojamento Local fossem contabilizados, esse limite já teria sido largamente ultrapassado. Estes números comprometem o equilíbrio entre o número de residentes e o número de visitantes em determinadas freguesias.

Assim, os peticionários solicitam à Assembleia Legislativa Regional dos Açores e ao Governo da RAA que:

a) Sejam revistos o mais urgentemente possível os Planos Diretores Municipais (PDM) e o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), sobre uma base cartográfica atualizada, com revisão dos critérios que definem as reservas ecológicas e agrícolas, as zonas de risco e espaços agroflorestais adjacentes, de forma a impedir a construção de empreendimentos turísticos nestas zonas consideradas tão sensíveis.

b) Haja uma maior aproximação à população local nos processos de tomadas de decisão no que concerne à definição dos limites do novo POTRAA e na apreciação de novos empreendimentos turísticos.

c) A revisão do POTRAA se faça tendo em conta uma maior aproximação à realidade das freguesias, estabelecendo, entre outras medidas de planeamento, um

rácio entre o número de camas turísticas (incluindo o Alojamento Local) e outros serviços (como a mobilidade, as zonas de visitação, a restauração ou o comércio de bens essenciais) e o número de residentes por freguesia e não por concelho ou ilha. Assim, as autoridades e a entidade que tutela o turismo deverá monitorizar e fiscalizar a atribuição de registos AL, tendo em conta o equilíbrio acima descrito.
d) Se reflita sobre a criação de meios ou medidas de desenvolvimento local alternativas ao turismo e ao emprego na administração pública, que permitam que as comunidades locais cresçam economicamente e se diversifiquem, autonomamente, permitindo uma maior autossuficiência e prosperidade.
De facto, o conceito de "sustentabilidade", tão apregoado atualmente a propósito do turismo nos Açores, necessita de ser clarificado, para que sejam tomadas decisões adequadas e desenvolvidas ações em conformidade com estratégias de desenvolvimento e autossuficiência das populações locais.
Apelamos à vossa sensibilidade e razão para que se criem medidas e se apliquem as devidas fiscalizações, de modo a travar o tipo de desenvolvimento turístico desequilibrado e insustentável, bem como a especulação imobiliária que se tem verificado nos últimos anos.»

Capítulo IV
DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Na reunião da Comissão, ocorrida a 6 de outubro de 2023, esta deliberou ouvir, presencialmente, o primeiro subscritor da petição e o membro do Governo com competência na matéria.
Relativamente à audição do membro do Governo com competência na matéria, esta não se realizou inicialmente por falta de disponibilidade do mesmo.
Neste seguimento, e tendo a presente petição transitado da legislatura transata, deliberou a Comissão, na sua reunião do dia 5 de abril de 2024, manter a audição

do membro do Governo com competência na matéria.

Da Audição do 1.º subscritor, cidadão Duarte Cordeiro Neves, ocorrida a 27 de outubro de 2023:

Duarte Cordeiro Neves começou, por fazer uma apresentação do seu grupo que chegou a esta petição. Afirmando que para além de si e de Mónica, são um grupo de Santa Amarenses, residentes em Santo Amaro, na ilha do Pico, que começou a ter uma série de preocupações em comum: em julho e agosto são cada vez mais os que nos visitam, mas no inverno somos cada vez menos. A nossa população está a decrescer; os preços dos terrenos e a quantidade à venda é cada vez maior, mas o nosso poder económico continua mesmo; são cada vez mais as casas de férias - todos os anos há mais casas de férias -, mas as condições para a fixação (para a real fixação) aqui também são muito difíceis; a nossa cultura deixou de ser voltada para nós e é preparada para ser vendida para fora; o *Ç* desaparece e vem um *Z*; as nossas atividades económicas tradicionais vão morrendo de dia para dia e o único setor económico que é realmente incentivado na nossa região é o Turismo. E, portanto, tendo todas estas preocupações e mais algumas que serão esclarecidas, decidimos efetivamente nos juntar e, além desta petição, tentarmos encontrar alternativas a isto, a todas estas situações.

Carlos Silva (PS) começou por cumprimentar os peticionários, agradecendo em primeiro lugar a petição que, no fundo, traduz aquela que é a vossa preocupação. Não é novidade, confesso, já tinha também conversado convosco e percebi quais é que são as vossas preocupações, sobretudo o impacto do turismo, que é uma atividade económica importante para a região e também não deixa de ser uma atividade económica relevante em pequenas localidades, mas o impacto que o turismo e a especulação imobiliária começam a ter, sobretudo para os residentes,

e o impacto também que acaba por ter ao "roubar" casas que deixam de ficar disponíveis para os residentes e deixam de ficar disponíveis a preços acessíveis. Essa é uma realidade que temos vindo a encontrar em toda a região. É verdade que não é um problema apenas da Região Autónoma dos Açores, também acontece no resto do país.

E a primeira questão que gostaria de colocar é, no vosso entender e pela análise que têm vindo a fazer que medidas é que poderiam ser adotadas, quer medidas numa primeira fase, a curto prazo que possam no fundo proteger os residentes e garantir que os Açores continuam a oferecer condições para fixar população, para fixar jovens, para atrair até e manter jovens qualificados, porque isso é fundamental no combate ao despovoamento, à desertificação que acontece em algumas localidades. Que medidas é que poderiam ser adotadas num curto prazo e também a médio/longo prazo?

Uma segunda questão tem a ver com a importância que o POTRAA – Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores – pode ter neste planeamento a médio e longo prazo. É verdade que o POTRAA que está atualmente em vigor resulta de uma legislação já antiga, desatualizada, não tem em conta, obviamente, o crescimento do número de camas que foi registado nos últimos anos, sobretudo no alojamento local. Percebi que esta petição não é uma petição dirigida apenas a Santo Amaro, mas baseia-se no exemplo de Santo Amaro. É uma petição que tem uma componente regional e não apenas local e, portanto, que medidas deveriam ser adotadas na nova versão do POTRAA que ainda não existe, mas supostamente o Governo disse que irá trabalhar no mesmo, durante o ano 2024, mas não existe qualquer proposta formal, portanto, que medidas deviam ser adotadas para que se possa mitigar esses impactos para a população, mas também obviamente não podemos negar que toda a atividade turística é também relevante como atividade económica, uma atividade também acaba por criar emprego, gerar riqueza e, portanto, tem que haver da nossa parte

um equilíbrio, entre o desenvolvimento turístico, mas também obviamente atenuar o impacto que o turismo tem na fixação de população e também na preservação da identidade de cada localidade. Para já ficava por aqui, muito obrigado.

Tomou da palavra a peticionária Mónica Silva Goulart: bom dia a todos! Também queria nesta primeira intervenção agradecer a vossa atenção perante esta petição. Relativamente à primeira questão: medidas e alternativas, o que é que podemos fazer perante isto? Na minha opinião, acho que temos o caminho todo, temos o trabalho todo por fazer. O turismo surge aqui na nossa região, principalmente há cerca de vinte e poucos anos, começou-se a desenvolver dentro deste tempo de atividade e vemos que realmente tem havido esse *forcing* na promoção da região, na promoção do investimento, nos incentivos, mas o resto do trabalho, ou seja, o que é que podemos envolver em paralelo, o que é que vai acontecer a seguir? São situações que têm ficado, na minha opinião, pela aquela que é a minha perceção, um pouco esquecidas.
Alternativas, na minha opinião, penso que podemos estudar e começar a preparar campo para o desenvolvimento de outras atividades económicas que sejam apelativas. Nós sabemos que, para além do turismo, o turismo, não vamos negar, e eu afirmo aqui que nós não somos contra o turismo, nós compreendemos e aceitamos e queremos até turismo que seja bom para nós, só não queremos é este desequilíbrio que se começa a verificar. Este é um ponto que nós queremos aqui afirmar que é indubitável. Até porque eu própria digo aqui também sou empresária na área do turismo. Portanto, eu quero que o turismo continue, mas temos que ter aqui equilíbrio. Falo enquanto relativamente jovem, também residente numa pequena freguesia dos Açores, que começa a sentir estes impactos. Temos o setor agropecuário, que ainda tem um grande peso em alguns sítios, o setor das pescas, setor tecnológico em desenvolvimento. Eu acho que tudo isto anda aqui um

bocado a desacelerar relativamente ao turismo. Eu não tenho a solução, gostaria de ter, mas sei que o governo tem meios, tem técnicos, tem decisores que podem conseguir investir neste estudo e nesta procura por outras áreas que nos ajudem a equilibrar esta balança entre o turismo e estes problemas que estamos a viver. Não sei se o Duarte quer acrescentar alguma coisa a este ponto.

Duarte Cordeiro Neves - Não, acho que não, é isso: da mesma maneira que se incentiva o turismo, há que incentivar outras áreas, é preciso mesmo equilibrar mais isso como a Mónica disse.

Mónica Silva Goulart - Eu sei que há incentivos. Há incentivos para a agricultura, diversos programas, há incentivos para a pesca… agora isto julgo que está um bocadinho atrasado relativamente ao que se verifica em outros países, quer da Europa, quer do Mundo. Julgo que podíamos ir beber de algum conhecimento noutros países que conseguem que estas atividades sejam apelativas, quer para as gerações que estão em atividade, quer para as novas que hão de entrar também no mundo do trabalho.
A segunda questão relativamente ao que é que o POTRAA poderá ter, uma vez que está em fase de alteração ou revisão. O POTRAA julgo que poderia fazer uma coisa muito simples e que já poderia ajudar, que é estabelecer um rácio por população, por freguesia. Em vez de estabelecer o número de camas, ou o número de turistas por ilha, que é o que o POTRAA define, por exemplo, para cada ilha dos Açores, define um máximo de camas ou turistas por ilha. Acho que tem que começar a haver uma atenção especial e um pormenor mais cuidado a estabelecer: vamos ver por freguesia que habitantes temos e quantos turistas é que esta população poderá comportar. Se quisermos extrapolar isto para uma gestão ainda mais melhorada de um sistema mais abrangente, poderíamos ver isto de uma maneira diferente, quer dizer, se nós temos uma freguesia com x residentes, temos

que ter x habitações, dando uma margem de expansão para o futuro; podemos ter uma margem para um número de empreendimentos turísticos que seja equilibrado com este número de residentes; também há a questão das segundas habitações. Tudo isto teria de estar equilibrado, teria de ser um processo desenvolvido em várias facetas que julgo que neste caso não é o POTRAA que tem esta responsabilidade de gerir o território desta maneira, mas se calhar a conciliação de vários instrumentos, mesmo a nível municipal, podia ser visto de uma forma mais equilibrada.

Duarte Cordeiro Neves – Acrescento que se calhar é preciso dar uma atenção especial aos AL para serem contabilizados e haver uma legislação específica, porque a verdade é que continuam a crescer e parece que não há uma linha orientadora para o seu crescimento.

O uso do direito de réplica o deputado Carlos Silva agradeceu as respostas considerando que as mesmas, são importantes também para a nossa apreciação e futuras alterações na legislação mencionada. Tenho duas questões adicionais, que relacionam com aquilo que disseram. Segundo, percebi numa revisão do POTRAA, na nova legislação sobre o POTRAA, obviamente que ele terá que contemplar o alojamento local, até porque é uma das principais tipologias turísticas neste momento e que maior número de camas oferece. Essa parte parece-me óbvia, acho que faz todo sentido, mas falam aqui também de uma abordagem no POTRAA que seja mais micro, não apenas municipal, mas também por freguesia, e nessa abordagem defendem um rácio entre o número de camas e o número de população residente. Esse rácio, no máximo, o número de camas não poderia ultrapassar a população residente, era essa a abordagem que defendem? Ou estamos a falar aqui de um rácio superior, apenas alguma ideia que possam também acrescentar? E por último, questionava dois assuntos adicionais: neste momento entendem que o investimento público que está a ser realizado em

habitações e a preços acessíveis é suficiente? Existem investimentos, por exemplo, na vossa ilha que seja suficiente para atrair e ou fixar população e a preços acessíveis, que neste momento é um dos principais problemas? E uma última questão: falaram aqui também do nível de intervenção municipal e eu pergunto se essa petição também foi apresentada a nível municipal ou se teve algum feedback das autoridades municipais, porque obviamente há aqui um papel que as assembleias municipais também têm na definição de limites ao alojamento local e, para já, ficava por aqui. Agradeço uma vez mais.

Mónica Silva Goulart - Quanto ao rácio, estou-lhe a chamar rácio o equilíbrio entre o número de habitantes de uma população e o número de turistas. Nós somos da opinião que o número de turistas nunca deveria ultrapassar o número de residentes, até julgo que o ideal seria ser [um número] um pouco menor. Não vou agora estar aqui a indicar se seria metade, se seriam três-quartos, mas só para vos dar um exemplo, vamos ter de especificar o nosso caso de Santo Amaro: os censos de 2021 indicavam que Santo Amaro tinham 251 habitantes, entretanto, passaram-se mais dois anos, nós somos de cá e nós, se quisermos, contamos as pessoas todos os dias porque conhecemos todas, os que vivem aqui todo o ano e já somos menos. Poderemos rondar ali à volta dos 230. E nós temos já uma oferta de número de turistas, incluindo alojamentos locais e empreendimentos turísticos neste momento de 246, ou seja, neste momento nós já temos mais turistas do que pessoas que vivem aqui em Santo Amaro. Isto é um exemplo, o que é que isto gera: somos uma freguesia envelhecida, temos muitas pessoas que diariamente saem pouco de casa, portanto, dá-se dias em que os turistas se cruzam com turistas, nem sequer veem quem são as pessoas que vivem aqui. Temos situações de quem vive aqui todo ano, tem pequenos negócios aqui a funcionar, às vezes confronta-se com situações, por exemplo, um exemplo de agosto em que vem toda a gente, estes 240 e tal turistas mais os cerca de 100 ou mais pessoas que têm aqui

casas de férias, ou seja, chegam aqui rebentam com logo o stock, por exemplo, de um supermercado, e chegamos ao supermercado, queremos abastecer-nos e temos prateleiras vazias. Isto não acontece só aqui, acontece aqui ao lado na Prainha, acontece até nos sítios mais populosos de São Roque, chegamos ao hipermercado e temos prateleiras com escassez de produtos. Termos o mesmo número de turistas e de habitantes é já um bocado arriscado, porque a isso temos que somar as pessoas que vêm cá de férias e os emigrantes - esses costumam visitar-nos anualmente.

Portanto, acho que o número de turistas deve ser inferior ao número de habitantes para podermos comportar todos estes outros, costumamos chamar intermitentes – ora estão, ora não estão – são pessoas com quem não podemos contar para números da população. Na minha opinião, e sem querer estar já aqui a definir, mas eu julgo que o número de turistas deveria ser para aí metade, quanto muito três quartos de população num sítio.

Se queremos ter mais turistas temos de ter mais população, temos de arranjar condições para ter pessoas que vivam aqui permanentemente todo o ano. É nossa ideia.

Duarte Cordeiro Neves - Porque para além deste número de lugares para hóspedes, que já é superior ao número de residentes, os empreendimentos turísticos de que temos conhecimento que estão para aprovação, numa estimativa nossa, seriam mais de 200 lugares, 200 hóspedes a mais dos que já são. Isso seria quase o dobro da população residente, da população fixa cá. Isso só pode trazer desequilíbrio.

Mónica Silva Goulart - Tinha aqui ficado por responder outra questão que é de haver investimento para a habitação, não foi essa a questão que nos tinham colocado?

Sei que São Roque tem um plano para habitação que foi apresentado à população, ainda ao longo deste ano, concentra principalmente o investimento na habitação na sede do Concelho. As freguesias periféricas do Concelho ficam de fora deste investimento na habitação. O presidente da Câmara - pronto, nós estamos a particularizar, é o que nós conhecemos aqui mais perto - na altura, referiu que face aos prazos apertados que têm para realizar esse investimento, o caminho mais fácil que tem neste momento, propriedades municipais ou mesmo imóveis municipais estão todos localizados na sede do Concelho de São Roque, na Vila de São Roque. As freguesias periféricas ficam completamente de fora, porque nós não temos património municipal nas freguesias periféricas do Concelho de São Roque. Nos restantes concelhos do arquipélago, sinceramente, desconheço se a situação é igual. Penso que havia uma última questão, mas eu sinceramente, não anotei.

Duarte Cordeiro Neves – Se o município se tinha pronunciado.

Mónica Silva Goulart – Esta petição foi submetida em primeiro lugar à Assembleia Regional, mas também a nossa intenção é levar este assunto à Assembleia Municipal, portanto, será um passo seguinte após a apresentação da petição à Assembleia Regional.

Rui Martins (CDS-PP) - Agradeço desde já também ao senhor Duarte Neves e à Mónica Goulart a vossa presença aqui e o facto de, obviamente, terem utilizado este instrumento de participação cívica que tem esse mérito de trazer à discussão política, e pública no fundo, esta temática.
Neste caso em particular parece-me que a abordagem que fazem desde logo no preâmbulo, no fundo daquilo que são os pontos que acham que merecem uma atenção particular, devo dizer que sim, efetivamente, quando referem que está em

avaliação o PEMTA, o tal Plano Estratégico de Marketing para o Turismo dos Açores, efetivamente, este Governo anunciou essa perspetiva, ou seja, de primeiro a ver este instrumento mais chapéu, por assim dizer, daquilo que no fundo deve ser o produto que devemos vender do ponto de vista turístico, estamos a falar da questão turística, porque é aquilo que acaba por competir hoje em dia mais, sobretudo nas questões da habitação e como bem referiram, têm sido as preocupações, no fundo, dos fluxos de população nas próprias freguesias. É aqui o que comete mais, tem a ver com os fluxos turísticos e por isso este instrumento acaba por ser um instrumento chapéu e depois sim aparece o POTRAA - isto em articulação com os PDM e com os POOC - os POOC também estão a ser revistos a nível regional, já foi revisto de São Jorge, foi agora também recentemente, o último foi o da ilha Terceira e obviamente, há outros que estão em preparação para depois poder haver a fase de discussão pública e a sua aprovação, nomeadamente o de São Miguel, que é bastante complexo e grande.

Depois os PDM também são uma obrigatoriedade, mas é uma obrigatoriedade cujo prazo até já foi prorrogado aqui na Assembleia, mas apenas por uma questão de que os municípios que não tiverem o seu PDM aprovado e em vigor, nem sequer se podem candidatar a fundos comunitários do próximo quadro europeu. E isso é, no fundo, grave que os municípios não tenham feito essas atualizações, mas, ao mesmo tempo, todos estes instrumentos são alvo de consulta pública e por isso nessa fase em que há consulta pública é importante que os cidadãos também se manifestem e que vão lá ver exatamente, sobretudo nas suas áreas de influência (ou de residência, ou aquela em que tenham particular interesse) que vão lá e que se manifestem relativamente àquilo que são os detalhes que considerem não ir ao encontro daquilo que são, digamos, os vossos desejos e, eventualmente, o sentido de uma população.

No seguimento das perguntas que nos foram colocadas e também aquilo que é dito, tenho algumas dúvidas ou questões, por exemplo, esta questão do equilíbrio

entre residentes e turistas e quando dizem, por exemplo, que o POTRAA poderia prever um rácio população por freguesia, em vez de ser, por exemplo, por ilha. Uma das perguntas que me vem logo à cabeça é, por exemplo, penso na aldeia da Cuada, aldeia da Cuada, tinha um residente

E tinha vinte habitações, ou seja, o que é que faríamos, deixávamos as ruínas e reabilitava-se uma casa é que neste momento temos um empreendimento turístico de qualidade, diferenciado, que julgo que vai ao encontro daquilo que os Açores devem procurar do ponto de vista turístico, que é um mercado *premium*, ou seja, em que, na verdade há menos pressão, maior retorno económico. E no fundo pensar nisto, ou seja, se por exemplo, e indo ao caso concreto de Santo Amaro do Pico: se Santo Amaro do Pico perde população não é certamente porque os turistas estão a comprar casas, deve ser porque eventualmente não é tão atrativo para quem trabalha em São Roque e não quer viver em Santo Amaro, diria eu, assim de repente, porque não podemos forçar as pessoas a ir viver para… Eu adoro Santo Amaro, atenção, conheço Santo Amaro, acho que é um sítio belíssimo, não é essa a questão, não é dizer que Santo Amaro não é uma belíssima freguesia, até pelo contrário, mas a realidade é às vezes também temos que ver que não podemos obrigar as pessoas a viver para onde não querem.

E depois a questão do alojamento local é pertinente e parece-me que é algo que deve merecer um olhar atento por parte do poder político e dos responsáveis, mas, por exemplo, também devo referir que o alojamento local é de licenciamento municipal, ou seja, é o município que atribui as licenças, não é o Governo Regional, por assim dizer. Apesar de achar que aí há muito a fazer na questão do alojamento local, porque, por exemplo, o facto de às vezes estarmos a promover ou de haver autorizações para alojamento local de baixa qualidade, estamos a atrair um público também não é *premium*, ou seja, estamos a fazer se calhar um turismo de massas e aí, efetivamente, tenho que concordar que tem que haver esse equilíbrio, mas não é um equilíbrio dizer por dizer, ora, se nós somos 250.000, só

podemos receber 250.000 turistas, porque se houver esse equilíbrio e isso, não faz assim muito sentido. Parece-me que a aposta tem que ser efetivamente na qualidade, mas esse tipo de rácio tenho alguma dificuldade. Por exemplo, eu vejo outras, agora lembrei-me de outro das Flores, por exemplo, a Caveira, ou seja, são aldeias, são freguesias que têm imensas ruínas. E nós também temos, aqui no triângulo, eu vivo no Faial, e gostava eu que essas ruínas fossem reabilitadas. O que acontece é que, se houver esse limite, havendo um esvaziamento, que tem havido, natural destas freguesias, se dissermos que vocês dizem na vossa petição que as propriedades estão a passar da posse da Região Autónoma dos Açores para estrangeiros. Estão a dizer o quê? Que o Governo Regional está a vender a estrangeiros ou estão a falar de residentes? De pessoas com residência fiscal nos Açores? Porque são duas coisas diferentes: a Região Autónoma dos Açores enquanto entidade estaremos a falar do Governo; se estivermos a falar de privados que vivem nos Açores e que têm residência fiscal nos Açores é outra coisa. E aí também é se calhar o engano que as próprias pessoas acham que vão enriquecer ou vender uma propriedade, porque ganharam agora 400.000 EUR e acham que já não vão ter que trabalhar o resto da vida. O que é mentira, porque muito provavelmente vão trabalhar depois para quem adquiriu aquilo, porque daqui a uns anos esse dinheiro já não têm o mesmo valor, não é?

Eu percebo eventualmente qual é que é a vossa pretensão, mas não me parece que também seja este o caminho e acho que também é preciso aqui distinguir alguns aspetos, nomeadamente as responsabilidades das várias esferas de responsabilidade. Como disse, os PDM, os municípios têm essa responsabilidade no Alojamento Local - é licenciamento municipal. Depois, a questão dos rácios. Parece-me que é um bocadinho desajustado. Por outro lado, também perguntar o que é que, quando dizem esta questão dos bens de consumo ou bens de primeira necessidade, até, ou misto, os víveres e aquilo que são o mercado local, em que medida é que esse mercado local também se prepara para esse aumento da

procura? Mas grosso modo, gostaria de saber a vossa opinião nisto, ou seja, que clarificassem alguns aspetos dos que vos coloquei e em que medida é que também têm estado atentos à consulta pública do PEMTA, neste caso, do PDM de São Roque, e se têm feito alguma intervenção nesse sentido?

Duarte Cordeiro Neves - Se calhar começo por falar na questão da fixação e das casas disponíveis. A verdade é que ia-se surpreender com o número de pessoas que vêm cá uma semana e que compram um terreno para fazer casa, a quantidade de pessoas e de casas que são construídas só para férias e possivelmente para alugar. Há muitas casas fechadas em Santo Amaro e também há muita gente a querer viver cá. Apesar de ser uma freguesia pequena e periférica, há efetivamente muita gente a querer viver cá e a querer fixar-se cá e a querer fazer coisas cá. Não é mesmo fácil essa fixação, visto que a maior parte das casas até as que já foram de renda ao mês, são agora de renda ao dia. Posso falar até do meu caso em específico: eu sou de Santo Amaro e isso não tem nada a ver, pode ser uma pessoa de qualquer sítio, mas por acaso, a minha família até está aqui há muito tempo. E eu estive à procura de uma casa para alugar na minha freguesia, o que seria fácil porque conheço toda a gente e conheço as casas todas e não foi mesmo nada fácil e sei de casos de muita gente de fora que ainda é mais difícil para se fixar cá e que acabam por sair de Santo Amaro porque não conseguem casa, muito menos comprar terreno porque isso é só para o mercado exterior. Não há ninguém daqui ou nenhum jovem em princípio de vida, com um ordenado mínimo que possa sequer equacionar adquirir propriedade aqui.
Em relação ao rácio entre habitantes e hóspedes, isso também é muito relativo, a aldeia da Cuada não é uma freguesia, pertence ou à Fajã Grande ou à Fajãzinha. Também aqui, por exemplo, onde estamos agora, a Terra Alta, também se fosse para isolar a Terra Alta, tem 30 habitantes, e só aqui, o empreendimento mais abaixo, o Lava Homens, tem quase o dobro de lugares, portanto, isso seria por

freguesia, os limites legais da freguesia.

Mónica Silva Goulart - Relativamente à questão de Santo Amaro não ser atrativo não é isso que temos verificado. Temos conhecimento de pelo menos uma dúzia de pessoas que agora recentemente tentaram alugar casa ou tentaram comprar para viver em Santo Amaro, pessoas de cá, como nós, que temos os rendimentos portugueses, e não conseguiram, tiveram de ir procurar noutro sítio. Não sei se conseguiram noutro sítio, mas o certo é que não está fácil, não só aqui em Santo Amaro, como também noutros sítios.

Relativamente à questão da propriedade passar para estrangeiros: esse ponto consta na nossa petição porque do conhecimento que temos, sabemos que há aqui alguns estrangeiros que são residentes, principalmente noutras freguesias, não é bem o caso Santo Amaro, mas temos aqui imensos casos de estrangeiros que têm cá apenas casas de férias, portanto não são residentes, vêm cá comprar, alguns aparecem cá e nós até acabamos por saber eles quem são, mas a verdade é que já temos vários casos de estrangeiros que compram, vendem e nós não sabemos quem são. Há aqui casos de imóveis que foram vendidos uma primeira vez por locais já foram comprados depois numa segunda vez, por estrangeiros e já vamos aqui em alguns casos particulares em que já vão na segunda ou na terceira venda, tudo entre estrangeiros e nós não sabemos quem são. Não sei se tem conhecimento disto se estar a passar também noutras zonas do Açores…

Portanto, para além de todos estas preocupações que indicamos, temos esta questão que é: há freguesias e há sítios que neste caso estão a servir exclusivamente para investimento, ou seja, servem de banco porque são zonas que estão a valorizar imensamente e há casas que ainda às vezes estão em construção, ainda não estão terminadas e já foram vendidas duas vezes por pessoas que nem sequer puseram cá os pés, nem nós sabemos quem são e não são portugueses.

A questão dos PDM: estamos sempre nessa esperança de que sejam alterados, porque nós andamos aqui, por exemplo, o PDM de São Roque é o primeiro dos

Açores, data de 2000; a cartografia está completamente ultrapassada. Isto é insustentável de uma pessoa se dirigir ao município para se informar sobre a sua propriedade em contexto territorial e a Câmara Municipal não ter meios técnicos para poder informar, de estar constantemente a sobrecarregar a Direção Regional do Ordenamento do Território para saber o que é que se pode fazer, numa resposta que podia ser dada numa Câmara Municipal. Os municípios andam a arrastar, isso era para ser até ao final deste ano, já não é, acho que era urgente que alguém alertasse os municípios que isto não se pode arrastar mais.

A questão do mercado local preparar-se: temos que ter em conta que a rutura de stocks às vezes acontece, não é só numa freguesia nem num concelho, às vezes há situações em que o abastecimento que vem do continente, porque nós, infelizmente, somos uma região que deixámos de produzir, deixámos de ser a autossustentável, portanto, praticamente os víveres e matérias que se vendem vêm praticamente tudo de fora, ou seja, às vezes nem sequer os fornecedores externos à região conseguem dar resposta à procura que nós temos aqui. Não sou eu que estou a dizer, são pessoas que nos falaram sobre isto e que estão no meio comercial, no dia a dia dos comércios. Acho que este desequilíbrio também se verifica nesta parte e claro que nos mercados mais pequenos, dimensionam o seu stock relativamente àquilo que sentem, por exemplo, estão com a porta aberta o ano todo e claro que não vão fazer um stock cem vezes maior por causa do mês de agosto ou porque às vezes poderá ser inviável ou porque os próprios fornecedores nem sequer conseguir fornecer esse stock. Tanto quanto sabemos, são as informações que temos.

No uso do direito de réplica, o deputado Rui Martins, disse agradecer as clarificações, relativamente à questão das vendas, por um lado, não se saber quem compra, eu acho que percebo o que é que pretende dizer com isso, mas a realidade é que a maior parte das transações eu não sei quem é que compra ou vende e pronto, acho que tem que haver aqui também algum direito de reserva. Não tem

que ser publicitado se comprei ou se vendi a não ser nas instâncias próprias, aquilo que tiver obrigatoriedade de comunicação, por exemplo, a vizinhos, porque têm direito de preferência, esse direito ou dever, deve ser um dever cumprido e é um direito que os vizinhos, por exemplo, têm de poder saber que está à venda e poder igualar até o preço, mas isso são regras que já existem.

Depois eu não percebo, acham que era possível o Governo impor a quem é que um proprietário pode vender? Ou seja, quem é que está a vender? Numa fase inicial foram as pessoas da terra, da freguesia. Vamos dizer que não podem vender, só podem vender a pessoas da terra? Parece-me algo que vai contra tudo aquilo que é a liberdade das pessoas poderem transacionar os seus bens e de venderem a quem acharem que devem vender. Parece-me uma medida difícil, ou seja, nem sequer a consigo conceptualizar, mas, no fundo, se conseguir aí ajudar, agradeço. De resto, concordo que, sem dúvida, a questão dos PDM é algo que é urgente e acho que essa pressão deve ser feita também junto dos municípios, junto dos órgãos de poder local, seja o Presidente da Câmara, as Assembleias Municipais, para a urgência e premência de ter um novo PDM. Por outro lado, também pressionar na questão do Alojamento Local uma vez que o licenciamento é municipal e até instar os próprios municípios a terem uma carta de Alojamento Local que permita, por exemplo, que numa zona não se façam um alojamento... as questões não são tão simples assim, porque também não há o direito do município impedir que alguém faça um Alojamento Local, que alguém peça essa licença, não pode ser absolutamente discricionário, mas pelo menos pode ter um rumo, ou seja, não posso dizer que o cidadão A pode ter um alojamento local e o cidadão B não pode ter. O município não tem propriamente ao seu dispor esse tipo de instrumento, mas pode-se tentar adequar aquilo que é a oferta e, por exemplo, um anexo não deveria ter qualquer tipo de autorização para esse sentido. Porquê? Porque até desprestigia o próprio destino, a própria região enquanto destino turístico e a Marca Açores. Se consideramos que somos um destino *premium* e

que devemos cobrar por isso, para mim, é a única forma de conseguirmos reduzir efetivamente a pressão turística: virem menos pessoas que possam gastar mais e que isso, por sua vez, possa também ser uma maior fonte de rendimento com menor pressão. Por outro lado, também há outra coisa que quando falam, parece-me importante, tem a ver com o desaparecimento de alguns ofícios e basicamente estar-se a canalizar toda a mão-de-obra para turismo e ainda por cima não é propriamente um trabalho muito bem remunerado. Isso tem a ver exatamente com a própria qualificação do turismo, se nós tivermos um produto *premium*, podemos receber mais e obviamente vamos querer pessoas qualificadas, não pode ser uma pessoa que passa metade do ano na pesca e metade do ano no restaurante, porque essa pessoa muito provavelmente não vai entregar o tipo de serviço que um cliente *premium* esteja à espera. Isto sem desmerecer qualquer uma das profissões, que são as duas dignas (como qualquer trabalho). Estava a falar nisto na perspetiva regional em que, infelizmente, na pesca normalmente parece que vai para lá quem não serve para mais nada, o que é errado. É uma perspetiva errada, porque é um trabalho muito laborioso e necessário, é um setor extrativo e que além disso perigoso, tem um de perigosidade elevado e que isso deveria merecer essa qualificação. Por outro lado, o turismo é a mesma coisa, não é uma pessoa que não tem as devidas competências, seja de linguísticas, seja profissional, de conhecimento do ramo, não deve estar no ramo, está a desprestigiar o ramo, mas aqui já estou um bocadinho devaneio, no fundo e peço desculpa, senhor Presidente. Agradeço a latitude, mas no fundo era mais para focar naquilo que foi a vossa questão relativamente a estas transações comerciais e se vêm que o Governo pudesse impor aqui alguma restrição a quem é que as pessoas vão vender.

Duarte Cordeiro Neves - Começo por falar nesse ponto das vendas. Efetivamente é muito difícil, não é impossível, mas é muito difícil limitar as vendas ou definir

um preço limite ou o que seja. A nossa ideia não é necessariamente criar limites à venda. A questão é se houvesse um incentivo maior à utilização dos nossos terrenos, se houvesse um incentivo maior à produção, se houvesse um incentivo maior à fixação, se calhar, muitas dessas pessoas que vêm como escape a venda desses terrenos, se calhar não veriam assim, se calhar queriam manter os terrenos para investir, para produzir, para fazer qualquer coisa aqui. Como é a saída melhor que existe neste momento, efetivamente está-se a vender as propriedades, se calhar tem a ver mais com o que vem de trás e não exatamente com a regulamentação das vendas.

Mónica Silva Goulart – Relativamente ao que os municípios podem fazer em termos de mercado: estamos no mercado livre que tem as suas vantagens e as suas desvantagens, como estamos a ver. No nosso caso, o mercado ganha, mas a população residente perde ou quem quer cá viver perde e uma coisa que se está a constatar é quem quer viver nos Açores ou, por exemplo, neste caso particularizando neste momento, quem não quer viver em Santo Amaro compra propriedade em Santo Amaro ou compra casa em Santo Amaro, friso isto quem não quer viver faz isto, e quem quer viver em Santo Amaro, quem quer fazer aqui a sua vida não consegue nem comprar casa nem comprar terreno.

Isto assim traduzido por uma frase chave, isto é o que está a acontecer neste momento, claro, neste momento estamos a sair, a privar para habitação, que é também o problema do momento. O que é que os municípios podem fazer? Algumas ferramentas que nós sabemos, por exemplo, no continente e aqui os Açores, penso que também já se calhar nos municípios maiores em São Miguel, se calhar já são definidas áreas de reabilitação urbana, são definidas pelos municípios onde são estabelecidos uma série de benefícios fiscais para o caso de habitação permanente.

Acho que isso seria, por exemplo, uma das soluções que poderiam ajudar a (por freguesia) definirem-se áreas e serem os próprios municípios a incentivar à

habitação através da reabilitação, reconstrução de edifícios existentes e depois também sendo para habitação permanente, terem benefícios fiscais. Também temos aqui, já que estamos aqui a falar nisto dos municípios, um problema grave, que é aqui em Santo Amaro, à cerca de uns três ou quatro anos mais ou menos até 2015/2016, toda a ascensão do Alojamento Local e empreendimentos turísticos desenvolveu-se principalmente à custa de reabilitação e reconstrução de ruínas e de edifícios existentes. Agora nós entramos numa nova fase em que estão em aprovação estes duzentos hóspedes que Duarte falou há pouco, a maior parte deles são para novos empreendimentos turísticos, alguns deles são *resorts*, e são construções novas que se vêm implantar no meio de uma paisagem consolidada quer edificada, quer uma paisagem natural ou rural consolidada em que, cuja preocupação da sua integração paisagística e arquitetónica é questionável. Nós sabemos que neste campo quem tem responsabilidade de aprovação são os municípios, mas também, alertamos que, sendo empreendimentos turísticos, também tem que aparecer da Direção Regional de Turismo e julgamos que tem que haver algum cuidado na perceção em que territórios e em que contexto é que estes edifícios foram implantados. Eu tinha preparado aqui algumas imagens de algo para mostrar (alguns casos), mas julgo que não são percetíveis de mostrar aqui, portanto, eu se mostrar, acho que não conseguem ver. Por exemplo, temos aqui uma situação de umas casas de madeira que estão implantadas no meio de uma população com elevado número de construções tradicionais. Temos aqui outro caso de construções completamente diferentes e que não se enquadram na envolvente. Teria aqui outra imagem, mas pronto também só se eu pudesse partilhar o ecrã, mas não sei se conseguiram ver alguma coisa.

Presidente da Comissão – Conseguimos ver e se quiser pode-nos enviar a fotografia em formato digital que eu farei distribuir pela Comissão, se assim entender. E mesmo para anexar também

ao próprio relatório da petição.

Mónica Silva Goulart - Como estava a dizer, julgamos que tem que haver cuidado neste na autorização destas novas construções que se estão a propor. Aqui, no nosso ponto de vista, nós estamos a falar só no âmbito paisagístico e arquitetónico, mas se quisermos ser mais transversais, temos também a questão da nossa identidade cultural, nós estamos a assistir a todo este fenómeno como eu estou a dizer esta ascensão, principalmente desde 2014/2015. Se quiser falar sobre os impactos na nossa comunidade local, nós temos uma filarmónica que não teve mais elementos por causa disso, ou seja, vem muita gente visitar-nos, mas o que é certo é que nós cá somos sempre os mesmos e a nossa filarmónica continua a perder músicos e não é por falta de vontade de tocar. Temos a nossa igreja, temos as festas paroquiais, quem alimenta esta nossa identidade cultural são as pessoas que já estão todo o ano e que estão cada vez a decrescerem menos. Temos grupos de cantares, temos atividades que desenvolvemos e o que vemos é que não conseguimos ter pessoas que se fixem aqui para alimentar esta nossa identidade, ou seja, sermos mais e podermos prolongar isto para o futuro. Esta questão da identidade cultural e da nossa comunidade, estou a especificar, mas realmente é para verem que esta situação não está a favorecer, por exemplo, só passando isto para um pouco dizer, nós cá em Santo Amaro é impossível falarmos sobre o impacto da construção naval que teve, mas só para vos dar um exemplo: a construção naval foi uma atividade industrial indiscutível, com um impacto enorme quer em Santo Amaro, quer na ilha e também nos Açores, mas só para verem, à custa da construção naval fixaram-se aqui bastantes famílias em Santo Amaro. Vieram de outras freguesias, vieram de outras ilhas e fixaram-se aqui, viviam aqui. E o comércio local, quer aqui da freguesia, quer de outras zonas da ilha, portanto, isto gerava um movimento enorme. Nós com o turismo, não estamos a assistir a isto. É uma indústria, mas não está a permitir que a pessoas

que cá vivem ou até trabalhem no turismo se fixem aqui. Temos aqui o caso de empreendimentos maiores, tipo o Lava Homes, em imensa dificuldade em arranjar funcionários, porque nós aqui em Santo Amaro, já não temos pessoal que consiga abastecer a mão-de-obra do Lava Homes, e eles têm imensa dificuldade em ir buscar pessoas funcionárias a outras freguesias, porque é-lhes mais vantajoso ficarem aqui em Santo Amaro a viver enquanto trabalhassem, mas não conseguem. Nós somos uma ilha grande, fazendo as contas, as deslocações, eles acabam por dizer, "Olha, tenho muita pena, gostava muito, mas não me compensa".

Para termos turismo, temos que ter aqui residentes quer para trabalhar no turismo, quer para manter a nossa Comunidade, e isso tem que estar em equilíbrio, percebem? São só exemplos que estamos aqui a dar.

Duarte Cordeiro Neves - E só voltando aqui um bocadinho ao que a Mónica estava a dizer dos *resorts* e que põe em causa a nossa identidade cultural, não é só a parte estética, não é só paisagem, é efetivamente essa questão de estarem voltados para dentro. Este e os novos que se querem construir são bolhas, são edifícios voltados para dentro, com uma piscina no meio. Há um que está projetado aqui, muito perto de onde estamos, tem uma mercearia. Portanto, é voltado para dentro. E mesmo a nível financeiro, o dinheiro entra, roda e vai para fora outra vez. O que vai contra os AL, há uma integração com a comunidade, há um contato com a comunidade, há um contato com anfitrião e muitas vezes é muito bom esse tipo de viagem que se deve fomentar. Agora estes novos *resorts* é o contrário, cria-se uma bolha com um funcionamento muito diferente do que é o nosso funcionamento tradicional e da nossa maneira de estar tradicional e que até os funcionários desses empreendimentos acabam por viver também nessa bolha e acabam por se afastar um bocado do que é a nossa comunidade e a nossa forma de estar tradicional.

Marco Costa (PSD) - As minhas primeiras palavras vão para os peticionários a reconhecer a sua preocupação. São muitos oitocentos e tal peticionários, acho eu e, portanto, é uma marca de atitude cívica, de participação, de reflexão e, portanto, em primeiro lugar, palavra de respeito e de compreensão por este ato de reflexão sobre esta temática do turismo, dos seus fluxos, dos seus impactos, das suas valias e das preocupações perante os instrumentos de gestão, alguns aqui mencionados e que depois irei abordar a seguir.

Eu, em primeiro lugar, queria deixar aqui uma palavra saindo um pouco do objeto, mas que tem que ser para a Mónica. A arquiteta Monica é um quadro de alta responsabilidade no gabinete da paisagem da vinha da ilha do Pico, na aplicação de um importante instrumento que já está em vigor desde 2006 e que teve revisão em 2014, que é o Decreto Regulamentar que permite termos o ordenamento da paisagem da vinha e todas as construções. E se hoje o Pico tem a imagem que tem, ligada à sua arquitetura, os seus empreendimentos, e a forma como temos conseguido ter um equilíbrio na construção artesanal, digamos assim, tradicional e o surgimento de alguns equipamentos nestas áreas, em muito se deve também ao trabalho dela e a todos os que têm acompanhado. E com isto, ela é sábia naquilo que são as dificuldades em enquadrar o desenvolvimento em zonas que têm regulamentos apertados, ligados à urbanização e construção e, portanto, compreendendo e estando de acordo com ela em muitos assuntos, outros talvez nem tanto, mas não deixo de reconhecer que é muito importante este trabalho que tem sido desempenhado ao longo dos anos nesta área protegida. Ela reflete hoje aqui aquilo que são as suas preocupações também e as preocupações que têm sido tidas ao longo do tempo, mas que eu acho que têm obtido bons resultados e que o Pico tem uma palavra forte a dizer naquilo que é o produto que os Açores vendem nesta altura e na forma como recebem quem nos visita, resultado de todo esse esforço. Nem sempre é possível impor regras perante um investidor, mas em muitas situações, tem sido possível limar a opiniões ou posições e construir algo

que tem sido a mais-valia de algumas ilhas ou, digamos, de todas.

Gostava também de vincar uma questão, acho que as pessoas de Santo Amaro têm sido sábias ao longo de várias gerações em se ajustar a áreas que têm acrescentado valor. Já foi aqui mencionada a questão da construção naval, que teve muita implantação, ainda ligada à baleação. Foi ligada ao ciclo do atum, principal estaleiro de construção naval dos Açores. Numa outra fase seguinte na reconstrução, talvez menor escala do património baleeiro e nesta altura a Santo Amaro adaptou-se, digamos assim, a um modelo de turismo sustentável. É a leitura que eu gosto de afirmar, é a leitura que faço nesta altura. Eu diria que Santo Amaro talvez é a freguesia dos Açores mais reconstruída. É facto que tem muito menos habitantes do que já teve, mas é um gosto circular pelas ruas de Santo Amaro sejam elas mais ou menos labirinto ou mais ou menos tradicionais, e ver que praticamente tudo está reconstruído. Isso é graças também às pessoas de Santo Amaro, elas não estiveram ausentes deste processo e, portanto, aqui lanço primeira questão. De entre os peticionários, se existem muitos ou poucos empresários ligados ao turismo. E se existem muitos ou poucos, pelo menos para a leitura que possam fazer, vendedores ou não de equipamentos tradicionais, ruínas, ou equipamentos turísticos construídos. E se, entre os peticionários existem compradores, vendedores e empresários. Porque acho que é importante esta informação.

Terceira questão, se entre os peticionários existem também pessoas que são ou não de Santo Amaro e que optaram por adquirir propriedades e que hoje são empresários em frente ao mar, mesmo sendo do exterior, talvez pouco definido como foi aqui, mas foi já tido na nossa a abordagem.

É verdade que uma das questões lançadas são as alternativas económicas e a abordagem e acho que esse é o ponto que estávamos aqui, queremos todos essas alternativas, mas até aqui, nesta abordagem ainda não foi tido uma leitura muito clara. O facto é que as pessoas de Santo Amaro se tiveram a sabedoria de passar

da construção naval da baleação ao atum e aos atuneiros, também é legítimo que se faça ou não a abordagem se agora não estão a ter a sabedoria de valorizar muito o que são os seus territórios e as suas construções ou as suas ruínas, mas é uma questão que lanço, não é uma afirmação, mas é legítimo, acho eu, que se faça essa abordagem.

Que eu saiba, não existem ainda equipamentos… o Pico continua a ter se calhar os mesmos hotéis em termos de equipamentos, volumetria que possam chocar do que tinha há vinte anos. No caso em concreto do Pico, podemos ter outra leitura, noutros territórios, mas, no caso do Pico, é um facto, temos equipamentos que podem ter essa categoria, mas mesmo esses não estão com uma densidade: camas por metro quadrado ou em termos de volumetria que não sejam enquadrados na paisagem.

Também já foi aqui abordada a questão do número da mão-de-obra disponível. Eu questionava se acham ou não que com a criação de postos de trabalho ligados ao turismo pode vir no futuro a ser uma forma de fixar pessoas nos territórios, porque é um facto, se criam postos de trabalho e se eles são a enquadrados nas atividades existentes e que podem criar riqueza para a formação, se acham ou não importante que se crie postos de trabalho que no futuro vão levar à fixação de pessoas ou não.

Uma observação final que já foi aqui referido, não quero voltar a brincar, mas é uma questão sobre os instrumentos que são sugeridos, a sua revisão, nomeadamente os PDM, e a informação que temos, é que todos os PDM da região estão a revisão, o que está mais próximo da sua conclusão é o do Corvo e, portanto, isto é uma janela de oportunidade a que também os peticionários e que a sua interpretação do que do que defendem possam defender os vários municípios da região, a incorporação dessa informação. Oficialmente, todos estão em revisão neste momento. Só estando perto da conclusão e publicação do Corvo, e se alguém puder corrigir, mas acho que essa informação correta também já foi aqui referida

pelo colega há pouco sobre os POOC que São Jorge e Terceira estão concluídos. Os últimos serem a primeira geração, digamos assim, foram os do Pico e do Faial, em 2011. E, portanto, é natural que estejam próximos de lançar a sua revisão, estando neste momento em revisão os das Flores, do Corvo, de Santa Maria, da Graciosa. E, portanto, nesta fase era a abordagem que eu deixava.
Duarte Cordeiro Neves - Relativamente à primeira pergunta, não sei até que ponto é que é necessário, e até porque não sabemos qual é a situação das 800 pessoas que assinaram, mas fazendo um resumo breve do que é o nosso grupo, do grupo que redigiu o texto da petição, são na sua maioria Santa Amarenses. Temos algumas pessoas residentes em Santo Amaro, pessoas que não são de cá, mas que encontraram casa aqui e que vivem cá e que participam na comunidade, que trabalham cá e que fazem um esforço grande por se manter cá. Em relação a compradores, posso falar de mim, acabei de comprar um terreno com uma ruína. O meu caso, a tradição de passar a propriedade de geração em geração quebrou-se um bocadinho exatamente por causa da apelabilidade dos preços e da especulação. E para me manter na freguesia decidi comprar um terreno que, apesar de ser um preço que para a maioria dos terrenos que estão a ser comprados aqui, é irrisório para mim, é um grande peso.
Empresários fora do ramo do turismo, temos alguns também a residir na freguesia com o negócio aberto na freguesia no qual eu trabalho. No campo do turismo é a Mónica (empresária turística). Não sei se queres acrescentar uma coisa…

Mónica Silva Goulart - Esta petição não é uma petição das pessoas de Santo Amaro. É uma petição do âmbito regional. E nós também não conhecemos todas as pessoas que assinaram a petição.
O que é certo é que quem assinou identificou-se com as situações que lá estão descritas. E, posso dizer que, se calhar, a maior parte delas talvez conheçam Santo Amaro, mas o que é certo é que certamente algumas delas nem conhecem Santo

Amaro, mas identificam esses problemas como sendo problemas transversais à nossa região e se quiserem extrapolar, já não é um problema, nossa região, o nosso país está com o mesmo problema, e que sabendo que também há outros sítios europeus que também se estão a confrontar com situações semelhantes. Só não gostaríamos, era que chegássemos aos extremos de ser casos de estudo, onde o turismo pura e simplesmente destruiu, quer paisagens, quer populações e comunidades locais. Não queríamos chegar a esse ponto.

Agora se tem muitos peticionários de Santo Amaro, nós sinceramente não os contabilizámos, sabemos que tem lá muitos. Sabemos que se calhar podemos não ter mais, porque pronto Santo Amaro também têm população um pouco envelhecida e, se calhar não tem acesso a estes meios tecnológicos para aceder a este tipo de ferramenta. Mas o que é certo é que muita gente teve conhecimento, até alguns, por motivos errados, confrontavam-nos e diziam "Porque vocês não querem que construam mais, não querem que façam mais turismo". Eu disse, "Atenção, senhores, a nossa ideia não é essa", e nós lá explicávamos, ou seja, houve pessoas que foram confrontadas com a petição, tiveram uma ideia errada e nós depois acabámos por explicar. São pessoas que, como eu estava a explicar, acabam por às vezes não ter acesso aos meios tecnológicos para avançar, para assinar uma petição online, que foi o caso desta.

Quanto à criação de postos de trabalho no turismo: nós sabemos que para haver turismo, tem que haver postos de trabalho, isso é inquestionável, porque alguém tem que manter os postos de turismo. O ideal seria que houvesse o turismo, que houvesse os postos de trabalho e que as pessoas pudessem viver no sítio, ou relativamente perto do sítio onde trabalham. E nós sabemos, há casos aqui na ilha de está a ser importada neste momento muita mão-de-obra externa à nossa região, vêm trabalhadores de Cabo Verde, vêm trabalhadores do Paquistão, vêm trabalhadores da Roménia, da Ucrânia. Temos aqui já disso tudo. E os senhores talvez também estejam a par. Eles não conseguem arranjar casa para viverem aqui,

estão neste momento a viver em casas com pouquíssimas condições e sobrelotadas de gente, e temos também questionar se é isto que nós, se queremos ter um turismo à custa disto que se está a passar.

Relativamente aos hotéis, à hotelaria tradicional, os hotéis que tínhamos há vinte anos, como dizia o senhor deputado Marco Costa, são os que temos hoje em dia. E eu também recordo-me que há vinte anos, quando isto começou, aparecia um turistas nas freguesias, perguntavam se havia um sítio para ficar, porque os alojamentos, os hotéis que existiam era nas sedes de Concelho, mas claro que o Pico desenvolveu-se com esta força e com esta dinâmica, porque somos uma ilha profundamente rural, muito grande e muito dispersa e aquilo que nós temos para oferecer e aquilo que mais apela a quem nos visita não são propriamente as vilas, o que apela a quem nos visita é a nossa paisagem e, principalmente a nossa paisagem rural, das nossas freguesias rurais. Exatamente por isso, nós temos a nossa hotelaria tradicional e que já está com bastante idade, continua e é a mesma que temos há vinte anos na sede dos Conselhos e agora pretende-se alastrar para as freguesias, para as periferias, mas temos que ter algum cuidado como eu estava a dizer, nós não somos paisagens urbanas, como as freguesias. Temos que ter algum cuidado em como é que vamos entrar nestas comunidades mais pequenas e nestas paisagens edificadas muito particulares.

No direito de réplica o deputado Marco Costa, gostava de agradecer novamente cada momento destes. Aprendemos sempre mais e foi muito importante esta reflexão. Não tenho, pelo menos nesta fase, muito mais questões, mas acho que a existência de territórios com a desenvolvimento equilibrado e exploração dos seus potenciais de forma equilibrada, a leitura que tenho é que podem vir a criar emprego de qualidade proporcionando qualidade de vida a esses mesmos funcionários. Acho que também houve aqui um exemplo quando foi referido o esgotar dos estabelecimentos comerciais local, levanta a questão de surgirem

outros ou daqueles terem outra dimensão que é sinal que a procura é elevada e não estamos a falar este contexto da criação de uma grande superfície, se calhar estamos a falar do surgimento de outras mercearias tradicionais, como também Santo Amaro é exemplo que deu esse passo em frente, houve um empresário que teve essa habilidade e criou uma mercearia tradicional, que está ao lado da população.

Mónica Silva Goulart - Relativamente aqui a questão da hotelaria e do que se está a prever, nós temos aqui a informação de que entre 2022 e 2023, para a Freguesia de Santo Amaro, estão em análise ou em fase de aprovação, 21.615m² de área de construção. Não sei se posso repetir valor, porque é impressionante: 21615m² de área de construção. Se nós formos dividir isto em casas de 100m² que já são, por exemplo, dois T2 - um T2 generoso - estamos a falar em 216 habitações, para uma freguesia que tem 220/230 pessoas. Neste momento, na Câmara de São Roque, entre 2022-2023, temos toda esta área de construção, em licenciamento ou em vias de apreciação. E o mais grave é que isto não é para habitação de pessoas residentes ou que venham para cá fixar-se. Esta grande parte desta área de construção refere-se a empreendimentos turísticos e a segundas habitações. Este é um dado interessante que julgo que dá para refletir sobre a pressão a que estamos sujeitos aqui e sabendo que certamente não é para virem para cá mais pessoas fortalecer quer a nossa população, quer a nossa comunidade, quer a nossa força em termos de população ativa, com perspetivas de futuro, não é?
António Lima (BE) - Começo também por saudar os peticionários, senhor Duarte Neves e Mónica Goulart, e agradecer a vossa presença e a petição, naturalmente exercício desse direito, os alertas que deixam na petição e a visão geral que ela representa e, naturalmente, também o exercício desse direito cívico que é importante.
Já referiram não só na vossa apresentação inicial mas também ao longo das

respostas que foram dando às diversas intervenções dos meus colegas, um conjunto de informações que retratam bastante bem o exemplo da freguesia de Santo Amaro e que, de certa forma, também em alguns aspetos é possível extrapolar para a região em aspetos variáveis, ou seja, não em todos, mas em alguns e aquilo que efetivamente o retrato que deixam na petição e nas vossas intervenções é um retrato de uma crescente turistificação da freguesia onde efetivamente as condições para quem visita à freguesia são ótimas, cada vez melhores, mas as condições para quem vive ou quer viver na freguesia vão se degradando, principalmente ao nível do acesso à habitação que, sendo um problema neste momento transversal ao país, ele tem em parte causas que derivam efetivamente da procura por imóveis, seja para a sua conversão em serviços, ou seja, alojamento turístico, seja numa lógica de mera especulação, mera investimento, especulação imobiliária, em que os imóveis são ativo onde empresas fundos, e até pessoas podem investir, o que é naturalmente legítimo, mas há outro direito que é ainda mais legítimo e constitucionalmente protegido que é o direito à habitação e aí cabe ao Estado ponderar estes direitos e, na nossa opinião, não pode de modo algum deixar de colocar, em primeiro lugar, o direito à dignidade humana, que é ter um teto onde morar de forma condigna, e esse deve ser o direito que deve ser em primeiro lugar, salvaguardado pelo Estado e, nesse caso, na região, com os instrumentos que têm ao seu dispor, que não são os mesmos que têm o Estado porque há aqui matérias que são da competência do Governo e da Assembleia da República, mas há aspetos que pode efetivamente intervir na região. Nesse nível, gostaria de dizer também que a questão da revisão do plano de ordenamento turístico é um instrumento essencial nessa intervenção da região, no sentido, por um lado, ordenar e tornar irregular a atividade e o crescimento da atividade turística, nomeadamente no que diz respeito ao número de camas, que é aquele que tem mais impacto naquilo que estamos a tratar, fazendo com que este setor, que o seu desenvolvimento - e falaria mais em

desenvolvimento do que crescimento, que não é exatamente a mesma coisa – seja feito de forma mais harmoniosa possível com as populações locais e não se coloque em primeiro lugar o mero crescimento e o interesse económico que é legítimo, mas que tem em muitos aspetos consequências negativas, não se coloca esse interesse económico sempre à frente de outros valores que tem de ser ponderados, nomeadamente o direito habitação, mas também própria sustentabilidade desse mesmo crescimento ao nível do número de camas e o número de turistas que nos visitam. Efetivamente está neste momento em análise aqui na Comissão de Economia, um projeto de resolução do Bloco de Esquerda que recomenda a regulação do número de camas, o estabelecimento de limites ao crescimento do número de camas, porque essa é a única forma que permitirá que essa avaliação seja feita naturalmente regularmente, mas é a única forma que permite que não chegamos a situações limite, que parece ser aquela que já se verifica na freguesia de Santo Amaro.

E feita esta introdução, também dando aqui um pouco a nossa posição sobre esta matéria, gostaria de além daquelas questões que já referiram ao nível da habitação, que é aquele que é o problema eventualmente mais visível e mais complexo e grave que o cenário que retrata traz, mas também que outros problemas é que isso tem trazido ou que outra dificuldade tem trazido à freguesia. Já referiram a questão da habitação, a questão da falta de mão-de-obra para todos estes serviços que se criam e efetivamente é um problema, principalmente quando o setor procura mão-de-obra pouco complicada, barata e sabemos o que é que isso leva. Se as pessoas que cá estão e cá trabalham não conseguem aceder a uma casa, quem vem, quem é trazido para cá, se não lhes são dadas essas condições estarão em situação pior e é um problema que é preciso ter muita atenção, mas falo também ao nível do próprio abastecimento, as próprias infraestruturas da freguesia. O Pico tem um problema crónico de água, suponho que isso possa ser também uma questão problemática que é preciso atender e que é preciso criar condições para isso, para

que esse nível de população flutuante possa ter resposta que também não é não é fácil.

Gostaria também de questionar relativamente a outra questão: há uma ideia que por vezes se passa e sendo além parte verdade, julgo eu que não é totalmente assim pelos dados que também vão surgindo e por aquilo também que já referiram. A ideia de que os empreendimentos turísticos, os alojamentos locais que vão surgindo que são de pequena média dimensão, são muitas vezes um complemento ao rendimento de residentes que têm outras atividades. Eu gostaria de perceber qual é o exemplo de Santo Amaro. Estamos a falar de apenas empreendimentos de residentes na ilha, que tem uma outra fonte de rendimento, ou se já estamos a falar também de empresas ou grupos de empresas empresariais que investem na ilha e que já têm alguma dimensão, porque aquilo que se vê em muitos locais dos Açores é que já não é bem assim, o alojamento local ou setores empresários ligados ao turismo, outros empreendimentos ligados ao turismo, não são apenas um complemento de rendimento, são efetivamente uma atividade económica, como qualquer outra que tem na sua base empresas ligadas ao ramo e algumas delas com alguma dimensão.

Para já, eram estas as questões que gostaria de deixar, agradecendo novamente a vossa presença.

Mónica Silva Goulart - Relativamente ao investimento público municipal e infraestruturas que são necessários para alojar ou para comportar estes alojamentos, isso também é uma situação que nós peticionários também observamos. Nós sabemos do que estava a falar o senhor deputado António Lima sobre a questão da água: o que é certo é que a água é realmente um problema, principalmente no concelho da Madalena … até já fala na possibilidade de enveredar por dessalinização de água do mar, o que mostra que isto está a atingir contornos insustentáveis. Também vemos que se calhar não era preciso ir por aí,

porque chove tanto nesta ilha, julga-se que seria possível aproveitar esse recurso de uma maneira mais inteligente ou mais lógica. Julgo que há um caminho muito grande a fazer, por exemplo, nós aqui no caso de São Roque, debatemos com a rede de abastecimento de água já muito antiga, obsoleta, e podem vir os seus deputados constatar todos os dias o piquete de águas de São Roque tem um buraco para abrir, para remendar buracos nas condutas de abastecimento, isto é um problema diário, podem ver que o asfalto está completamente esburacado ao longo de toda a rede viária do Concelho devido a este problema e, nós temos aqui, por exemplo, o caso destes empreendimentos que nós falamos, destes que estão em análise, temos aqui um caso específico. Voltando estes 21.000m² que vos falei há pouco, é preciso ter em conta que destes 21.000m², 17.000 referem-se a um empreendimento que se quer implantar aqui em Santo Amaro, numa zona onde a estrada não tem a largura suficiente, passam dois carros, mas a estrada não tem dimensão suficiente para haver circulação dos utilizadores, mas ainda antes disso, vamos ter máquinas pesadas a passar, uma zona onde termina a rede de abastecimento de água, vai ter de haver um prolongamento da rede por causa dessa situação. É um beco sem saída, é uma estrada que termina ali. Terão que ser implantados mais postos de transformação porque a rede elétrica já lá não chega, mas claro que isso, o investidor certamente irá ter essa despesa, já que terá as outras. Mas só para vos ilustrar que há situações de *resorts* destes, há também um ali em desenvolvimento, no cais do Galego, na Piedade, que á uma situação semelhante, é uma zona bastante periférica, com maus acessos, e depois com a utilização de tudo isto, os municípios vêm-se quase na obrigação de terem que fazer investimento para beneficiar esses outros grandes investimentos privados que vão acontecer. Ao mesmo tempo que vai haver este investimento, os municípios também vão ter que chegar à frente, mas infelizmente, todas as vezes que nós vamos bater à porta dos municípios para resolver situações corriqueiras do nosso dia a dia, a resposta é sempre que não há dinheiro, mas vai ter que haver

dinheiro para poder ajudar a que estes outros investimentos se realizem.

Só para vos ilustrar também desadequação dos nossos planos de gestão territorial que estão ainda em vigor, por exemplo, nós temos PDM que têm índices de construção bastante restritivos pelo facto de serem de uso agrícola ou de uso florestal, mas depois nesses locais, se for implementar um empreendimento turístico, então aí temos um índice bastante permissivo e depois acontecem coisas interessantes que é: os PDM limitam, aqui no nosso caso, da nossa ilha, que novos loteamentos, se eu por exemplo quiser fazer um loteamento para desenvolver habitação, só possam acontecer ao longo das vias existentes, mas depois nós temos empreendimentos que propõem arruamentos, são tão grandes que propõem arruamentos dentro do próprio empreendimento e que nós sabemos que no futuro se vai tratar de um loteamento encapotado. Por um lado, não me deixam fazer um loteamento, isto é, o dizer, não me deixam, não estou a propor que vou fazer um loteamento, mas estou a dizer é que o PDM impede que se faça um loteamento com a mesma forma que depois um empreendimento turístico, vai apresentar. Não sei se estão a perceber e se me fiz entender, mas é isto que nós temos, no fundo, há esta injustiça urbanística que os PDM estão a permitir.

Outra questão que tinha sido colocada, se o AL é um complemento aos negócios familiares ou se já está neste momento a ser explorado por empresas externas ligadas ao turismo. Posso-vos dizer que há aqui um momento de viragem até 2016-2017, tanto quanto temos conhecimento aqui a nível ilha, este negócio acontecia através de pequenos negócios familiares, normalmente são famílias que ou têm património que podem converter em alojamento local ou que vão herdar de familiares e que fazem algumas pequenas remodelações e colocam esses imóveis com registo de alojamento local. Até 2015-2016, é basicamente este contexto que nós observávamos. A partir de 2017, começamos a ver que realmente já começam a chegar empresas com outra dimensão e que chegando cá a primeira, estão a chegar outras que já são ou empresas ligadas a negócios

imobiliários e que se vêm propor empreendimentos turísticos que nós realmente questionamos se serão sustentáveis ou viáveis no futuro, porque são investimentos de milhões e que o retorno nós não sabemos se no futuro será mais viável ter um empreendimento turístico ou se será mais fácil comprar todos esses imóveis, ou seja, fracionar todas essas propriedades e colocar esses imóveis no mercado imobiliário.

No direito de réplica o deputado António Lima, agradeceu as respostas e referiu, que queria apenas colocar uma questão adicional que tem a ver com a aquilo que estava a referir relativamente ao licenciamento em zonas não urbanizadas: não percebi se há exceções ou se os PDM preveem essas urbanizações ou se há mais facilidades nos PDM para a autorização de urbanização de construção em zonas que não seriam à partida para a urbanização do que para construção de habitação é porque efetivamente a grande dificuldade que as pessoas têm neste momento é com a habitação e isso fará, acho eu, pouco sentido, era mais uma precisão relativamente àquilo que referi se é o PDM que já o permite ou se têm sido encontradas exceções para esse tipo de empreendimento.

Mónica Silva Goulart - Não posso dizer que se trata de uma exceção, porque o PDM permite, ou seja, este projeto só está em apreciação, porque realmente o PDM permite. O PDM, neste caso específico, estou a falar concretamente deste empreendimento dos 17.000 e tal metros quadrados, portanto, está a implantar-se principalmente em áreas agrícolas e florestais, onde os índices de construção são de 5 ou 7% em circunstâncias normais para habitação, mas que, sendo uma figura de empreendimento turístico, pode beneficiar de um índice de construção de 25% da área do terreno. Até aqui, tudo bem, é o que temos. É um PDM que já está com vinte e três anos, se calhar há vinte e três anos, os problemas não eram estes, mas a realidade é que agora surgiu um momento de isso realmente ser utilizado e vai ser utilizado. Também temos a questão da forma e a proposta que está a ser apresentada, e que isso é flagrante, que eu falei há pouco. Se eu fosse ou se alguém

fosse propor um loteamento exatamente com a mesma configuração, mesmo número de edifícios, os mesmos arruamentos sobre a figura jurídica de loteamento era impossível o município aprovar porque está lá estabelecido, só poderia aprovar loteamentos em vias existentes, mas sendo empreendimento sobre a figura de aldeamento turístico (vai-se criar ali uma aldeia), aí sim, já se podem abrir arruamentos para além dos existentes e mais casas dispostas ao longo dos campos agrícolas e florestais da daquela zona que não são só, por exemplo, para dar uma ideia, nas zonas agrícolas ou florestais a construção máxima por parcela são 300m² para habitação e, neste caso, vamos ter uma parcela que está a propor 17.000m². Tudo bem que seja uma parcela muito grande, é verdade, mas o contexto é este. O município depois decidirá se quer aprovar este empreendimento com esta forma e com este risco ou não.

Voltando à questão de exceções, há aqui situações onde temos reservas ecológicas, zonas de risco definidas no POC, zonas domínio público marítimo… claro que a reserva ecológica é sempre limitativa, porque impede à construção e há situações em que os projetos têm que ser repensados e reorganizados tendo em conta essas servidões. Agora, por exemplo, há zonas de risco que são questionáveis e nós estamos aqui numa zona de risco, em Santo Amaro, em que este empreendimento turístico tem um próprio estudo geológico que reconhece todos estes riscos (de vulcanismo, de sismicidade, deslocação de vertentes) mas também afirma que a carga - neste caso, é só um edifício ou dois que se encontra dentro desta zona de risco, porque tudo o resto está mesmo ali ao pé, mas o POOC que já diz que não é zona de risco, o que é um bocado questionável, - que este edifício vai trazer a esta zona não é suficiente para agravar o risco definido.

Tudo isto é questionável, mas estávamos a falar na revisão dos POOC e isto certamente é uma situação que há de ser ultrapassada. Se calhar na próxima revisão esta zona já nem será zona de risco porque estamos a ver isto não é o primeiro caso, já existem outros em zonas de risco, o estudo geológico reconhece

que há risco, mas depois que aquela situação específica que não vai acrescentar risco. Mas pronto é o que temos, são as incongruências dos instrumentos de gestão territorial que neste momento temos que convivemos, carecem de serem mais realistas e mais adequadas ao território.

Duarte Cordeiro Neves - Se calhar acrescento só aqui um pequeno apontamento. Esta questão deste grande empreendimento que se vai situar aqui perto e que está numa zona considerada de risco, esse empreendimento tem propriedade em baixo e em cima de um trilho pedestre certificado, que já foi por outra vez esse mesmo trilho circundado por outro empreendimento turístico aqui mais abaixo. Pergunto para quem quer que venha mais pessoas e para quem está a moldar os Açores, para os que nos vêm ver se é isso que queremos mostrar: edifícios de conferências como o que está projetado para aqui, piscinas aquecidas… Se é isso que temos para mostrar a quem nos vem visitar.

Mónica Silva Goulart – Trilhos pedestres no meio de *resorts*.

Duarte Cordeiro Neves – É isso, se é essa a paisagem que queremos apresentar como nossa?

Carlos Furtado (Independente) – Começou por cumprimentar e agradecer o trabalho da petição que foi feito e no fundo, eu queria começar por fazer um comentário a tudo isso que se falou até agora e depois deixar uma pergunta.
O comentário queria começar por fazer prende-se uma situação: temos de ter consciência de uma realidade: os Açores ficam a meio caminho entre a América do Norte e a Europa, com viagens de avião que estão entre as 3 e as 5 horas de distância desses dois importantes polos de desenvolvimento do mundo e é natural que esta pequena terra viesse a ganhar importância e o custo por metro quadrado

de terreno que agora essa realidade está a despertar. Isso já chegou foi tarde à região, não sei se isso é bom, se é mau, mas o que é certo é que vamos ter que conviver com essa situação, tanto mais que temos até um clima e uma amplitude climática que é propícia a que as pessoas venham cá fazer investimentos.

As vendas que aconteceram muito por toda a região e em especial em zonas como Santa Amaro, obviamente que são consequência disso mesmo, mas temos que ter consciência de que elas aconteceram de forma voluntária, ninguém foi obrigado a vender nada e o que é certo é que se a casa do meu vizinho deixava 50.000€ a minha vai deixar 60.000€, nem que seja pior do que a dele. Essas coisas foram acontecendo com toda a naturalidade, é o mercado a funcionar e temos que lidar com isso.

Agora a grande questão aqui é perceber que alternativa temos a isso? Como já foi dito aqui e bem, a população de Santo Amaro durante algum tempo soube resolver os seus problemas de sustentabilidade já foi com os estaleiros navais. Agora, se calhar vai ter que ser com esse com esse novo paradigma que é o turismo e sinceramente, e essa é uma opinião muito pessoal, eu não sei se é melhor nessa situação de estarmos preparados para o turismo, não sei se é melhor se é estar fora, se é estar dentro. Eu sou da opinião que é possível estar dentro, porque se não tivermos a realidade que temos hoje, os imóveis não tinham deixado o dinheiro que deixaram, portanto, temos que entender que isso foi dinheiro que foi deixado na região, que foi repartido pela região, primeiro para os proprietários, mas depois foi sendo vazado, passo a expressão em toda a economia regional. E se hoje também se paga um pouco melhor na região do que se pagava há algum tempo atrás, também tem que se fazer justiça a essa situação. Foram os estrangeiros que vieram cá dizer que a mão-de-obra tinha de ser mais cara, porque começaram a pagar pedreiros, eletricistas, jardineiros, a preços que não se pagava na rastejante economia açoriana que permitiram que hoje as pessoas possam ter rendimentos maiores do que tinham há cinco, seis ou dez anos atrás. Essas coisas não

aconteceram por milagre aconteceram porque entrou dinheiro na nossa economia. E a pergunta que deixo neste pensamento do que fiz e deixava essa pergunta aos peticionários, é se entendem que é restringente mais os planos de ordenamento do território, nomeadamente os PDM, mas também os outros, que se vai chegar a uma solução. A consciência que tenho, e permita-me o comentário, é que se restringirmos neste momento determinadas zonas, como a freguesia de Santo Amaro, mas também outras, se criarmos aqui mecanismos de restrição, demasiado restritos passa a redundância, o que vai acontecer é que vão existir outras zonas na mesma ilha ou na mesma região que não vão estar presas a essas amarras e que a população daquelas outras zonas que não vai ficar preso a essas amarras vai progredir, porque convenhamos onde há gente, há dinheiro onde não há gente, não há dinheiro e acho que Santo Amaro, embora com essas flutuações sazonais, mas o que é certo é que entrou dinheiro em Santo Amaro, a prova é os edifícios estão reabilitados e cedo ou tarde isso vai ter reflexos positivos na população, porque é certo que os imóveis para aquisição e para arrendamento estão caros, sim, mas por exemplo, a entrada desse novo empreendimento, que está a dizer que pode estar a entrar encapotada mente como unidade turística, mas que a prazo pode vir passar a ser loteamento, poderá também trazer aqui algum arrefecimento ao valor dos imóveis na região, porque vai permitir que, havendo mais a cada expansão urbanística naquele sentido, as outras casas possam deixar menos dinheiro. Seja ponto de vista de renda, seja do ponto de vista de arrendamento. E lá está, e a comunidade residente, se calhar, vai ter emprego mesmo na sua zona, porque vai haver serviços de jardinagem, vai haver serviço de manutenção dos imóveis, vai haver serviços na hotelaria, na restauração, nos mini mercados, ou seja, essas situações só são possíveis se existirem pessoas, se existirem investimento, se não existir investimento, as terras estão condenadas ao abandono e bem sabemos, porque pelo país fora existem situações de abandono de aldeias, bem sabemos que elas no momento suspiram por ter uma situação igual à que

Santo Amaro nesse momento vive. É preciso conciliar isso, mas eu acho que não podemos ser demasiado restritivos sob pena de estarmos aqui a prejudicar os residentes. Muito obrigado. E a questão era mesmo só essa: se entendem que restringindo os Planos Diretores Municipais e todos os Planos de Ordenamento do Território, se será um importante contributo para o bem-estar das populações que vivem nessas zonas?

Mónica Silva Goulart - As restrições dos PDM, diga-se que advêm maioritariamente de servidões administrativas, ou seja, se quiserem alargar espaços urbanos, ou transformar o solo rural em solo urbano, vão ter que negociar isso muito bem negociado com reservas agrícolas, reservas ecológicas, zonas de proteção de domínios públicos marítimos. Neste momento também se quer que lhe diga a verdade, as servidões administrativas da nossa região são bastante difíceis de negociar. A orientação dos planos de ordenamento do território são sempre que se densifique cada vez mais as zonas urbanas existentes, já consolidadas, para que haja poupança ao nível de investimento de infraestruturas, para que haja a minimização de riscos relativamente à ocupação de zonas mais periféricas ou zonas costeiras. É preferível que se consolide as zonas urbanas já existentes. Os PDM, para além do que existe, não vão conseguir restringir muito mais, mas têm medidas do que já existem neste momento, relativamente a normas aplicadas aos espaços urbanos, por exemplo, e mesmo seus espaços florestais e agrícolas, há normas que têm de ser melhoradas, ou seja, mais adaptadas de acordo com aquilo que é o nosso momento e a nossa visão de futuro, se bem que sabemos que estes planos são dinâmicos e que nunca devem ter um prazo de validade de revisão muito largo. Portanto, eu acho que os próprios PDM não vão conseguir restringir muita coisa, estas normas ou as soluções que poderão encontrar, terão que haver mesmo ao nível de políticas e dos planos da região, os planos mais abrangentes, por exemplo, ao nível do POTRAA. Eu acho que serão esses planos e mesmo as políticas que serão adotadas, esses sim é que vão poder ter essa visão

e condicionar, orientar para o futuro aquele que é a situação presente ou a situação que se pretende e tentar antever os problemas futuros.

A questão de os imóveis das vendas deixarem dinheiro na região, já pouco vos disse aqui exemplos, nós estamos a assistir situações em que estas vendas e este mercado esta dinamização de mercado já nem é feita através de pessoas de cá, ou seja, nós estamos a assistir, como eu disse há bocado, há imóveis já foram vendidos duas e três vezes por pessoas que já nem são de cá. Já se trata de um negócio em que vem alguém exterior que não mora cá, mas que tem cá um imóvel, vê uma oportunidade de negócio, vende outra pessoa que nem é de cá. Se calhar pagaram um imposto de transmissão ao município de São Roque ou aos nossos municípios da região, mas, se calhar, foi só isso que a região ganhou, foi um imposto de transmissão de imóveis. De resto, as pessoas não vêm cá não, o dinheiro nem sequer foi para ser reinvestido aqui, na maior parte dos casos. Estamos a assistir este tipo de situação, que também é, a meu ver, bastante grave. Agora, o senhor deputado estava a dizer esta frase que é verdade, "Onde há gente, há dinheiro", mas aqui em Santo Amaro o que estamos a ver é que está a ficar pouca gente, muitas casas e pouco dinheiro. As pessoas de cá não são pessoas que tenham muito dinheiro e casas cada vez há mais, mas pessoas não. Se tiverem oportunidade de virem aqui no mês de janeiro ou fevereiro, dar um passeio à noite podem-se aperceber a quantidade de casas que tem gente e a quantidade de casas que estão fechadas. Este é só um caso, o nosso aqui, mas sabemos que tem aqui zonas que estão a ficar completamente atingidas por este mesmo problema.

Duarte Cordeiro Neves - Vou só referir aqui dois pontos da intervenção do senhor deputado, a questão do investimento, referiu que era bom essas entidades externas nesse investimento no turismo, mas porquê esse investimento só no turismo? Porque é que não há investimento no setor primário, por exemplo, de entidades externas ou preferencialmente de pessoas de cá? Na minha opinião, eu acho que

é um bocado isso que falta é um bocado esse investimento para nós, esse investimento para dentro, desenvolver coisas para nós, os que estão aqui o ano todo, porque uma sociedade, uma comunidade que trabalha só com visão, que só trabalha para fora, só trabalha uma imagem que é para ser vendida para for a, acho que se torna uma sociedade, uma comunidade fraca.

Em relação à questão das restrições, tendo em conta que o turismo é uma coisa que existe e que é necessária, que é uma realidade e já que os Açores quer tanto vender essa imagem de turismo sustentável, se calhar tem mesmo que se pensar em restrições, porque se não houver qualquer tipo de restrições, deixa de ser sustentável e deixa de ser isso que queremos mostrar, se queremos manter isto para nós e para os que nos visitam, se calhar é preciso começar a pensar em restrições, sim.

Mónica Silva Goulart - E peço desculpa o senhor deputado Carlos Furtado também tinha questionado que alternativas poderemos ter à questão das vendas: estando no mercado livre, neste momento não temos nenhum travão que exista; ouvimos notícias de outras paragens, ouvimos falar que no Canadá, um país enorme e rico comparado connosco, que apresenta já restrições ao nível de só permitir venda de habitação a residentes ou pessoas com contrato de trabalho por um determinado tempo. Temos também outras situações de outros países, quer na Europa, na Itália, enfim, há países que se estão a aperceber deste mesmo problema e estão a unir-se de medidas para proteger a sua população. Não estou a querer dizer que este é o caminho, mas penso que poderá ser um dado que possa ser estudado em se tentar contrabalançar um mercado de vendas e a questão de saber se essas vendas são efetivamente para pessoas que queiram vir para cá fazer parte de nós ativos, dar atividade às nossas ilhas e lançar cá projetos ou se somos só vistos meramente como um local de investimento e nada mais do que isso.

No direito de réplica o deputado Carlos Furtado, referiu, que em vez da réplica é mais em jeito de comentar, porque houve situações aqui que foram abordadas pelos senhores peticionários que eu obviamente vou ter de comentar. Quando a senhora peticionária arquiteta disse há pouco que nas transações que são feitas entre não residentes sobre imóveis da região, que apenas a região ganha as receitas provenientes do IMT, também queria lembrar à senhora que é o facto desses imóveis serem vendidos por valores se calhar acima do valor comercial e em sede de IMI, o que conta o valor da escritura, ou seja, são imóveis que depois são taxados em sede de IMI por valores que também não merecem esse dinheiro, ou seja, há uma receita adicional aqui por parte dos municípios, também referente ao IMI, que esses imóveis passem a pagar por essas entidades estrangeiras que compram esses imóveis.

Queria ainda na matéria que falou relativamente ao ordenamento de território lembrar uma situação que a senhora conhece tão bem ou melhor do que eu, que é a figura da desanexação de parcelas, ou seja, dentro das malhas mais urbanas, eu acho que, se calhar é de pensar seriamente que na venda dos imóveis existentes, considerar a possibilidade de desanexar parcelas para que os residentes ainda possam ficar com um bocadinho da sua terra para também, continuarem a construir. Às vezes a cegueira de uma boa oferta para todo o conjunto pode não ser o pensamento certo, porque se calhar, em troca de receber menos algum dinheiro, podiam continuar a assegurar algum, qual até seria heranças de família e situações desse género.

Respondendo também ao Duarte, relativamente a outros investimentos diversificados, que não seja só na área de turismo Duarte, temos que pensar numa situação que também vocês já abordaram neste momento aí que é a falta de mão-de-obra, portanto, investir nos Açores em indústria, em outras atividades, até, mas no setor primário que requerem, obviamente, mão-de-obra numa região onde não há mão-de-obra é o insucesso garantido e, portanto, temos que considerar isso. E

o investidor com certeza em planeamento, tem consciência disso e não vai investir numa zona onde não há mão-de-obra.

Relativamente ainda a uma outra situação que eu queria comentar que é a questão de no futuro, eventualmente limitar as transações a não residentes. Eu acho que não estamos a ser justos, na medida em que, como sabemos, a região e o país há mais de trinta anos que está a viver de subsidiação da União Europeia e não é sequer ético estar a pedir a residentes da União Europeia que sejam impedidos de comprar um imóvel numa terra que eles ajudarem a financiar durante os últimos trinta anos. Portanto, também tem que haver aqui alguma justiça na dimensão para lá daquilo que é a região, no sentido de percebermos que essas pessoas enquanto contribuintes líquidos da União Europeia também têm o direito de comprar sem restrições ou sem restrições de impedimento próprio. Até admito que haja taxas de IMT e taxas de IMI diferenciadas para essas pessoas agora o impedimento eu acho que não é um mecanismo justo e tem dúvidas que a nível até de legislação comunitária seja possível fazer essa imposição, porque acho que não legalmente aceitável que assim aconteça e terminava a minha intervenção apenas com esses comentários.

Duarte Cordeiro Neves - A nossa ideia nunca foi restrita. Estamos só a dar exemplos de outros países, não é restringir que venham para cá pessoas de outros países. Aliás, queremos que venham pessoas para cá, independentemente da nacionalidade, queremos residente. Agora a verdade é que uma grande maioria das pessoas que estão a comprar cá terreno e a fazer cá a casa não é para trabalhar cá, nem é para constituir família cá, nem é para desenvolver, nem é mais mão-de-obra. Se for para viver e para trabalhar, o nosso problema não é nacionalidade, venham de onde vierem queremos é que se fixem o ano todo e que não venham só cá apreciar a paisagem e aproveitar o Verão.

Mónica Silva Goulart – Ou então vendem e vão-se embora.

Duarte Cordeiro Neves - A experiência assim dos últimos vinte anos, sim, há efetivamente, se calhar pessoas do norte da Europa que estão fixadas há vinte anos e que se calhar nunca as vimos, por exemplo, e que o contributo não é assim tão grande.

Mónica Silva Goulart - A questão do IMI que estava a referir, estava a dizer que ficam a contribuir para o para o município. Quer dizer, mas estas propriedades já cá estavam. Estas propriedades já alguém pagava o imposto municipal. O imposto baixinho, mas como estava a dizer, a definição do novo IMI, do novo proprietário, não é feita com base no valor da escritura, ou então o valor da escritura não é o valor da venda, também pode ser o caso. Esses casos são vantajosos quando, por exemplo, se compra um terreno rústico e se vai lá edificar e passa de um terreno rústico, para um terreno urbano, terreno para construção, um terreno com o lote que estava vazio passa a ter um imóvel que tem um determinado valor e esse valor é determinado através da avaliação das finanças e isso está taxado a nível nacional, um valor até bastante baixo, baixíssimo, relativamente aos preços do mercado de hoje em dia. Ou seja, o que os municípios vão ganhar com o IMI não é assim um valor significativo que justifique o que se está a passar, julgo eu, da perceção que tenho. Também digo que durante alguns anos fui perita avaliadora das finanças e eu podia fazer perfeitamente o confronto entre o valor que constava nas cadernetas prediais e os valores dos orçamentos que depois que corriam, quer através da construção através dos bancos, também fiz avaliações para bancos. Portanto, eu chegava a ver fazer o cruzamento entre as duas coisas e via-se muitas vezes um imóvel que tinha o valor final da obra concluída, que tinha um valor considerável para depois ser posto no mercado mas cuja caderneta e avaliação das finanças às vezes chegava a ser um terço do valor que o próprio imóvel apresentava para

venda ao público ou para venda no mercado imobiliário. Só os municípios, o Estado, poderão ganhar com isto, se realmente as coisas forem verdadeiras e funcionarem.

Mónica Silva Goulart - Eu gostava só de fazer uma pergunta, qual é o passo seguinte, o que é que acontece a seguir?

Presidente da Comissão - Tem toda a razão, não sei se assistiu à reunião, mas numa reunião recente, aprovámos duas diligências, a primeira, ouvir os peticionários e a segunda ouvir o Governo. A audição do Governo esteve até prevista para hoje, mas não foi possível por incompatibilidade de agenda da senhora secretária, vai ser feita em breve. Depois será feito um relatório. Aliás, ainda antes disso, ficou acordado na nessa mesma reunião, se as senhoras e senhores deputados, achassem que seria necessário fazer mais alguma diligência, seria também posta à votação e não havendo mais diligências, encerramos com um relatório que subirá obrigatoriamente a plenário e será debatido em plenário.

Mónica Silva Goulart - A audiência do Governo somos nós peticionários ou é a vossa Comissão que apresenta?

Presidente da Comissão - É a nossa Comissão. A audição é pública, portanto, podem acompanhar também através do site da própria Assembleia, que transmite diretamente todas as reuniões das comissões e depois também poderão acompanhar ou presencialmente ou através de vídeo a própria discussão na Assembleia Regional.

Mónica Silva Goulart – E esses passos vão sendo comunicados, neste caso, ao primeiro peticionário, Duarte Neves?

Presidente da Comissão - As convocatórias da Comissão de Economia são públicas também. Na próxima reunião vamos tentar ouvir já a Senhora Secretária que se mostrou disponível salvo erro a partir da discussão do plano e orçamento. Nessa altura, depois temos que dar alguns dias para fechar o relatório e será entregue aos peticionários.

Marco Costa - Se me permite, eu acho que os peticionários queriam saber em concreto, por exemplo, na página onde é que podem acompanhar, ou seja, se está na Comissão de Economia, na pasta da Comissão de Economia, os documentos que estão em análise. No caso em concreto, está esta petição que estamos aqui a analisar na mesma área da petição estão as audições já realizadas e as diligências que já foram tomadas e depois na página da Comissão, estão as convocatórias seguintes que lhes permitem ter acesso à agenda dos trabalhos que vão acontecendo. E acho que é importante, porque se entrarem nestas áreas da Comissão de Economia e depois na petição em concreto, está lá todo histórico, desde a admissão, as diligências, as convocatórias, as audições realizadas e as a realizar no futuro.

Presidente da Comissão - Muito bem, portanto quando entrarem na página da Assembleia, tem um link para a Comissão de Economia e aí conseguem ter acesso a toda a informação. De qualquer maneira, neste momento, temos só o vídeo da admissão da petição, que foi admitida no dia 6 de outubro e, também, o debate sobre as diligências que foram aprovadas. É só esse vídeo que lá está e depois, então, se acompanharem as convocatórias da Comissão de Economia saberão quando virá senhora secretária a esta Comissão e fica também disponível essa informação, através de vídeo. No relatório constará uma pequena abordagem desta e da próxima audição, onde estará muito resumidamente aquilo que

acabámos de fazer agora e também teremos conclusões que serão votadas nesta própria Comissão e, nessa altura, estará em condições, certamente porque o número da assinaturas ultrapassa e muito aquilo que é obrigatório, portanto, subirá obrigatoriamente a plenário, aí é que eu não posso dizer porque depende muito da conferência de líderes, que é que organiza a agenda do plenário, mas estará já pronta em dezembro, o mais tardar em janeiro, para ser debatida.

Não é votada, digamos assim, esta iniciativa é só mesmo debatida. Todos os partidos terão oportunidade de fazer uma intervenção nesse debate e depois a partir daí qualquer partido pode tomar uma iniciativa sobre a este assunto, embora já tenha passado por aqui coisas do género, a quer dizer que, poderá eventualmente despoletar alguma iniciativa.

Não sei se tem mais alguma coisa a dizer ou a acrescentar.

Mónica Silva Goulart – Não, agradecemos os esclarecimentos.

Da Audição da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, ocorrida a 18 de abril de 2024:

A Secretária Regional referiu, de facto, esta petição coloca um conjunto de questões que eu vou tentar abordar nesta primeira intervenção de forma genérica: obviamente queria começar por dizer que o modelo de desenvolvimento do turismo dos Açores segue o rumo da sustentabilidade, assenta no pilar fundamental, que é a sustentabilidade do destino Açores. E quando se diz que o modelo de desenvolvimento assenta nesse pilar fundamental, a partir daí, todas as outras questões, que podem ser preocupações, devo dizer que estarão sempre presentes nas nossas decisões, nos nossos pareceres, na nossa forma de promover o destino, na nossa forma de organizar a promoção, de organizar os produtos, na utilização dos recursos… Portanto, é o nosso ADN do ponto de vista turístico. E queria começar por aí, porque se partirmos desse princípio deixamos de olhar às

questões particulares e passamos a olhar às questões gerais do setor. O Governo tem um Plano Estratégico e de Marketing dos Açores que assumiu, exatamente como aqui referi, a sustentabilidade como pilar central no desenvolvimento, traça as suas linhas gerais em termos de utilização de recursos, produtos estratégicos de mercados estratégicos, promoção estratégica e tudo aquilo que desejamos para o nosso turismo. E a partir daí, estamos conformados no modelo que nos protege relativamente a tudo o que são os pareceres emitidos pela Direção Regional do Turismo. E queria, exatamente por isso, dizer que quando se fala, logo aqui no ponto 1, de um conjunto de preocupações relacionadas com os instrumentos de gestão territorial, eu gostaria de recordar que o Governo Regional não aprova licenciamentos de operações urbanísticas. O Governo Regional, através da Direção Regional de Turismo, dá parecer vinculativo sobre operações urbanísticas relacionadas com empreendimentos turísticos. O nosso parecer adequa-se sempre àquilo que é o PEMTA (que é no nosso Plano Estratégico), adequa-se aos instrumentos de gestão territorial ao nível quer dos POOC, que refere aqui de ordenamento da orla costeira, quer dos PDM (planos de ordenamento do território municipal) e depois tem em conta a adequação do empreendimento pretendido, aos nossos objetivos estratégicos e a estes diferentes instrumentos e no interesse para o turismo regional.

Há aqui há algumas referências entre o número de camas e o número de residentes. Eu devo dizer que essa relação é muito controversa, porque se nós formos para o Corvo, essa relação é pequeníssima. Mas se nós formos à maior freguesia dos Açores, que é São Pedro, essa relação é muito grande e eu pergunto, então um empreendimento turístico faz mais falta em São Pedro ou faz mais falta no Corvo? Estas questões não podem estar indexadas de forma rígida a rácios sem serem ponderadas com interesse turístico regional. É óbvio que o Corvo é mais fácil relacionar com a dimensão do território do que com a dimensão da população, até porque esses empreendimentos podem atrair população, podem criar novas

atividades porque, por via indireta, a empreendedorismo em muitos outros setores que estão relacionados de forma indireta com o turismo e que tem melhores oportunidades de fixação das pessoas. Isto só para dizer que, nestas equações, há muitos fatores em presença que não podem ser apenas um ou dois a serem levados em consideração.

Em relação a uma outra questão que coloco, aqui também não queria deixar, nesta fase, de falar dela, tem a ver com a cultura e a preservação da cultura dos espaços territoriais onde se inserem os novos empreendimentos, sejam eles freguesia, sejam eles concelhos ou ilhas. Pelo contrário, eu entendo que é fundamental salvaguardar a nossa herança cultural, as nossas as tradições, as nossas festividades, a nossa natureza humana, aquilo que nos caracteriza, aquilo que nos singulariza, aquilo que é diferente dos outros espaços com quem nós competimos, do ponto de vista turístico.

E isso é determinante e só valoriza e atrai o turista que vem para ter uma experiência imersiva connosco e não apenas contemplar, passear e fazer pouco mais. O turista hoje em dia quer levar consigo experiências, quer levar consigo o conhecimento quanto mais profundo, melhor para ele, daquilo que é o local que visita, do ponto de vista patrimonial, do ponto de vista da natureza, do ponto de vista cultural. Temos que saber preservar isso como um recurso importante para a construção do produto turístico, nesse sentido, nós temos que preservar isso, mas também não me parece que haja esse risco. Se nós conseguirmos, nós residentes não necessariamente nesta freguesia e naquela, mas na ilha, no concelho, cada um preservar as suas tradições que, do nosso ponto de vista, devem ser respeitosamente postas à disposição do turista, e ele deve também saber respeitar essa nossa tradição e cultura. É aqui que entra a interação entre o bem-estar do turista e o bem-estar do residente, que deve ser preservado, mas sem nunca esquecer também que o turismo tem aqui um papel repovoador de territórios que estão muito desertificados. Estes territórios estão muito

desertificados por razões económicas, não é por nenhuma outra razão, ou por fenómenos sísmicos, que aconteceu, não há dúvida, mas porque as consequências desses fenómenos trouxeram crises económicas para as nossas ilhas e houve imigração em larga escala, em vários pontos da nossa história, que levaram à desertificação.

Depois não há possibilidade de fixação de talentos, em determinadas zonas do nosso território, e quando digo talentos, digo talentos jovens porque não têm oportunidades. Há sempre aqui que haver um equilíbrio entre a capacidade de atração de jovens e de atração de empreendedorismo, com a evolução da oferta turística, porque, caso contrário, ela tem que ser equilibrada, mas não existe uma sem outra e, portanto, temos que considerar que a oferta turística é fundamental para o aumento da população flutuante, porque senão ela não vem se não houver alojamento turístico.

Queria realçar esta questão da natureza humana como sendo um grande recurso dos Açores, na promoção e na venda do destino Açores.

Referindo também uma outra questão que eu julgo que é importante falar, embora não esteja diretamente relacionada com o meu departamento, é a questão da habitação. Ponto número 1, muitas vezes reabilitações, ou quase todas as reabilitações feitas na nossa Região e, portanto, eu não estou a cingir unicamente ao Pico, as reabilitações, em regra, foram feitas porque houve uma motivação económica. Nunca teriam sido feitas como não foram durante dezenas de anos para a habitação. Por razões várias, tem a ver com a própria legislação da habitação em Portugal, isto levava-nos muito longe, ao congelamento das rendas, há imensa diversidade de legislação e de alteração da legislação que foi sendo feita ao longo destes quarenta anos de autonomia - a legislação nacional.

Houve muita instabilidade na legislação, no que diz respeito ao arrendamento, nós tradicionalmente somos um país muito virado para aquisição de habitação própria, portanto, o arrendamento não está enraizado na nossa cultura. Recentemente, com

a subida dos juros para habitação é que as pessoas começaram a ver essa alternativa para terem uma habitação, porque durante anos e anos as pessoas construíram ou compraram casa ao abrigo do chamado crédito à habitação, com o início mais bonificado, depois já não com os juros baixos que tivemos na última década, mas, de facto, nunca houve uma grande tradição do setor privado pôr no mercado casas para arrendamento, como também não houve ao nível dos governos, quer nacional, quer regional, nos últimos anos, uma política consistente de habitação social. E aqui, quando eu digo habitação social, não é habitação para realojamento, é a habitação, como houve em tempos, nos chamados custos acessíveis, de renda resolúvel, portanto, situações que permitissem à classe média poder ter acesso a uma habitação, mas também como os juros para aquisição de casa própria eram baixos, a situação ficou mais atenuada.

A verdade é que Portugal é dos países que têm menor taxa de construção de habitação social da Europa, portanto, temos muita habitação particular feita pelos próprios. Isto para concluir que o mercado da habitação sofreu muitas oscilações, por força todas estas circunstâncias e de uma grande instabilidade na própria legislação do arrendamento, que não favoreceu a colocação de casas a arrendamento no mercado. E agora estamos a sofrer essas consequências, mas a reabilitação, que volto ao início, nunca teria sido feita. As adegas do Pico, as ruínas do Pico, as casas de pedra da nossa Região... nada disso seria reabilitado para habitação. Foi reabilitado tinha um fim económico que era bem aceite pelo mercado turístico.

E, portanto, também queria deixar esta nota, porque às vezes parece que as razões são todas de um lado: não estão todas de um lado, também não estão todas do outro, mas há aqui um conjunto de fatores que nos conduziram até aqui e que devem ser considerados.

Depois refere que os postos de trabalho são muito sazonais, quase desvalorizando a questão da criação de postos de trabalho na área do turismo. Eu diria que isto é

uma pescadinha de rabo na boca, só são sazonais, enquanto turismo for mais sazonal, portanto, é preciso trazer mais turistas ou espalhá-los ao longo do ano para deixar de ser sazonal. Não é restringindo a vinda de turistas que nós vamos conseguir isso. É criando produtos ao longo de todo o ano, fazendo promoção, criando condições para os turistas virem ao longo do ano e não é retirando da época alta para virem na época baixa, é atraindo novos para a época baixa. É assim que o nosso turismo tem muito margem de crescimento, sobretudo numa ilha como o Pico, que é uma ilha enorme, o rácio turista com o território é baixíssimo e tem imensas potencialidades. Eu queria dizer que a ilha do Pico foi durante anos chamada a ilha do futuro. Neste momento, a ilha do Pico já chegou a esse futuro. Já não é a ilha do futuro, é a ilha do presente e continuará a ser esse presente de futuro assegurado. Se fizer um percurso como tem feito até aqui e eu acho que o Pico é um "*case study"*, se fizer como até aqui uma trajetória de turismo sustentável de pequenas construções dispersas no território, imersas na própria paisagem, sem agressividade arquitetónica. O turismo no Pico é o caso de estudo e é um exemplo para o crescimento do turismo em ilhas como as nossas, de mais pequena dimensão que precisam de pequenas unidades com características e ambientalmente sustentáveis para atraírem o nicho de mercado que nós desejamos. E, portanto, eu considero que, podendo haver uma ou outra exceção que confirma a regra relativamente a esta trajetória, queria deixar muito claro que o turismo cria muito emprego direto ou indireto e se hoje é precário, amanhã deixará de ser, se houver mais turistas sobretudo em época baixa. Fixa as populações, porque há algum tempo atrás elas saíram exatamente porque não haviam oportunidades de desenvolvimento económico porque é importante ter habitação, mas também é muito importante ter emprego, uma coisa sem a outra não funciona, mas o emprego ainda vai à frente, porque depois tudo se ajusta e favorece o empreendedorismo e isso é o que nós precisamos nas nossas ilhas, para fixar os jovens, para fazer com que alguns voltem à sua terra, à sua ilha e possam

aí exercer a sua atividade, ter um rendimento compatível com o bem-estar que desejam e promovam o desenvolvimento integral da ilha e dos Açores.

Só mais uma nota final, em relação ao POTRAA, eu gostava de dizer que o POTRAA não está suspenso na ilha do Pico, só está suspenso na ilha de São Miguel e isso também é uma lição aprendida. É que fazer legislações muito rígidas… ele foi aprovado em 2008 e foi suspenso em 2010, e percebe-se que os POTRAA e os instrumentos de gestão territorial da nova geração têm que ter alguma flexibilidade que permitam que não se percam algumas oportunidades. Obviamente que tem que ter balizas, que tem que ter ponderação ao nível mais alargado de reflexão sobre estes sobre assuntos, mas é importante ter a noção de que instrumentos muito rígidos normalmente não resultam e acabam na sua suspensão.

Em relação ao Pico, ainda dizer que o POTRAA, mesmo o de 2008, ainda está muito longe de atingir o seu limite, mas que, independentemente disso estão já a ser desenvolvidos, depois da aprovação do PEMTA, os trâmites necessários para avançarmos com a contratação de um consultor com experiência nestas matérias para passarmos a parte de conceção do novo POTRAA para a Região Autónoma dos Açores.

Carlos Silva (PS) – Começou por agradecer à Secretária Regional os esclarecimentos que prestou e até a latitude na sua intervenção em abordagem à habitação e outras matérias até que não estão no âmbito da sua competência, mas agradecemos a informação, obviamente que é pertinente e começava exatamente pelo fim, quase que a senhora Secretária acabava a sua intervenção e não falava daquele assunto que me diz mais respeito, que tem a ver com o POTRAA e que seguramente também motiva a petição que foi entregue neste Parlamento que centra-se sobretudo na necessidade de haver um desenvolvimento turístico que seja equilibrado e que também responda a algumas preocupações que os

residentes têm, nomeadamente a questão da habitação, que é um problema que também é bom realçar, não é um problema exclusivo da Região Autónoma dos Açores: a falta de habitação e os preços praticados que a tornam inacessível a muitas situações para os jovens e para famílias, na sua grande maioria. Isso é um problema que também não são exclusivos dos Açores. Obviamente que também não podemos negar que o desenvolvimento turístico também impacta, direta ou indiretamente, na acessibilidade da habitação, a especulação imobiliária tem consequências no aumento para si, isso é óbvio, não estou propriamente a transmitir uma grande novidade nesta matéria. Relativamente ao POTRAA, senhora Secretária, a verdade é que se a redação que existe do POTRAA em vigor não é a ideal, nem é a adaptada para o momento em que enfrentamos, isso o Partido Socialista já o reconheceu há dois anos, quando até foi entregue uma nova versão e depois foi retirada à pressa essa revisão do POTRAA, a verdade é que, senhora Secretária, passados dois anos desde que foi retirada a proposta que o seu Governo na altura entregou esta Assembleia, não tivemos mais novidades. E a senhora Secretária hoje disse-nos que o Governo vai contratar um consultor, dois anos depois, para começar a desenvolver uma nova versão do POTRAA que se pretende que seja flexível. A designação flexibilidade não é necessariamente má, mas temos alguns receios que flexibilidade possa ser permitir aprovar novos licenciamentos e novos empreendimentos turísticos sem que haja critérios que permitam também defender um desenvolvimento sustentável do turismo dos Açores e também a oferta adequada de habitação, que deve ser sempre uma preocupação. E quando falamos na necessidade de um POTRAA, falamos necessariamente da necessidade de regular um mercado que é competitivo, obviamente, mas também tem as suas lacunas e nós não podemos ficar, quer no caso da habitação, mas também no caso do turismo, deixar o mercado funcionar sozinho porque há falhas que têm que ser corrigidas e essas falhas têm que ser corrigidas pelos agentes públicos, nomeadamente pelo Governo Regional, pelas

autarquias e por todos aqueles que também têm competência nesta matéria e nós, também, enquanto legisladores, também temos essa responsabilidade de corrigir essas lacunas que o mercado tem e a necessidade de regular é importante no setor turístico, como também era importante há pouco quando tivemos a discussão da atividade de TVDE. E é isso que nos distingue de certa parte, a intensidade com que que queremos regular o setor.

A senhora Secretária se calhar entende que a necessidade de regular é mais baixa, o Partido Socialista entende que é fundamental essa regulamentação porque, é verdade que desde 2015 e o facto tem a ver com a liberalização dos transportes aéreos, há um crescimento significativo da atividade turística na Região e obviamente que isso implicou um aumento de camas, um aumento de empreendimentos turísticos muito significativo e isso tem de ser regulado, porque a senhora Secretária falou muito aqui da questão do Corvo, da questão do Pico, obviamente são realidades que temos que entender, e o caso do Corvo que tem características específicas, mas também é óbvio que hoje em dia, se calhar, há freguesias onde até é necessário haver algum tipo de empreendimento turístico, algum tipo de oferta turística, mas há outras em que a oferta turística existente já coloca algumas restrições à acessibilidade de imóveis para a habitação. Isso é evidente, porque não podemos é negar que a população e as dificuldades que sente, que essas dificuldades também não estejam relacionadas, direta ou indiretamente, com o desenvolvimento turístico. Isso não cabe a nós introduzir aperfeiçoamos na legislação que permitam corrigir essas dificuldades. Daí a pergunta que faço, senhora Secretária, muito concreta, qual é o compromisso do Governo Regional dos Açores, em particular o seu compromisso, na área do turismo, em termos de apresentação da nova versão do POTRAA? Relembro que já passaram cerca de dois anos desde que foi apresentada uma versão que estava desatualizada, que não era adequada, é verdade, já passou. O cenário que era apresentado não era um cenário nem de perto, nem de longe atualizado com a

realidade. Não estamos em 2024, temos dados já fechados de 2023, portanto são os melhores indicadores que podemos usar para transmitir uma imagem verdadeira e apropriada do setor. Portanto, senhora Secretária, qual é o seu compromisso em termos de apresentação a esta Assembleia e a nova versão do POTRAA? Está disponível nesta nova versão do POTRAA a atender fatores com uma intensidade turística ou o número de camas turísticas por freguesias, por concelhos, independentemente dos rácios? Não é a questão do rácio, a questão é nós percebermos que em determinadas freguesias pode haver até a necessidade de incentivar a oferta turística e noutras de desincentivar. Está disponível para tentar essa abordagem na nova revisão do POTRAA?

Para já, são apenas essas questões que tinha para a senhora Secretária.

A Secretária Regional respondeu: senhor deputado Carlos Silva, agradeço as suas considerações principalmente, afinal, porque deu a resposta que eu ia começar por dar.

Queria começar por dizer, que o senhor deputado Carlos Silva, na sua intervenção final, fez referência exatamente a uma versão do POTRAA que foi retirada pelo Governo Regional, que estava desatualizadas naquilo que eram os seus dados base, etc. e, portanto, não nos pareceu de modo nenhum que tivesse condições de avançar e quando tomei posse, defini que o PEMTA deveria ser a nossa prioridade, e só posteriormente, em função das boas regras do planeamento, passar para a revisão do POTRAA. Portanto, com todas as críticas que o POTRAA teve na altura, e que agora referiu, porque é uma realidade, só havia uma solução, era retirar mesmo o POTRAA e, portanto, agradeço porque vêm no fundo redobrar a minha teoria de que o POTRAA não tinha pernas para andar. Retirada a proposta, nós avançámos com aquilo que consideramos ser as boas práticas do planeamento. Primeiro plano estratégico, primeiro saber para onde é que queremos ir, saber que contornos queremos para o nosso turismo, que produtos

estratégicos queremos, que mercados estratégicos queremos, que recursos queremos… Como é que devemos organizar tudo isso para depois ordenar do ponto de vista territorial. E o POTRAA é um instrumento de gestão territorial regional.

Muitas das considerações que o senhor deputado colocou aqui não se resolvem ao nível do POTRAA. O planeamento tem vários níveis, e quando se entra ao nível concelhio freguesia têm que ser os planos natureza autárquica, desde logo o PDM e se quiserem até declinar noutros tipos de planos, ainda há o plano de urbanização e o plano de pormenor, para regular esse tipo de ordenamento. O POTRAA é um plano regional, que obviamente atende às nove ilhas, mas não pode descer dessa realidade, sob pena de entrar num detalhe que não serve o interesse comum, o interesse regional.

Pronto é isso, é apenas uma consideração, como também referiu que se a nossa lógica seria flexibilidade, ainda não temos esse tipo de conhecimento do que é que vai ser porque agora é que estamos a iniciar o processo. Da mesma maneira, e foi um bom exemplo ter falado no TVDE, que não conseguiu atrair ninguém para o setor, é óbvio que nós não podemos investir em instrumentos de gestão territorial que também não sirvam o setor, porque se não, acontece aquilo que aconteceu em 2008 e 2010: o POTRAA foi imediatamente suspenso, passados dois anos.

Isto para dizer que tem que haver equilíbrio na formulação desse plano, que é um plano de ordenamento de território e turístico regional, deixando para os planos de ordenamento do território, consegui aquilo que é da competência autárquica, sem deixar de coordenar com isto tudo, falar com todos os parceiros sociais, ter uma ampla divulgação de uma primeira proposta, com audições públicas, porque tem que ser um documento de longo prazo, tem que ser um documento estratégico, assente no plano estratégico e com uma durabilidade de longo prazo, tem que ser um documento que de si mesmo contenha, limitações, mas também flexibilidade na sua aplicação.

Sobre o compromisso, nós falamos disto ainda há bem pouco tempo, discutimos na Assembleia uma resolução do Bloco de Esquerda sobre a construção do POTRAA e a formulação do novo POTRAA, com datas para fevereiro. Fevereiro já passou. Só o tempo que mediou entre o fim da Assembleia Legislativa Regional, a dissolução e uma nova Assembleia Regional e um novo Governo, já passou mês de fevereiro. Isto para dizer dos calendários que há circunstâncias que nos ultrapassam e que se sobrepõe àquilo que possa ser o nosso interesse. Assumir um compromisso, neste momento, posso assumir é que estamos já a desencadear esse processo, já fizemos um trabalho interno de *benchmarking* relativamente a outros mercados com quem nos identificamos para perceber como é que organizam o seu setor turístico e com base nesse *benchmarking*, é um trabalho interno de pesquisa, sem grande formalidade, vamos agora promover a elaboração de um caderno de encargos para a contratação de um consultor com experiência nessas áreas que nos possa ajudar a construir um documento que sirva a Região, não é que sirva o Governo, ou a A ou a B. É um documento que sirva a Região.
É esse o nosso propósito e tenho a certeza que conseguiremos num espaço mais ou menos dilatado no tempo, mas o compromisso já está em marcha porque já estamos a desencadear esse processo da construção do caderno de encargos.

No direito de réplica o deputado Carlos Silva, agradeceu as respostas dadas, apesar de não ter assumido aqui um compromisso claro. Quando falo em compromisso, eu percebo que veio suceder ao engenheiro Mota Borges, não é essa a questão, mas o Governo do qual fazia parte, teve um compromisso também com os açorianos, quando apresentou uma nova versão do POTRAA, em 2022. Entendia o Governo que era importante uma nova versão do POTRAA, é verdade que essa versão tinha erros, tinha cenário base atualizado, não era adequado, mas isso é uma revisão que é rapidamente se faz, se a questão era apenas a questão do cenário de base sobre o qual se debruçava. Se o mesmo Governo, do qual faz

parte, assumir como compromisso que em 2022 era necessário fazer essa alteração, é inevitável a pergunta: senhora Secretária, dois anos passaram, o Governo vai iniciar o processo?

O fato de termos trabalhado num PEMTA não impedia que o Governo tivesse avançado com o POTRAA. E essa é também uma diferença que temos de entendimento. Para o Partido Socialista era possível e desejável ter-se avançado no POTRAA, aliás, o próprio Governo reconhece essa necessidade quando apresenta, em 2022, uma versão no Parlamento Regional. Dizer que ficamos à espera da definição do PEMTA, mas o PEMTA que temos em vigor atualmente, não difere assim tanto daquilo que existia anteriormente. Nós sabemos que tipo de turismo queremos, sabemos que alterações ocorrem nos mercados emissores, mas de que forma é que isso altera aquilo que nós entendemos ser necessário do ponto de vista da regulamentação do ordenamento turístico da região? Não altera, senhora Secretária, e não deve servir de desculpa nós não termos um POTRAA já porque estivemos a aguardar pelo PEMTA. Foi uma opção do Governo, é legítima, mas já se podia ter avançado mais rapidamente nesta matéria.

Pergunto, senhora Secretária, se até ao final de 2024 este Parlamento terá uma nova versão do POTRAA para o qual se possa começar a trabalhar/analisar, porque também há que relembrar que a Assembleia terá que fazer o seu papel, a Comissão de Economia terá que ouvir vários parceiros sociais, as autarquias e bem, também são parte integrante deste processo, os empresários… E nós, quando falamos em necessidade de regular o setor, falamos dessa necessidade para os residentes, mas também do ponto de vista dos empresários, que também precisam de saber o que é que a Região quer do ponto de vista de desenvolvimento turístico, obviamente que isso responde a vários níveis, quer do ponto de vista empresarial, quer do ponto de vista dos residentes e, portanto, pergunto novamente se até ao final de 2024 nós teremos ao nosso dispor uma nova versão do POTRAA.

A Secretária Regional respondeu: senhor deputado Carlos Silva, faz parte do programa do Governo aprovado recentemente, que o POTRAA é um compromisso deste Governo que iniciou funções a 4 de março deste ano. Só em relação ao PEMTA, queria lembrar que o PEMTA estava em vigor 2015-2020, portanto era o fim do prazo de vigência e para o programa dos novos fundos comunitários 2030, não sendo obrigatória, eu desejava ver essa revisão. Além de que, continuo a dizer, do ponto de vista das boas práticas do planeamento, as opções estratégicas perseguem as opções mais de ordem operacional, como é o caso do POTRAA. Estamos com este compromisso para este mandato e como disse o compromisso a assumir é para o mandato e já estamos a trabalhar nessa matéria.

Joaquim Machado (PSD) - Parece que estamos aqui num pequeno equívoco que é o pretexto desta petição que tem o seu objeto muito definido, queremos aqui fazer um debate sobre o POTRAA. Claro que o objeto da petição tem alguma relação com o POTRAA, mas isso não me parece não legitimar esta pretensão de se fazer aqui a discussão deste documento que, na sua falta, levo o Partido Socialista a reconhecer as responsabilidades que tem nesta matéria. A estratégia do Partido Socialista tem sido exatamente essa: reconhece que cometeu um erro, e com isso, parece que apaga toda a responsabilidade que tem na situação que estamos a viver e que isso também legitima o Partido Socialista é exigir do Governo Regional, que no imediato se consiga reparar ou desenvolver aquilo durante dezenas de anos, o Partido Socialista foi incapaz de concretizar. Sem deixar também depois de evidenciar esta particularidade, parece assim bocadinho estranha que é o Partido exigir ao Governo fazer o que ele, através do seu voto, contra o plano do Governo, não queria que o Governo fizesse.

A falta do POTRAA não tem impedido o desenvolvimento progressivo da atividade turística na Região, conforme expressam todos os seus indicadores. Seja

o número de passageiros desembarcados, seja o nome de dormidas, sejam os proveitos. Não é o POTRAA criado dificuldades, pelo contrário, e também não creio, que fica já o esclarecimento, que é a falta do POTRAA que tem permitido este crescimento. Há aqui um conjunto de outros fatores que têm levado a esse crescimento, à atividade turística com a sua devida sustentabilidade e a mais do que isso. Eu não encontro o objeto da petição, mas também daquilo que o POTRAA tem a ver com esse objeto que é de se desvirtuar do ordenamento de território, efetivamente, muito da habitação ter sido recuperada para alojamento local, não desvirtua o ordenamento do território, pelo contrário, valoriza a taça identitária e tradicional que o ordenamento do território tem na nossa Região, há muitas décadas, e, portanto, tem sido uma mais-valia também do ponto de vista territorial.

A falta do POTRAA, eventualmente pode ter permitido algum desvio a esta norma, afinal, que, no entanto, a regra é o que se tem feito em termos de investimento turístico na Região, e não é um Alojamento Local, mas até no alojamento do Poleiro, tem sido feito com qualidade sem grandes impactos ao nível da qualidade paisagística. Coisa diferente é o problema da habitação, isso aí levar-nos-ia a uma discussão muito longa.

Na matéria concreta desta petição, eu acho que é preciso também atender muito bem, disse a senhora Secretária Regional, o papel dos municípios. E de facto, enquanto instrumentos de gestão territorial ao nível do Conselho, os municípios têm um papel importante nesta matéria, de regulação.

São todos chamados, sejam do PSD, sejam do PS, são todos chamados por obrigação legal, mas também por opção política, a fazer essa gestão. E, portanto, as duas coisas concorrem para o mesmo filme.

Os argumentos que aqui foram invocados a exigir e a defender o POTRAA, quanto antes, acho que provoca um equívoco que não deve ser argumentado, que o POTRAA deve ser desenhado e construído para criar limites ao investimento,

qual eu acho que deve ser uma coisa muito diferente que deve resultar e que deve corresponder aos objetivos estratégicos de planeamento que estejam definidos para a Região, atendendo às particularidades que nós depois temos, que é a variação da dimensão de ilha para ilha e do concelho, que obriga depois também a que toda esta regulamentação atende exatamente estas variedades.

Com estas intervenções, estão previstas para formular perguntas, naturalmente que tinha que acabar e vou acabar mesmo com duas perguntas, à senhora Secretária Regional: a falta do POTRAA levou a excessos em termos de gestão territorial que o Governo Regional reconheça como tal, que até para opinião pública, identifico como sendo o excesso cometido só pela falta do POTRAA. Ou, por outro lado, se algum investimento que pudesse ser considerado estratégico e determinante para este progresso dos indicadores do turismo na Região que não se não tenham sido realizados na Região pela falta do POTRAA.

A Secretária Regional respondeu, senhor deputado Joaquim Machado. Para irmos direito ao ponto, eu começava por reiterar aquilo que referiu, inicialmente: há POTRAA, nós temos um POTRAA. Há aqui equívoco qualquer: Há um POTRAA desde 2008. O POTRAA está suspenso em São Miguel. Tanto se fala do POTRAA que parece que não há POTRAA. O POTRAA está em vigor para todas as ilhas, só não está em vigor, que foi suspenso em 2010, pelo mesmo Governo que fez o POTRAA em 2008, em São Miguel. Mas mesmo assim, em São Miguel há um conjunto de legislação que baliza os licenciamentos turísticos. Não é desregulado nem à vontade de quem licencia.

Por um lado, isto, queria reiterar isso que disse ao longo da sua intervenção: é que nunca houve desvio ao POTRAA, onde ele está em vigor. Ele está em vigor em todas as ilhas, com exceção de São Miguel. Nunca houve nenhum excesso, porque os instrumentos de gestão territorial existem, mesmo que alguns estejam em revisão, como é o caso da maior parte dos Planos Diretores Municipais. Tudo se

conforma sempre com os instrumentos territoriais que estão em vigor. Não há vazios.

Há PDM em revisão, mas há PDM. Há um POTRAA que se aplica a todas as ilhas e que está suspensa são Miguel, mas há POTRAA. E é são Miguel há outra legislação que regulamenta os licenciamentos dos empreendimentos turísticos e, portanto, nunca houve nem nenhum empreendimento que não tenha sido feito, nem houve nenhum empreendimento que tenha sido ou excessivo ou que tenha feito qualquer desvio nenhum àquilo que está previsto no POTRAA em vigor. Queria que isto ficasse bem claro porque são instrumentos de gestão territorial, com força de lei, e não há de forma nenhuma em relação a nenhum empreendimento qualquer tipo de não cumprimento daquilo que está estipulado nestes diferentes instrumentos de gestão territorial.

Francisco Lima (CH)- Senhora Secretária, quero centrar a nossa preocupação na petição que é isto que aqui estamos a tratar. Acho que houve aqui uma deriva política, por vezes entre os partidos PS e PSD, um "passa culpas" novamente, e em relação a todo o respeito que merecem os peticionários, nomeadamente os dois primeiros, Mónica Goulart e Duarte Neves, o que eles falam é de fato no paradigma, não da ilha do futuro, mas é da ilha do futuro para todos menos para os picoenses. Sobre isso, eu queria fazer exatamente a seguinte questão, várias questões, mas uma delas muito importante: eles falam num empreendimento 17000 m², em Santo Amaro e queria saber se esse empreendimento já em alguma decisão do Governo relativamente a ele. Uma vez que eles falam de uma volumetria de 17000m², que seria praticamente quase a volumetria de todas as habitações que lá estão.

Outra questão que me apercebi, é que uma das principais preocupações não será propriamente a questão da oferta turística, será a construção e reservas agrícolas e ecológicas de empreendimentos turísticos, muitos dos quais com arquiteturas

que deixam muito a desejar porque não há uma definição do que é que seriam os materiais e mesmo as tipologias que seriam adequadas àquelas regiões, como em outras partes das ilhas, seria recomendável. Portanto, para habitação, não há forma de eles poderem construir. Eu também quero fazer uma outra pergunta que é: o excesso de proibicionismo, de que a ilha do Pico claramente é uma vítima, ou seja, tudo é proibido. Qualquer dia, a gente tem que pôr aqui a Secretaria das Ruínas, porque onde há uma ruína pode-se contruir, onde não há ruínas do lado direito e do lado esquerdo pode-se construir, também não se pode construir.

Uma ilha enorme em que não há terrenos para as pessoas poderem contruir e os jovens se poderem fixar. Há aqui um excesso de burocracia. Aliás, nós temos aqui é o PDM, o POC, é o POTRAA, e por coincidência, é tudo com "P" que é a paralisia económica. Nós não avançamos porque há um conjunto de entidades dispersas que ninguém manda em nada. O turismo manda, manda o PDM, manda a Reserva Ecológica, mando o Domínio Público Marítimo e, entretanto, temos uma ilha desertificada, que não tem população, não consegue construir. O próprio Governo da República, como sabe a lei em relação à habitação, que vai ser revertida, mas ia muito no sentido do excesso de burocracia. Existe um excesso de burocracia tão atroz que ninguém consegue fazer nada, portanto a gente aqui tem a questão do POTRAA, do PEMTA, faz lembrar o pentacampeão, eu não sou do Porto, mas é o pentacampeão, que é o campeonato da burocracia atroz, que não se consegue fazer nada. E eu acho que os peticionários o que querem saber aqui é: como é que eles, pessoas que lá vivem, os picoenses, vão construir? A especulação não existe, existe é falta de oferta, porque se houvesse oferta, os preços dos terrenos não seriam tão caros. Portanto, o proibicionismo é que gera a especulação.

Sobre essas questões, eu queria que me respondesse, não acha que há um excesso de proibicionismo? Se já foi tomada uma decisão sobre a questão desse empreendimento? E sobre as questões arquitetónicas, se o turismo pretende, ao

fim ao cabo, arranjar um padrão arquitetónico? O que é que é aceitável? É aceitável fazer ali as Torres de Babel? Eu vi impressões da senhora Mónica Goulart, que fala nas expressões de madeira também desenquadradas em termos paisagísticos. O que é que é aceitável em termos turísticos neste momento? E são essas questões que eu tinha que fazer.

A Secretária Regional respondeu, senhor deputado Francisco Lima, revejo-me em muitas das considerações que faz porque a discussão que tivemos sobre o POTRAA é exatamente isso. Toda a gente quer é planos, já reparou? Querem planos. E eu ando aqui a dizer que o plano deve ser flexível, que o plano deve ser indicativo e por isso é que pus o PEMTA à frente do POTRAA, porque uma coisa é nós termos linhas orientadoras e estratégicas do que queremos, outra coisa é termos planos vinculativos que não só criam burocracia, como disse e bem, como limitam a atividade dos privados em função de um conceito que os públicos consideram que é o correto. E o que é que é correto? É o conceito dos públicos e ou conceito dos privados? Estas questões são muito difíceis de se conseguir dizer de que lado está a razão, mesmo a nível da arquitetura: a arquitetura é uma questão de gosto. Há pessoas que gostam de uma arquitetura, há pessoas que não gostam de uma arquitetura. Tudo isto tem de ser enquadrado em balizas e não tem de ser necessariamente impositivas, mas sim orientadoras. E é assim que eu vejo os planos, os planos são tão mais úteis, quanto forem orientadores e não planos que imponham às pessoas que querem investir e depois têm que ser cumpridos pelos poderes públicos, restrições de toda a ordem. Eu acho que foi um bocadinho banido da sociedade atual aquilo que nós chamamos de bom senso. E parece que não há espaço para o bom senso. Porque se nós tivermos planos orientadores, e não precisamos de ter muitos, eu fui Presidente de Câmara Municipal, durante onze anos e fui apenas com o PDE. Não é preciso muito plano para nós gerirmos bem. O bom senso faz parte das competências da gestão das pessoas. E é preciso

que isto esteja em cima da mesa e que seja partilhado com a sociedade. Mas também não podemos pensar que vamos continuar a ter tudo como de antes. Não. Há espaço para as novas expressões arquitetónicas, tem que haver espaço para a evolução das correntes mais moderna da arquitetura. Têm de ser bem enquadradas, se não ainda estávamos no tempo das cavernas. A sociedade evolui, é dinâmica, é mais dinâmica do que a lei, na maior parte dos casos, por isso é que as leis ficam desadequadas. E se me disser que uma coisa essencial é desburocratizar isso tudo: eu estou absolutamente de acordo consigo. O que é preciso é desburocratizar. Já houve uma lei, agora recentemente, que desburocratiza muito ao nível da construção civil. Já é bom, mas podemos ainda ir mais Longe, mas quando eu vejo não tinha insistência, e o POTRAA? Eu parece-me que o que está por detrás disto tudo não é desburocratizar, é burocratizar ainda mais. E isso preocupa. Por isso é que chamo o POTRAA de nova geração - é um documento orientador com balizas, mas não vinculativas ao ponto de nós estarmos todos partilhados, então, venha para cá a inteligência artificial e faz isso. Temos que ter essa dimensão humana nas decisões que tomamos. E isso é importante nos municípios, quando se faz um PDM, isso é importante nos POTRAA, quando se faz os Planos de Ordenamento da Orla Costeira, isso é importante dos planos das bacias hidrográficas, isso é importante no POTRAA. Ainda bem que eu tenho oportunidade neste momento de dizer isto: é preciso ter o bom senso de permitir que a economia funcione, que a sociedade respire, que os privados façam as suas opções e que nós estejamos cá para dentro de balizas, certamente, dentro de balizas, haver opções de decisão. Porque isso faz parte da natureza, o facto de nós sermos humanos e exercer essas funções. Nós, os presidentes de Câmara, a Assembleia Regional, os Deputados, os governantes etc. São as pessoas. Não podemos negligenciar a capacidade de as pessoas terem bom senso no exercício da sua atividade. Não pode estar tudo regulado. Não faz sentido. Não vivemos nesse tipo de sociedade, nem queremos

viver nesse tipo de sociedade. Por isso, quando se fala do Pico, ou de outra ilha qualquer, onde se constrói o empreendimento turístico que não tem infraestruturas de água, que não tem infraestruturas elétricas, que não tem infraestruturas rodoviárias, quem é que vai construir uma casa aí? Ninguém. Ou um grande promotor imobiliário faz um grande empreendimento para habitação e tem tratamento de aprovação em função dos instrumentos de gestão territorial existentes. Coisa diferente é um promotor turístico que, quando apresenta um projeto, apresenta um projeto com infraestruturas viárias, com infraestruturas de eletricidade, com infraestruturas de abastecimento de água, com infraestruturas de saneamento básico de águas pluviais e de águas residuais. Isto pode ser autorizado. Uma casa sozinha no meio do nada não pode ser autorizada. O PDM não permite. E por isso é que às vezes pode parecer que há situações que têm um tratamento diferente, mas têm tratamento diferente porque uma constitui uma urbanização e a outra constitui uma licença individual de construção e isso não é permitido em locais onde não há infraestruturas. Mas isso está nos PDM, nem sequer no POTRAA. Tem que se respeitar essa parte porque uma autarquia não pode estar obrigada a pôr eletricidade ou a EDA ou a autarquia, água e saneamento num sítio qualquer, onde a pessoa resolve fazer uma casa. Não pode. Tem que haver limitações e isso não significa dualidade de atuação por parte da autarquia. Isso tem a ver exatamente com um conjunto de restrições que hoje têm e que os outros são eles próprios que os vão construírem e vão promover.

Isto para dizer que se formos a ver aquilo que o senhor deputado disse, eu estou de acordo com tudo: desburocratizar e proporcionar a vivacidade da sociedade. Agora, que é preciso algumas balizas para os poderes públicos saberem como é que se hão de posicionar nestas decisões? É verdade. Que essas balizas não podem ser tão restritivas, que impeça a iniciativa de tudo e de todos, também não pode ser. E basicamente, resumindo, é isto que eu acho que os instrumentos de gestão devem ser.

No direito de réplica o deputado Francisco Lima, referiu, a questão é sobre o empreendimento. Agradecia, se a senhora Secretária tem conhecimento, também não é obrigada a ter conhecimento de todos os projetos, se aquele projeto em concreto, dos 17000 m² em Santo Amaro, uma vez que lhe deve ter entrado para a secretaria, que agora tem a tutela, se foi ou não objeto de aprovação ou de reprovação. E em relação também a essa questão quando fala nos PDM, muitas vezes os PDM são condicionados por reservas que aparecem de forma completamente abusiva e o que eu estou a falar é sítio que tem infraestruturas, que têm casas do lado direito, tem casas do lado esquerdo, tem as infraestruturas de lá, mas é proibido construir. Porquê? Porque são direitos adquiridos, são as tais ruínas, e é eu que eu digo, a "Secretaria das ruínas". Precisávamos de alguém com os camiões pôr umas ruínas, para as pessoas depois poderem construir em cima dessas ruínas, porque também não é bom senso dizer se existe um caminho, se existe infraestruturas, se existe casas do lado direito e do lado esquerdo, existe espaços vazios, porque é que não se pode construir naquele espaço? Qual é o dano ambiental, qual é o dano ecológico que vamos ter aqui? Estamos perante o radicalismo, uma vez ambiental, outra vez para parecer bem, e que nada funciona e que não se consegue construir. Se eu for a Santo Amaro, de certeza absoluta que tem lá muitos espaços: a casa do lado direito, é legal, é uma ruína, e do lado esquerdo, mesmo no meio não se pode construir porque é proibido por uma razão qualquer, ou uma reserva ecológica, uma reserva de uma coisa qualquer ou é reserva da vinha ou é a reserva do vinho assírio, qualquer coisa é proibido e esse proibicionismo já está a atingir níveis que qualquer dia todos temos que emigrar daqui para fora porque não se consegue fazer nada, nomeadamente os picoenses, aconselho daqui a dias a imigrarem todos, se calhar olha para o Faial, se lá permite fazer casas. O cenário que estão aqui a falar é que não conseguem arranjar terrenos em condições porque não há oferta. E porquê? É o proibicionismo, o excesso de

burocracia. É quase um concurso de quem é que arranja um regulamento que vai entravar mais economia e as pessoas… Já não se governa para as pessoas, governasse para as secretarias, para os egos e eu acho que o problema que existe aqui é isto e, portanto, só para esclarecer a minha questão, ninguém vai passar por cima do PDM. O PDM, como sabe melhor do que eu, porque foi autarca, está condicionado pelas reservas ecológicas, reservas agrícolas. Muitas delas sem condições de agricultura absolutamente nenhumas. E em termos ecológicos também completamente desatualizados, não foram revistas como deve ser.
Resumindo isso, eu gostaria que me dissesse, uma vez que é uma resposta aos peticionários, se esse empreendimento avançou? Eu sei que também ouvi, da sua parte, que obedece a requisitos de infraestrutura, porque também os peticionários diziam que não havia infraestruturas lá, nem de água, em São Roque. Não sei, gostaria que me respondesse, se souber.

A Secretária Regional respondeu, senhor deputado Francisco Lima, eu tenho o maior gosto em responder, mas nem me consegue identificar o nome do promotor e, portanto, eu não lhe consigo dizer isto, posso me informar. Sei que há vários projetos no Pico, vários em várias freguesias. Também queria lembrar que nós não aprovamos, nós damos parecer e, portanto, em relação a isso em concreto, precisava de ter mais algum detalhe para pedir informação sobre ele.

António Lima (BE) – Vou tentar ser breve na intervenção, que a audição, de facto, já vai longa e tentando obviamente focar também no objeto da petição, que sendo focado em parte no que diz respeito à ilha do Pico e a uma freguesia em particular, a freguesia de Santo Amaro, a petição e os peticionários focam as suas preocupações e as suas reivindicações também na questão do ordenamento turístico, referindo explicitamente o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores. Daí, julgo eu, que é algo despropositado dizer-se que essa

matéria do ordenamento turístico em geral dos Açores estaria fora do âmbito da petição, onde, pelo contrário, está perfeitamente dentro do âmbito. Aliás, é uma das preocupações dos peticionários.

Os peticionários levantam um conjunto de questões e uma reflexão que nos parece importante fazer sobre o desenvolvimento turístico e em boa medida sobre o desenvolvimento da Região, partindo do exemplo da realidade concreta da ilha do Pico.

Percebo que o Governo, através da senhora Secretária, refira que os Açores têm como objetivo ou como linhas orientadoras do desenvolvimento turístico a sustentabilidade a respeito do ambiente, mas na verdade, não basta que esses princípios estejam vertidos em documentos estratégicos. A estratégia se não for colocada em prática, e se não tiver uma política e legislação que as implementem, é vazia, é apenas proclamatória e não tem consequência prática. De fato há preocupações que os peticionários levantam que revelam que a estratégia, embora exista no papel, na prática não se tem concretizado em várias medidas, sendo que tivemos nos últimos anos um crescimento ao nível turístico que obrigam necessariamente a uma reflexão e uma revisão não só da estratégia, mas também dos documentos que dão corpo a esta estratégia. Ora, é sabido que nós, há muito que dizemos que um Plano de Ordenamento Turístico para os Açores é fundamental, não só porque ele regula o setor e não só orienta, mas também define, onde, quando e como é que deve existir esse desenvolvimento, e falo mais em desenvolvimento do que crescimento, que são coisas diferentes. Sem esse documento, tendo em conta os anos que já passaram desde a sua criação e aprovação, nós andamos um pouco à deriva. E embora se diga, pegando no exemplo da ilha do Pico, que é evidente que na ilha do Pico, como noutras ilhas, o Plano de Ordenamento Turístico está em vigor, mas está completamente desfasado da realidade, não é desatualizado, é pior do que isso. Está desfasado da realidade, porque a realidade de 2008 não tem qualquer comparação, e julgo que

isso será consensual, com a realidade de 2024. Por exemplo, o anterior POTRAA definia, e por algum motivo fez nos limites de camas e bolsas de camas. Em 2008, a realidade em termos de alojamento turístico nos Açores era totalmente distinta. O fenómeno do alojamento local não existia. E o que isso levou é porque, por exemplo, na ilha do Pico, o máximo de construção de camas, de empreendimentos turísticos, atualmente seja de 2666. Todavia, existem 3363 camas, não incumpriu com o Plano de Ordenamento Turístico porque dessas 3363, 2419 são de alojamento local. Ora, como alojamento local não entra para a contabilização do número de camas para os limites de camas, leva essa realidade totalmente desfasada, o que efetivamente há um maior número de camas do que aquele que estava previsto e que já foi atualizado, entretanto, com a criação de bolsas de camas, mas não é um incumprimento do POTRAA, porque o alojamento local não se enquadra nestes limites. De facto, é necessário rever este plano e é necessário atualizá-lo à nova realidade.

A pressão turística tem consequências a vários níveis e é preciso compatibilizar todos os interesses que estão em causa, até porque não há, por exemplo, falando da questão da habitação em particular porque está evidentemente relacionada, não há desenvolvimento turístico, não há emprego no turismo, não há crescimento mesmo para quem defende que temos que crescer na época alta, mas não há crescimento se para quem trabalha no setor não tiver onde morar. A não ser que se queira importar para os Açores realidades como assistimos, por exemplo, no Alentejo em que os imigrantes vivem em situações perfeitamente inaceitáveis e desumanas. Não é essa a realidade que nós queremos. Todas essas questões têm de ser compatibilizadas e não há outra forma de o fazer, sendo que nem nos relatórios, e a questão para terminar, porque a audição já vai longa, como há pouco referi, pedia à senhora Secretária se confirma que o próximo Plano de Ordenamento Turístico não terá caráter regulatório, se não terá força para impor, por exemplo, limites ao número de camas? É porque se é apenas um documento

orientador, senhora Secretária, talvez nem sequer valha a pena fazer porque já há o Plano Estratégico Marketing e Turismo e a opção do Governo é não regular o setor e deixá-lo exatamente o mercado a funcionar. Se essa opção do Governo escusa de pagar alguém para fazer esse plano, porque ele não vai servir de nada.

A Secretária Regional respondeu: senhor Deputado António Lima. Vou direta ao assunto porque o tempo corre e eu tenho um compromisso já atrasado. Eu disse aqui em todas as circunstâncias e em todas as minhas intervenções, que o documento deve ter balizas, e se tem balizas, obviamente, que essas balizas são para cumprir. E dentro dessas balizas, ter alguma elasticidade para responder àquilo que é o desenvolvimento da Região. Isto é o que eu chamo, um documento flexível não é um documento não existir, não é um documento que não tenha balizas e dados para podermos orientar a nossa decisão. Só que entre aquilo e porventura que o senhor deputado defende que é uma regulamentação quase total do setor e uma regulamentação de balizas e dentro destas balizas, deixar a sociedade civil respirar, vai uma grande distância. Para mim, um POTRAA, um Plano de Ordenamento de Território e Turismo, para os Açores, um Plano de Ordenamento Turístico para os Açores. Foi assim que disse que designou e com razão, portanto, ao nível Açores, que deve ter um conjunto de orientações, um conjunto de balizas, por outro lado, assentes naquilo que é o PEMTA, para permitir um desenvolvimento e, repito, a sua palavra do setor turístico, nos Açores. É isso que nós desejamos. Agora, o que vai ser o resultado final de um trabalho que só agora vai começar, não estou a dizer que vai regulamentar mais aqui e menos acolá, que vai descer a um detalhe mais do ponto de vista territorial, mais de uma malha mais fina ou de uma malha mais alargada, tendo em conta o todo regional. Eu penso que descerá alguma coisa, mas sempre sem perder a perspetiva de ser um Plano de Ordenamento do Turismo dos Açores e para os Açores.

No direito réplica o deputado António Lima, referiu: fico esclarecido com a sua resposta, mas não fico totalmente seguro se estamos a interpretar o tipo de documento da mesma forma, mas a senhora saberá bem melhor do que eu exatamente o que está em mente e ficamos a aguardar pela proposta, sendo que, como já foi aqui referido, nós Região estamos à espera desta proposta há muitos anos e há tempo que se perde porque a realidade é dinâmica e o tempo passa e cada vez que o tempo passa, há situações que depois começam a ser irreversíveis e quando tivermos esse tal plano, eventualmente já pouco regular.

José António Soares (PSD) - Primeiro para um esclarecimento em relação à construção dos 17000m2 que estavam aqui a levantar. Existe neste momento na Câmara de São Roque um pedido de informação prévia, que está em avaliação na própria Câmara de São Roque do Pico, por isso, em relação a esta questão estamos, digamos, esclarecidos. Por outro lado, também dizer que em relação às construções e tudo aquilo que aqui está explanado, na própria petição, o que é certo é que houve realmente uma janela de oportunidade para toda a gente e toda a gente acabou por vender muitas das suas casas, e muitas foram todas recuperadas e transformaram depois em alojamentos locais, que veio dar uma dimensão e uma oferta turística à ilha do Pico.
Temos também aqui uma questão de várias janelas de oportunidade de negócios que todos têm aproveitado. Quero também aqui ressalvar, também fui autarca durante muitos anos, e quero dizer que os planos são cumpridos escrupulosamente, com muito rigor, todos os planos são cumpridos. Em termos de construção dos elementos, uma das peticionárias penso que é arquiteta Mónica, que foi funcionária e fiscalizou muitas obras que aconteceram na zona da paisagem protegida da cultura da vinha da ilha do Pico e, portanto, acompanhei muitas dessas obras e por isso dizer que tudo tem sido escrupulosamente

acompanhada, fiscalizadas, em relação aos PDM por parte das autarquias. Portanto, aquilo que tem acontecido e a própria reabilitação que tem sido feita ao nível de toda a ilha e o aproveitamento também de muita gente que aproveitou essa oportunidade para poder fazer negócio e isso também tem acontecido e, portanto, as vendas de casa, claro que hoje a necessidade de construção de habitação, é uma realidade.

Capítulo V
CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários e na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 60/XII, a Comissão de Economia aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

1. A petição foi devidamente subscrita, por 623 cidadãos, devidamente identificados, nos termos da alínea a) do n.º 1) do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia;

2. As pretensões dos peticionários têm origem no que consideram ser o desenvolvimento turístico desequilibrado e insustentável dos Açores e da ilha do Pico.

3. Defendem que sejam revistos os Planos Diretores Municipais (PDM) e o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), com revisão dos critérios que definem as reservas ecológicas e agrícolas, as zonas de risco e espaços agroflorestais adjacentes, de forma a impedir a construção de empreendimentos turísticos nestas zonas consideradas tão sensíveis.

4. Defendem que haja uma maior aproximação à população local nos processos de tomadas de decisão no que concerne à definição dos limites do novo POTRAA e na apreciação de novos empreendimentos turísticos.

5. Defendem, ainda, que a revisão do POTRAA se faça tendo em conta uma maior aproximação à realidade das freguesias, estabelecendo, entre outras medidas de planeamento, um rácio entre o número de camas turísticas (incluindo o Alojamento Local) e outros serviços (como a mobilidade, as zonas de visitação, a restauração ou o comércio de bens essenciais) e o número de residentes por freguesia e não por concelho ou ilha.

6. A Secretária Regional referiu que o Governo Regional tem um Plano Estratégico e de Marketing dos Açores que tem a sustentabilidade como pilar central no desenvolvimento, que traça as suas linhas gerais em termos de utilização de recursos, produtos estratégicos de mercados estratégicos e promoção estratégica.

7. Explicou que o Governo, através da Direção Regional do Turismo, dá parecer vinculativo sobre operações urbanísticas relacionadas com empreendimentos turísticos. Um parecer que tem como referência os instrumentos de gestão territorial, ao nível quer dos POOC, quer dos PDM e tem em conta a adequação do empreendimento pretendido aos objetivos estratégicos e aos diferentes instrumentos e no interesse do turismo regional.

8. De acordo com a Secretária A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, o turismo no Pico é um caso de estudo, um exemplo para o crescimento do turismo em ilhas como as nossas, de pequena dimensão,

que precisam de pequenas unidades com características ambientalmente sustentáveis para atraírem os nichos de mercado desejados.

9. O Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA) foi criado em 11 de agosto de 2008 pelo Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A. Ele abrange as nove ilhas dos Açores e tem como objetivo regulamentar o desenvolvimento turístico, preservando o ambiente e a cultura local.

   O POTRAA foi suspenso parcialmente pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2019/A.

   Atualmente, o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores encontra-se em revisão.
10. A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, afirmou que o POTRAA é um compromisso deste Governo que iniciou funções a 4 de março deste ano, para o atual mandato.

Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com competência na matéria.

Velas, 14 de junho de 2024.

O Relator, *Paulo Silveira*

O presente relatório foi aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD e Chega e os votos contra do PS e BE.

O Presidente, *Paulo Simões*

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado e Relator Paulo Silveira.

Vamos abrir inscrições para a apreciação da petição.

Sr. Deputado Francisco Lima, faça favor.

(*) Deputado Francisco Lima *(CH):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero começar por saudar o primeiro peticionário, o jovem Duarte Cordeiro Neves, por usar este mecanismo legal, que é importante para as pessoas manifestarem o seu descontentamento e muitas vezes a sua indignação.

O que temos mais uma vez aqui, a razão base, segundo os peticionários, é o desenvolvimento turístico desequilibrado e a especulação imobiliária insustentável dos Açores, concretamente na ilha do Pico.

Isto é daqueles casos em que a gente não sabe o que é que veio primeiro, se ovo ou se a galinha. É o excesso de alojamento local que causou escassez de imóveis, portanto, de casas e alojamentos, ou é a escassez de alojamentos que causou o problema? Ou seja, temos aqui uma situação de falta de oferta.

Os jovens que foram ouvidos dizem que, realmente, a nível turístico, nem os próprios empreendimentos conseguem arranjar mão de obra, porque não conseguem fixar trabalhadores.

De que é que decorre esse problema? Esse problema decorre da onda que nós aqui cavalgamos, que é a onda de proibir tudo.

Eu quero que me expliquem como se eu fosse uma criança de 6 anos: qual é o dano ambiental que há se houver uma rua com infraestruturas, com casas do lado direito e do lado esquerdo? Agora, é tudo reserva e é tudo proibido.

Nos Açores, qualquer dia, vamos ter todos de emigrar, ficam só os velhos aqui. Os jovens não vão conseguir fazer habitação. Não é por causa do excesso de alojamento local, é o excesso de proibicionismo. A ilha do Pico é uma das principais vítimas.

Deputado José Pacheco *(CH):* Muito bem!

O Orador: É uma desgraça total, uma ilha tão grande e é tudo proibido. Portanto, em Santo Amaro não há alojamento, não há terrenos para construção, porque é proibido. Os jovens ficam sabendo que os causadores desse problema estão aqui nestas paredes, que proíbem tudo. Somos nós que criamos legislação que proíbe

tudo. Não é possível evoluir.

Depois, temos o inverno demográfico. O inverno demográfico resulta de dois problemas: falta de habitação e falta de economia.

E, depois, temos uma coisa, que eles têm razão: para construir na reserva ecológica e na reserva agrícola, se forem grandes empreendimentos turísticos… E aí falo por experiência própria, no caso da ilha Terceira, onde temos lá dois "elefantes brancos", que até tiveram avales do anterior Governo Regional, que faliram, e nós contribuintes ainda tivemos que entrar lá com o dinheiro, esses podem construir onde quiserem. E aqui neste caso em concreto estava prevista a construção de um empreendimento turístico de 17 mil metros quadrados, que podia ser feito na reserva ecológica. Agora, o cidadão comum, um jovem que quer construir num sítio, não pode.

E eu, na altura, disse na comissão à Sra. Secretária e mantenho: crie a "Secretaria Regional das Ruínas", porque só se pode construir em ruínas. Neste momento, nos Açores, só se pode construir em ruínas. À beira-mar é só ruínas, palheiros… Isso é o que vale hoje em dia. Isso é que é o nosso património imobiliário. Estamos a reduzir a construção civil à beira-mar a ruínas, a palheiros, a adegas…

E estamos a promover com esse proibicionismo a construção ilegal.

Disse. Obrigado.

Deputado José Pacheco *(CH):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar os peticionários da petição designada por "O desenvolvimento

turístico desequilibrado e insustentável nos Açores e na ilha do Pico", na pessoa do primeiro peticionário, Duarte Neves.

Esta petição alerta, a partir de uma realidade concreta, de uma ilha dos Açores, da ilha do Pico, mais particularmente da freguesia de Santo Amaro, para os impactos da indústria turística nas comunidades locais e para a necessidade, que é urgente, de tomar medidas para se mitigarem estes impactos, garantindo um real e harmonioso desenvolvimento dos Açores.

Os peticionários alertam para vários aspetos, que não vou, naturalmente, citar todos, apenas destacando alguns que me parecem especialmente importantes. Em primeiro lugar, para a falta de envolvimento da comunidade local nos projetos que são implementados. E essa realidade sente-se muito, de acordo com aquilo que nos foi transmitido na comissão pelos peticionários.

Pela sobreposição da indústria turística e da especulação imobiliária à vida da comunidade local. Pelo aumento dessa mesma especulação imobiliária, que torna difícil e tantas vezes impossível o arrendamento e a aquisição de habitação por parte de jovens. Sabemos que não conseguem ter acesso à habitação, ou porque ela não existe como oferta no caso do arrendamento, ou porque aquela que está efetivamente disponível no mercado de compra e venda tem preços absolutamente inacessíveis para a maioria das pessoas, principalmente para quem está a iniciar a sua vida e não consegue de modo algum chegar a esses preços.

Só quem, efetivamente, já fez grande parte da sua vida e tem poder de compra, que não é o poder de compra dos Açores nem do país, é que consegue adquirir habitações e imóveis a preços que para a generalidade dos residentes são absolutamente impossíveis e são uma verdadeira miragem.

Alertam ainda também para o número de camas, o limite do número de camas, que no caso da ilha de Pico e de outras ilhas dos Açores tem uma particularidade: o Plano de Ordenamento Turístico está em vigor em várias ilhas, em São Miguel está suspenso, sabemos bem, mas no Pico e em outras ilhas, se nós

contabilizássemos o número de camas da hotelaria tradicional, acrescido do alojamento local, os limites impostos pelo atual Plano de Ordenamento Turístico já há muito teriam sido ultrapassados. Isso demonstra a total desadequação desse instrumento de ordenamento do território, que já foi ultrapassado pela realidade e que não tem absolutamente nenhum efeito regulatório e de harmonização de interesses e de proteção do direito, por exemplo, à habitação.

E a revisão dos instrumentos de ordenamento do território, sejam os instrumentos de nível regional como o Plano de Ordenamento Turístico, ou outros que por exemplo também são referidos como o Plano de Ordenamento da Orla Costeira, mas também os Planos de Ordenamento Municipais, é absolutamente fundamental tendo em conta o desenvolvimento que existiu e as diferenças que existem relativamente à realidade atual na Região, a realidade em que esses Planos de Ordenamento foram criados. O Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores em vigor é de 2008. Já se passaram quase duas décadas e é absolutamente necessária essa revisão.

E não posso deixar de salientar um aspeto: a indústria turística, o turismo, como se costuma dizer, tem uma característica que muitos setores económicos não têm, tem impactos transversais, alguns positivos certamente, mas também alguns negativos, na sociedade. Tem impactos na economia e na reprodução económica, é verdade, mais pessoas a circular significa mais economia, mas também tem impactos na criação de emprego, mas na qualidade do emprego. Sabemos que, como setor de mão de obra intensiva, efetivamente, normalmente, também paga mal, muito mal. A sazonalidade leva também à precariedade. No que diz respeito à habitação, já aqui referido, leva ao aumento de preços, seja no mercado de habitação para venda, seja na ausência de habitações para arrendamento.

E essas características da indústria turística exigem, efetivamente, uma forte regulação. Sem esse quadro regulatório que proteja o território, que proteja o direito à habitação, que neste momento é efetivamente um dos principais

problemas que as pessoas atravessam, que proteja efetivamente o ambiente… Por exemplo, custa-me a crer e a perceber como são isentos de planos de pormenor empreendimentos turísticos ou aldeamentos turísticos, como aconteceu recentemente, por decisão do Governo Regional, na ilha de São Miguel, em que se isentou de plano de pormenor a zona da Ladeira Velha, na Ribeira Grande. Custa-me a crer o porquê de não ser necessário esse plano e de impacto ambiental nessas situações, porque, efetivamente, por diversas vezes, quando se quer construir para a indústria turística, isentam-se as regras que normalmente existem para outras questões.

No que diz respeito ainda à questão ambiental, como estava a referir, é fundamental que esse quadro regulatório garanta a proteção do ambiente e também as características que fazem dos Açores aquilo que eles são. Aquilo que tem de atrativo a Região como destino turístico, se for deturpado, se for alterado de tal maneira que deixe de ter essas mesmas vantagens, passamos a vender gato por lebre. Julgo que ninguém quer isso.

Por isso, é fundamental, e temo-lo feito, alertar para a urgência da revisão do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores. O anterior e atual Governo da coligação já teve tempo para o rever praticamente duas vezes. Aliás, chegou a entregar a proposta, mais tarde retirada. E, efetivamente, continuamos sem um Plano de Ordenamento Turístico revisto.

Mas também é preciso que se diga que nos parece que nunca foi a intenção do Governo. E mesmo que faça essa revisão, não é propriamente regular o turismo, não quer impor qualquer tipo de limites, não quer impor limites nem por ilha, nem pela Região, nem por freguesia, quer, como já referiu por diversas vezes, orientar, dar indicações, quer uma lógica que não pretende regular, mas sim apenas recomendar, dar orientações, aliás, na senda daquilo que é o Plano Estratégico de Marketing e Turismo, que é um plano de intenções, mas que na prática não tem força de lei.

E é fundamental que esse quadro regulatório exista. Não compreendemos que na Região não haja qualquer tipo de limite, absolutamente nenhum tipo de limite à proliferação do alojamento local, sabendo que, havendo uma crise de habitação, retirar casas do mercado de habitação, seja para arrendamento, seja até para compra e venda, é uma forma de criar pressão sobre aquelas que já existem. E isso leva ao aumento de preços. É tão simples como a lei da oferta e da procura. E o aumento do preço da habitação nos Açores é por isso também uma consequência da pressão turística, que pode ser mitigado se o Governo o fizer. É uma consequência também da política deste Governo, desta maioria, que pretende efetivamente deixar este setor sem qualquer regulação, com os impactos que isso tem na vida das pessoas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Continuamos a aguardar inscrições para a apreciação desta petição.

(Pausa)

Sra. Deputada Ana Jorge, faça favor, tem a palavra.

Deputada Ana Jorge *(PSD):* Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para intervir sobre esta Petição – "O desenvolvimento turístico desequilibrado e a especulação imobiliária insustentável nos Açores e na ilha do Pico".

A petição foi, como já foi dito, devidamente subscrita, por 885 cidadãos. Cabe saudar o cidadão Duarte Cordeiro Neves, primeiro signatário, e em seu nome todos os peticionários.

Mais uma vez vemos os cidadãos contribuírem para o debate político nos Açores, neste caso para o ordenamento do território, facto que devemos congratular,

observamos os cidadãos mais próximos da decisão política, dos políticos, e em pleno exercício democrático da sua cidadania de forma livre.

As pretensões dos peticionários têm origem no que consideram ser o desenvolvimento turístico desequilibrado e insustentável dos Açores e da ilha do Pico.

Centremo-nos, pois, no turismo.

O turismo revela-se como uma atividade económica, que é por muitos considerada aquela que, mais rapidamente e com menores investimentos, consegue atuar nos territórios e atingir impactos positivos significativos.

A organização dos territórios de valoração turística, os destinos e lugares turísticos necessitam de processos, de preferência sistémicos, de intervenção e ação, obrigando a uma grande capacidade de gestão.

O destino turístico exige uma gestão sistémica dos elementos que contribuem para a cadeia de valor do turismo.

As relações entre sustentabilidade territorial, promoção dos lugares e difusão de imagem, têm de ser, cada vez mais, densas e reflexivas, de forma a conseguir, através do turismo, tanto a melhoria da qualidade de vida dos residentes, como a máxima satisfação dos visitantes.

O turismo deverá dar atenção às mobilidades, ao turista consumidor e ator espacial, aos lugares e destinos turísticos, ao ordenamento dos territórios e à qualidade de vida das populações autóctones e alóctones.

É das vantagens comparativas e das vantagens competitivas que os destinos turísticos adquirem diferente relevo no sistema turístico, dando significado aos recursos, produtos e atrações; aos equipamentos e infraestruturas, à animação turística, à marca e imagem do território suporte e valorizador dos destinos turísticos.

Esta petição permite a partir de um caso, num território específico, a freguesia de Santo Amaro, refletir sobre a importância das relações entre turismo, gestão e

território, considerando que o turismo tem um papel decisivo no processo de desenvolvimento local e regional, no caso em discussão, no concelho de São Roque do Pico, na ilha do Pico.

Já não precisamos de dizer que o Pico é uma ilha do futuro. O Pico é uma ilha do presente, com futuro, um território ganhador que se robusteceu no contexto arquipelágico, cuja dinâmica importa a todo o momento compreender e impulsionar.

Ao longo dos tempos, o Pico passou por diferentes ciclos económicos, tendo algumas crises, com engenho e arte, sido transformadas em oportunidades. Vivemos agora o sucesso do turismo, e toda a dinâmica que a esta atividade se associa.

É o turismo inócuo? Claro que não, já o fomos dizendo, é uma atividade complexa de interações entre oferta e procura de consumo turístico.

A identidade territorial é uma característica cada vez mais importante na valorização dos lugares e destinos turísticos. O turismo poderá ser considerado o "consumo de lugares" que antes permaneciam isolados, mas que hoje se glocalizam, os lugares mundializam-se, mas aqui deve residir o segredo — devem permanecer únicos.

Esta petição deve-nos fazer refletir sobre qual a atração exercida por Santo Amaro, o concelho de São Roque, a ilha do Pico, os Açores, sobre um turista (consumidor de bens, serviços e espaços), é claro que depende da singularidade do destino, da sua identidade e, por isso, das características diferenciadoras que qualificam o posicionamento destes, no caso desta freguesia, deste concelho, desta ilha.

Estas reflexões obrigam-nos a uma interpretação sustentável do turismo que, como é óbvio, precisa de se ancorar nos territórios. Assim, é muito importante ter em consideração a sustentabilidade territorial assente em vários aspetos:

Interação entre a população local e a visitante;

As valências económicas, fundamentais para a eficiência, o crescimento e a estabilidade;

As valências sociais, importantes para a equidade e para a solidariedade e suporte de fatores de qualificação;

A preservação ambiental, relacionada com os recursos naturais e com a boa gestão e avaliação, necessária para a sua valorização;

A decisão política, expressando representatividade e participação, sendo importante valorizar a gestão participada.

A necessidade da sustentabilidade territorial em simultâneo com o crescimento, pelo que são necessárias medidas pertinentes e enérgicas que devem passar, por exemplo:

Pela exigência de responsabilidade e ética;

Pela exigência de uma gestão eficiente do ambiente;

Pela identificação dos ciclos de vida que produzem os bens e fornecem os serviços (evitando a exploração dos recursos humanos e compensação justa pelo trabalho efetuado).

O destino passa a ser visto como um local de aprendizagem e não apenas local de descanso. Os novos turistas são mais experientes, mais envolvidos ambiental e eticamente.

Defendem também os peticionários que sejam revistos os Planos Diretores Municipais (PDM) e o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), com revisão dos critérios que definem as reservas ecológicas e agrícolas, as zonas de risco e espaços agroflorestais adjacentes, de forma a impedir a construção de empreendimentos turísticos nestas zonas consideradas tão sensíveis.

Facto que está a acontecer. Ainda no dia 28 de junho, o Diretor Regional da Cooperação com o Poder Local, em declarações afirmava que este é um processo que já deveria ter sido iniciado em 2015, um processo que obriga os municípios a adaptarem os seus PDM às regras de classificação definidas na Lei de Bases

Gerais da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo (LBSOTU). No entanto, afirmava também que a maioria dos municípios apenas tinham iniciado este processo entre 2019 e 2020. Clarificou ainda a importância da cartografia oficial ou devidamente homologada, processo no qual todos os municípios têm recebido todo o auxílio da Direção Regional da Cooperação com o Poder Local, aliás é imperativo que este processo de revisão se conclua para que os municípios possam aceder a fundos comunitários.

Dar conta que estes instrumentos de gestão territorial, bem como outros, são âmbito de consulta pública, portanto vão ao encontro da expetativa dos peticionários quando "defendem que haja uma maior aproximação à população local nos processos de tomadas de decisão (…)"

Aliás, referir aqui que o Presidente da Autarquia de S. Roque do Pico participou em sessões de esclarecimento levadas a cabo na freguesia de Santo Amaro, uma proximidade que deve ser realçada, entre os decisores políticos locais e a população, explicando também os contornos do investimento turístico abordado na petição. Deixando bem claro que não existe qualquer atropelo às regras dos instrumentos de gestão territorial enquadradores do mesmo.

Sobre o território Santo Amaro do Pico, no concelho de S. Roque do Pico, a que diretamente se refere esta petição, consideramos ser importante relembrar um dado que passou despercebido e que faz agora todo o sentido sublinhar, que se encontra inscrito no Plano Regional Anual por nós discutido. Aliás, vai ao encontro um pouco daquilo que já ouvimos quando ouvimos falar em inverno demográfico. E eu destaco então neste aspeto aquilo que está nesse plano:

"Entre 2021 e 2022, destacam-se os concelhos do Corvo, São Roque do Pico, Lagoa e Lajes das Flores, com as variações mais elevadas da população residente, entre 1,3 % e 4,6 %".

No caso concreto do concelho de S. Roque do Pico, podemos ver a inversão de uma tendência negativa até à data, que passa de -1,2 % para 2 %.

Presidente: Tem de terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: Estes são dados que não devemos esquecer, devemos refletir:

Que dinâmicas recentes estão a acontecer? Devem-se a que fatores?

Será indiferente a marca atribuída ao concelho de S. Roque do Pico "Capital do Turismo Rural"?

Será indiferente o reconhecimento pela UNESCO da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico?

Será indiferente a Zona Vitivinícola de Denominação de Origem do Pico?

Serão indiferentes os Geossítios do Pico? E a Montanha do Pico?

Não estaremos nós satisfeitos com estes dados que queremos ver consolidados e robustecidos num futuro próximo?

E ainda falar na Estratégia Local de Habitação, porque estamos também aqui a falar de habitação. Temos, desde logo, uma política deste Governo para a habitação, bem vincada na sua orgânica com a criação da Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego.

Presidente: Sra. Deputada, tem de terminar.

A Oradora: Percebemos que alguns tentaram centrar e instrumentalizar estas audições centrando-a no POTRAA.

Só para terminar, dizer que, efetivamente, é de sublinhar que esta Secretaria, por Despacho n.º 1013/2024, de 23 de maio, constituiu o grupo de trabalho para, efetivamente, proceder à revisão do POTRAA.

Termino, lembrando que, no passado, no total, a ilha do Pico chegou a contar com 31 246 habitantes, e no século XX, na década de 60, registava cerca de 25 000 habitantes.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada, pela sua intervenção sobre política geral.

Deputado José Pacheco *(CH):* Longa intervenção!

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Que belo espírito de síntese…

Presidente: Vamos continuar com a apreciação da petição sobre o tema em causa. Tem a palavra a Sra. Deputada Marlene Damião.

(*) Deputada Marlene Damião *(PS):* Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo esta minha intervenção por enaltecer a iniciativa dos 885 subscritores desta petição e saudar o seu primeiro peticionário, o Sr. Duarte Cordeiro Neves.

Transitando da anterior legislatura, esta é, de facto, uma petição que, na perspetiva do Partido Socialista, reflete preocupações relevantes, considerando o caminho que está a ser traçado desde 2019 ao nível da sustentabilidade da nossa Região.

Importa sublinhar que o turismo se apresenta como uma verdadeira cadeia de valor, cujo sucesso depende das intervenções em várias áreas, nomeadamente ao nível do ambiente, do património natural e cultural, da qualidade urbanística e dos espaços públicos, das acessibilidades, dos equipamentos ou dos serviços.

Um plano de turismo bem elaborado é um meio para atingir os objetivos de conservação cultural e ambiental, assim como produzir benefícios sociais e económicos.

Ora, estando o posicionamento turístico da nossa Região assente na sustentabilidade, há que salientar a pertinência desta petição. O último governo socialista deixou pronta, refiro e repito, pronta uma versão do POTRAA em 2020, que foi fruto e resultado de um trabalho profundo, friso, profundo de auscultação em todas as ilhas do arquipélago e alvo de várias sessões públicas de esclarecimento e recolha de contribuídos. Volvidos dois anos, em março de 2022,

este Governo apresentou nesta Assembleia uma proposta do POTRAA, que dois meses depois retirou sob o pretexto que continha dados desatualizados, erros e omissões e que não retratava com fiabilidade a realidade turística da Região.

É caso para acrescentar que o relatório lido pelo Sr. Relator Paulo Silveira também continha erros e omissões e por esse motivo não mereceu a aprovação do Partido Socialista.

Deputado Flávio Soares *(PSD):* É a democracia!

A Oradora: Passados quatro anos de governação, não se compreende como é que apenas agora vão criar um grupo de trabalho com a missão de coordenar todo o processo de verificação do POTRAA. Melhor dizendo, este Governo Regional continua a adiar a apresentação do novo Plano de Ordenamento Turístico dos Açores.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Sabe que o Governo não se pode defender!

A Oradora: Este é um documento fundamental para o desenvolvimento equilibrado do setor do turismo na nossa Região e que não está, no entendimento do Partido Socialista, a merecer a melhor atenção.

É, portanto, com apreensão que ouvimos o Governo referir que pretende conferir ao novo POTRAA um cariz mais orientador e não tanto regulamentador.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* O Governo não se pode defender!

A Oradora: Só a existência do Plano Estratégico de Marketing dos Açores não é suficiente e não responde na totalidade aos novos desafios do setor do turismo. Mesmo reconhecendo que o planeamento não é uma solução para todos os problemas, entende-se que pode minimizar impactos negativos e promover retornos económicos e sociais para os destinos.

Os peticionários pedem a revisão dos Planos Diretores Municipais e do Plano de Ordenamento da Orla Costeira, maior aproximação à população local nos

processos de tomada de decisão no que concerne à definição dos limites do novo POTRAA e na apreciação de novos empreendimentos turísticos, bem como alertam para o necessário rigor da atuação por parte das autarquias no que à apreciação e aprovação de projetos de empreendimentos turísticos diz respeito.

Para garantir a qualidade deste processo, deve-se cumprir de modo eficiente e rigoroso sempre que estejam em causa interesses específicos do turismo com expressão territorial, assegurando a implementação de boas políticas públicas, bem como o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Há que envolver as comunidades locais, preservar a identidade cultural, arquitetónica e paisagística. As atuais dinâmicas de planeamento e a aposta crescente dos municípios no turismo, enquanto um dos vetores de desenvolvimento dos seus territórios, têm conduzido à existência de um elevado número de processos de revisão do PDM. Neste particular, assume-se como essencial uma boa articulação entre as autarquias e a tutela, que poderá, a título de exemplo e sugestão, ser efetuada através da elaboração de um guia com orientações específicas para uma abordagem ao turismo na revisão dos instrumentos de gestão territorial. Torna-se, portanto, neste contexto, mais do que uma oportunidade, uma necessidade.

Com igual destaque, os peticionários chamam a atenção para a escassez de imóveis para arrendamento de habitação de longa duração como reflexo da preferência dada ao alojamento local, visto que não existem limites à atribuição de registos AL. É certo e sabido que o alojamento local tem dado um contributo assinalável para o crescimento do turismo nos Açores e para a mitigação da sazonalidade, representando cerca de 60 % das camas disponíveis na nossa Região. No entanto, a ausência de limites à atribuição de registos AL compromete seriamente a aquisição ou arrendamento de imóveis por jovens que se queiram fixar na Região.

Deste modo, é nosso entendimento que no contexto atual o novo POTRAA deverá

constituir-se como um instrumento auxiliar para a melhor compreensão e abordagem da atividade turística e visão da constituição de modelos de desenvolvimento municipal que promovam o aproveitamento adequado dos recursos, a valorização da oferta turística e, em síntese, um melhor e mais sustentável ordenamento turístico dos municípios e destino turístico açoriano.

A intensidade deve contemplar outros aspetos para além das dormidas, pois estas poderão representar diferentes níveis de carga sobre o destino. Não menos importante é também a necessária atualização do inventário da nossa oferta turística como componente essencial do Plano de Desenvolvimento Turístico, pois, além de oferecer uma visão panorâmica da situação atual, permite igualmente que a partir dele sejam realizadas atualizações conforme o turismo se desenvolve em cada uma das nossas localidades.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos perante uma nova época, uma época de restruturação das políticas públicas por via do desenvolvimento sustentável, onde o turismo, por ser transversal a tantas atividades, tem um papel preponderante.

A dinâmica da ocupação e uso do território exige um acompanhamento permanente e qualificado que assegure a avaliação periódica dos instrumentos de gestão territorial perante os novos desafios que se vão colocando à nossa Região.

O turismo nos Açores precisa de um POTRAA útil, realista, eficaz e funcional, que permita planear com rigor e com qualidade o desenvolvimento do setor do turismo na nossa Região. É isto que precisamos que seja reativado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional, para…

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Sr. Presidente, quero pedir-lhe desculpa, porque inscrevi-me para entrar no debate, dado o teor do discurso da Sra. Deputada.

Presidente: Não pode, Sr. Deputado.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Esqueci-me que, realmente, estamos no debate de uma petição e o Governo não pode entrar no debate. Mas não fui só eu que me esqueci da petição, a Sra. Deputada também. Portanto, peço desculpa.

Presidente: Vamos continuar com a apreciação da petição.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo mais inscrições, vamos dar por encerrada a apreciação desta Petição n.º 60/XII.

Avançamos para o ponto 13 da nossa agenda: **Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Lúcio Manuel da Silva Rodrigues possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito de um processo judicial**.

A Comissão de Assuntos Parlamentares reuniu sobre a matéria, emitiu o seu relatório, que vai no sentido de autorizar o Sr. Deputado a prestar este depoimento enquanto testemunha.

Pergunto se às inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação.

Presidente: As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se

manter como estão.

Secretária: O relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Lúcio Manuel da Silva Rodrigues possa prestar depoimento foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos para o ponto 14 da nossa agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 10/XIII – "Recomenda ao Governo Regional que altere as regras de admissão nas creches, dando prioridade a crianças com pais trabalhadores"**. É uma iniciativa apresentada pelo Chega.

Para justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

(Neste momento, o Sr. Deputado Paulo Silveira substituiu a Deputada Nídia Inácio na Mesa)

(*) Deputada Olivéria Santos *(CH):* Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Considerando-se a presente escassez de vagas nas creches, é imperativo e urgente proceder a uma revisão da legislação vigente.

Têm sido muitas as denúncias que nos chegam de pais que trabalham e que não têm conseguido vagas para colocar os filhos nas creches. Alguns, principalmente mães, até equacionam terem de deixar de trabalhar para poderem ficar em casa a cuidar dos filhos.

Esta é uma injustiça que já dura há demasiado tempo. E é muito urgente que se altere esta legislação. Este é o principal objetivo desta iniciativa que trazemos aqui, hoje. É muito urgente tratarmos disso, principalmente porque a partir de setembro vão recomeçar as aulas. Os pais precisam de programar a sua vida, tendo a certeza de que terão um lugar para deixar os filhos enquanto estão a trabalhar.

É urgente alterar-se os critérios para a atribuição das vagas nas creches, sendo que

o primeiro critério terá de ser, imperiosamente, para os pais que trabalham, pai e mãe, os dois pais.

Não se pode continuar a assistir que filhos de pais que não trabalham tenham prioridade, deixando assim para trás quem realmente necessita. É óbvio que as crianças que têm pais que não trabalham também têm direito às creches, não estamos aqui a querer tirar o direito a ninguém, também têm direito, só que entendemos que não devem ter prioridade sobre os pais que trabalham.

Muito obrigada.

Deputado José Pacheco *(CH):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está justificada a urgência. Pergunto se há intervenções no âmbito da urgência.

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sem prejuízo de nós dizermos desde já que não concordamos com o teor da proposta, começo por dizer que essa proposta não deve ser discutida de modo algum com urgência, porque esta proposta pretende alterar critérios cuja aplicação não depende sequer apenas do Governo Regional, depende de um conjunto de entidades, nomeadamente IPSS, misericórdias, entidades do setor social, que na Região são aquelas que têm acordos de cooperação com o Governo Regional e que gerem e são proprietárias até das creches na Região Autónoma dos Açores.

Naturalmente, qualquer alteração que depois também vá ter influência nos seus

próprios regulamentos internos não deve, em nosso entender, ser promovida sem que essas instituições sejam sequer tidas nem achadas sobre isso. Este é o primeiro ponto que eu gostaria de deixar à câmara. E, naturalmente, apelar a que essa audição seja feita. Não quero crer que a maioria deste Parlamento não queira saber rigorosamente o que é que pensam as IPSS e misericórdias dos Açores sobre este assunto. São tantas as vezes que ouço tantos elogios ao setor social, e não querer ouvir o setor social sobre esta matéria parece-me que seria absolutamente inadmissível.

Mas não posso deixar também, nessa justificação do sentido de voto sobre a urgência, de dizer o seguinte, até porque a justificação da urgência foi um pouco para além do motivo da urgência: há uma enorme carência de creches na Região. Mas a responsabilidade da enorme carência de creches não é das crianças que frequentaram a creche no ano anterior, quer os pais tenham trabalho atualmente, quer os pais não tenham.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* É da coligação!

O Orador: A responsabilidade da enorme carência de creches que há atualmente não é das crianças com deficiência, que têm prioridade, não é das crianças que sejam filhas de mães e pais estudantes, menores, não é dessas pessoas. A enorme carência de creches na Região é responsabilidade do Governo, que nesses três anos não fez coisíssima nenhuma sobre esta matéria!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social *(Mónica Seidi):* A sério?! Que horror!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Ó Sr. Presidente, que falta de respeito pelo Parlamento!

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Não apoiado!

O Orador: É por isso que essa proposta é de uma enorme irresponsabilidade, porque o responsável está ali e chama-se Governo Regional dos Açores!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito da urgência.

(Pausa)

Não havendo, vamos pôr à votação este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 10/XIII – "Recomenda ao Governo Regional que altere as regras de admissão nas creches, dando prioridade a crianças com pais trabalhadores", do Chega, foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do Chega (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), da IL (1) e do PAN (1), e com os votos contra do PS (23) e do BE (1).

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Tendo sido aprovada a urgência, vamos passar à iniciativa.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos para a sua apresentação.

(*) Deputada Olivéria Santos *(CH):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Considerando-se que as creches, enquanto locais que proporcionam um ambiente seguro, estimulante e pedagógico para as crianças em idade pré-escolar, não são apenas um meio para que estas desenvolvam as suas aptidões, cresçam de forma saudável e adquiram competências para a vida futura, como também são um meio mais democrático para aumentar a força de trabalho qualificado e impulsionar o desenvolvimento dos Açores.

Quando as crianças têm acesso a creches de qualidade, há uma série de resultados positivos que podem ser observados a longo prazo. A realidade prática tem

demonstrado que as crianças que frequentam creches têm maior probabilidade de obter sucesso académico, de completar os seus estudos e de ter uma vida profissional mais bem sucedida.

Considerando alguma escassez de vagas nas creches, aliada à necessidade premente de promover a equidade no acesso a estes serviços, o Chega entende que se torna imperativo proceder a uma revisão da legislação vigente.

O Chega Açores propõe, portanto, uma emenda à atual legislação de acesso gratuito a creches públicas e amas, com o intuito de introduzir critérios adicionais de admissão e priorização. Entre estes critérios destaca-se a inclusão de uma disposição que confira prioridade às crianças provenientes de agregados familiares cujos pais estejam empregados em atividades laborais que impeçam a prestação de cuidados durante o horário laboral. Esta medida visa retificar desigualdades sociais, uma vez que a atual falta de acesso a creche por parte de famílias trabalhadoras acarreta consequências negativas, entre elas, a mais gravosa a nosso ver, famílias em que um dos pais vai ter de deixar de trabalhar por não conseguir vaga para deixar os seus filhos.

Esta iniciativa, ao fomentar a participação ininterrupta no mercado de trabalho por parte dos pais com atividade laboral, contribui ainda para a estabilidade do tecido económico e social da Região Autónoma dos Açores.

Neste sentido, o Chega Açores propõe que se proceda à alteração do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2001/A, de 29 de novembro, com especial enfoque na alteração dos critérios de admissão e priorização nas vagas das respostas sociais, nomeadamente creche, familiar e amas. Propomos, por isso, que seja conferida prioridade às crianças dos pais que trabalham, repondo assim a justiça social que é urgente que se reponha na Região.

Muito obrigada.

Deputado José Pacheco *(CH):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Neves *(PAN):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN, obviamente, é contra esta iniciativa devido à discriminação que faz. Nós temos inúmeros critérios para um agregado familiar em que pelo menos uma das pessoas do agregado familiar possa não ter emprego. E não vou estar aqui com todas as definições que me possa lembrar, mas recordo-me que a Sra. Deputada Olivéria, quando falou sobre a urgência, disse que não quer retirar um direito. O que não é verdade, estamos a retirar o direito à prioridade, ponto.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Claro! O que, na prática, vai tirar o direito a frequentar a creche!

O Orador: E aí, tendo em conta que o próprio Governo sempre defendeu que a educação — e a educação começa nas creches, no pré-escolar — é uma das coisas mais importantes para o elevador social, para tirarmos as pessoas que são mais vulneráveis financeiramente dentro da Região Autónoma dos Açores, ao estarmos a fazer esta alteração para dar prioridade aos pais que estão a trabalhar, então as crianças de agregados em que pelo menos uma pessoa não trabalha, porque à partida não consegue deixar a criança na creche, então vai deixar de ter a prioridade de deixar a criança na creche porque deixou de trabalhar porque não há um lugar na creche. Isso para mim é um paradoxo total. E eu só posso ser totalmente contra.

Deputado José Pacheco *(CH):* Vive neste mundo ou no mundo da lua? Está a falar de Marte! Não conhece!

O Orador: Outra, como é que nós podemos estar a culpabilizar quem vai ter a consequência maior, que são as crianças? As crianças não podem ser responsáveis

nem ter a consequência daquilo que os pais podem ou não podem fazer.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

O Orador: E aí estamos a impedir totalmente a prioridade de uma criança cujos pais são mais vulneráveis financeiramente, independentemente de não quererem trabalhar ou de não conseguirem arranjar trabalho, pouco interessa, porque não há esse critério no diploma do Chega.

(Aparte inaudível)

Ó Sr. Deputado, você tem tempo demasiado para falar. Fale lá, não mande esses apartes. Isso não são apartes, são intervenções, que já começam a chatear.

Depois, há outra, neste caso eu faço uma questão ao Governo, nomeadamente ao Sr. Secretário Regional Paulo Estevão, que em apartes, há pouco, nós falámos que era extremamente célere na resposta aos requerimentos, mas esqueceu-se que há dois meses e meio não responde ao PAN, àquilo que é uma informação extremamente importante para esta iniciativa, que tem a ver, obviamente, com o ensino pré-escolar e sobre as vagas escolares e pré-escolares.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* "Paulo, Paulo, porque me persegues?" — disse Cristo a Paulo.

O Orador: É uma resposta que o PAN pediu há dois meses e meio e ainda não a tem. E era bastante importante para agora, para esta discussão e para a minha intervenção, mas o Governo não responde.

Isto ao contrário, obviamente, do Sr. Deputado do PSD, que tinha informação privilegiada do Governo há pouco e que bastou telefonar ao Sr. Secretário Paulo Estevão, que me disse que eu também tenho essa abertura, basta telefonar.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Isso é que é uma vergonha!

O Orador: Eu não preciso de telefonar, faço requerimentos, mas não tenho a informação.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me, antes de entrar no debate desta iniciativa, lembrar a câmara que o Sr. Secretário Regional Paulo Estevão está com um problema de memória. O cidadão que há três meses liderou o processo de revisão do Regimento desta Casa, em três meses esqueceu todo este processo. O cidadão que ao longo de anos sabia de cor e salteado o Regimento desta Casa, em três meses esqueceu-se do Regimento. Que pena.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* E então, qual foi a parte que se esqueceu?

O Orador: Sobre a iniciativa, eu queria dizer, começando pelo seu ponto resolutivo único, que me parece justo, mas…

O Sr. Deputado Pedro Neves, que não está aqui presente, tocou num assunto…

Deputado Pedro Neves *(PAN):* Estou, estou!

O Orador: … que me parece de relevante importância neste processo. Eu não tenho dúvidas nenhumas que não pode ficar gente em casa e não poder ir trabalhar porque não tem lugar numa creche para deixar os filhos. Disto eu não tenho dúvida nenhuma. Mas também sei da importância que têm as creches para acudir a crianças que não têm em casa a estrutura social e moral suficiente para poderem crescer numa sociedade contemporânea como é a nossa.

Deputado Pedro Neves *(PAN):* Isso mesmo! Muito bem!

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Isso é que é o problema!

O Orador: E, portanto, e*ntre les deux mon coeur balance*.

Mas há aqui nesta câmara culpados deste processo, que isto não é um processo que começou ontem, não é um processo que começou há dez anos e é um processo que não tem solução fácil daqui para a frente, porque aqueles mesmos que foram

muito rápidos em atribuir a gratuidade das creches universal, esqueceram-se que não havia vagas nas creches para toda a gente.

Deputado José Pacheco *(CH):* Aí é que está!

O Orador: E essa gratuitidade universal, com a qual até concordo, teria de ter sido progressiva e ter garantido que pelo menos alguns haviam de pagar e haviam de ir para um sítio qualquer.

E mais, há outros culpados, há aqueles que no passado fizeram uma regulamentação sobre a atividade da creche que é de tal forma, eu diria, apertadinha que não é incentivo para ninguém fazer creches privadas. E é por isso que o setor social domina o setor, porque tem financiamento, porque tinha os edifícios degradados para recuperar e porque tinha sempre a mão do Estado, que depois é o principal cliente a dizer: façam, que a gente está aqui para encher isso. E este é que é o problema, há um excesso de regulamentação e de burocracia no processo de licenciamento de creche.

Deputado Francisco Lima *(CH):* Muito bem!

O Orador: Tente qualquer um dos Srs. Deputados abrir uma creche para ver o calvário que vai penar para abrir uma creche. É igual à questão da habitação, que também já foi aqui referida por mim há dias e foi referida hoje pelo Sr. Deputado Francisco Lima. O problema da habitação é precisamente o excesso de burocracia, o excesso de regulamentação. E por isso não há oferta. Aliás, o Governo Regional está aflito para executar o PRR, porque esbarrou precisamente nesse mesmo problema.

Portanto, sendo sensível à proposta do Chega, também não posso deixar de ser sensível àquilo que disse o Sr. Deputado Pedro Neves relativamente às crianças que de facto têm que ser retiradas, e o termo é esse mesmo, não há que ter pejo em dizê-lo, do meio social onde se encontram, que é letárgico, que não quer trabalhar, como diz o Chega, e bem, às vezes, para um meio que lhes dê ferramentas para terem um futuro diferente do dos seus pais ou dos seus avós.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

O Orador: Isto é inevitável. Portanto, aqui, aplicando-se essa alteração a esta legislação, que eu espero que o Governo tenha a consciência e a rapidez suficiente de resolver o problema das vagas nas creches para elas poderem de facto ser gratuitas universalmente, é preciso haver um acompanhamento muito próximo do ISSA, nomeadamente das assistentes sociais de zona, para que não fiquem em casa crianças que não podem ficar em casa. Isto é fundamental que aconteça.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

O Orador: Porque se isto não acontecer, se não houver um acompanhamento sistemático dessas crianças, nós vamos com este diploma, com esta alteração a este decreto regulamentar regional, criar um problema maior do que aquele que estamos a tentar resolver.

E eu quero ajudá-lo a resolver esse problema, Sr. Deputado José Pacheco, não tenha dúvidas nenhumas. Eu não posso conceber uma Região onde uma mãe ou um pai tenham que ficar em casa sem ir trabalhar, tendo emprego, tendo um vínculo laboral, porque têm de ficar a tomar conta dos filhos, enquanto outros estão…

Deputado Francisco Lima *(CH):* No café.

O Orador: … no café.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco *(CH):* Muito bem! Era difícil dizer isso? É preciso é sair de casa e ver!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, tem a palavra.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há aquele dito popular: "Quem semeia ventos, colhe tempestades". É o meu caso. Durante muito tempo fui o campeão dos requerimentos em relação ao Governo,

mas porque queria obter a informação. Na altura, o Governo tinha sessenta dias para responder e mesmo assim atrasava-se muito e outras vezes nem sequer respondia.

Deputado Berto Messias *(PS):* Isso não é verdade!

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* É verdade!

Deputado Berto Messias *(PS):* A realidade é uma coisa tramada!

O Orador: É verdade.

O que interessa nesta matéria é dizer o seguinte: tenho tentado responder o mais depressa possível, reunir a informação e responder aos Srs. Deputados.

Durante 16 anos, sentei-me aí nessas bancadas e sei que é fundamental respeitar os Srs. Deputados, responder-lhes dentro do prazo e dar-lhes toda a informação que necessitam. E é isso que eu vou continuar a fazer, mas nem sempre tem sido possível reunir essa informação.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Não diz a verdade nos requerimentos!

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Nem o galo chegou a cantar três vezes, e tudo foi renegado!

O Orador: Quero pedir desculpa ao Sr. Deputado do PAN e também ao Partido Socialista. Temos dois requerimentos em atraso. Não foi possível responder. Eu assumo a responsabilidade dessa situação. E, portanto, não foi possível responder ainda. Pelo facto peço desculpa.

Deputado Berto Messias *(PS):* Quais são as consequências disso?

O Orador: Mas vou responder rapidamente, o mais depressa que for possível. Nos próximos dias, quer o PAN, quer o Partido Socialista, terão a resposta a essas questões.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Foi conveniente não responder porque era sobre a saúde. A resposta vem amanhã. Isso é uma ingerência!

O Orador: E todos sabem, ninguém me pode desmentir nessa matéria, qualquer Sr. Deputado que solicitar, quer através de requerimento, ou se me contactar

diretamente, e tem a liberdade para fazer isso, toda a informação que eu tiver disponível, seja qual for o partido, os Srs. Deputados terão a resposta de imediato. Podem contar comigo. E ninguém me pode desmentir nesse propósito.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

Deputado Carlos Silva *(PS):* Menos o requerimento da saúde!

O Orador: Ninguém me colocou nenhuma questão que eu não tenha respondido. Portanto, da minha parte, a maior abertura e um grande respeito pelo trabalho dos Srs. Deputados e pelas vossas funções.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Flávio Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Flávio Pacheco *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, sendo a minha primeira vez a intervir neste plenário, gostava de cumprimentar todos e dizer que é um orgulho para mim e uma grande responsabilidade estar aqui. Cumprimentar de uma forma muito pessoal ali a Sra. Deputada Sabrina, conterrânea de Vila Franca do Campo, da mesma forma que o fez no primeiro dia de plenário.

Relativamente a esta temática, o Decreto Regulamentar Regional, que estabelece o estatuto dos estabelecimentos de educação pré-escolar, define no seu artigo 5.º os seguintes objetivos:

"Contribuir para assegurar a igualdade de oportunidades de educação a todas as crianças;

Promover a discriminação positiva em favor das comunidades mais desfavorecidas e dos grupos sociais excluídos ou com menores condições de

acesso ao sistema educativo;

Satisfazer as necessidades das crianças e das suas famílias."

O seu artigo 12.º refere: "A valência de creche destina-se a acolher as crianças pertencentes a famílias em que ambos os progenitores, o progenitor que tem a criança à sua guarda ou aquele ou aqueles a quem a criança foi confiada, trabalham, ou famílias que, por razões sociais devidamente fundamentadas, não possam assegurar em permanência a sua assistência, entre a idade correspondente ao termo da licença por maternidade, paternidade ou adoção e o ingresso no jardim de infância."

Já foi dito aqui pelo Sr. Deputado, relativamente às instituições, no processo de admissão, em primeiro lugar, as instituições, de acordo com os estatutos da instituição e objetivos, têm autonomia para fazer a admissão e seleção das crianças.

Deputado Nuno Barata *(IL):* Isso não é bem assim!

O Orador: Ora, essa seleção, e por experiência própria na minha atividade profissional, é feita acompanhada pelos técnicos do Instituto de Ação Social, que fazem o processo de seleção em conjunto com as equipas dessas IPSS e dessas valências. Portanto, existem vários critérios que são analisados, muitos deles os ditos casos sociais, casos de crianças com necessidades educativas especiais, casos de famílias de pais que estão a trabalhar. Tudo isso é analisado por estes técnicos.

Relativamente às amas, o Chega mencionou as amas, mas as amas são regulamentadas por outro decreto, por isso não vou falar sobre as amas.

Sabemos que, na Assembleia da República, o Chega também apresentou, no ano passado, uma proposta semelhante, proposta essa chumbada pelo PS, PAN e Bloco de Esquerda, com a abstenção do PSD, PCP, Iniciativa Liberal e Livre.

Sabemos que, igualmente, em maio deste ano, há praticamente dois meses, a Sra. Secretária Regional da Saúde e Solidariedade Social, em resposta a uma pergunta

do Chega sobre os critérios, prometeu aqui nesta sala: "Sobre as listas de espera das creches, os critérios estão a ser revistos. A plataforma informática está concluída. Vamos entrar em fase piloto, para que sejam introduzidos numa lista única para todas as crianças da ilha de São Miguel que estão em espera, para que depois possamos, de forma prática, aplicar alguns critérios e perceber se efetivamente fazem diferença."

É importante por isso perguntar o seguinte: desde maio até agora, já foram revistos os critérios? Quais são estes critérios? O projeto piloto da lista única para São Miguel está criado? Se está criado, em que moldes está a funcionar? O Governo dos Açores concorda com esta distinção entre crianças que o Chega propõe? Esse é um critério aceitável para o Governo? É que para o PS não é. No entender do PS, mais do que estabelecer critérios de diferenciação entre crianças, há um direito maior, o de que todas as crianças têm acesso à educação com direitos iguais, porque para o PS Açores a aposta na educação tem de ser um desígnio regional. É a nossa prioridade. Só assim, como já foi dito, poderemos vencer desigualdades e quebrar ciclos de pobreza.

É necessário, claro que sim, criar novas creches. Não é um desígnio fácil, mas este é o caminho. Mais do que criar novas vagas para as creches, como já foi feito, estas novas vagas é preciso que sejam acompanhadas de recursos, nomeadamente recursos humanos. Uma coisa é ter numa sala oito bebés neste caso, outra coisa é ter dez ou doze. Portanto, os recursos humanos têm de ser reforçados, para não falar dos recursos técnicos também, materiais.

A falta de creche é uma das grandes necessidades que verificamos na nossa Região na área social. Associado a isso, posso acrescentar, não só nas creches, como nos jardins de infância privados, como também nos centros de atividades de tempos livres, existem listas de espera enormes. É preciso aumentar o número de creches na Região, aumentar também a capacidade, como disse, acompanhada dos recursos necessários.

A proposta do Chega é uma proposta sectária, segregadora e populista.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social *(Mónica Seidi):* Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se há algo que tem distinguido esta governação é exatamente uma matéria como é a matéria do foro social.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Este Governo da coligação está efetivamente centrado numa governação dirigida às pessoas, às famílias e, sobretudo, que dê resposta àquelas que são as suas maiores dificuldades. Isso é algo inquestionável. Tem sido feito um enorme esforço já desde a legislatura anterior e que, naturalmente, se dará continuidade ao longo da presente legislatura.

Revisitemos então aquilo que tem sido o histórico do ponto de vista de vagas em creche, que este Governo tem vindo amplamente e de forma intensa a trabalhar para aumentar aquilo que são as respostas neste âmbito. No âmbito das creches gratuitas, recordo que em 2020 havia isenção de pagamento até ao 7.º escalão e estavam abrangidas cerca de setecentas crianças, com um impacto financeiro de 164 mil euros. Após as medidas que foram implementadas na legislatura anterior, chegámos a 2023 com uma isenção de todos os escalões, abrangendo mais de quatro mil crianças, o que representa uma poupança para as famílias açorianas superior a 4 milhões de euros.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Ora, se isto não é trabalho, se não é reconhecimento de que efetivamente as pessoas estão em primeiro lugar, então eu não sei o que é que será.

Este aumento e este investimento que foi feito representa efetivamente um aumento da capacidade do número de vagas em creche de 20 %, ou seja, são mais 672 lugares em 2023 do que em 2020. E, portanto, estamos aqui a demonstrar que a prioridade são efetivamente as nossas famílias.

A nível das respostas sociais e da capacidade instalada, passámos de 3019 lugares em 2019 para 3660 em 2023. Portanto, muito significativo.

Deputado José Ávila *(PS):* Mas sabe como é que foi!

Deputado Carlos Silva *(PS):* Então está tudo bem, Sra. Secretária!

A Oradora: E no âmbito daquilo que é o plano de investimentos ao longo do ano de 2024 e 2025, queremos chegar ao fim de 2025 com mais 13 lugares na freguesia da Maia, mais 42 lugares em Ponta Delgada, mais dez lugares em Rabo de Peixe.

Deputado António Lima *(BE):* Quais?

A Oradora: Portanto, estes investimentos, à partida, já sabemos que irão acontecer. E nunca se sabe se ao longo destes dois anos podemos efetivamente revisitar aquilo que são as respostas e adaptar às necessidades dessas mesmas famílias.

A nível da ilha das Flores, possivelmente, com a obra que está a decorrer, também haverá um aumento da capacidade.

Deputado José Sousa *(CH):* Está a decorrer?

A Oradora: E a nível da ilha Terceira, também com mais cerca de trinta lugares.

Portanto, à data de hoje, estes são os dados que o Governo já poderá disponibilizar, sem comprometer que eventualmente possam aqui acontecer outras obras.

Em relação a outras questões que já foram aqui levantadas, nomeadamente à lista de espera centralizada ou ao sistema centralizado de gestão de vagas em creches, gostaria de dizer que, efetivamente, tudo aquilo que disse em maio se mantém, ou seja, nos dias 14 e 15 de maio, se não me falha a memória, aconteceram duas reuniões, uma em Angra do Heroísmo e no dia seguinte em Ponta Delgada, que envolveram os técnicos do meu gabinete, naturalmente, o Instituto de Segurança Social dos Açores, assim como as instituições e os presidentes da URMA e da URIPSSA. Nesta reunião, claramente, esta questão da lista centralizada foi amplamente debatida, até porque é um compromisso que consta no programa do Governo Regional e que, naturalmente, será para se cumprir.

Foi feita uma breve apresentação daquilo que nós consideramos ser um projeto piloto, para se iniciar com um projeto piloto e para depois ser amplamente divulgado por todas as instituições da Região.

Foi reforçada a necessidade de apoio aos pais da parte das instituições, nomeadamente a nível do formulário da própria inscrição.

Foi criado um endereço de e-mail específico para esta lista centralizada, para que as instituições pudessem colocar as suas questões e para que houvesse aqui uma forma facilitada de comunicação, não só com as instituições, mas também com os pais.

E foi ainda feita uma comunicação, que será distribuída pelos pais, a informar todos estes procedimentos.

Foi ainda solicitado às próprias instituições que, de forma célere, até ao dia 31 deste mês, retirassem da lista de espera que possuem todas aquelas crianças que já tinham entrado em creche, de forma a que nós tivéssemos um número real mais aproximado daquelas que são as necessidades.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Então está tudo igual, não é?

A Oradora: Foi dado o prazo até ao final deste mês. E, portanto, contamos, à data de 31 de julho ou primeira semana de agosto, ter efetivamente essa lista expurgada com aquilo que são as necessidades e assim termos uma ideia real do número efetivo de crianças que estão em lista de espera.

Convém dizer que também nessa reunião foram apresentados critérios de seleção que mereceram, naturalmente, concordância em alguns pontos, discordância noutros pontos, como todos devem bem saber que assim é.

Deputado José Miguel Toste *(PS):* Em que pontos é que houve discordância?

Deputado Carlos Silva *(PS):* Isso é tudo muito abstrato, não sabem o número de crianças…

A Oradora: Os critérios que agora temos em cima da mesa dizem respeito a três indicadores, desde já a promoção e proteção da criança, a promoção e proteção da família e a compatibilização da vida profissional com a vida familiar.

Nestes critérios não são esquecidos, naturalmente, as crianças em situação de risco, as mais vulneráveis, desde já as crianças que são pelas CPCJ, pelas próprias equipas da EMAT, crianças que estão acolhidas em instituições de acolhimento, crianças sinalizadas pelo Serviço de Ação Social, agregados com fracos recursos económicos, famílias monoparentais, agregados familiares em que um ou ambos os progenitores sejam estudantes, filhos de bombeiros falecidos, acidentados em serviço, vítimas de doença ou invalidez permanente, e ainda dada prioridade também a membros do agregado familiar que frequentem a mesma valência e também a pais que exerçam atividade profissional.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem, sou capaz de aplaudir!

A Oradora: O que nós pretendemos agora, com base neste critério, é pontuar cada uma das crianças que ficará na lista e perceber qual é o seu lugar na referida lista de espera.

Além disso, foi-nos solicitado pelas instituições… Em relação a estes critérios de

seleção, atendendo ao facto de ser necessário esperar até 31 de julho para ter a lista real, haveria aqui apenas o espaço de um mês que coincidiria com o mês de agosto, para que no ano 2024/2025, efetivamente, se utilizassem já estes critérios de seleção.

Aquilo que nós pretendemos, para perceber se efetivamente estes critérios são justos, é ver, através de um projeto piloto, do ponto de vista prático e pegando numa amostra de crianças desta lista, se estes critérios conseguem efetivamente dar resposta àquilo que se pretende.

Mas reitero que o pedido das instituições foi que para no ano de 2024/2025 não se iniciasse de imediato sem perceber se estes critérios dão resposta àquilo que nós pretendemos. Portanto, queremos selecionar uma amostra, perceber com a aplicabilidade dos mesmos critérios se estamos aqui a dar resposta às necessidades. Mas posso dizer que o facto de os pais exercerem a atividade profissional será, naturalmente, um critério que este Governo terá em conta.

Muito obrigada.

Deputado António Lima *(BE):* Como não pode deixar de ser!

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra.

(*) Deputado José Pacheco *(CH):* Sr. Presidente, é para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental. Atendendo à nossa hora, vamos interromper os nossos trabalhos por hoje. Regressamos amanhã às 10 horas.

Obrigado a todos.

Eram 19 horas e 33 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

O redator, *André Silva*